

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

MOISÉS WAISMANN

**O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL:
Um estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010)**

São Leopoldo

2013

MOISÉS WAISMANN

**O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL:
Um estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010)**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Educação pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dr^a Berenice Corsetti

São Leopoldo

2013

W143b	<p>Waismann, Moisés</p> <p>O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: um estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010) / por Moisés Waismann. -- São Leopoldo, 2013.</p> <p>233 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2013.</p> <p>Orientação: Prof.^a Dr^a Berenice Corsetti, Ciências Humanas.</p> <p>1.Política pública – Educação. 2.Ensino superior. 3.Ensino superior e Estado. 4.Educação – Aspectos econômicos. 5.Banco Mundial – Ensino superior. 6.Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. I.Corsetti, Berenice. II.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 37.014.5 378</p>
-------	--

Catalogação na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

MOISÉS WAISMANN

**O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL:
Um estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010)**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Educação pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti

Aprovado em ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Beatriz T. Daudt Fischer – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Flávia Obino C. Werle – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Maria Helena C. Bastos –
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof.^o Dr. Ricardo Rossato – Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

... para todos aqueles que como eu acreditam que “um outro mundo é possível” ...”

AGRADECIMENTOS

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o q'eu queria
Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria
Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucada brutalmente
Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda fome e inocência dessa gente
Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente
Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganando
Pra viver uma cultura diferente
Eu Só Peço A Deus (GIECO; ELLWANGER, [2012])
Intérprete: Mercedes Sosa

Começo esta etapa dos agradecimentos com pedidos. Dizem que quando não sei o que dizer concluo com perguntas, então nada mais coerente do que começar os agradecimentos com pedidos.

Escolhi esta música porque sempre necessito ser lembrado durante o meu percurso a não esquecer as questões da injustiça, da falta de liberdade e de solidariedade provocadas pela nossa forma de subsistir na vida como ela esta posta.

Quero dizer que esta pesquisa tem autoria, e esta é minha com todos os seus acertos e 'possibilidades de melhoria', mas nem de longe esta investigação constitui-se em um estudo individual. Muitas pessoas colaboraram no desenvolvimento da pesquisa que aqui está, algumas estão próximas a mim, porém a maioria quase que absoluta daqueles que contribuíram para este estudo nunca vou conhecer, e é por estes que quero iniciar os meus agradecimentos.

Agradeço, desta forma, aos homens e mulheres que com o seu trabalho contribuem para que o país tenha um sistema de ensino superior organizado, que por ora, mesmo com a expansão aqui mostrada, a maioria deles nunca frequentará;

A uma família do município de Carazinho, que num momento de perda e sofrimento, escolheu oferecer novas oportunidades e assim proporcionar qualidade de vida para alguns desconhecidos;

Aos funcionários da Universidade do Vale dos Rio dos Sinos por proporcionar um ambiente adequado para o ensino e a pesquisa;

A Loinir, a Saionara e depois a Caroline (as gurias da secretaria) por sempre me receberem com alegria e resolverem os meus problemas com competência;

Ao pessoal da biblioteca em especial a bibliotecária Carla por ter me auxiliado na formatação e normatização deste estudo;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação, minha gratidão a todos que, de uma ou outra forma, promoveram um espaço de aprendizado onde me criei, cresci e pude discernir entre o que é certo ou equivocadamente fazer como um aluno-pesquisador.

A minha colega no Programa de Pós-Graduação em Educação, Maristela Bortolon de Matos pelo acolhimento, estímulo e suporte, bem como pelos bombons de castanha e cupuaçu vindos diretamente de Roraima;

Às professoras Beatriz, Flávia, Maria Isabel e Ruth, que durante este tempo de formação me estimularam a vencer as minhas barreiras;

Às professoras Beatriz T. Daudt Fischer, Flávia Obino C. Werle, Maria Helena C. Bastos e ao professor Ricardo Rossato, pelas suas contribuições na qualificação do projeto e por aceitarem, mesmo assim, participar da banca final.

Aos bolsistas da professora Berenice, por me abrigarem com alegria na sala de pesquisa;

À professora Berenice Corsetti que com sua generosidade, competência e paciência pedagógica, intelectual e acadêmica teve sabedoria e habilidade em construir um espaço de orientação-orientado, em que a confiança e o estímulo conduziram-me nos labirintos do estudo e da pesquisa, despertando em mim o desejo de iniciar e desenvolver a pesquisa.

A Fany (minha mãe) que junto com o Idel (meu pai (*in memoriam*)) proporcionaram todos os meios possíveis para que eu me criasse neste mundo;

Aos meus irmãos (Rejane, Ary e Miriam) pelos estímulos e cuidados dispensados;

A Dora (minha sogra) por proporcionar um ambiente para que este estudo fosse realizado, dedicando uma maior atenção ao neto.

Ao Francisco (meu filho) que mesmo não compreendendo o que significa trabalhar lendo e escrevendo (ele pelo menos está aprendendo) permitiu que eu me ausentasse dos passeios de bicicleta e da alimentação dominical às carpas da Redenção.

A Dóris (minha esposa...) por me incentivar nesta caminhada, propiciando espaços físico, afetivo e intelectual, bem como assumindo temporariamente uma carga maior nos cuidados com nosso filho e a casa, sem o qual esse estudo não teria sido possível e também por dedicar horas preciosas lendo e revisando os meus escritos.

As horas dedicadas a esta pesquisa, para além da Tese aqui apresentada também tem como resultado a minha construção da leitura, do estudo e da escrita. Tenho consciência que neste caminho não ficamos prontos, mas já me alegro de estar no caminho.

Um homem também chora
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas...

Precisa de carinho
Precisa de ternura
Precisa de um abraço
Da própria candura...

Guerreiros são pessoas
Tão fortes, tão frágeis
Guerreiros são meninos
No fundo do peito...

Precisam de um descanso
Precisam de um remanso
Precisam de um sono
Que os tornem refeitos...

É triste ver meu homem
Guerreiro menino
Com a barra do seu tempo
Por sobre seus ombros...

Eu vejo que ele berra
Eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito
Pois ama e ama...

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho...

E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...

Não dá prá ser feliz

Guerreiro Menino (GONZAGA JÚNIOR, [2012])

RESUMO

Este estudo desenvolve o tema das políticas públicas para o ensino superior, tendo como motivação a intenção de conhecer melhor a forma como são pensadas e formuladas, em especial as políticas educacionais para este nível de ensino, bem como analisar a repercussão destas políticas. A investigação aqui proposta procura contribuir com o campo da Economia da Educação a partir das fontes que se utilizam, sobretudo o Censo da Educação Superior disponibilizado pelo INEP, através das quais foi possível uma reflexão específica sobre o tema do estudo, no sentido de tomar conhecimento, a partir da realidade apresentada pelos dados, das reais transformações do mercado da educação superior. Considerou-se a implementação das políticas educacionais elaboradas a partir da influência das orientações dos organismos internacionais, em especial as do Banco Mundial. O foco da pesquisa centrou-se em compreender a influência destas orientações, no processo de expansão do ensino superior no Brasil, com a implementação da LDB/1996, bem como observar quais foram os efeitos desta Lei no sistema de educação superior. O objetivo é investigar as causas e de que forma ocorreu o processo de predomínio do Banco Mundial na formulação das políticas públicas para o ensino superior, bem como verificar quais foram os resultados desta influência nos indicadores da educação superior, no sentido de observar as alterações que ocorreram no mercado do ensino superior. O estudo está delimitado geograficamente ao Estado brasileiro no período de tempo que vai do ano de 1995 ao ano de 2010, constituindo-se numa pesquisa documental de cunho qualitativo e quantitativo. As fontes consultadas foram os documentos do Banco Mundial (1995), mais especificamente o documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) e o Censo da Educação Superior. Foram utilizadas como variáveis principais, para a realização da pesquisa, a quantidade das Instituições de Ensino Superior (IES), de matrículas, de concluintes, de docentes, de docentes com tempo integral, de docentes com titulação de mestrado e de docentes com titulação de doutorado, e como variáveis secundárias, o PIB, a quantidade dos vínculos com ensino superior, bem como a sua remuneração média e a dos docentes. Na investigação foi possível verificar que deste o início do período estudado as IES privadas constituem-se na maioria dos estabelecimentos de ensino e também que a grande maioria de IES são

privadas não universitárias. Observou-se também que as matrículas crescem mais do que cresce a quantidade de IES no ensino particular, e que estas últimas tem um desempenho muito superior ao crescimento do PIB no mesmo período. Pode-se ainda observar que os docentes, ainda que mais preparados e com uma carga maior de alunos, ganham 24% menos, em termos reais, em 2010 do que em 1995. Além disso, verificou-se que uma maior quantidade de concluintes resulta em mais trabalhadores com ensino superior empregados no mercado formal de trabalho, e esta maior qualificação disponível para o mercado não resulta em maiores salários, ao contrário este é reduzido em 27% no período estudado. Percebeu-se, através dos indicadores utilizados, que as orientações formuladas pelo Banco Mundial foram aplicadas no campo da educação superior, o que teve como consequência uma expansão do setor que foi adequada às formulações dessa agência multinacional.

Palavras-chave: Banco Mundial. Economia da Educação. Educação Superior. Política Educacional. Política Pública. Planejamento Educacional.

ABSTRACT

This study develops the theme of public policy for higher education, aiming at understanding the best way that public policies are developed and thought, especially educational policies for this level of education, as well as analyzes the impact of these policies. The research proposed seeks to contribute to the area of economics of education from sources that use especially the Higher Education Census provided by INEP, through which was possible a specific reflection on the theme of the study, in order to acknowledge that, from the data shown, and from real developments of the Higher Education Market. It was considered the implementation of educational policies developed through the influence of the guidelines of international organizations, particularly the World Bank. The research focused in understanding the influence of these guidelines, in the increasing process of higher education in Brazil, with the implementation of LDB/ 1996, as well as observes the effects of this Law in the higher education system. The aim is to investigate the causes and how the process were handled predominantly from the World Bank in developing the public policies for higher education, as well as checking what the results of this influence in higher education indicators in order to notice the changes that occurred in the higher education market. The study is geographically based in Brazil during 1995 to 2010, becoming a research of qualitative and quantitative documents. The documents of the World Bank (1995) were the base, more specifically the document "La enseñanza superior: las lecciones derivadas de La experiencia", the Law of Guidelines and Basis of Brazilian Education (BRAZIL, 1996) and the Higher Education Census. It was used as key variables for the research, the number of Higher Education Institutions (IES), enrollments, graduates, faculty, full time faculty, professors with Master degree and PhD, and as secondary variables, the GDP, the amount of connections with higher education, and their average pay and teachers. On research we found that since the beginning of the period studied the private HEIs are the majority of schools and also that the vast majority of HEIs are non-private university. It was also observed that enrollments grow more than the growing number of HEIs in private education, and that the those have a much higher performance than GDP growth in the same period. One can also observe that professors, even though they are more prepared and with a larger number of students, earn 24% less, in real terms in 2010 than in 1995. Furthermore it was found

out that a greater amount of graduates results in more workers with higher education employed in the formal labor market, and this higher qualification available in the market does not result in higher wages, opposite this is reduced by 27% during the studied period. It was noticed by the indicators that the guidelines issued by the World Bank have been applied in the field of higher education, which has resulted in an expansion of the sector that was suited to formulations that multinational agency.

Keywords: World Bank. Economics of Education. Higher Education. Educational Policy. Public Policy. Educational Planning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.....	82
Gráfico 2 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.....	83
Gráfico 3 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.....	88
Gráfico 4 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.....	89
Gráfico 5 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior universitárias privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.	92
Gráfico 6 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009...	93
Gráfico 7 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.	96
Gráfico 8 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.	97
Gráfico 9 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.....	102
Gráfico 10 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	103
Gráfico 11 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.....	107
Gráfico 12 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.....	108
Gráfico 13 – Proporção, em percentual, das matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	111

Gráfico 14 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	112
Gráfico 15 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	117
Gráfico 16 - Proporção, em pontos percentuais, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	118
Gráfico 17 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.....	122
Gráfico 18 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.....	123
Gráfico 19 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	126
Gráfico 20 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superiores <i>não universitárias</i> particulares e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.....	127
Gráfico 21 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior pública e privada, nos anos de 1995 a 2010.....	131
Gráfico 22 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.....	132
Gráfico 23 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.....	135
Gráfico 24 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	136
Gráfico 25 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	139

Gráfico 26 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	140
Gráfico 27 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	144
Gráfico 28 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	145
Gráfico 29 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	148
Gráfico 30 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	149
Gráfico 31 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	152
Gráfico 32 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	153
Gráfico 33 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	157
Gráfico 34 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	158
Gráfico 35 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	161
Gráfico 36 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	162

Gráfico 37 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	165
Gráfico 38 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	166
Gráfico 39 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	169
Gráfico 40 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	170
Gráfico 41 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	173
Gráfico 42 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	174
Gráfico 43 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.	177
Gráfico 44 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.	178
Gráfico 45 – Proporção de Instituições de Ensino Superior pública e privadas nas organizações universitárias e não universitária sobre o conjunto das IES, nos anos de 1995 e 2010.	183
Gráfico 46 - Proporção de Instituições de Ensino Superior filantrópicas e particulares nas organizações universitárias e <i>não universitária</i> sobre o conjunto das IES, nos anos de 1999 e 2009.	184
Gráfico 47 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior, de matrículas e do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010.	186

Gráfico 48 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa pública no Brasil no período de 1995 a 2010....	188
Gráfico 49 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa privada no Brasil no período de 1995 a 2010....	191
Gráfico 50 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa particular no Brasil no período de 1995 a 2010..	194
Gráfico 51 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa filantrópica no Brasil no período de 1995 a 2010..	196
Gráfico 52 - Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias na categoria administrativa pública e privada nos anos de 1995 a 2010.	199
Gráfico 53 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias na categoria administrativa particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009.....	201
Gráfico 54 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações <i>não universitárias</i> nas categorias administrativas públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010	203
Gráfico 55 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações <i>não universitárias</i> na categoria particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009	205
Gráfico 56 – Variação das matrículas públicas e privadas vis a vis o PIB, no período de 1995 a 2010.....	209
Gráfico 57 - Variação das matrículas filantrópica e particular vis a vis o PIB, no período de 1999 a 2009.	210
Gráfico 58 – Variação na Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.....	212
Gráfico 59 – Variação acumulada na remuneração média dos docentes e na quantidade de docentes nos anos de 1995 a 2010	213

Gráfico 60 – Variação acumulada no valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a2010.	217
Gráfico 61 - Variação acumulada na quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010.	218
Gráfico 62 - Quantidade de quantidade de vínculos com ensino superior e a a remuneração média dos vínculos com ensino superior nos anos de 1995 a 2010.	218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias administrativas das Instituições de Ensino Superior	36
Quadro 2 – Estrutura dos bancos de dados, por tipo de informação disponibilizada, por anos.	74
Quadro 3 – Primeiras variáveis selecionadas para o estudo com a sua descrição ...	76
Quadro 4 – Esquema da construção das variáveis da quantidade de Instituições de Ensino Superior	77
Quadro 5 – Variáveis de estudo com a sua descrição	78
Quadro 6 – As variáveis e categorias de análise	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	81
Tabela 2 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	86
Tabela 3 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior universitárias no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	90
Tabela 4 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	95
Tabela 5 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	100
Tabela 6 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	105
Tabela 7 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	110
Tabela 8 - Quantidade e variação de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	116
Tabela 9 - Quantidade e variação de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	120
Tabela 10 - Quantidade e variação de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	124
Tabela 11 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	130
Tabela 12 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	134

Tabela 13 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010. ...	138
Tabela 14 - Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	143
Tabela 15- Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.....	147
Tabela 16 - Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.....	151
Tabela 17 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	156
Tabela 18 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.....	160
Tabela 19 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	164
Tabela 20 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	168
Tabela 21 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	172
Tabela 22 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.....	176
Tabela 23 – Valores do PIB, da remuneração média dos docentes, dos vínculos com ensino superior e da remuneração média dos vínculos com ensino superior nos anos de 1995 a 2010.	182
Tabela 24 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas no Brasil nos anos de 1995 a 2010.	185

Tabela 25 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa pública no Brasil no período de 1995 a 2010	187
Tabela 26 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa privada no Brasil no período de 1995 a 2010.	190
Tabela 27 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e <i>não universitárias</i> na categoria administrativa particular no Brasil no período de 1999 a 2009.	193
Tabela 28 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa filantrópica no Brasil no período de 1999 a 2009	195
Tabela 29 - Quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	198
Tabela 30 – Quantidade de matrículas e de docentes nas organizações <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.	202
Tabela 31 – Indicador de matrículas/docentes e sua variação nas organizações universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010	206
Tabela 32 - Indicador de matrículas/docentes e sua variação no conjunto das organizações <i>não universitárias</i> por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010	208
Tabela 33 – Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres, dos docentes doutores, dos docentes mestre e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.	211
Tabela 34 – Proporção do total de docentes de docentes com tempo integral, de docentes mestres, de docentes doutores e de docentes mestres e doutores nos anos de 1995 a 2010.	214

Tabela 35 – Valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010.	216
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
BDTB	Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Country Assistance Strategy
DMAE	Departamento de Água e Esgotos
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EAD	Educação a distância
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEPE	Centro de Estudos e Pesquisas Econômica
IES	Instituições de Ensino Superior
IGPDI	Índice Geral de Preços - disponibilidade interna
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PASW	Predictive Analytics Software
PIB	Produto Interno Bruto
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais

RS	Rio Grande do Sul
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 Trajetória	28
1.2 O Contexto da Pesquisa	33
1.3 O Problema de Pesquisa	38
1.4 Hipótese	39
1.5 Escolha do Tema de Pesquisa	40
1.6 Objetivos	41
1.6.1 Objetivo Geral	41
1.6.2 Objetivos Específicos	41
2 COMO SE RE(L)ACIONAM A ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL, O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICA PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR?	42
2.1 Sistema Econômico, Estado e Políticas Públicas	43
2.2 Neoliberalismo, Educação e Trabalho	48
2.2.1 O Pensamento Neoliberal na Educação e no Trabalho	48
2.2.2 O Estado Neoliberal e o Setor Produtivo	51
2.2.3 Transformações na Educação	53
2.3 As Recomendações do Banco Mundial para a Educação Superior	56
2.3.1 Desafios e Limitações	58
2.3.2 A Diferenciação Institucional	60
2.3.3 Redefinição da Função do Governo	63
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1 Método de Abordagem	67
3.2 Método de Procedimento	70
3.3 Coleta de Dados	71
3.4 Tratamento e Roteiro de Análise dos Dados	80
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	85
4.1 Instituições de Ensino Superior - IES	85
4.2 Matrículas	100
4.3 Concluintes	115
4.4 Docentes	129
4.5 Docentes com Tempo Integral	142
4.6 Docentes com Titulação de Mestrado	156

4.7 Docentes com Titulação de Doutorado	167
5 PROBLEMATIZANDO AS QUESTÕES DE PESQUISA.....	181
5.1 Primeira Questão: a Proporção das Instituições de Ensino Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa.....	182
5.2 Segunda Questão: a Relação das Instituições de Ensino Superior e as Matrículas.....	184
5.3 Terceira Questão: a Relação entre as Matrículas e os Docentes.....	197
5.4 Quarta Questão: a Relação das Matrículas e o PIB.....	208
5.5 Quinta Questão: sobre a Trajetória dos Docentes	211
5.6 Sexta Questão: a Relação dos Concluintes, com a Quantidade e a Remuneração dos Trabalhadores com Escolaridade Superior	215
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS.....	228

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, desenvolvo o tema das políticas públicas para o ensino superior. Tal escolha tem como objetivo conhecer melhor a forma como são pensadas e formuladas as políticas públicas, em especial as políticas educacionais para este nível de ensino, bem como analisar a repercussão destas políticas, analisando sua eficiência, eficácia e efetividade.

A pesquisa está focada em compreender as influências dos organismos internacionais, em especial as do Banco Mundial, no processo de idealização e construção da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, referente às Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), bem como observar os efeitos desta legislação no sistema de educação superior. Delimitado geograficamente ao Estado brasileiro, no período de tempo que vai do ano de 1995 ao ano de 2010, o estudo tem o propósito de analisar os resultados da ascendência do Banco Mundial no que diz respeito às transformações (ou não) do mercado de ensino superior.

Trata-se de uma pesquisa documental, em que as fontes são os documentos do Banco Mundial (1995), mais especificamente o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicados em espanhol, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) e o censo do ensino superior, todos esses reunidos pelo pesquisador.

O desejo por conhecer as características deste processo, os fatos e fenômenos desta realidade, localiza esta investigação como sendo um estudo descritivo (TRIVIÑOS, 2009), que pretende traçar o movimento de articulação do ensino superior com a ordem econômica neoliberal.

O quadro referencial da pesquisa situa dentro da perspectiva do debate crítico, em que se procurou dialogar com autores e ideias identificados à discussão marxista. Desta forma, assume-se que o trabalho perde por não buscar outras interfaces, mas acredita-se que com isso possa-se ganhar no entendimento do referencial eleito para as análises do estudo.

A estrutura da tese está dividida em sete partes. Na primeira, apresenta-se a proposta da investigação, em que faço a narrativa da minha trajetória, explicando o processo que me conduziu ao Doutorado, as aproximações da Educação, a partir de minha formação básica em Ciências Econômicas. Na sequência, contextualizo a pesquisa, tenho o propósito de ambientar o estudo no cenário de tensionamento na

relação entre o processo de acumulação, o Estado e o ensino superior. Após, é apresentado o problema de pesquisa, bem como as questões norteadoras derivadas do problema, seguindo para as hipóteses, a justificativa da escolha do tema e os objetivos. Na segunda parte, o capítulo que debate o relacionamento da acumulação neoliberal, o Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior. Neste capítulo, discuto o sistema econômico, Estado e as políticas públicas, e após problematizo questões acerca do neoliberalismo, educação e trabalho, terminando com as recomendações do Banco Mundial para a educação superior. A terceira parte do estudo aborda os procedimentos metodológicos, em que são apresentados os métodos de abordagem, de procedimento, a coleta de dados e o tratamento e o roteiro para a análise dos dados. Na quarta parte, apresento as variáveis, Instituições de Ensino Superior – IES, matrículas, concluintes, docentes, docentes com tempo integral, docentes com titulação de mestrado e docentes com titulação de doutorado com as respectivas análises. Por fim, na sequência, problematizo as questões de pesquisa derivadas do problema central do estudo, seguidas das considerações finais.

1.1 Trajetória

Ao refletir sobre minha trajetória, procuro ressignificar a história vivida e buscar indícios para compreender os caminhos que me conduziram ao desenvolvimento deste trabalho.

No final do ano de 1989, concluí a graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O ingresso em 1990 no Programa de Pós-Graduação em Economia Rural do Centro de Estudos e Pesquisas Econômica (IEPE) da UFRGS foi o caminho escolhido para a continuidade dos estudos. Uma das várias possibilidades que o economista tem como opção para desenvolver suas atividades profissionais é docência que se apresentou como uma possibilidade. Foi assim que neste mesmo ano, ingressei como docente no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e lá tive a oportunidade de fazer um curso de Metodologia do Ensino Superior, oferecido pela Instituição. Assim, minha primeira atividade profissional após formar-me economista foi a docência. As inserções no processo de ensino-aprendizagem continuaram, mas assumi outro

papel, o da docência. Nesta trajetória, também trabalhei como professor no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

No desempenho das atividades de professor, fui convidado pela Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, para assumir a vaga de suplente no Conselho Deliberativo do Departamento de Água e Esgotos (DMAE), autarquia da Prefeitura de Porto Alegre, responsável pelo abastecimento de água no município. Era o ano de 1992. No início de 1993, trabalhei como assessor economista da direção geral do DMAE, tarefa que se constituiu em algo desafiador. Neste mesmo ano, afastei-me da função docente, pois sentia que não conseguia mais desempenhar na plenitude as minhas atividades como professor.

No DMAE, permaneci até o ano de 1995. O caminho natural seria então voltar para a atividade docente, porém a realidade da educação superior havia mudado. Primeiro, porque a demanda por vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) estava num processo de queda, visto a perda de renda da população na época. Segundo, porque percebi a necessidade de qualificação acadêmica para retornar à docência no ensino superior, ou seja, era preciso buscar a titulação de mestre.

Em 1998, trabalhei novamente na gestão pública municipal, no Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), autarquia do município de Porto Alegre, responsável pela coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Desempenhei esta atividade até 2004. Durante este período, vivenciei diferentes postos de trabalho. Fui assessor de planejamento, diretor financeiro, supervisor administrativo financeiro, chefe de gabinete, diretor-geral substituto e, no último período, diretor de controladoria. Esta passagem pelo DMLU promoveu o retorno às salas de aula, como aluno do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGa) da UFRGS, no curso de Produção Limpa e Ecobussines, em 1999.

Neste curso, voltei a ter contato com livros e cadernos, refleti acerca da vida profissional, acerca da necessidade e do desejo de prosseguir estudando de forma organizada e sistemática. Como consequência, no ano de 2000, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGagronegócio) da UFRGS. A pesquisa realizada naquele momento surgia da necessidade de avaliar economicamente o projeto de alimentação de suínos via resíduos orgânicos. Da identificação desta demanda e tendo apoio da direção do DMLU, originou-se a Dissertação de Mestrado intitulada “Estudo da Viabilidade Econômica do Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos Via Suinocultura”, defendida em agosto de 2002.

Paralelo à retomada dos estudos por meio do Curso de Mestrado, a docência voltou a ocupar um espaço importante em minha trajetória. Desta vez, exerci a função de professor- substituto do curso de Ciências Econômicas da UFRGS, responsável pelas disciplinas de Elaboração e Análise de Projetos I e Introdução à Economia, no período de 2000 à 2002.

No ano de 2003, a participação no concurso para professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul (UCS) consolidou minha escolha pela docência como atividade profissional. Em 2004, iniciei minhas atividades docentes na UCS e, ao longo desses anos de trabalho, constituí-me um professor- pesquisador no ensino superior.

Em meio a este processo, houve o trabalho na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no período de 2005 a 2007. Desenvolvi diferentes atividades nos municípios de Cachoeira do Sul, Guaíba, Sananduva, Ronda Alta. Lecionei nos cursos de Administração Rural e Agroindustrial, Desenvolvimento Rural e Agroindustrial e no Curso de Engenharia de Sistemas. Também orientei monografias de conclusão dos cursos.

Na UCS, no âmbito da docência, busquei aproximar-me de diferentes disciplinas, como Economia do Trabalho, Elaboração e Análise de Projetos I, Projeto de Monografia para Economia, Introdução à Economia, Orientação de Monografias. O envolvimento com a disciplina Economia do Trabalho despertou em mim o desejo de voltar a estudar. Eu percebia a necessidade de informações sobre o mercado de trabalho da região de abrangência da UCS, e, especificamente, sobre o município de Caxias do Sul. Comecei a indagar e conversar com professores, alunos, entidades classe, sindicatos e outros atores dentro e fora da Universidade, tendo como propósito reunir um grupo interessado. Disso tudo, resultou a construção do Observatório do Trabalho, formado por um grupo de pesquisadores vinculados a diferentes campos de investigação que buscaram refletir sobre o mercado de trabalho na região de abrangência da UCS. Nestes anos de existência, foram produzidos estudos sobre o mercado de trabalho a partir de diferentes olhares: com o recorte de gênero, sob a perspectiva dos jovens, sob a importância da escolarização na renda do trabalho, além de cartas conjunturais, resultando em artigos científicos apresentados em eventos científicos e publicados em periódicos. A criação do Observatório do Trabalho foi uma possibilidade concreta de ingressar no espaço da pesquisa acadêmica e, portanto, me colocar em definitivo no lugar de

professor-pesquisador.

A reflexão acerca do “ser professor” é algo que me acompanhou desde a minha passagem pela UNISINOS, onde entrei em contato com o curso de metodologia do ensino superior. Na UCS, tive novamente a oportunidade de frequentar um curso de formação de professores. Sempre fui curioso por entender melhor como se davam os processos de aprendizagem por parte dos alunos, pensava que se descobrisse o “Graal” das aulas, estas seriam melhores e os alunos definitivamente aprenderiam, os gestores ficariam felizes e eu estaria trabalhando. Ledo engano...

No sentido de ampliar os meus conhecimentos sobre educação, cursei uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGedu) da UFRGS, que discutia a relação entre a educação e trabalho. Esta foi uma tentativa para que eu pudesse aproximar a educação do trabalho. Nesta experiência, ocorreu uma espécie de “fusão” entre a formação do economista, com a profissão do professor do ensino superior. Entendia que era necessário pensar mais acerca da educação, como um todo não somente sobre o processo de aprendizagem.

A escrita desta trajetória, além de apresentar o meu percurso acadêmico, fez com que eu refletisse acerca da minha história profissional. Desta forma, vejo que a docência não foi uma escolha planejada, escolhida, desenhada. Pelo contrário, foi acontecendo devagar, quase como um somatório de experiências como aluno, como professor, como gestor público, e o retorno como professor, este sim marcado pela intencionalidade, teve organização e planejamento, para isso contribuíram o Curso de Mestrado e o ingresso como professor na UCS.

Neste processo, as atividades acadêmicas foram adquirindo proporções cada vez maiores em minha vida, primeiro com a docência e, atualmente, também com pesquisa, ambas passaram a ocupar grande espaço da vida profissional. Vejo que a escolha pela docência é também uma opção pelo estudo constante, pela reflexão. Portanto, aprofundar conhecimentos, aprender novas formas de estudar, reciclar e incorporar outros saberes torna-se imperioso. Era, então, o momento de continuar minha formação e a forma encontrada levou-me ao Curso de Doutorado. A área escolhida foi a Educação, pelos motivos que agora consigo perceber com maior nitidez, como uma necessidade de refletir sobre a minha prática profissional, o que já havia ocorrido na experiência do DMLU, onde recorri aos saberes do Agronegócios no sentido de buscar maiores compreensões referentes ao processo

de viabilidade econômica da atividade da suinocultura.

Agora, busco a Educação não só para que me auxilie a compreender a minha prática profissional, como também me auxilie no processo de constituição de ser um professor- pesquisador. Esta escolha está sendo amadurecida a partir da percepção que o ensino de Economia não é pensado para formar um profissional completo com uma visão de cidadão engajado na sua comunidade, mas muito mais no sentido de formar técnicos que saibam operar as ferramentas econômico-financeiras sem observar e refletir sobre o que está fazendo.

Os professores, que têm a tarefa de formar os economistas, quando se encontram para debater o processo de aprendizagem, muitas vezes, focam o assunto nos conteúdos que os alunos “devem” saber e não se preocupam em discutir como, de que forma, e para que eles “devem” saber. Noto que poucos professores entendem a aprendizagem como algo processual, para além da importância do desenvolvimento econômico do indivíduo e da nação. Compreendo que a educação é o processo que auxilia o indivíduo a se apropriar do conhecimento acumulado pela humanidade, apreendendo os códigos da comunidade, tornando-o apto para humanizar-se. Assim, meu objetivo foi também buscar uma aproximação dos estudos no campo da Educação, a partir das minhas referências originais, ou seja, a Economia.

Este movimento de um economista em direção à Educação me faz pensar nas vivências de um estrangeiro que enfrenta riscos ao se aventurar a novas e tentadoras possibilidades. Um estrangeiro que se situa em zona de fronteira, por um lado às referências originais da Economia, por outro a busca pelas incursões neste universo da Educação. Um economista que fez uma opção pela docência, e, com seu doutoramento, deseja qualificar-se no ofício que elegeu para sua vida profissional. Enfim, as incursões por esses dois territórios, Educação e Economia me fazem percorrer outras trilhas, amadurecer algumas posições, revisar tantas outras, descobrir relações entre elas. Os riscos desta opção são compensados pelas possibilidades investigativas e de crescimento intelectual proporcionado pelos estudos nesses domínios.

1.2 O Contexto da Pesquisa

A literatura informa que Educação constitui-se do processo pelo qual são transmitidos ao indivíduo os conhecimentos e atitudes necessárias para que ele tenha condições de integrar-se à sociedade. A educação tem como finalidade educar por meio do aperfeiçoamento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, provendo disciplinamento, instrução, ensino, e formação consciente, segundo os ideais de cultura de cada povo. Já ensino pode ser compreendido como a forma sistemática de transmitir conhecimentos, particularmente em instituições de ensino, podendo assumir algumas características com sendo infantil, fundamental, médio, superior ou de pós-graduação, podendo ser oferecido em instituições públicas, mantidos por órgãos governamentais ou instituições privadas, estas mantidas por instituições de direito privado. Observa-se que existe uma articulação entre as demandas da sociedade e a função social da educação.

No Brasil, o surgimento das instituições do ensino superior se deu apenas em 1812 com a chegada da família real ao Brasil. As primeiras instituições eram baseadas em aulas avulsas e com um sentido profissional prático, formando administradores, políticos, jornalistas e advogados, construindo um projeto elitista, transformando-se num elemento de unificação ideológica da política imperial (OLIVEIRA, 2004). Não foram, portanto, criadas universidades, mas sim faculdades ou escolas superiores autônomas estatais e laicas voltadas para a formação de profissionais liberais.

Com o advento da República, como informa Cunha (2004), por influência das ideias positivistas, houve movimentos no sentido de destravar a regulamentação do ensino superior deixando o mercado regular. A força que os médicos, engenheiros e advogados detinham fez com que as instituições de ensino superior continuassem estatais. (CUNHA, 2004).

Em toda a história republicana, os governos foram mais ou menos generosos com a expansão do setor privado na educação superior, por meio de incentivos fiscais para as instituições privadas, estabelecimento de regras favoráveis à implantação de universidades, federalização de faculdades estaduais públicas e privadas, agrupando-as em universidades.

Na década de 1980, a crise que assolou o Brasil, bem como outros países da América Latina, teve como impacto, no ensino superior, a redução drástica na

destinação de dinheiro público para as instituições superiores, esta informada nas transformações ocorridas no final dos anos 1970 no mundo, e no início da década de 1990 no Brasil, onde ocorre uma modificação na organização social.

O processo de acumulação capitalista que antes tinha como força dinâmica o estado provedor, realidade esta que não chegou a ser implantada no Brasil em toda a sua plenitude, é substituído na sua força dinâmica pelo livre mercado, onde as forças de oferta e demanda, agem no sentido de alocar e solucionar da melhor forma possível os interesses sociais.

A partir deste momento, ocorre um novo tensionamento na relação entre o Estado e as instituições de ensino superior, abrindo um espaço maior para o crescimento e consolidação do ensino superior privado. O Estado já não possuía o monopólio na oferta do ensino superior, há muito tempo já havia um setor privado estabelecido, por meio da esfera confessional.

O processo de acumulação capitalista organiza a ordem mundial. Porém, o mundo é dividido em Estados-Nações. Desta forma, deve existir um espaço e atores onde se constrói, sob a perspectiva ideológica, uma visão de mundo favorável ao processo de acumulação. O espaço construído desdobra-se em encontros, fóruns, seminários, oficinas internacionais e os atores são os organismos internacionais, que tem no Banco Mundial o seu agente dinamizador e que, ao longo do tempo, vem se especializando em orientar os países na formulação de políticas públicas.

No Brasil, é competência constitucional do Estado (nacional, federado ou local) proporcionar os meios de acesso à educação (art. 23 inciso V) (BRASIL, 1988), complementado pelo artigo 205, que informa:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

As responsabilidades do Estado são estabelecidas pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional) por meio de normas e regras com a finalidade de nortear as relações sociais do país. Neste sentido, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, é o marco regulatório do setor educacional que tem como objetivo fixar as diretrizes da educação nacional, estabelecer parâmetros, princípios e os rumos que a educação deve seguir no país. (SAVIANI, 2000). Nesta legislação, e em outras construídas a partir dela, é que

estão as orientações legais do sistema educacional no Brasil.

De acordo com o art. 9º da LDB (BRASIL, 1996) e suas alterações, é prerrogativa da União baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação, assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A finalidade da educação superior é explicitada na LDB no seu artigo 43:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

O artigo 44 informa que fazem parte da abrangência dos cursos e programas os cursos sequenciais, os de graduação, os de pós-graduação e de extensão, sendo estes ministrados em instituições de ensino superior, podendo ser “[...] públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização [...]” (BRASIL, 1996) de acordo com o artigo 45 da mesma lei. De acordo com a LDB, as instituições de ensino classificam-se conforme as seguintes categorias administrativas dispostas no quadro 1.

Quadro 1 – Categorias administrativas das Instituições de Ensino Superior

Categorias	Características
Públicas (criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público)	
Privadas (mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado)	I - particulares em sentido estrito são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (que não se enquadrem nas outras categorias).
	II – comunitárias as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.
	III - confessionais as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas.
	IV – filantrópicas.

Fonte: Brasil (1996) adaptado pelo autor

As instituições de ensino superior (IES) podem ser credenciadas quanto a sua organização, de acordo com o decreto 5773/06, a figura de faculdade, centro universitário ou universidade.

As IES são originalmente credenciadas como faculdades, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2012), e o credenciamento como universidade ou centro universitário, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular.

Os centros universitários são instituições pluricurriculares que podem abranger uma ou mais áreas do conhecimento. Caracterizam-se pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar, e possuem a autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. (BRASIL, [2012a]).

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se possuem (I) - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional, (II) um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado

ou doutorado e (III) um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

As Instituições de Ensino Superior são organizações que fazem parte da sociedade. Desta forma, influenciam e são influenciadas pela realidade vivida. Faz-se necessário então visualizar o período atravessado pelo Brasil, no início do processo de reorganização do ensino superior, que tem como marco institucional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

De acordo com Silva (2002), o período histórico pelo qual passa o Brasil no momento da formulação da LDB aponta para um projeto de restauração liberal conservadora, que restituiu os projetos político-financeiros, orientados pelo pensamento liberal, onde a desregulamentação do mercado conjuntamente com a privatização de empresas estatais, bem como a redução das políticas sociais, tem como objetivo central o equilíbrio orçamentário com o controle do déficit público. Complementa a autora que estes preceitos foram adotados pelos Estados Nacionais que seguiram as “sugestões” dos organismos internacionais. Nota-se, desta forma, que o marco regulatório do sistema educacional no Brasil, que é dado pela LDB, surge no período histórico de vigência da visão neoliberal, sendo um documento que está em sintonia com a orientação política da época em que foi concebida e que vem, deste então, orientando as questões da educação no Brasil.

Em nosso país, o estado efetivamente controla o desenvolvimento dos sistemas de ensino superior através de normas legais. Sendo a LDB o marco institucional que o Estado utiliza como indutor de políticas educacionais, permite manter o controle do ensino do superior tanto nas instituições públicas - de forma direta - ou das instituições privadas - através de diferentes instrumentos.

Para Cunha (2003), a educação assume a função de ser a “base do novo estilo de desenvolvimento” através do progresso científico e tecnológico. Será que isso quer dizer que a nova responsabilidade da educação seria a de preparar mão de obra qualificada e abundante para operar os novos pacotes tecnológicos produzidos fora do país, e ao mesmo tempo abrir ao mercado esta tarefa, tornando assim o sistema de educação superior um novo mercado para a acumulação do capital?

O processo de acumulação capitalista desenvolveu tecnologia, equipamentos e materiais, acreditando que, com isso, poderia infinitamente substituir mão de obra. No entanto, para avançar a acumulação necessitam-se de trabalhadores preparados para integrarem-se a esta nova realidade, dotando os já existentes e preparando os

que estão chegando com conhecimentos necessários para operar estas novas tecnologias, e que, num sentido, aumenta a oferta de trabalhadores qualificados e tenciona a remuneração do trabalho a ficar estável ou cair em termos reais.

Por outro lado, o investimento no processo de educação exige recursos e tem um longo tempo de maturação, e, como investimentos de longo prazo tradicionalmente é responsabilidade do Estado, existe um tensionamento para que este permita que o setor privado possa participar. Para que isso ocorra, é necessário reorganizar o marco legal do ensino no Brasil.

Neste estudo, desenvolve-se o tema das políticas públicas para o ensino superior. Tal escolha tem como objetivo conhecer melhor a forma como são pensadas e formuladas as políticas públicas para este nível de ensino, bem como analisar a eficiência, a eficácia e a efetividade dessas políticas.

Esta temática já foi alvo de vários estudos, no entanto, a investigação que aqui se propõe traz uma perspectiva de contribuição a partir das fontes que se utilizam, sobretudo o Censo da Educação Superior apropriado no banco de dados do INEP, a partir dos quais é possível uma reflexão específica sobre o tema do estudo, no sentido de tomar conhecimento, a partir da realidade apresentada pelos dados, das reais transformações vis a vis do que se espera quando da implementação destas políticas educacionais.

1.3 O Problema de Pesquisa

Com base no exposto, este estudo aborda o tema das políticas públicas para o ensino superior. A opção por este assunto tem como intenção compreender a maneira como são conjeturadas as políticas públicas para este grau de ensino, bem como observar a eficiência, a eficácia e a efetividade das mesmas.

É objetivo da pesquisa observar os resultados da influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para o ensino superior no Brasil, no período de 1995 a 2010, a partir do estudo dos dados do Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP, bem como entender como ocorre a ascendência destes organismos no processo de idealização e formulação das políticas públicas para o ensino superior, podendo, desta forma, compreender as transformações no mercado de ensino superior neste período. A partir do foco da pesquisa, formula-se o problema central:

Por que e como ocorreu o processo de predomínio do Banco Mundial na formulação da política pública para o ensino superior? Quais foram os resultados desta influência nos indicadores da educação superior? Que alterações ocorrem no mercado da educação superior?

Deste problema central, desdobram-se as seguintes questões de pesquisa:

- a) qual a quantidade e proporção, ao longo do período estudado do total de IES, das IES privadas e as IES públicas?
- b) qual a relação que se pode estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de IES? E por tipo de IES e natureza?
- c) como se comporta quantidade de matrículas e a quantidade total de docentes? Qual a trajetória da proporção entre estas variáveis?
- d) qual a ligação que se pode estabelecer entre a quantidade de matrículas e o PIB?
- e) qual a trajetória da quantidade total de docentes? E dos docentes mestres? E dos doutores? E dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES?
- f) qual a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior?

1.4 Hipótese

Dada a necessidade de o capital se reorganizar, a educação superior assume uma visibilidade que antes da nova crise no processo de acumulação não possuía. Por um lado, constitui-se em uma forma rápida e confiável de formação e qualificação da mão de obra necessária ao setor produtivo como forma deste ingressar e/ou manter-se no mercado mundial. Por outro lado, ao assumir esta demanda, passa a ser atrativa do ponto de vista da acumulação capitalista como um negócio, podendo assim dispensar os gastos governamentais para a sua ampliação. Este processo ocorre a partir da aderência da elite nacional ao discurso hegemônico conduzido pelos organismos internacionais como o Banco Mundial.

Neste sentido, os resultados deste processo, no que diz respeito aos indicadores do ensino superior, foram o aumento do número de ingressos, o aumento desigual entre as Instituições públicas e privadas de Ensino Superior,

principalmente em locais com adensamento populacional e com renda disponível. Evidencia-se um aumento na certificação de professores com mestrado e doutorado, bem como uma redução ou manutenção da renda dos profissionais com ensino superior.

No que diz respeito às alterações ocorridas no mercado da educação superior, observa-se uma reorganização das IES privadas, em favor das particulares em detrimento das confessionais e/ou comunitárias, evidenciando que o ensino superior agora é um espaço importante para o processo de acumulação capitalista.

1.5 Escolha do Tema de Pesquisa

Na escrita da trajetória, procurei demonstrar como ocorreram minhas aproximações do campo da Educação, especialmente com relação ao ensino superior. Discorri acerca do percurso que me conduziu ao tema do estudo em questão intitulado: “O Banco Mundial e as Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil: Um Estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010)”.

A vontade deste economista-professor, inicialmente, era compreender por que nos últimos 20 anos a procura por vagas no curso de Ciências Econômicas apresentava queda constante. Aqui começou meu estranhamento. Com o andamento das leituras, estudos e reflexões necessárias para a elaboração do projeto, percebi o vínculo que se estabelece entre os saberes necessários e a forma como a sociedade se organiza para dar conta da sua subsistência. A pesquisa avançou entendendo que o processo de acumulação capitalista neoliberal não necessita mais do saber do economista, mas sim dos conhecimentos relacionados à gestão. O saber necessário está vinculado ao processo de fazer os processos funcionarem e não discutir sobre qual é o melhor processo.

O ato de pesquisar necessita de coragem. Em alguns momentos, emerge o inesperado. Não havia percebido como o processo de acumulação (re)ordena as relações na área da educação, acreditava que ela não era influenciada pela realidade.

E assim a pesquisa tomou outros rumos, persigo a ideia inicial que tomou proporções maiores, desejo compreender por que, de que forma e quais as consequências para o ensino superior, e não mais para o curso de Ciências Econômicas, deste movimento de aderência ao projeto neoliberal. Desta forma, a

investigação se justifica para o pesquisador como uma forma de aprender, descobrir, obter conhecimento sobre este tema de pesquisa. Além, claro do próprio motivo de realizar, de cursar um Programa de Doutorado, que é o de tornar-se um pesquisador.

Nos últimos dez anos pouco se têm pesquisado sobre este tema, conforme apresentado no pré-projeto deste estudo. A investigação que aqui se propõe traz como perspectiva observar este fenômeno a partir dos dados do Censo do Ensino Superior do INEP, a partir dos quais é possível outra contribuição no entendimento deste tema.

1.6 Objetivos

A investigação que se realiza foi norteada pelos seguintes objetivo geral e objetivos específicos.

1.6.1 Objetivo Geral

Investigar as causas e de que forma ocorreu o processo de predomínio do Banco Mundial na formulação das políticas públicas para o ensino superior, bem como analisar quais foram os resultados desta influência nos indicadores da educação superior, no sentido de observar as alterações que ocorrem no mercado do ensino superior.

1.6.2 Objetivos Específicos

- Discutir a relação das políticas públicas educacionais e o processo de acumulação neoliberal;
- Apresentar as recomendações do Banco Mundial para a educação superior inseridas no contexto do processo de acumulação neoliberal;
- Verificar o desempenho dos indicadores da educação superior propostos no estudo;
- Analisar o desempenho dos indicadores da educação superior, selecionados a partir do exame das recomendações do Banco Mundial.

2 COMO SE RE(L)ACIONAM A ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL, O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR?

O início do processo de doutoramento foi difícil e interessante. Difícil porque vindo das ciências sociais aplicadas tive que me apropriar não somente dos conteúdos, mas da forma de expressão das ciências humanas. E interessante, pois percebia (ou alucinava?) ao meu redor olhares de estranhamento. Um economista estudando Educação. De um lado o olhar/pensamento dos que viam neste processo um rebaixamento intelectual e do outro um intruso disposto a se apropriar e instrumentalizar o campo de estudo da Educação para área dos negócios. Reescrevo uma passagem que escrevi quando discorri sobre a minha trajetória, sobre o movimento de um economista em direção ao campo da Educação. Percorrer estes caminhos amadureceu algumas posições, revi outras, e descartei outras muitas. Descobri relações que não teriam sido possíveis se não estivesse trilhando por este campo de estudos. Iniciando agora o meu caminho como um pesquisador que tem como objeto de pesquisa o campo da educação. Sem dúvidas sobre o caminho escolhido!

Faço esta introdução para relatar como surge o título deste capítulo, que versa sobre a influência do pensamento neoliberal no ensino superior mediado pelas políticas públicas “sugeridas” pelo Banco Mundial.

Este título estava latente desde um sonho que tive. Estava em uma reunião almoço de encerramento de semestre, que, entre outros assuntos, discutia-se a falta de candidatos que o “curso” vinha apresentando nos processos seletivos. Eu já cursava o segundo semestre no Programa de Pós-graduação em Educação, e estava trabalhando no problema de pesquisa, que era buscar compreender por que os alunos não querem mais estudar Economia.

Neste sentido, me senti à vontade em expressar a visão que tinha sobre este fenômeno e disse que isto estava ligado ao processo de acumulação neoliberal. Nesta forma de acumulação do capital o saber dos profissionais formados pelo “curso” não são mais necessários. Na sequência, disseram que agora tudo era “culpa” do neoliberalismo. Trocaram de assunto, sem mais me concederem a palavra. Neste momento acordei!!

Neste capítulo, aproveito para retomar esse tema, concluir o meu pensamento e dizer como vejo a relação da acumulação neoliberal, do Banco Mundial e as

políticas públicas para o ensino superior.

Este capítulo divide-se em três partes. Inicialmente, a intenção é esclarecer a concepção de Estado que permeia este texto. Após, analisa-se o processo de acumulação neoliberal e suas implicações para o setor produtivo, para os trabalhadores e para o Estado. A terceira parte do capítulo apresenta as recomendações do Banco Mundial para a educação superior e quais foram as influências destas na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9694/1996).

2.1 Sistema Econômico, Estado e Políticas Públicas

Para explicitar a visão de Estado que permeia este estudo, organizo a escrita procurando explicar a relação que o processo de acumulação tem com o Estado para depois analisar como o Estado opera por meio das políticas públicas para manter e organizar este mesmo processo de acumulação.

Quando se procura no dicionário uma definição para Estado, aparece entre tantas a de que o Estado é um “conjunto das instituições (governo, congresso, forças armadas, poder judiciário etc.) que administram uma nação” ou ainda a “máquina administrativa do Estado”. (ESTADO..., [2012]). Quando o descritor é a economia, o resultado descreve como o sistema produtivo que relaciona a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. (ECONOMIA..., [2012]). Visto desta forma estanque, parece que o Estado organiza a vida social/pública e a economia fornece os bens e serviços necessários para a vida material/privada.

Entretanto, na vida cotidiana, percebe-se o envolvimento das práticas do Estado e que as suas atividades alcançam todos os campos da vida, da mesma forma que a produção e consumo de bens e serviços chegam a todos os cantos da vida humana. Mas qual o fundamento dessas práticas e sua relação com as atividades cotidianas? (POULANTZAS, 2000). Para refletir sobre este questionamento, recorrem-se as palavras de Poulantzas (2000, p. 13) quando informa que “[...] deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho”.

Poulantzas (2000) utiliza o conceito de ossatura institucional para denominar a estrutura na qual está estabelecido e organizado o costume social no Estado. Esta concepção de Estado não é a mesma em todos os tempos e nem em todos os

modos de articulação para a obtenção dos bens e serviços necessários à subsistência dos seres humanos. A cada modo de organização da produção corresponde um tipo de ossatura institucional.

Em se tratando do Estado capitalista, a sustentação da ossatura institucional, é para Poulantzas (2000, p. 18), “as relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia”, pois é no capitalismo que se observa o surgimento de 'trabalhadores livres', aqui entendido no seu duplo sentido, no qual sendo livre dos meios da sua subsistência, estão 'livres' para poder procurar trabalho.

Para Offe (1984), o processo de inserção de homens e mulheres, desprovidos dos meios de produção, tendo somente a sua força de trabalho disponível, só foi possível por existir uma política estatal que integrou a força de trabalho ao mercado de trabalho. O trabalhador livre (dos meios de produção), possuidor da força de trabalho, quando encontra uma possibilidade de trabalhar, ou seja, os meios de produção nos quais pode exercer as suas habilidades, não pode começar a executar as tarefas laborais sem que o proprietário dos equipamentos, das ferramentas ou das terras, estabeleça com este trabalhador 'livre' um compromisso ou acordo que tem como símbolo jurídico o contrato de compra e venda da força de trabalho. (POULANTZAS, 2000).

Offe (1984, p. 13-14) elabora outra questão sobre o mesmo tema quando pergunta: “Como *surge* a política estatal [...] a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes, baseada na valorização privada e no trabalho assalariado livre, e quais são as funções [...]?”. Ao pensar sobre esta indagação e refletir de que forma uma sociedade histórica se reproduz, e sobre quais articulações e estruturas são produzidos a sua identidade visto que ela (a estrutura social) não está assegurada per si pela existência do ser humano, Offe (1984), aponta para o processo de inserção de homens e mulheres desprovidos dos meios de produção em força de trabalho no mercado de trabalho como sendo possível existir por força da política estatal que integrou a força de trabalho no mercado de trabalho.

Concorda-se com Poulantzas (2000, p. 16), quando ele diz que:

É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma. Isto se faz em cada modo de produção segundo o papel determinante das relações de produção. Esta

determinação, porém, só existe no interior da unidade de um modo de produção.

Desta forma, o autor auxilia no entendimento de que o Estado, cada forma de Estado articulado com uma forma de produção, sempre compôs tanto as relações de produção como a sua reprodução. É preciso deixar explícito que a relação que se estabelece entre Economia e Estado estão em constante mutação não apenas, como diz Poulantzas (2000, p. 16), nos “[...] diversos modos de produção, mas também segundo os estágios e fases do próprio capitalismo”. Com essas considerações, fica nítido que a ligação entre Estado e Economia está no centro das relações de produção e de sua reprodução. (POULANTZAS, 2000). Quando analisam Estado e Economia (capitalismo) de forma separada, a intenção é de esconder a “[...] presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção.” (POULANTZAS, 2000 p.18, grifo do autor).

Com este entendimento de como o processo de acumulação do capital se articula e constrói o Estado, pode-se compreender como o Estado opera por meio das políticas públicas o auxílio, para a manutenção e as transformações no processo de acumulação do capital.

A relação do processo de acumulação do capital com o Estado e sua via inversa do Estado com o processo de acumulação do capital não é direta e determinista. É sim uma relação conflituosa e dialética, pois a manutenção das duas instituições é feita a partir de sínteses cotidianas. Neste sentido, concorda-se com Freitag (1987, p. 24) quando esta recusa “[...] a concepção de um Estado diabólico a serviço do capital” e sugere “uma concepção probabilística, não determinista [...]”.

A política pública é forma pela qual o Estado intervém na vida do indivíduo e das organizações e que alcança todas as classes sociais. As políticas do Estado capitalista têm como objetivos a consolidação e manutenção, e quando esta não é mais necessária, a transformação, do o sistema de acumulação .

Desta forma como aponta Freitag (1987) o Estado assume para si a tarefa de criar e recriar espaços sociais que antes não estavam submetidos ao poder do Estado e mesmo em outros momentos ou contextos era de responsabilidade individual ou privada dos membros da sociedade.

Para Offe (1984), a política pública é o instrumento que Estado utiliza para pôr em prática a resolução do problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado, pois uma das consequências do processo de

acumulação capitalista é a desestruturação e a mobilização da força de trabalho. Neste argumento, Offe (1984) busca em Marx auxílio quando cita que a: “[...] transformação da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado é, ela mesma, parte do processo constitutivo da política social, cuja efetivação não pode ser somente explicada pela ‘coerção muda das relações econômicas’”. (MARX apud OFFE, 1984, p. 20).

É a própria expansão do modo de produção capitalista que devasta as possibilidades de uso da força de trabalho, como até então se conhecia. Desta forma, os indivíduos que são impactados por essa devasta não conseguem gerir a utilização da sua capacidade de trabalho para manutenção de sua subsistência. (OFFE, 1984).

O Estado do bem estar social provê aos seus cidadãos assistência e apoio aos que, como Offe (1991) diz, caem em miséria. Este arranjo estatal, em meados da década de 1970, perdeu a confiança incondicional devido à recessão econômica ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. Este fato fez com que renascessem doutrinas que se opunham ao Estado do bem estar, visto como uma chaga a ser curada, pois a assistência promovida pelo Estado, dizem os apoiadores desta doutrina, por um lado gera uma “alta” carga de impostos e, por outro, desestimula o trabalho, inibindo o capital de investimento e, por consequência, ocorre queda na taxa de lucros.

Observa-se que a doutrina procura as causas da queda na taxa de juros fora da dinâmica de acumulação do capital monopolista, mas não fora do modo de produção capitalista. Por que não procurar nas crises que são endógenas no ciclo conjuntural do crescimento, nas transformações técnicas que transformam trabalho vivo em trabalho cristalizado e, desta forma, abrindo a possibilidade de queda na taxa de lucros? Mas, com isso, não se quer mudar, miram-se os outros atores do modo de produção capitalista como, por exemplo, o Estado.

Esta concepção só é possível porque é o próprio processo de acumulação que cria a sua visão e ideia de mundo, como escreve Offe (1991, p. 118, grifo do autor) é a “posição de poder dos empresários, [que] abrange a capacidade de *definir* realidade”. Se este grupo pensa que o Estado recolhe um valor alto em tributos e que ao mesmo tempo desestimula a força de trabalho a ingressar no mercado de trabalho e que enquanto isso não mudar não se investe. É isso que vai acontecer. Pois como completa Offe (1991, p. 118, grifo do autor), são os investidores que

estão “[...] em posição de *estabelecer a realidade e os efeitos do ‘aperto’ nos seus lucros por meio das suas próprias interpretações*”.

Outra questão é como se desfazer de um Estado que reduz os salários reais, por meio da oferta de moradia, saúde, educação, transporte entre outros bens e serviços necessários à sobrevivência dos seres humanos (inclusive dos trabalhadores), que de outra forma deveriam ser custeados pelos próprios trabalhadores via um aumento real dos seus rendimentos, que é o salário. Nesta concepção, o Estado tem uma incumbência vital, como aponta Offe (1991, p. 126), tanto “[...] para o processo de acumulação quanto para o bem estar social e econômico da classe operária”.

Há muito esta questão já foi posta, porém nunca se encaminhava o debate. Neste sentido, concorda-se mais uma vez com Offe (1991, 119) quando diz que “[...] a contradição consiste em que o capitalismo não pode coexistir com o Estado social nem continuar existindo sem ele”.

O que parece estar em processo desde o final dos anos de 1970 é uma transformação no processo de acumulação capitalista que passa da sua fase monopolista para a sua fase financeira, e, assim, necessita de um outro tipo de Estado que possa regular este processo. Um Estado que regule a desregulamentação dos mercados existentes e passe para os cuidados do mercado bens e serviços que antes eram providos pelo próprio aparelho estatal.

Offe (1991) apresenta três níveis de elaboração para as políticas públicas. O primeiro, o mais visível e onde todos participam, é a escolha dos representantes da população que irão participar dos “[...] *processos políticos das decisões no interior do aparelho estatal*” (OFFE, 1991, p.129, grifo do autor) debatendo e decidindo sobre programas sociais, legislação e orçamentos. Neste processo, atuam as elites políticas que concorrem pelos escassos recursos. O segundo nível é a “[...] *matriz de poder social*” (OFFE, 1991, p. 129, grifo do autor), onde se produz, distribui e institui o poder político, para o autor este é o lugar das decisões das elites políticas e ocorre de forma menos visível. É neste nível que os políticos são influenciados por percepções de realidade, organizadas as agendas políticas, bem como as prioridades dos temas e as soluções dos problemas, os pactos e compromissos. É neste espaço que atuam atores coletivos que informam a realidade e subsidiam a tomada de decisão das elites políticas. (OFFE, 1991). E, por fim, o terceiro nível é a “[...] *luta pela redistribuição do poder social*” (OFFE, 1991, p.130, grifo do autor),

espaço onde ocorre a disputa da legitimidade de classe ou intraclasse na construção da realidade construída.

2.2 Neoliberalismo, Educação e Trabalho

As discussões em torno das inter-relações entre educação e crescimento econômico, crescimento econômico e remuneração do trabalho, e educação e remuneração do trabalho são imensas e quase infinitas, seja pelas abordagens propostas ou pelas perguntas feitas. Esta parte do capítulo tem como objetivo relacionar o sistema econômico aos debates referentes à educação, ao sistema econômico e aos sentidos do trabalho e este com as discussões sobre a educação.

Para dar conta desta tarefa e organizar a apresentação das ideias, o texto divide-se em três momentos, além desta apresentação. Na primeira parte, procura-se caracterizar o neoliberalismo no sentido de identificar as interfaces com a educação e com o trabalho. O que é? Em que consiste? De onde vem? Em seguida, a pretensão é debater algumas demandas do pensamento neoliberal assumidas no Brasil para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem como as demandas que esta articulação tem para o Estado. Já no terceiro segmento, a tarefa é perceber demandas que o processo neoliberal faz para o campo da educação, diretamente a partir da abertura de novos mercados, ou como resultado das reivindicações do setor produtivo com o objetivo de inserir-se no mercado global.

2.2.1 O Pensamento Neoliberal na Educação e no Trabalho

O pensamento neoliberal constitui-se como uma reação teórica e política contra o Estado de bem estar, tendo como subsídio teórico o texto de 1946 “O caminho da Servidão”, de Hayek.

O modelo de desenvolvimento do pós-guerra entrou em crise, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, período em que o mundo capitalista (a Europa e os EUA) vivenciou uma longa e profunda recessão¹, acompanhada de altas taxas de inflação² (ANDERSON, 1995). Esta realidade promoveu a construção de um ambiente de redução na taxa de lucro dos negócios. Iniciou-se, assim, o

¹ Recessão é a queda do índice de crescimento econômico que acarreta a queda de produção e desemprego.

² Inflação é um processo contínuo e generalizado de aumento de preços.

esgotamento das possibilidades de uma forma de acumulação do capital, que consistia da articulação do Estado do bem estar social com a forma de produção taylorista/fordista. (SOUZA, 2002).

Eventos simultâneos, como as inovações tecnológicas na área da microeletrônica, da informática e das comunicações, bem como os avanços políticos dos trabalhadores, potencializados pela concorrência intercapitalista, dão sustentação para o decréscimo da taxa de lucro, provocado pelo esgotamento do modo de acumulação. Este é o cenário onde ocorre a crise de acumulação do capital.

Para Souza (2002), a crise do capital em nível mundial fornece condições objetivas para a afirmação do neoliberalismo enquanto doutrina teórico-política de reação burguesa. Para Hayek e os intelectuais que se filiam ao pensamento neoliberal, as causas deste processo estavam localizados nos trabalhadores que exerciam pressão sobre o Estado, fazendo com que este aumentasse os gastos sociais (ANDERSON, 1995), e assim gastando mais e gerando inflação.

No sentido de superar essa crise, o capital tenta encontrar formas de reorganizar suas bases de acumulação, com o propósito de recuperar as taxas de lucro, agora num conjunto de circunstâncias, que incorpora o avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior socialização da política em nível mundial. Desta forma o capital reformula o modelo de desenvolvimento realizando transformações na forma de produção, bem como na regulação das relações de produção. (SOUZA, 2002).

Pode-se caracterizar este processo como um movimento de expansão do capital e de suas formas organizativas materiais e simbólicos culturais para outras regiões geográficas, bem como para outros setores da economia, da sociedade, em áreas que não eram organizadas segundo a lógica capitalista, mas segundo uma orientação pública. Neste sentido, evidencia-se a lógica expansionista e dinâmica que o capital tem ao articular a sua base produtiva, na economia, na política e na cultura. (SILVA JUNIOR, 2002).

É importante perceber que a produção capitalista produz mercadorias em maior quantidade e com preços menores, ou de outro modo, amplia a oferta de bens e serviços, porém não consegue produzir as condições para a expansão da demanda por estas mesmas mercadorias no mercado. O capital necessita modificar incessantemente as formas históricas de produção da vida humana, alterando a

cultura, a política e o Estado, bem como a maneira como o ser humano sente, pensa e vive. (SILVA JUNIOR, 2002).

Assim, torna-se necessário, para a dinâmica do capital, que ele se expanda, para que possa incorporar novas necessidades e, desse modo, manter ou ampliar a sua taxa de lucro. Silva Junior (2002, p. 19) corrobora este pensamento, quando diz que “[...] a compreensão do processo de expansão do capital para outros setores econômicos ou sociais, ainda não organizados segundo sua lógica, bem como da redefinição histórica das esferas pública e privada”, é uma questão de sobrevivência para o sistema, levando o capital, como diz Silva Junior (2002, p. 22) “[...] à mercantilização da esfera social da cidadania, isto é, dos direitos sociais”. Com isso, evidencia-se a necessidade do capital em realizar constantes modificações, pois estas se mostram imprescindíveis à sua própria manutenção. (SILVA JUNIOR, 2002).

É neste contexto que se insere a crise do Estado do bem estar, que segue as orientações econômicas do keynesianismo e a doutrina política do acordo social-democrata que incorpora no Estado as contradições da sociedade. Este processo está articulado ao esgotamento do modo de produção fordista/taylorista, que garantia a ampliação e/ou manutenção da taxa de lucros. Este arranjo, no contexto da crise do Estado do bem estar já não garante condições ao capital, pois este entra num processo de queda nas taxa de lucro. Encaminha-se o fim de uma etapa histórica do capitalismo. A nova etapa, a etapa neoliberal, desloca o capital para setores que antes não estavam organizados de acordo com a sua dinâmica. (SILVA JUNIOR, 2002).

Tal processo vai em direção de maior rentabilidade para o capital, agora sob hegemonia do capital financeiro, traz modificações na organização geográfica dos mercados, bem como no deslocamento de estruturas sociais que antes eram públicas e passam a ser privatizadas. (SILVA JUNIOR, 2002). O processo de acumulação neoliberal reorganiza o processo produtivo, e não só isso, também reorganiza a sociedade para esta nova etapa de acumulação.

Na sequência, discutem-se as demandas da articulação neoliberal para o Estado e o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem com as demandas que esta articulação tem para o Estado.

2.2.2 O Estado Neoliberal e o Setor Produtivo

Aqui pretendo debater o significado de algumas demandas próprias do pensamento neoliberal para o Estado, para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores.

No que diz respeito às demandas para o Estado, estão postas a necessidade de estabilização macroeconômica e ajustes estruturais no aparelho estatal, assim como alterações nas normas jurídicas.

A estabilização macroeconômica que ocorreu com a implantação do Plano Real, foi acompanhada pela produção do superávit fiscal primário e a implantação da lei de responsabilidade fiscal, as quais promoveram o rearranjo da relação fiscal intragovernamental, bem como a reorganização da Previdência Pública. Essas mudanças serviram como base para as “reformas estruturais”, do sistema de saúde e da educação, encaminhando a desregulamentação destes setores antes organizados pelo Estado, com o objetivo de serem oferecidos aos mercados por meio das privatizações. Tais movimentos fazem parte de um processo de construção de um novo colonialismo. (FIORI, 1995)

Este redirecionamento do Estado brasileiro é instruído pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI na área econômica, na parte cultural a Unesco, na política a ONU e nas ações bélicas a Otan (SILVA JUNIOR, 2002), de acordo com a perspectiva de alargamento dos mercados via “universalização do capitalismo”. As agências, operadoras do pensamento neoliberal concentram a hegemonia política e econômica e suas orientações e ações mediadoras são seguidas por compartilhamento de visão de mundo das elites locais com as elites dos países (ditos) desenvolvidos por meio de uma intervenção consentida.

O Estado tem um papel fundamental para a implantação do neoliberalismo, por mais contraditório que isso pareça. Este pensamento defende que o Estado não deva interferir na sociedade, pois orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação. (SILVA JUNIOR, 2002).

O que está em disputa é o fundo público, que é produzido por meio da arrecadação de tributos. A gestão deste recurso obriga a negociação política de representantes do capital e do trabalho no interior do Estado, para a produção de políticas que podem favorecer a manutenção do capital ou garantir as políticas

públicas voltadas para o conjunto da população. (SILVA JUNIOR, 2002).

No que diz respeito ao setor produtivo, é toda uma reestruturação na forma de produção, visto que a industrialização brasileira teve início nos anos 1930. Entretanto, é na década de 1950, por meio do processo de substituição de importações, que a industrialização se consolida. A política de substituição de importações estimulou a produção local de mercadorias que antes eram importadas, desta forma o centro do processo era a incorporação de tecnologia articulada com a proteção do mercado nacional. Assim, consegue-se montar rapidamente um importante parque industrial, mas sem avanços em investimento em ciência e tecnologia. (SOUZA, 2002).

Quando a crise do processo de acumulação chegou ao Brasil, o parque industrial montado nos anos 1950, sem o devido investimento em ciência e tecnologia, ou, dito de outra forma, sem a produção de conhecimento local, se depara com a necessidade de colaborar para que o setor produtivo reorganizasse sua participação no comércio mundial, por meio dos padrões internacionais que exigiam a incorporação da microeletrônica, bem como de uma outra cultura organizacional. Essas necessidades fizeram com que as empresas buscassem inovações organizacionais, investimentos em equipamentos. Nesta direção, foi necessário repensar a qualificação dos trabalhadores por meio de programas de treinamento da força de trabalho que proporcionassem uma nova forma de produção. (SOUZA, 2002).

É necessário dizer que o papel do indivíduo capacitado na ampliação da produtividade que contribui para a riqueza sempre esteve presente, e foi formulada de forma mais clara por Adam Smith, quando da exposição sobre a divisão social do trabalho.

O que ocorre quando se passa a viver sob a ideologia neoliberal é uma série de transformações na forma de se produzir as mercadorias necessárias à manutenção da existência humana na Terra. De acordo com Souza (2002, p. 83) “[...] as consequências da reestruturação das forças produtivas têm apontado, contraditoriamente, em duas direções: de um lado, impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação”.

O movimento que impulsiona a ampliação da qualificação do trabalho é seguido do aumento na procura das atividades educativas, por parte do capital, bem como dos trabalhadores. (SOUZA, 2002). Para Antunes (1995, p. 54), “[...] a

intelectualização do trabalho manual é coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico”, pois, como diz Souza (2002) percebe-se o fortalecimento de um processo de aproximação entre a ciência e o trabalho, assim mantém-se a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal dicotomia será transformada num “diferencial de qualidade e produtividade na indústria e na vida cotidiana do mundo contemporâneo”. (SOUZA, 2002, p. 85). Para Frigotto (1995, p.146):

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador, aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.

Seguindo nesta direção, no processo de reestruturação produtiva que vem informado pela visão neoliberal para a solução da queda da taxa de juros, os investimentos capitalistas na educação transformam-se no centro da política industrial como um caminho para alcançar a competitividade. (SOUZA, 2002).

A educação torna-se uma “[...] ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador [...]” (BRASIL; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP; PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – PADCT, 1993, p. iv), bem como com vistas a proporcionar uma “melhor distribuição de renda”, desta forma a “valorização dos recursos humanos”, por meio do acesso da educação básica, técnica, bem com educação continuada, transformando-se assim em parte fundamental para a aliança buscando desenvolver a competitividade. A educação passa de um direito dos cidadãos para um dever do indivíduo, que se torna responsável pela competitividade do setor privado.

2.2.3 Transformações na Educação

Neste quadro de transformações, compreende-se a importância do conceito de competição global na concepção do país como produtor de bens e serviços para o mercado e como consumidor de bens e serviços deste mesmo mercado. É neste contexto que insere-se a educação, como o principal requisito para a integração no mercado de trabalho, em face do atual processo de transformação. (OLIVEIRA, 2000).

Desta forma, diz-se e acredita-se que a educação possa resolver todos os males do ser humano e da sociedade. Se todos os recursos fossem destinados a esta atividade, tudo se resolveria, todas as mazelas do mundo teriam fim. A educação passa de um direito dado à cidadania, no de sentido produzir, a partir do indivíduo o ser humano em cidadão, para ser apropriada e ressignificada pelo processo de acumulação capitalista, sendo então percebida como instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza. Neste sentido, reinterpreta-se o pensamento produzido pela Teoria do Capital Humano. (OLIVEIRA, 2000).

A Teoria do Capital Humano (TCH), concebida na década de 1950, contribuiu para evidenciar o papel da educação no crescimento e desenvolvimento das nações, em um tipo de processo de acumulação, que é o do Estado do bem estar social. Concorda-se com Oliveira (2000) quando diz que os pressupostos da TCH foram válidos nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Neste contexto, faz-se necessária atenção quanto ao descompasso da década de 1950 e as “[...] possibilidades de uma reedição desta mesma teoria nos dias atuais”. (OLIVEIRA, 2000, p. 192).

A leitura que se faz é que a TCH auxiliou a modificar e mistificar as discussões sobre a educação, que passaram a ser medidas, de acordo com Silva (2002, p. 64) “[...] pela rentabilidade econômica prevista no investimento, sobrepondo-a ao direito humano de formação cidadã, de igualdade e de coesão social ou de razões humanitárias”.

Diante deste novo entendimento, as despesas com educação passaram a ser comparadas e medidas por indicadores de “investimento industrial”, assim, conceitos de custos, mercado, concorrência, competitividade foram introduzidos como forma de favorecer a expansão, e como diz Silva (2002, p. 65), “[...] a abertura de mercado para a educação privada, para empresários de equipamentos técnicos, de informática e do livro didático”.

O fenômeno da reestruturação produtiva tem forçado as organizações a outra atitude frente à competitividade e à qualidade das suas mercadorias, derivando daí o estabelecimento de novas solicitações para o sistema educacional, visando a formação, bem como a qualificação de um trabalhador preparado para as novas demandas da produção capitalista. (SOUZA, 2002).

As necessidades do setor produtivo na busca da competitividade, num mercado globalizado, concedem outro valor ao processo educativo, dentro da readequação do modelo de desenvolvimento neoliberal. Neste sentido, materializa-

se uma política educacional que apropria a educação às conveniências do mercado, por meio da adaptação da escola às transformações sociais e econômicas que ocorrem em conformidade com os objetivos de manter as condições de acumulação capitalista. Não bastasse esta apropriação da instituição escolar, é exigido agora que a escola se organize, para que funcione por suas próprias condições, captando os seus recursos no movimento do mercado do qual ela agora faz parte. (SOUZA, 2002).

Para Silva Junior (2002), quando o capital adentra no conjunto da sociedade vai criando, por meio de diferentes modos, uma realidade sob o desígnio do “império do privado” para as instituições de ensino. Desta forma, a educação, e em especial a educação superior, foi reorganizada com forte intencionalidade pelo Estado para ser obediente às regras do privado e submetendo as “[...] práticas sociais de docência, pesquisa e extensão [...] à racionalidade mercantil” como informa Silva Junior (2002, p. 49).

É assim que o ambiente competitivo incorpora a instituição escolar em acordo com pensamento neoliberal, que tem como proposta central para a educação a intensificação da privatização da escola pública como política de Estado (SOUZA, 2002), bem como uma reorganização do ensino privado, de modo a favorecer as instituições que visem lucro com atividade de educativa. Para Friedman (1993), na medida em que mantêm instituições de educação superior, os governos devem cobrar dos estudantes anuidades correspondentes ao custo dos serviços educacionais, comparando a despesa individual com educação com investimento em uma empresa arriscada ou como investimento em uma empresa recém formada.

Para que ocorra uma reorganização do ensino superior, é necessário aproveitar-se, como diz Souza (2002, p. 87), “[...] da notória crise da escola pública e da decomposição do sistema educativo”, para que o capital possa procurar no setor educacional resposta a sua crise de acumulação. Desta forma, quando os domínios da administração educacional percebem os novos requisitos de produtividade e qualidade, o pensamento de Friedman reconfigura-se.

Com essa intencionalidade, a qualidade passa a conter uma relação com vistas à comercialização de uma mercadoria, que tem requisitos externos e não como algo inerente ao processo de ensino/aprendizagem. (SOUZA, 2002). Para Gentili (1995), no momento em que a instituição escolar passa a ser concebida como empresa, ela começa a realizar as suas atividades com “qualidade” para que

possam disputar diversos mercados. O sistema escolar se transforma em um mercado disputado e, com isso, a “qualidade” deveria melhorar.

Este processo é tomado com tanta naturalidade que Ribeiro (1992, p. 28-29) afirma “[...] ser [necessário] promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado”. Continua Ribeiro (1992, p. 29), ao conclamar “o 'lobby' dos empresários, que precisam de competitividade, tem que ser exercido sobre todos os atores do processo”.

Neste espaço do trabalho, procurou-se seguir um roteiro que evidencia a vinculação do sistema econômico, com as demandas para o setor produtivo, em especial, a força de trabalho. Estas demandas se relacionam ao sistema educativo, notadamente, o ensino superior, bem como as demandas do setor econômico para o Estado como organizador e regulador da sociedade. Procurou-se realçar o duplo papel do ensino superior, na condição de hegemonia do pensamento neoliberal. Por um lado, espera-se que a educação forme e reforme o trabalhador para as novas demandas da produção, mas não só isso, que também prepare os sujeitos para o individualismo e o consumo hedonista. De outro lado, descobre-se o sistema educativo como uma nova fronteira para incorporar a dinâmica da acumulação capitalista.

Na sequência, apresenta-se a relação do Estado com o sistema econômico mediado pelas políticas públicas.

2.3 As Recomendações do Banco Mundial para a Educação Superior

A Conferência de Bretton Woods³, segundo Silva (2002, p. 51), marca uma “mudança no eixo político-econômico mundial e a afirmação da hegemonia do centro financeiro de Wall Street”. Entre outros acordos, instrumentos e organismos, é criado o Banco Mundial que, em suas origens, tinha como principal objetivo financiar projetos nas áreas da agricultura e desenvolvimento rural, indústrias e a educação, entre outros. Em um primeiro momento, o Banco Mundial destinava-se aos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Concluído esse ciclo, passa a emprestar

³ Encontro realizado em 1944 nos EUA com a presença de 44 estados nações. O objetivo da reunião foi reorganizar o sistema econômico destruído pelas duas guerras mundiais e pela crise de 1929, por meio da ordem monetária internacional. Nesta reunião criou-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

recursos e prestar de assistência técnica aos países em desenvolvimento da Ásia, África e América do Sul, e, com o passar do tempo, também assume importância por meio do exercício do seu poder discricionário.

Pode-se perceber que, durante a sua trajetória, o Banco Mundial vem ampliando o âmbito de sua intervenção na formulação de políticas e estratégias, sob o manto de processos de cooperação técnica e financeira aos países devedores. Atua cada vez com mais força como instituição que concebe e delibera políticas para o setor social e tem capacidade para introjetar e difundir a concepção de mundo dos *bussines man* de Wall Street, vale lembrar a mudança de eixo quando da Conferência de Bretton Woods.

Nesta parte do trabalho, apresentam-se as recomendações que o Banco Mundial propõe para a educação superior nos países em que ele presta assessoria. Estas recomendações estão expressas no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em espanhol em 1995. O estudo de autoria do Banco Mundial faz parte da série *El Desarrollo em la práctica* e tem como objetivo difundir a experiência do Banco nos países em que ele atua e também sintetizar as suas orientações para os elaboradores de políticas públicas nestes mesmos países.

No ano de 1995, época da publicação do estudo acima referido, vivia-se o centro de um processo de reorganização político-econômica em nível mundial, que tinha como símbolo a queda do Muro em Berlim no ano de 1989, ao mesmo tempo em que ocorria a assunção da ideologia neoliberal que sustenta uma nova forma de acumulação do capitalista, avançando para setores e espaços sociais antes não organizados pela lógica do capital. Um destes é o setor educacional, mais especificamente o objeto deste estudo, o ensino superior, a partir de uma ressignificação da Teoria do Capital Humano formulada na década de 1950.

Para poder organizar o texto, esta parte do trabalho está organizada em três partes. A primeira, “Desafios e limitações”, versa sobre a análise que o Banco faz do contexto da educação superior nos países em desenvolvimento. A segunda, “A diferenciação institucional”, mostra a visão do Banco sobre a função e a necessidade de diferentes tipos de Instituições de Ensino Superior (IES), no sentido de vencer os desafios postos para este nível de ensino superior e apresenta a proposta para colocar a educação superior num patamar diferente para que o país possa se inserir na economia global. Na terceira, a “Redefinição da função do

governo”, trata da proposta do Banco Mundial com o intuito de reorganizar a função do Estado no contexto neoliberal.

2.3.1 Desafios e Limitações

A principal função das Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com o Banco Mundial (1995), é a formação de recursos humanos qualificados e profissionais habilitados. Estes participariam do processo de “desenvolvimento, adaptação e difusão das inovações” no âmbito nacional. As IES também devem assumir o papel de ser um espaço de construção de novos conhecimentos, bem como de propiciar um ambiente de transferência, adaptação e divulgação tecnológica por meio do ensino e da pesquisa. (BANCO MUNDIAL, 1995). Pode-se perceber que para o Banco, o ensino superior assume um papel central no desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, o texto apresenta um dos novos papéis da educação superior, o de ser um insumo importante para o desenvolvimento econômico, de acordo com o que diz a Teoria do Capital Humano da década de 1950.

É nessa perspectiva que o Banco constrói sua análise do contexto interacional sobre a educação superior, evidenciando as limitações deste setor e mostrando como estas afetam o desenvolvimento econômico e social dos países emergentes. Tal análise é necessária para as intenções do documento, na realidade é o alicerce em que é construído, onde estão ancoradas as propostas de saídas, as soluções e quais as medidas devem ser tomadas por meio de políticas públicas operadas pelo Estado e elaboradas pelos intelectuais orgânicos do Banco Mundial.

No final da década de 1960, o Estado começa a perder a sua capacidade de financiar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de proporcionar bem estar ao conjunto da população. Como forma de controlar este descompasso, os governos fizeram ajustes em seus gastos e em suas fontes de receitas, iniciando-se um período de restrições orçamentárias. Uma das primeiras áreas a terem o seu financiamento reduzido foram as áreas sociais, e, entre elas, a educação. De acordo com o Banco Mundial, o financiamento do ensino superior, em todos os países, é feito em grande parte pelos recursos públicos (BANCO MUNDIAL, 1995), e, por conta deste tipo de financiamento, os custos unitários do ensino superior são mais elevados em comparação ao ensino infantil e básico. Para o Banco, surge, entre

tantas questões, o problema: Como conservar ou melhorar a qualidade do ensino superior quando se restringem os recursos públicos para a educação? A resposta é direta e sem rodeios, o Banco sugere que as famílias e os indivíduos financiem a educação superior, ou seja, o ensino passa a ter financiamento privado.

O Banco evidencia a ineficiência no financiamento público do ensino superior. Ao observar o setor educacional, o Banco verifica do lado do ensino uma baixa proporção entre estudantes e docentes e, do lado da pesquisa, os baixos resultados dos trabalhos científicos, estes últimos, segundo o Banco Mundial (1995), pelas poucas repercussões destes estudos para o setor produtivo. Também informa que a formação dos alunos não teria aderência as necessidade do mercado de trabalho, no que diz respeito à quantidade de alunos graduados e nem às áreas de conhecimento de que o mercado necessita.

Argumenta o documento do Banco Mundial (1995), ainda sobre o mesmo tema, que são nas Instituições de Ensino Superior (IES) universitárias de natureza pública onde ocorrem as atividades de ensino e pesquisa e que estas, apesar de proporcionarem emprego para uma boa parte de cientistas, são basicamente instituições de ensino. E este não tem aplicação prática. Outro problema é que a oferta do ensino é realizada sem custos diretos para os alunos que optam por cursos sem aderência ao mercado de trabalho, o que resultaria em desemprego de graduados e uma ineficiência de todo o processo. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Sobre o desemprego de portadores de diploma, o documento do Banco Mundial (1995), responsabiliza o setor público, pois seriam as políticas públicas que desorganizam o mercado de trabalho, criando alterações por meio do emprego estatal garantido e dos altos salários para os diplomados, estimulando assim os alunos a cursar o ensino superior. (BANCO MUNDIAL, 1995). Continua o argumento apontando que tais interferências no mercado de trabalho informam ao aluno benefícios ilusórios, pois não existem empregos disponíveis depois da graduação. (BANCO MUNDIAL, 1995). Desta forma, quando o Estado é responsável pelo controle da oferta do ensino superior, a quantidade de ingressos e a distribuição por áreas do conhecimento não está relacionada com a demanda de mercado e nem com as aptidões dos estudantes. (BANCO MUNDIAL, 1995). Neste caso, para Banco Mundial (1995), a capacidade da economia em absorver de graduados no ensino superior está relacionada ao crescimento econômico.

Evidenciada então a realidade construída pela inteligência do Banco, o

documento aponta a necessidade de se realizarem reformas, porque, de outro modo, “muitos países estão destinados a entrar no século XXI com uma preparação insuficiente para competir na economia mundial, onde o crescimento dependerá cada vez mais dos conhecimentos técnicos e científicos”. As reformas têm como objetivo colocar os países num patamar “global” de competição, para isso o caminho é aumentar a eficiência do ensino superior por meio do estímulo ao financiamento privado da educação. (BANCO MUNDIAL, 1994).

O texto está bem organizado, pois, depois de produzir a análise e exemplificar a crise no ensino superior, em especial o ensino universitário público, e a sua conexão com o futuro do desenvolvimento econômico, analisa as experiências de outros países em desenvolvimento para demonstrar como pode-se conseguir metas de maior eficiência, qualidade e equidade no ensino superior. Aponta quatro orientações chaves para fazer a reforma do sistema educacional e conseguir as metas sem aumentar o gasto público. São elas (BANCO MUNDIAL, 1995):

- a) incentivar a maior diferenciação nas Instituições, encorajando os estabelecimento de instituições privadas;
- b) proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, entre elas, a participação dos estudantes nos gastos públicos, e a estreita vinculação entre o financiamento público e os resultados;
- c) redefinir a função do governo no ensino superior, por meio da formulação de marcos jurídicos que orientem as políticas públicas;
- d) adotar políticas que estejam destinadas concretamente a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

Essas orientações serão examinadas e problematizadas na sequência do texto.

2.3.2 A Diferenciação Institucional

O modelo de Instituição de Ensino Superior (IES) tradicional, para o Banco Mundial (1995), é o tipo de universidade europeia de pesquisa. E este tipo, como demonstrado no item “Desafios e limitações”, tem custos elevados e não é eficiente. Como se isso não bastasse, ainda não tem aderência as “múltiplas demandas do desenvolvimento econômico”, bem como não é adequada às necessidades de

aprendizagem de um estudante mais diverso.

Qual seria então a solução? Promover na área do ensino superior uma diferenciação, pois o estudante é diverso. Pode-se observar a lógica de mercado entrelaçada na análise e nas proposições do Banco. Se existem alunos (consumidores) para os cursos superiores, diferenciados seja por idade, sexo, renda, capacidade de aprendizagem, interesse na aprendizagem, etc... também devem existir IES diferenciadas.

Inserir diferenciação no ensino superior, tendo como modelo de IES a universidade com financiamento público, significa primeiro a criação de instituições de ensino não universitárias e, segundo, o fomento de instituições privadas. Desse modo, o ensino superior conseguiria satisfazer a demanda crescente e, pelo lado da oferta, se adequar às necessidades do mercado de trabalho, isso sem que se tencionem por recursos orçamentários públicos. (BANCO MUNDIAL, 1995).

O documento do Banco Mundial (1995) informa a necessidade de realizarem-se esforços no sentido de consolidar uma gama de instituições e, paralelamente, organizar um marco jurídico-normativo viável para a existência de cursos e instituições não universitárias (politécnicos, institutos profissionais e técnicos de períodos curtos, *community colleges*, educação a distancia e programas de educação de adultos). Segundo essa organização, tal movimento é necessário, pois “[...] se necessita para fazer frente ao desafio proposto para transição para uma economia de mercado” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.34).

Para o Banco Mundial, a vantagem dessas instituições é o custo, visto que por se tratar de cursos breves e com taxas de abandono baixas, oferecem menor gasto anual por estudante. (BANCO MUNDIAL, 1995). Continua o documento, as instituições “[...] oferecem oportunidades de ensino que respondem de forma flexível a demanda do mercado de trabalho e não a fatores relacionados a oferta [...]” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 35), e, ao mesmo tempo, auxiliam na incorporação ao ensino superior de grupos minoritários e “[...] economicamente em desvantagem [...]”. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 35).

Não se pode esquecer o argumento e apelo que tem o moderno e voltado ao mercado, à prática da vida cotidiana. Os cursos que se reorganizam para teoricamente suprir o mercado de trabalho da economia moderna e global, desta forma (a)traem os alunos.

Sobre as instituições privadas, o Banco Mundial (1995) aponta como sendo as

mais eficazes que existem nos países em desenvolvimento, pois adequam-se às demandas dos alunos e do mercado de trabalho. Outra vantagem é que aumentam a oferta do ensino superior sem tensionamento ao financiamento público.

A responsabilidade do governo para o ensino superior, de acordo com a sugestão do Banco Mundial (1995, p. 37), seria então “[...] fomentar o desenvolvimento do ensino superior privado” buscando complementar as instituições públicas e estimulando estas últimas a controlar os custos vinculados ao aumento das matrículas.

Um problema apontado pelo Banco Mundial (1995) é a inexistência de um marco jurídico e normativo adequado, que pode prejudicar o crescimento da educação superior privada. Neste tipo de norma jurídica, deveriam ser evitadas “[...] regulamentações restritivas que oprimem a iniciativa privada [...]”. BANCO MUNDIAL, 1995, p. 41). Desta forma, o Banco vê como positivo quando o governo cria um sistema básico e coerente de regulamentação que permite que prospere o ensino superior do setor privado. Essas normas, marcos e regulamentos devem ser operacionalizados por políticas públicas que favoreçam o ensino privado, por meio da “eliminação de barreiras” às matrículas e com “incentivos financeiros” que deem suporte ao desenvolvimento e melhorias das instituições e, assim, criem regras de avaliação dos cursos superiores, providenciando assistência técnica que auxiliem no planejamento e na gestão das Instituições privadas para planejar e gerir. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Claro que a existência de subsídios estatais é bem vinda. O Banco Mundial (1995, p. 41) aponta este como “fator importante para explicar o crescimento do ensino superior privado em alguns países como Coreia, Filipinas, Indonésia, Japão e Tailândia”. Este apoio pode ser feito de muitas formas: (a) liberação de funcionários públicos para dar aula; (b) exoneração fiscal; (c) subsídios monetários diretos; e (d) concessão subvencionadas de terras. Para o Banco Mundial (1995), não se trata de promover “a subvenção do setor privado”. Ao contrário, para o Banco essas ações auxiliam na ampliação da “[...] matrícula a um menor custo para o governo que ampliar as instituições públicas” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 41), é só por isso que os incentivos se justificam.

O ensino superior, agora então com financiamento privado, transforma-se em mercadoria. E esta mercadoria, como o Banco Mundial (1995) bem sabe, apresenta uma demanda elástica com respeito ao preço e a renda. Para que as instituições

privadas possam oferecer boas instalações, cursos com custos elevados, investimentos em docentes com titulação e tempo integral, sem que seja necessário selecionar os alunos por renda, os governos devem auxiliar o setor privado. E podem fazer isso permitindo que as IES privadas

- (a) fixem seus próprios valores de matrícula e tenham um grau considerável de autonomia para determinar a composição dos alunos e os tipos de programas acadêmicos que oferecem ou, de outra forma;
- (b) podem proporcionar empréstimos e bolsas estatais aos estudantes necessitados que ingressam nas instituições privadas (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 42).

Esta última não exclui a primeira permissão.

O Banco Mundial (1995, p. 42) não deixa de informar ainda que “[...] todas as formas de doação de capital, [...] fundos para pesquisa e outro apoio financeiro”, que têm como objetivo incrementar a qualidade podem ser distribuídos entre as instituições públicas e privadas, tendo como base a qualidade de suas propostas.

Este novo sistema da educação superior inserido neste novo marco institucional, onde é possível a diversidade de oferta de ensino superior, seja nos tipos de instituições, seja no tipo de financiamento, é necessário que tenham aderência às demandas do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995), bem como é importante terem como enfoque a qualidade.

Para que o ensino superior tenha qualidade, o Banco Mundial (1995) aponta, por um lado, a necessidade de que o sistema seja irrigado com “bons egressos do ensino médio”, assim como professores “preparados e motivados”, inseridos em “instalações adequadas”, para que ocorram as atividades de ensino e pesquisa. O documento aponta que uma medida de professores preparados é a quantidade docentes e a sua titulação.

2.3.3 Redefinição da Função do Governo

Nos países em desenvolvimento, as Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com Banco Mundial, tem por marco regulatório o financiamento público. Para o Banco Mundial (1995), é imperativo reorganizar e redefinir a função do governo no ensino superior. Para tanto, existe no documento uma passagem que aborda a redefinição da função do Estado. O texto explica que o Estado tradicionalmente organiza a educação superior por questões políticas e econômicas, por meio do

acesso elitista, da garantia de emprego público e de sistemas econômicos estáveis.

Neste contexto, a educação superior deve ser provida pelo setor privado, mas com apoio financeiro do Estado, como apontado anteriormente, quando que se tratou da diferenciação institucional. A aplicação de recursos no ensino superior gera pesquisas básicas com a transferência tecnológica que promove desenvolvimento econômico. Assim, é a sociedade que se beneficia e deve contribuir, pois as inversões privadas no segmento do ensino superior não atingiriam o ótimo social (BANCO MUNDIAL, 1995).

Vale lembrar que a demanda pelo ensino privado esbarra na capacidade de pagamento dos alunos ou mesmo em questões vinculadas à obtenção de recursos financeiros. O mercado financeiro, de acordo com o Banco (1995), é incipiente e existem questões relacionadas à falta de garantia para os investimentos em educação que limitam a capacidade dos futuros alunos para obter empréstimos, o que prejudica de forma especial a participação de grupos meritórios, mas economicamente desfavorecidos, no ensino superior. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Com a intenção de enquadrar as IES públicas neste novo marco jurídico, o Banco Mundial propõe uma maior autonomia com maior responsabilidade. A autonomia das IES seria necessária, pois as restrições nas quais elas estão inseridas, que são as mesmas do setor público, criam rigidez e ineficiência na sua gestão, e, além do mais, o conceito de autonomia, no caso da IES públicas, segundo o Banco Mundial (1995), é um conceito vazio, pois elas dependem de uma fonte única de financiamento que é o Estado. O Banco argumenta que, com autonomia, as instituições poderiam também contratar e desligar pessoal, de acordo com a demanda de cursos, pois os custos com a folha de pagamento representam a maior parte das despesas. Do ponto de vista do Banco, a flexibilidade é essencial para que as universidades possam estabelecer programas que correspondam às novas demandas do mercado de trabalho e controlar os custos, reduzindo pessoal docente quando a proporção entre professores e estudantes estiver abaixo dos níveis de eficiência. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Desta forma, o governo deveria exercer uma função de controle direto, deveria proporcionar um ambiente favorável para que as Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas como privadas fossem estimuladas a satisfazer suas necessidades de ensino e pesquisa. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Para o Banco (1995, p.68), “os governos não devem interferir nos

mecanismos de mercado, nem nas prioridades institucionais, a menos que a necessidade de intervenção estatal seja necessária e se justifique no plano econômico”. O documento indica que à medida que o sistema se complexifica é necessária a colaboração de organizações institucionais ou profissionais que funcionem independente do governo, reservando a ação governamental “[...] ao estabelecimento legal das Instituições e a padronização das credenciais acadêmicas”. (BANCO MUNDIAL, 1995, p.69).

Para o Banco Mundial (1995), o Estado deve utilizar as políticas públicas com a intenção de guiar o desenvolvimento de um sistema diferenciado de ensino superior, deixando clara a função que cabe às organizações públicas e privadas. Segundo o Banco, é necessário que as políticas públicas tenham um marco jurídico coerente com incentivos e instrumentos orientados ao mercado e uma maior autonomia administrativa das instituições públicas. (BANCO MUNDIAL, 1995).

Conjuntamente com a elaboração de marco legal que dê conta destas novas demandas para o ensino superior, que amplia ou constitui o mercado da educação superior, o Banco Mundial (1995) sinaliza necessidade da existência de mecanismos de controle no setor do ensino superior. Para isso, propõe a criação de estruturas para a supervisão, por parte do governo, das políticas públicas e também das IES públicas e privadas.

Essas estruturas teriam a função de elaborar e desenhar as políticas para o ensino superior, bem como, a atividade de elaborar e controlar o orçamento e ainda construir as estratégias de fiscalização no sentido de avaliar o desempenho das instituições e dar ciência aos futuros estudantes (clientes?). Como estas estruturas de controle não existem da forma como é necessário nesta nova realidade, o Banco Mundial (1995) sugere para os governos que estabeleçam conselhos nacionais ou outros tipos de órgãos para que lhes prestem assessoria em matéria de política relativas à educação superior. Poderiam participar membros da academia, de órgãos do governo e empresas públicas e privadas. (BANCO MUNDIAL, 1995). Entre outras funções poderiam “[...] aconselhar os organismos externos de assistência e financiamento sobre a necessidade de investimentos.” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 86).

O documento do Banco Mundial (1995), mais adiante, esclarece que a reforma do ensino superior deve mobilizar o financiamento privado, ajudando o país a liberar recursos públicos necessários para melhorar a qualidade e o acesso de ensino nos

níveis primário e secundário. A organização se propõe a apoiar as reformas políticas que permitam a educação superior funcionar eficientemente, com baixo custo para o Estado. E informa, por fim, que os países dispostos a adotar um marco normativo que propicie estruturas institucionais diferenciadas e financiamento privado, seguiriam recebendo prioridade para empréstimos do Banco para a educação de nível superior.

O Banco passa, conforme Silva (2002, p. 67), a ser “[...] formulador de políticas para a educação, induzindo [...] e subordinando-a à racionalidade dos procedimentos econômicos”. Para que isso seja possível, além de terem acesso às informações da educação no país, continua Silva (2002, p. 68), “[...] treinaram uma equipe de técnicos locais que pudessem disciplinar a execução das prescrições, dos programas e fiscalizar o enquadramento normativo e operacional das políticas interna dos países”.

Para Silva (2002, p. 102), existe uma “intervenção externa com consentimento” que ocorre pela elaboração de estudos e políticas pelo lado do Banco Mundial e que tem como contrapartida certa boa vontade da elite orgânica nacional em absorver as recomendações. Se isso não fosse suficiente, o Banco formaria quadros técnicos e políticos para os altos postos do governo, visto que, de acordo com Silva (2002, p.102), existe uma “parcela de intelectuais que estiveram trabalhando no interior da sede do Banco Mundial, em Washington, e em seguida foram indicados para ocupar cargos na equipe ministerial da educação”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que desenvolvo tem como objetivo conhecer as orientações do Banco Mundial para a formulação das políticas públicas para o ensino superior, e a partir deste conhecimento observar as suas consequências no que diz respeito as transformações (ou não) do mercado de ensino superior.

O desejo de conhecer as características deste processo, os fatos e fenômenos desta realidade, para Triviños (2009), localiza esta pesquisa como sendo um estudo descritivo. Segundo o autor, este tipo de estudo exige métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados para que a pesquisa tenha certo grau de validade.

Este capítulo apresenta o tipo de estudo que se realizou, no sentido de conhecer melhor a forma como são pensadas, formuladas e orientadas as política públicas para o ensino superior, a partir do Banco Mundial, bem como verificar a eficiência, a eficácia e a efetividade destas orientações nas políticas públicas para o ensino superior.

3.1 Método de Abordagem

O método de abordagem, caracterizado por Marconi e Lakatos (2008), consiste em uma abordagem ampliada, em nível de abstração, dos fenômenos da natureza e da sociedade. O estudo que aqui se realiza, tem como referencial o método dialético que, como afirmam Marconi e Lakatos (2008, p. 110), adentra no mundo dos “[...] fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Neste sentido o quadro referencial teórico desta pesquisa localiza-se dentro da perspectiva do debate crítico

Quando se inicia o desenvolvimento de uma reflexão sobre a educação, a disciplina do ponto de vista da “coerência entre os suportes teóricos”, para Triviños (2009, p. 15) é uma dificuldade a ser superada e fundamental para qualificar o trabalho intelectual, pois o cruzamento de correntes do pensamento e as citações avulsas fora de contexto, podem isolar os conceitos tornando-os alheios à realidade social. (TRIVIÑOS, 2009). A coerência teórica encaminha determinados percursos na procura de verdades.

Na observação do mundo, segundo Triviños (2009), percebe-se que está

constituído por fenômenos e objetos, os quais podem assumir a natureza material ou espiritual. Estes últimos são os fenômenos que se produzem em nossa consciência, prossegue o autor, como pensamentos, ideias, sentimentos, juízos, entre outros. Os fenômenos de natureza material abarcam a realidade objetiva que fica fora de nossa consciência. Este entendimento de realidade abre caminho para o pensamento a compreensão do materialismo.

O materialismo filosófico busca na ciência as explicações do mundo, do homem e da vida. (TRIVIÑOS, 2009). Como o entendimento da matéria vai se transformando, a concepção do que é materialismo também procura acompanhar este movimento e, neste processo, constrói-se o pensamento do materialismo dialético que também tem na ciência o seu apoio para a compreensão do mundo. Entende-se que a matéria, em processo de transformação, é anterior à consciência e à realidade objetiva e suas leis são possíveis de se conhecer. (TRIVIÑOS, 2009).

É possível conhecer o mundo? O pesquisador consegue abarcar o objeto em toda a sua dimensão? Este é um tema que os filósofos têm mais condições de discutir. O que se pode dizer neste espaço é que este debate é formado por um grupo de pensadores que negam a possibilidade do ser humano conhecer o mundo e, outro, por pensadores que acham o ser humano capaz de conhecer o universo e suas leis. Entre estes, estão os pensadores do materialismo dialético. (TRIVIÑOS, 2009).

Para os pensadores do materialismo dialético, o homem é capaz de apreender a verdade absoluta, porém o conhecimento é relativo, em determinada época histórica. Desta forma, o entendimento da verdade absoluta não é instantâneo, é um processo que avança no conhecimento do objeto. Para os pensadores do materialismo dialético, o critério de verdade sobre o conhecimento do objeto é a prática social. (TRIVIÑOS, 2009).

Percebe-se, então, um nexos entre o conhecimento e as relações de produção materiais desenvolvidas historicamente pelas formações socioeconômicas. Porém, o conhecimento, uma vez gerado, como diz Ferreira Júnior e Bittar (2008), guarda uma determinada autonomia em relação ao contexto histórico formador, só tornando-se patrimônio universal da humanidade quando é capaz, conforme expressa Gramsci (1999 apud FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008) de apreender e explicar, na forma de síntese, o movimento histórico contraditório e complexo do seu tempo.

A pesquisa busca o apoio de Ferreira Júnior e Bittar (2008), ao explicarem

que a escola é uma instituição produzida pela civilização ocidental, sendo o *locus* social encarregado de sistematizar tanto a reprodução quanto a produção do conhecimento, tornando-se o principal mecanismo para realizar o processo de transmissão do conhecimento entre as gerações dos homens.

O conhecimento acumulado historicamente pelo processo de desenvolvimento da humanidade tem na instituição escolar um ambiente propício para o seu manuseio. No caso das instituições de ensino superior (IES), o exemplo que Ferreira Júnior e Bittar (2008) utilizam, o conhecimento é utilizado ora com a intenção de reproduzi-lo, por meio da educação, de novas gerações de homens e, num outro momento, padroniza os métodos teóricos de construção de novos conhecimentos. (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008).

O ser humano, como ser social e histórico, é delimitado por contextos econômicos, políticos e culturais e, neste ambiente, é criador da realidade social. Assim, a educação, para Ganboa (1999), é vista como uma prática resultante destes contextos, constituindo-se como um espaço da reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam as gestações de novas formas sociais.

As pesquisas crítico-dialéticas procuram demonstrar o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade, no sentido de evidenciar o conflito dos interesses, abrindo para as suas possibilidades de mudança. (GANBOA, 1999).

A abordagem dialética incorpora a origem empírica objetiva do conhecimento e também a interpretação e compreensão fenomenológicas que as considera como elementos abstratos, necessários à construção do conhecimento. (GANBOA, 1999).

A “concepção da realidade” ou de visão de mundo, como informa Ganboa (1999), auxilia na reconstrução lógica da integração das partes no todo, reencontrando a coerência interna dessas e compreendendo os seus nexos com as condições históricas e sociais da sua produção. Assim, a visão de mundo reconstrói o nexo entre natural e o histórico.

A visão de mundo entendido como uma percepção organizada da realidade que orienta a produção da pesquisa complementa Ganboa (1999), é a responsável pelas opções de caráter técnico, metodológico, teórico, epistemológico e filosófico, que o pesquisador faz durante o processo da investigação.

O conhecimento humano científico, tecnológico e cultural constitui-se em elemento superestrutural engendrado nas múltiplas e contraditórias relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza, durante o processo de

realização das suas condições materiais e espirituais de existência. Nesta perspectiva, o conhecimento, como representação abstrata da realidade concreta do mundo, expressa as duas dimensões da práxis social dos homens, isto é, a relação dialética entre teoria e prática. (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008).

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o intercâmbio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta de seu comportamento material. (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008)

O método de abordagem apresentado evidencia que o marco teórico deste trabalho insere-se no contexto da discussão crítica. Faz-se necessário, agora, discorrer sobre uma etapa mais concreta sobre qual será o método de procedimento.

3.2 Método de Procedimento

O método de procedimento, para Marconi e Lakatos (2008), representa a parte mais específica da pesquisa, tendo como fim estar contido dentro de determinada forma de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Relaciona-se com as fases da pesquisa. Neste sentido, o procedimento adotado nesta investigação será o da análise documental.

Quase todas as pesquisas que fazem uso de fontes, podem ser caracterizados como um trabalho que utiliza o método de análise documental. Este tipo de método tem como base a obtenção de material (textos, dados, etc...), sua organização e análise dos documentos.

A análise documental de acordo com Raimundo (2012) é tributária da “investigação histórica [que] ao pretender estabelecer sínteses sistemáticas dos acontecimentos históricos serviu [para] [...] reconstrução crítica de dados que permitam inferências e conclusões”.

O método articula ações que visam conhecer as relações do fenômeno estudado, por meio a partir do exame crítico de informações disponíveis em documentos que recebem tratamento orientado pelo problema de pesquisa. (PIMENTEL, 2001).

Uma primeira etapa do trabalho consiste em encontrar as fontes e localizar os documentos adequados para a pesquisa. Após esta etapa, é o momento de

organizar o material a partir de uma visão geral dos achados, de forma que os documentos façam sentido. Concomitante a este processo, é necessário realizar um descarte, esta parece ser a parte mais difícil para o pesquisador, pois é neste momento que se depara com os limites possíveis que se tem para a pesquisa.

É importante destacar que no processo de coleta do material, bem como o próprio estudo do material recolhido auxilia na determinação dos temas e na composição das categorias de análise. (PIMENTEL, 2001).

O tratamento dos dados é utilizado no sentido de decifrar, em cada texto ou número, informações que interesse o objetivo da pesquisa. Processo este que tem na codificação, interpretação e de inferências sobre as informações contidas a partir da relação e/ou correlação entre as informações coletadas. (PIMENTEL, 2001).

3.3 Coleta de Dados

A parte prática da produção de dados é organizada por um conjunto de técnicas e normas no sentido de produzir as informações que auxiliam no entendimento de como ocorre a influência dos organismos internacionais no processo de idealização e formulação das políticas públicas para o ensino superior e quais as consequências no que diz respeito as transformações (ou não) do mercado de ensino superior.

A coleta dos dados, como informam Lakatos e Marconi (2008), pode ser realizada pelo próprio pesquisador, constituindo-se em documentação direta ou documentação indireta, quando se recorre à pesquisa documental. Neste estudo, são utilizados dados originários de pesquisa documental. Para Triviños (2009, p. 112), a pesquisa documental fornece a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação, para levar a cabo a pesquisa. Segundo Caulley (1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse que se busca estudar.

De acordo Phillips (1974, p. 187 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38), são considerados documentos “[...] quaisquer materiais escritos que possam se usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Ampliando a noção de documento, Lüdke e André (1986) incluem leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos,

roteiros de programas de rádio e televisão, livros, estatísticas e arquivos escolares.

Para Lüdke e André (1986), a escolha dos documentos está embasada por ideias ou hipóteses, esta não é aleatória. Há, de modo geral, alguns propósitos guiando a seleção. Esta é segundo Guba e Lincoln (1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986), uma crítica que se faz à análise documental, a de que as escolhas são arbitrárias, procurando enfatizar determinadas temáticas. Cabe lembrar, como dizem Lüdke e André (1986), que o objetivo da análise documental é o de fazer inferências sobre os valores, ideologia das fontes, bem como dos autores dos documentos. Desta forma, estas “escolhas arbitrárias” devem ser consideradas, como um dado a mais na análise.

Os indicadores, para Rea e Parker (2000), são propriedades tangíveis e identificáveis da população estudada, pertinentes à problemática da pesquisa e contendo elementos significativos de resposta às hipóteses ou verificações, dado o âmbito teórico conceitual da pesquisa. É importante, antes de produzir os dados, saber quais informações se necessita, para isso foi realizado uma exploração nos dados da educação superior disponibilizados pelo INEP.

Neste estudo, a coleta de dados foi realizada por meio de documentos, constituindo-se então uma pesquisa documental. As fontes são o documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (BANCO MUNDIAL, 1995), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) e a Sinopse estatística da educação superior (INEP, 1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b), reunidos pelo pesquisador.

Assim, definiu-se o universo empírico da pesquisa como sendo o ensino superior do Brasil no período de 1995 a 2010. A fonte dos dados é Censo da Educação Superior, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este é um levantamento anual de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional que apresenta informações sobre os diversos níveis da educação superior como graduação (presencial e à distância), cursos sequenciais de formação específica e de complementação de estudos (presenciais e a distância), bem como informações sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) (INEP, 2011), sendo a unidade básica de coleta as IES. Os dados estão disponibilizados portal do INEP (www.inep.gov.br) Neste trabalho utilizam-se as Sinopses do censo da educação superior como fonte dos dados. As informações

estão organizadas em 19 arquivos, sendo destes 12 arquivos no formato de planilhas de dados, e cada um destes arquivos com cerca de 35 pastas, e mais 7 arquivos em formato proprietário com extensão de arquivo *portable document format* (.pdf) que no total somam 126 megabytes.

Com o intuito de conhecer as orientações do Banco Mundial para a formulação das políticas públicas para o ensino superior utiliza-se o documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (BANCO MUNDIAL, 1995), que trata de examinar as principais dimensões da crise pela qual passa o ensino superior nos países em desenvolvimento e avaliam as perspectivas de êxito nas reformas pretendidas pelo Banco Mundial.

Como forma de referenciar o contexto do período temporal do estudo e problematizar os dados do Censo da Educação Superior, são trazidos para o estudo dados sobre o mercado de trabalho formal, sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e sobre as despesas do governo federal.

Sobre o mercado de trabalho, as variáveis selecionadas foram os vínculos empregatícios no mercado formal de trabalho que possuíam o ensino superior e sua remuneração média no período de 1995 a 2010. Esses dados foram retirados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), disponível no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (www.mte.gov.br). E as informações do PIB foram retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<http://www.ibge.gov.br/>).

Com os documentos selecionados, realiza-se a coleta dos dados. Em uma primeira etapa, a intenção era de trabalhar com os microdados do Censo da Educação Superior. Foram selecionados do sitio no INEP os arquivos que, depois de preparados, resultaram em 80 novos arquivos, com 16.412.890 observações e 31.173 variáveis que, juntos, ficaram armazenados em 4,64 giga bytes e estavam assim distribuídos conforme o quadro 2 que apresenta a estrutura dos microdados do Censo da Educação Superior para os anos de 1995 a 2010, período de referência para o estudo proposto. Eles foram agrupados por equivalência de disponibilidade das informações. Desta forma, formaram-se cinco conjuntos.

Quadro 2 – Estrutura dos bancos de dados, por tipo de informação disponibilizada, por anos.

1995-1999	2000	2001-2005	2006-2008	2009	2010
Instituições de Ensino				Instituições de Ensino	
				Docentes	
				Bibliotecas	
				Unidades de Funcionamento	
Cursos de Graduação	Cursos de Graduação Presencial			Cursos de Graduação	
	Cursos de Graduação à Distância				
	Cursos Sequenciais de Formação Específica Presencial				
	Cursos Sequenciais de Formação Específica à Distância				
	Cursos Sequenciais de Complementação de Estudos Presenciais				
	Cursos Sequenciais de Complementação de Estudos a Distância		Cursos Sequenciais de Complementação de Estudos a Distância		
				Alunos	
			Vagas e inscritos dos cursos EAD		

Fonte: INEP (2012a) adaptado pelo autor.

Nota-se, no quadro 2, que durante cinco anos, no período de 1995 a 1999, as informações eram apresentadas por meio de dois bancos de dados, um sobre as IES e outro sobre os cursos. No ano 2000, as informações passaram a ser apresentadas em sete bancos de dados, um sobre as IES, e agora seis sobre os cursos superiores, os de graduação, os sequenciais de formação específica e de complementação de estudos nas modalidades presencial e à distância. Esta forma de apresentação se estendeu por nove anos, indo até o ano de 2008. Nos anos de 2001 a 2005, ou seja, durante cinco anos, não foi apresentado um banco de dados específico sobre os cursos sequenciais de complementação de estudos à distância.

No ano de 2009, os microdados estão disponibilizados em sete bancos de dados. Já no ano de 2010, eles estão disponíveis em cinco arquivos. As informações que eram apresentadas no banco de dados sobre as IES, agora se dividem em quatro. Um banco de dados sobre instituições de ensino, um sobre docentes, um sobre a biblioteca e o outro sobre as unidades de funcionamento. O banco de dados sobre os cursos de graduação também é apresentado de forma diferente, agora são novamente agrupados neste banco os dados sobre os cursos superiores, os de graduação, os sequenciais de formação específica e de complementação de estudos nas modalidades presencial e à distância, e são retirados e ampliados os dados sobre os alunos e sobre as vagas e inscritos dos cursos EAD. Observa-se, desta forma, que os dados são gerados de acordo com as necessidades de

acompanhamento, controle e regulação do Ministério da Educação.

Como se pode perceber, operacionalizar todo este material é bastante complexo, pois há que se compatibilizar os dados ano a ano, ou as variáveis deixavam de ser coletadas ou eram desmembradas. Também não são desprezíveis as mudanças por conta de alteração na legislação. Percebe-se neste ponto outra possibilidade de investigação de pesquisa. Como a legislação interfere na produção de dados? Como incorporar as mudanças de contingências sem perder série histórica dos dados? Qual o significado da falta de dados históricos sobre a realidade passada para produção de políticas públicas?

Todos os esforços, na medida do possível e do conhecimento disponível no momento, mediados pelo problema de pesquisa, foram feitos para poder compatibilizar esta “massaroca” de dados. Existem anos que os dados não são completos, em outros anos, o dicionário dos microdados não especificava as variáveis, em outras situações as variáveis não estavam no banco de dados. Aqui surgem outros problemas de pesquisa sobre os microdados: Será que os pesquisadores e técnicos do INEP não percebem que os dados não funcionam? Ninguém utiliza os dados? Como elaborar estudos e cenários sobre a educação superior sem informações que apresentem certo grau de confiança?

Este pesquisador, algumas vezes, entrou em contato com o INEP, para informar e solicitar os dados que não funcionavam. Já iniciou, desta forma, a elaboração da pesquisa sobre: Será que os pesquisadores e técnicos do INEP não percebem que os dados não funcionam?

O tempo investido na organização dos dados foi de mais de um ano de trabalho. Quando acreditei que todas as questões estavam compatibilizadas e seria possível retirar os dados dos arquivos organizados, deparei-me com a surpresa, espanto e desespero ao perceber que os dados pareciam inconsistentes. O que fazer?

...

A solução encontrada foi buscar esses dados mais agregados e preparados pelo próprio INEP. Assim, utilizam-se então os dados disponibilizados pelas Sinopses do Censo da Educação Superior. Ajudou, e muito, foi que durante as pesquisas realizadas com os microdados já tinham sido selecionadas as variáveis de estudo, que são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 – Primeiras variáveis selecionadas para o estudo com a sua descrição

Número	Variável	Descrição	Tipo
1	IES	Instituição de Ensino Superior	Ordinal
2	Ano	ano base do censo	Numérica
3	Região	região geográfica da IES	Nominal
4	Dependência Administrativa da IES	dependência administrativa da IES, podendo ser pública (federal, estadual ou municipal) ou privada (comunitária, confessional, com ou sem fins lucrativos)	Nominal
5	Natureza da IES	natureza da IES, podendo ser universidade, centro universitário, faculdades isoladas ou institutos.	Nominal
6	Área de Conhecimento	nome da área de conhecimento	Nominal
7	Quantidade de matriculados	quantidade total de matriculados antigos e atuais do sexo feminino e masculino do turno diurno e noturno	Numérica
8	Quantidade de diplomados	quantidade total de diplomados do 1º e 2º semestre do sexo feminino e masculino	Numérica
9	Quantidade de docentes	quantidade total total de docentes do sexo feminino e masculino em exercício	Numérica
10	Quantidade de docentes com Mestrado	quantidade total de docentes de turno parcial e turno integral com mestrado	Numérica
11	Quantidade de docentes com Doutorado	quantidade total de docentes de turno parcial e turno integral com doutorado	Numérica

Fonte: INEP (2012a) adaptado pelo autor.

As Sinopses Estatísticas da Educação Superior estão organizadas e apresentadas em forma diversa que a organização e apresentação dos microdados e, desta forma, não possuem as mesmas variáveis. Desta forma, reorganizaram-se as variáveis e definiram-se as categorias de análise de acordo com as indicações de Moroz e Gianfaldoni (2002) sobre as qualidades que as boas categorias devem ter:

[...] a) a exaustão: deve permitir a inclusão de todos os dados coletados relativos a um determinado tema; b) a exclusão mútua: deve permitir que cada dado seja classificado em apenas uma categoria; c) a objetividade: as diferentes partes do material devem ser codificadas do mesmo modo, ainda que submetidas a análises em momentos – ou por pesquisadores – diferentes, significando que, além de ter uma boa definição, a categoria deve tornar precisos os índices que determinam a inclusão de cada elemento [...]. (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 75).

Desta forma foi elaborado o quadro 4.

Quadro 4 – Esquema da construção das variáveis da quantidade de Instituições de Ensino Superior

Total de IES	IES pública		
	IES privada	IES particular	
		IES filantrópica	
	Total de IES universitária	IES universitária pública	
		IES universitária privada	IES universitária particular
			IES universitária filantrópica
	Total de IES não universitárias	IES não universitária pública	
		IES não universitária privada	IES não universitária particular
			IES não universitária filantrópica

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Visualizam-se no quadro 4 as categorias de análises elaboradas para este estudo. É uma combinação entre a categoria administrativa e a organização acadêmica. O recorte por categoria administrativa apresenta o 'Total de IES', inclui as 'IES pública' e 'IES privada'. Já o grupo 'IES pública' abarca as instituições sob responsabilidade federal, estadual e municipal e a divisão 'IES privada' inclui as 'IES particular' e as 'IES filantrópicas'. O grupo da 'IES particular' apresenta as instituições que dividem seus lucros com os seus proprietários e na divisão 'IES filantrópica' estão incluídas as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas que não visam lucros, isto é, o resultado é reinvestido na própria instituição

Quando o recorte é pela organização acadêmica, tem-se dois grupos. A 'universitária' (as universidades) e 'não universitária' que, dependendo do período, pode assumir escopos diferentes. No ano de 1995, fazem parte os Centros Universitários, as Faculdades Integradas e as Faculdades, Escolas e Institutos; no ano de 1999 agregam-se os Institutos Centros de Educação Tecnológica e no ano de 2008 tem-se outra divisão que representa os Centros Universitários, Faculdades, CEFET e IFET. Doravante, em todas as tabelas e figuras apresentadas ao longo do texto, seguem este esquema apresentado no quadro 3.

Foi necessário também uma reorganização nas variáveis de estudo, esta é apresentada no quadro 5 que mostra as variáveis selecionadas a partir das informações disponíveis na sinopse do Censo da Educação Superior.

Quadro 5 – Variáveis de estudo com a sua descrição

Número	Variável	Descrição	Tipo
1	IES	quantidade de Instituição de Ensino Superior	Numérica
2	Matrículas	quantidade de matriculados	Numérica
3	Concluintes	quantidade de concluintes/diplomados	Numérica
4	Docentes	quantidade total/em exercício de docentes	Numérica
5	Docentes doutores	quantidade de docentes com doutorado	Numérica
6	Docentes mestres	quantidade de docentes com mestrado	Numérica
7	Docentes com tempo integral	quantidade de docentes com turno integral	Numérica

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Sendo assim, resultam em sete as variáveis que são analisadas. Com as quinze categorias de análise, é possível elaborar o quadro 6, onde observa-se o cruzamento das categorias com as variáveis.

Quadro 6 – As variáveis e categorias de análise

	Quantidade	Matrículas	Concluintes	Docentes	Docentes doutores	Docentes mestres	Docentes tempo integral
	1	2	3	4	5	6	7
Total IES	a1	a2	a3	a4	a5	a6	a7
IES Pública	b1	b2	b3	b4	b5	b6	b7
IES Privada	c1	c2	c3	c4	c5	c6	c7
IES Particular	d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7
IES Filantrópica	e1	e2	e3	e4	e5	e6	e7
IES universitária Total	f1	f2	f3	f4	f5	f6	f7
IES universitária pública	g1	g2	g3	g4	g5	g6	g7
IES universitária privada	h1	h2	h3	h4	h5	h6	h7
IES universitária particular	i1	i2	i3	i4	i5	i6	i7
IES universitária filantrópica	j1	j2	j3	j4	j5	j6	j7
IES não universitária Total	k1	k2	k3	k4	k5	k6	k7
IES não universitária pública	l1	l2	l3	l4	l5	l6	l7
IES não Universitária privada	m1	m2	m3	m4	m5	m6	m7
IES não universitária particular	n1	n2	n3	n4	n5	n6	n7
IES não universitária filantrópica	o1	o2	o3	o4	o5	o6	o7

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Verifica-se no quadro 6 o cruzamento de sete variáveis selecionadas a partir dos dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior com as 15 categorias elaboradas para este estudo, resultando em 105 variáveis categóricas que auxiliam a responder o problema de pesquisa.

Depois de coletados os dados, foi necessária uma preparação dos mesmos para que fosse possível realizar a análise propriamente. Neste sentido, na sequência do texto, apresentam-se o tratamento e o roteiro de análise dos dados.

3.4 Tratamento e Roteiro de Análise dos Dados

Nesta parte do capítulo, mostra-se de que forma os dados foram organizados no sentido de possibilitar uma visão geral dos mesmos e encaminhar a discussão dos dados.

Os dados produzidos pela pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 113), "apresentam-se em estado 'bruto', necessitando da utilização de estatística para o seu arranjo, análise e compreensão". Neste estudo, assume-se que as ferramentas da área da estatística constituem-se em instrumentos poderosos para a análise e interpretação de um grande número de dados que esta investigação prioriza, cuja visão global torna-se difícil.

Neste sentido, a elaboração de coeficientes, indicadores, índices, tabelas e figuras auxiliam a compreender a complexidade das informações. Aproveita-se a análise estatística para descrever e organizar os dados, utilizando-se a planilha eletrônica do LibreBroffice, versão 3.5.

Os dados do Censo da Educação Superior são apresentados agrupados em sete blocos, cada bloco dá conta de apresentar uma variável, recordando: (1) IES; (2) Matrículas (3) Concluintes; (4) Docentes; (5) Docentes Doutores; (6) Docentes Mestres e (7) Docentes com tempo integral. Cada um destes blocos é composto por três tabelas e cada tabela por duas figuras. As tabelas apresentam as variáveis inseridas nas categorias (a) total; (b) universitária e (c) não universitária, e as figuras mostram a proporção, em percentual, das categorias administrativas públicas vis à vis privada e também particular vis à vis filantrópica.

Para ilustrar a organização e apresentar as tabelas e as figuras elaboradas, exibem-se a tabela 1 e as figuras 1 e 2.

Na tabela 1, apresenta-se a quantidade e a variação, de Instituições de Ensino

Superior (IES) no Brasil por categoria administrativa no período que se estende de 1995 a 2010. Trata-se, como diz Moroz e Gianfaldoni (2002), de uma tabela com informações cruzada, pois pode-se visualizar como se apresentam as relações entre as variáveis selecionadas também é uma tabela de duas entradas, visto que para cada variável são apresentadas duas dimensões, a frequência e a variação.

A variação é apresentada a partir da construção do índice base 100 que é um número-índice. Para Gil (1995, p.138), os números-índices são medidas estatísticas “[...] utilizadas para comparar grupos de variáveis entre si e obter um quadro simples e resumido das mudanças significativas”. O índice de base 100 acumula variações a partir de um ponto fixo. Para as variáveis 'Total', 'Pública' e 'Privada', o índice de base 100 é construído tendo como fixo o ano de 1995, e a partir deste ano vai-se acumulando variações percentuais. Para as variáveis 'Particular' e 'Filantrópica', o índice tem como fixo o ano de 1999, pois é neste ano que os dados estão disponíveis na Sinopse do Censo da Educação Superior. As notações três pontos “...” significa que o dado numérico não está disponível e os dois pontos “..” informam que não se aplica dado numérico. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2012).

Tabela 1 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(a)}$	Pública	$\Delta_{(a)}$	Privada	$\Delta_{(a)}$	Particular	$\Delta_{(b)}$	Filantrópica	$\Delta_{(b)}$
1995	894	100	210	100	684	100
1996	922	103	211	100	711	104
1997	900	101	211	100	689	101
1998	973	109	209	100	764	112
1999	1.097	123	192	91	905	132	526	100	379	100
2000	1.180	132	176	84	1.004	147	698	133	306	81
2001	1.391	156	183	87	1.208	177	903	172	305	80
2002	1.637	183	195	93	1.442	211	1.125	214	317	84
2003	1.859	208	207	99	1.652	242	1.302	248	350	92
2004	2.013	225	224	107	1.789	262	1.401	266	388	102
2005	2.165	242	231	110	1.934	283	1.520	289	414	109
2006	2.270	254	248	118	2.022	296	1.583	301	439	116
2007	2.281	255	249	119	2.032	297	1.594	303	438	116
2008	2.252	252	236	112	2.016	295	1.579	300	437	115
2009	2.314	259	245	117	2.069	302	1.779	338	290	77
2010	2.378	266	278	132	2.100	307

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: Na categoria filantrópica estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais

(a) Variação com base 100 em 1995.

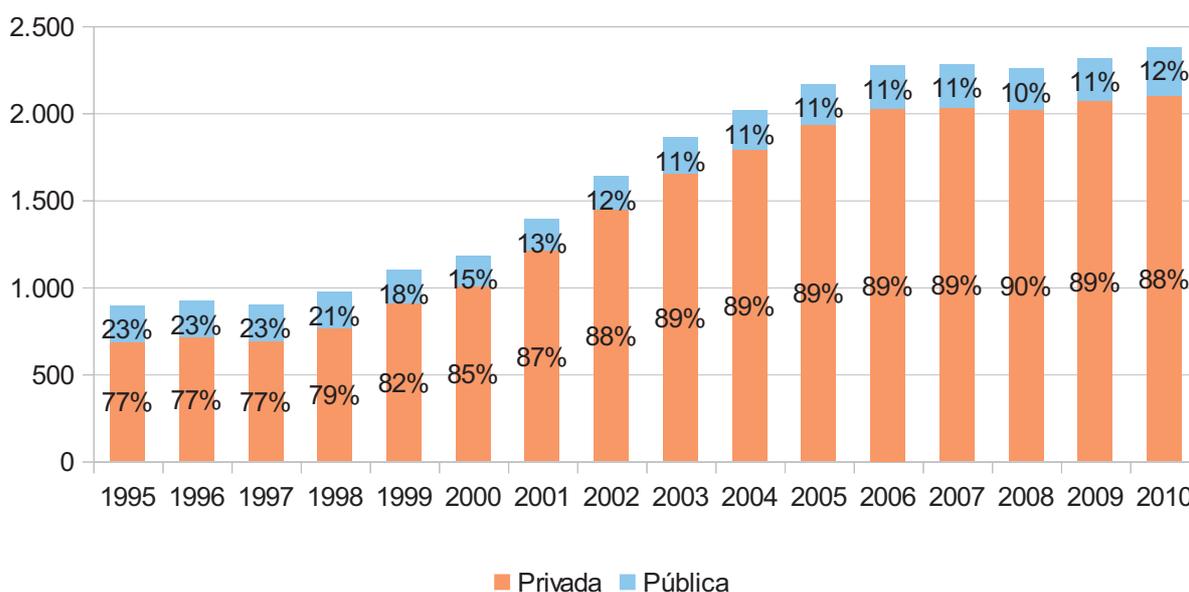
(b) Variação com base 100 em 1999.

Com os dados organizados pode-se compreender a tabela 1. Visualizando as diferenças e/ou igualdades e explicitando os diferentes contrastes de cada recorte proposto de forma clara. Para Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 78), a “[...] função da tabela é oferecer ao pesquisador [...] uma maior compreensão da massa de dados [...]”.

É desta forma analisa-se a tabela. Pode-se perceber, ao analisar a tabela 1, que no ano de 1995 existiam no Brasil um total de 894 IES, e destas 210 eram públicas e 684 eram privadas. Quando se observa o crescimento do indicador de base 100, percebe-se que o total de IES cresce 266 pontos percentuais de 1995 a 2010, as IES públicas 132 pontos percentuais...

O gráfico 1 exibe a proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil nas categorias administrativa privada e pública durante os anos de 1995 a 2010. A figura apresentada é um diagrama de colunas. Quando a categoria em análise for 'Total', a figura é representada por um diagrama de colunas, quando se tratar das categorias 'universitária' e 'não universitária', são utilizados diagrama de barras. Utiliza-se este artifício para diferenciar as categorias em análise. Na ordenada (eixo y) do gráfico, é apresentada a frequência da variável e na abscissa (eixo x) é apresentado o ano. As colunas apresentam a proporção, em percentual, da variável, sendo que a coluna soma 100%. A diferença na altura das colunas representa que a frequência total varia conforme o tempo passa.

Gráfico 1 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.

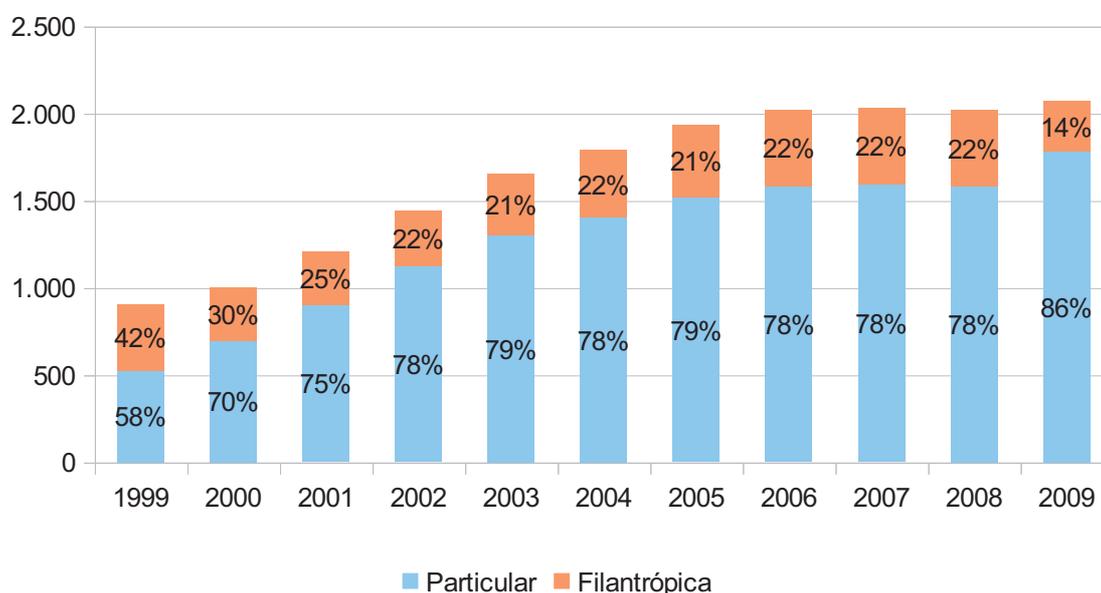


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

No gráfico 1, os dados, os mesmos da tabela 1, agora estão dispostos de modo que se pode observar ao longo do tempo a alteração na proporção da variável, apresentada agora em percentual, no período de estudo para as categorias administrativas pública e privada. Pode-se perceber que ocorreu um crescimento no total de IES e também nas IES públicas e privadas. Como ocorreu um crescimento maior nas IES privadas, nota-se que as públicas reduzem a sua proporção do total, passa de 23% em 1995, para 12% no ano de 2010...

O gráfico 2 exibe a proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil nas categorias administrativa particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009, tendo em vista que são esses os dados disponíveis e apresentados na tabela correspondente, tabela 1. A lógica de apresentação das figuras segue a mesma já descrita quando da apresentação do gráfico 1. O gráfico 2 aqui apresentado é um diagrama de colunas.

Gráfico 2 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 2 mostra os dados relativos às IES particular e filantrópica dispostos na tabela 1, porém são apresentados os dados na sua forma proporcional, em percentual do total. Desta forma, é possível identificar a trajetória da proporção da variável no período de estudo para as categorias administrativas filantrópicas e

particulares. Com esta disposição, saltam aos olhos as alterações da variável nas categorias administrativas ao longo do tempo. Visualizando a figura 03, é possível perceber que a contribuição da figura é mostrar que no ano de 1999 no segmento privado as IES particulares já possuíam 58% do total das privadas e atinge 86% em 2009. E as filantrópicas, não só diminuem a sua participação proporcional...

Depois de analisadas todas as tabelas e figuras do bloco, elaboraram-se algumas considerações com o objetivo de tentar responder as questões de pesquisa formuladas junto ao problema central. Cabe, neste momento, trazer novamente as questões de pesquisa:

- a) qual a quantidade e proporção, ao longo do período estudado do total de IES, das IES privadas e as IES públicas?
- b) qual a relação que se pode estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de IES? E por tipo de IES e natureza?
- c) como se comporta quantidade de matrículas e a quantidade total de docentes? Qual a trajetória da proporção entre estas variáveis?
- d) qual a ligação que se pode estabelecer entre a quantidade de matrículas e o PIB?
- e) qual a trajetória da quantidade total de docentes? E dos docentes mestres? E dos doutores? E dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES?
- f) qual a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior?

Com os dados preparados, o próximo movimento foi procurar dar sentido às informações produzidas no sentido de atender ao problema de pesquisa. Para Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 73) a interpretação dos dados propõe “[...] uma explicação adequada àquilo que se quer investigar”. É neste momento que se constroem relações entre os resultados obtidos e a investigação teórica realizada indicando, como propõem Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 71), “[...] diferenças, semelhanças, avanços e confirmações, ou não, no campo estudado”. Esta parte é analisada no capítulo 4.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada nos Censos da Educação Superior. Após a análise dos dados produzidos, por meio da coleta e tratamento dos mesmos, a ideia é que fosse possível visualizar o conjunto das informações para, na sequência, responder as questões de pesquisa elaboradas. Este primeiro passo, de análise dos dados, assume um papel básico para o pesquisador tomar posse de seus achados. Neste momento, foram analisadas as variáveis (1) IES; (2) Matrículas (3) Concluintes; (4) Docentes; (5) Docentes Doutores; (6) Docentes Mestres e (7) Docentes com tempo integral. Cada uma destas variáveis está inserida nas categorias (a) total; (b) universitária e (c) não universitária.

4.1 Instituições de Ensino Superior - IES

A tabela 2 apresenta a totalidade da variável Instituição de Ensino Superior (IES) no Brasil por categoria administrativa no período que se estende de 1995 a 2010, também apresenta a variação do ano de 1995 até o ano de 2010, a partir da construção do número-índice base 100. O objetivo da tabela é auxiliar na visualização da evolução das IES.

Tabela 2 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	894	100	210	100	684	100
1996	922	103	211	100	711	104
1997	900	101	211	100	689	101
1998	973	109	209	100	764	112
1999	1.097	123	192	91	905	132	526	100	379	100
2000	1.180	132	176	84	1.004	147	698	133	306	81
2001	1.391	156	183	87	1.208	177	903	172	305	80
2002	1.637	183	195	93	1.442	211	1.125	214	317	84
2003	1.859	208	207	99	1.652	242	1.302	248	350	92
2004	2.013	225	224	107	1.789	262	1.401	266	388	102
2005	2.165	242	231	110	1.934	283	1.520	289	414	109
2006	2.270	254	248	118	2.022	296	1.583	301	439	116
2007	2.281	255	249	119	2.032	297	1.594	303	438	116
2008	2.252	252	236	112	2.016	295	1.579	300	437	115
2009	2.314	259	245	117	2.069	302	1.779	338	290	77
2010	2.378	266	278	132	2.100	307

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

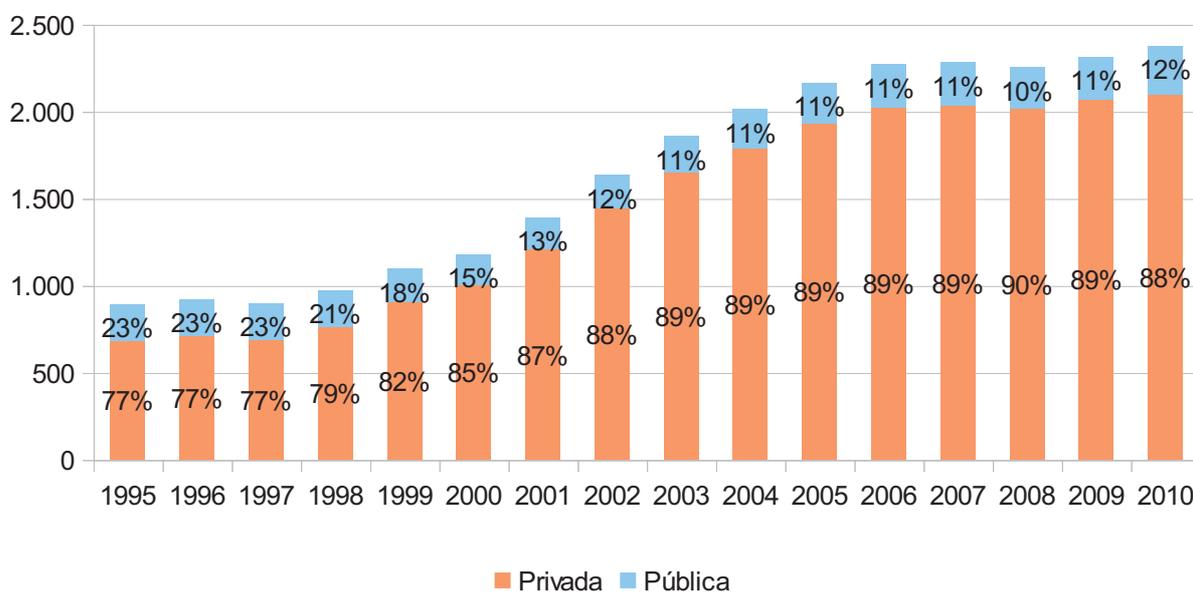
(c) Variação com base 100 em 1999.

Pode-se perceber, ao analisar a tabela 2, que no ano de 1995 existiam no Brasil um total de 894 IES, e destas, 210 eram públicas e 684 eram privadas. Nota-se que as IES privadas já eram maioria e compunham de forma estruturada o ensino superior brasileiro, confirmando assim que na época da reestruturação do sistema de ensino superior, o Estado já não possuía o monopólio na oferta do ensino superior, e que setor privado já estava bem estabelecido.

Observa-se que em todo o período estudado ocorreu um crescimento na quantidade de IES, com exceção do ano de 2008. Vale lembrar que este foi o ano do colapso do sistema financeiro nos Estados Unidos, ocasionando reflexos e repercussões em todos os países do planeta. Quando se observa a trajetória do número-índice base 100, percebe-se que o conjunto das IES cresce em 266 nos anos de 1995 a 2010, e a IES pública 132, bem menos que o total, enquanto a IES privadas apresentaram uma evolução de 307 no mesmo período, bem acima do crescimento do conjunto de IES. Quando se olha com mais atenção para a composição das IES particulares, percebe-se que já no ano de 1999 a categoria administrativa particular possuía 562 IES e as filantrópicas 379 IES. O que a tabela 01 mostra é que no período que vai até o ano 2009 ocorre uma ampliação das particulares com um crescimento de 338 no indicador calculado, passando para 1.779 IES. Já as filantrópicas reduzem-se para 290 IES, indicando uma queda de 23% no período estudado.

No gráfico 3, é apresentada a proporção, em percentual, da variável Instituição de Ensino Superior (IES) na categoria administrativa pública e privada no período estudado. O objetivo do gráfico é comparar o desempenho do percurso entre as categorias administrativas.

Gráfico 3 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.

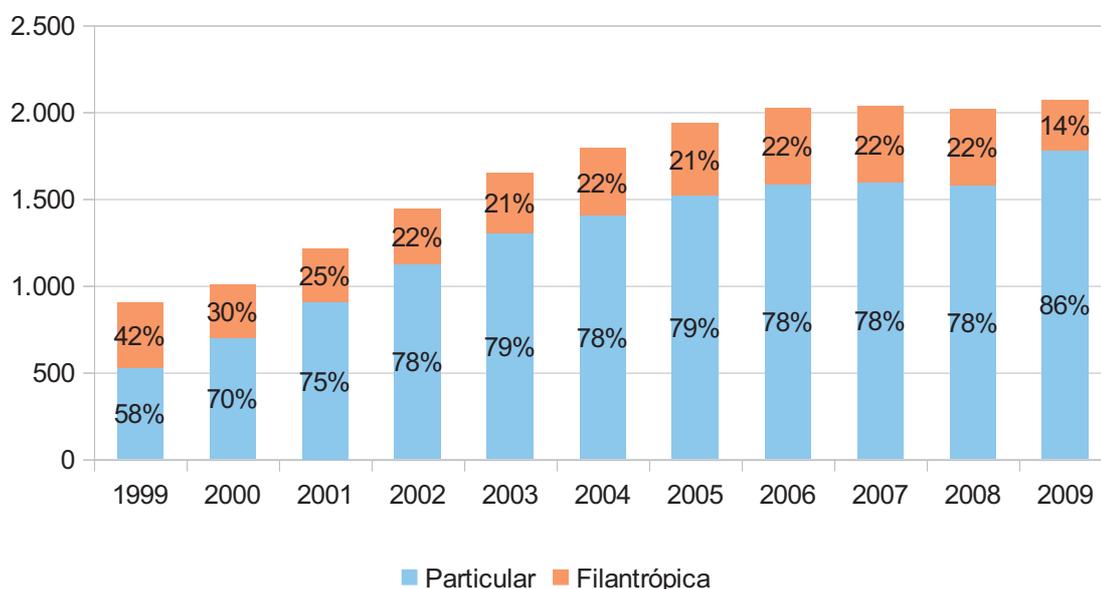


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Os dados da tabela 2 que dizem respeito à IES públicas e IES privadas são apresentados de outra forma no gráfico 3. Desta maneira, evidencia-se um crescimento no conjunto de IES, considerando-se as públicas e privadas. Como ocorreu um crescimento maior na quantidade de IES privadas, observa-se que a IES públicas têm a sua proporção do total reduzida passando de 23% em 1995, para 12% no ano de 2010, já as IES privadas passam dos seus 77% para 88%, consolidando sua posição majoritária no conjunto total de Instituição de Ensino Superior.

Pela análise do gráfico 4, visualiza-se a proporção, em percentual, das IES particulares e filantrópicas, que juntas formam a categoria administrativa da IES privadas. A intenção é comparar o desempenho das duas categorias administrativas.

Gráfico 4 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelo gráfico 4, identifica-se um crescimento, em quantidade absoluta, da IES privadas, informação mostrada na tabela 2. A contribuição do gráfico 4 é no sentido de destacar o ano de 1999 no segmento privado, tendo em vista que as IES particulares já possuíam 58% do total na categoria administrativa privada, e atinge 86% em 2009. O segmento filantrópico que em 1999 representava 42% das IES privadas teve sua participação reduzida para 14% no ano de 2009. A IES filantrópica não diminui somente a sua proporção como evidencia o gráfico 4, mas uma nova mirada na tabela 2 mostra uma redução em termos de quantidade absoluta.

Como um fechamento provisório da análise da variável IES no seu conjunto, pode-se perceber que no ano de 1995 existiam 894 (100%) de IES. A categoria administrativa privada já possuía 684 (77%) IES, constituindo-se, assim, a maioria dos estabelecimentos de educação superior. Evidencia-se que na época da reestruturação do sistema de ensino superior, o Estado já não possuía a maior parte das Instituições. Por que então a recomendação de reforma do Estado? Quando se verifica a trajetória de expansão das IES por categorias administrativas ao longo do período (1995-2010) constata-se que esta não foi igual, pois, de acordo com o número-índice base 100, nota-se que o maior crescimento foi da IES privada com 307, que com este desempenho assumem uma parcela de 88% do total.

Vale recordar que o conjunto das IES cresceu 266 de acordo com o mesmo índice e a Pública apenas 132, assumindo uma fatia de 12% do total de IES no ano de 2010. Quando a atenção se volta para o interior do segmento privado, verifica-se que no ano de 1999 existiam 562 (58%) de IES particulares e 379(42%) de IES filantrópicas. No ano 2009, os valores passaram para 1.779 (88%) e para 290 (14%) respectivamente, um crescimento de 338 no índice de base 100 para as particulares e uma redução de 23% para as Filantrópicas. Na sequência, apresenta-se o desempenho da variável IES na categoria *universitária* e após na categoria *não universitária*.

A tabela 3 apresenta a quantidade total das Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias* brasileiras bem como as categorias administrativas pública, privada, particular e filantrópica no período de 1995 a 2010. Informa também a variação do período a partir da construção do número-índice base 100. O objetivo da tabela é auxiliar na análise do arco de desempenho das IES *universitárias*.

Tabela 3 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior universitárias no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	135	100	72	100	63	100
1996	136	101	72	100	64	102
1997	150	111	77	107	73	116
1998	153	113	77	107	76	121
1999	155	115	72	100	83	132	26	100	57	100
2000	156	116	71	99	85	135	27	104	58	102
2001	156	116	71	99	85	135	27	104	58	102
2002	162	120	78	108	84	133	28	108	56	98
2003	163	121	79	110	84	133	26	100	58	102
2004	169	125	83	115	86	137	26	100	60	105
2005	176	130	90	125	86	137	25	96	61	107
2006	178	132	92	128	86	137	24	92	62	109
2007	183	136	96	133	87	138	28	108	59	104
2008	183	136	97	135	86	137	29	112	57	100
2009	186	138	100	139	86	137	44	169	42	74
2010	190	141	101	140	89	141

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

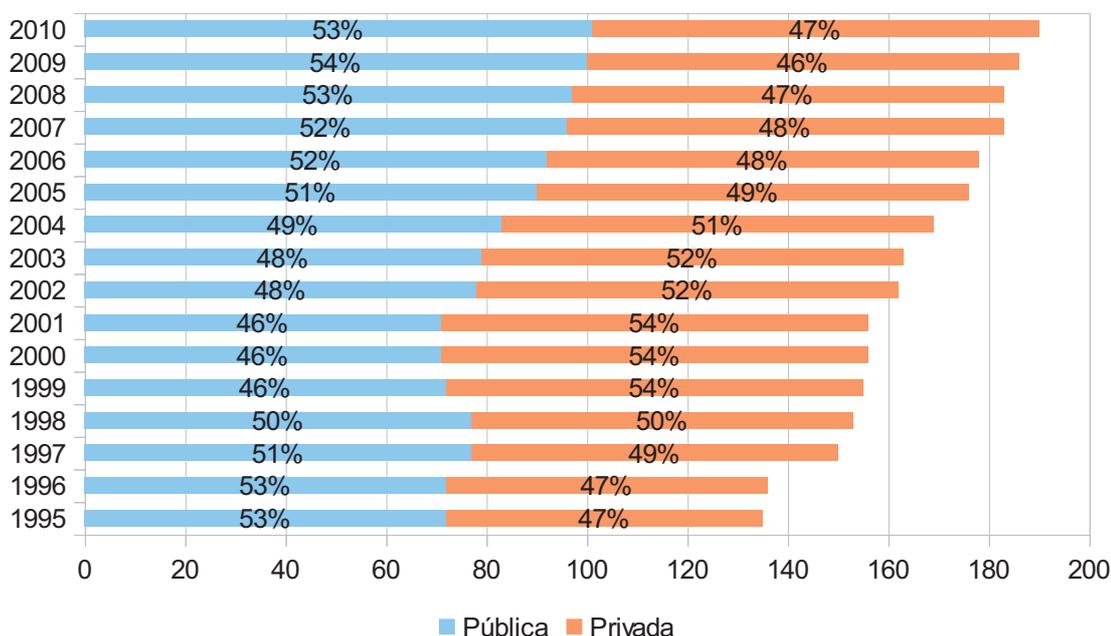
(c) Variação com base 100 em 1999.

Selecionando somente as instituições *universitárias* da variável IES, é possível perceber que, ao longo de todo o período estudado, as IES públicas e as IES privadas se alteram na liderança pela maioria da quantidade de IES. No período de 1995 a 1998 e no período de 2005 a 2010, a maioria é de IES públicas, e no período de 1999 a 2004 a maioria é de IES privadas.

A tabela 3 mostra também o crescimento nas IES *universitárias*. O total passa de 135 Instituições em 1995, para 190 Instituições no ano de 2010. Um crescimento de 141 apurado por meio do número-índice de base 100. As públicas passam de 72 IES no ano de 1995, para 101 IES no ano de 2010, uma variação de 140 no índice. As IES pertencentes à categoria administrativa privada passam de 63 IES para 89 IES no mesmo período da análise, o que aponta para uma variação de 141 no parâmetro da base 100. Um olhar no interior das IES *universitárias* privadas indica que as organizações filantrópicas no ano de 1999 tinham 57 IES e chegam ao ano de 2009 com apenas 42 IES, uma redução de 26%. Já o movimento as organizações *universitárias* particulares que totalizavam 26 IES no ano de 1999, alcançam o ano de 2009 com 44 IES, uma variação de 169 calculada pelo indicador de base 100.

O gráfico 5 ilustra as informações da tabela 3, a partir da apresentação da proporção, em percentual das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas nos anos em análise. A intenção da figura é acompanhar o desempenho das categorias administrativas públicas e privadas no período de estudo.

Gráfico 5 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior universitárias privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.



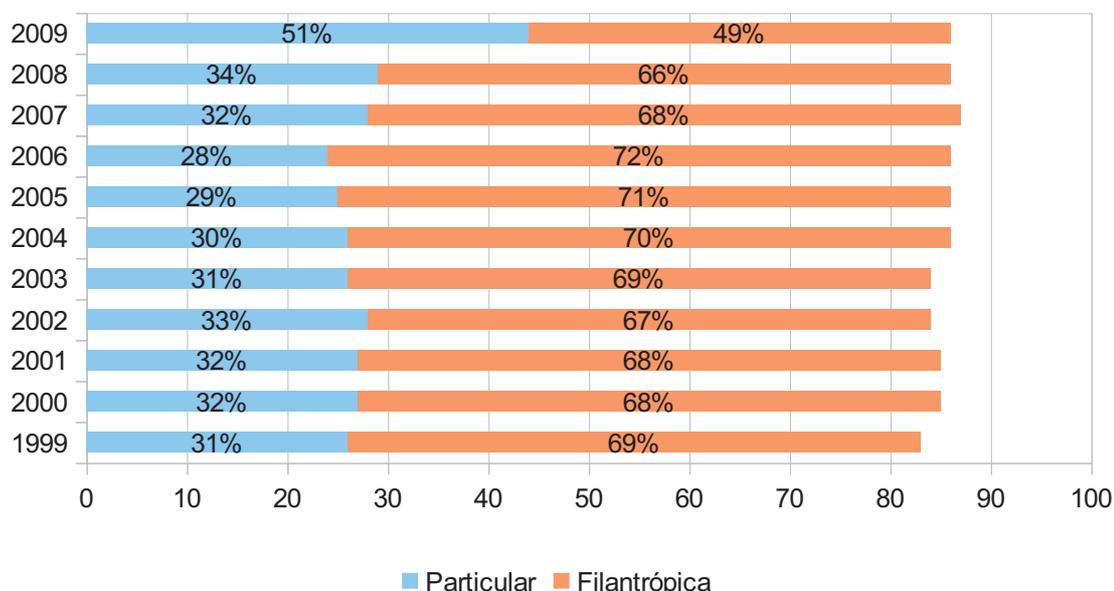
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelo gráfico 5, vê-se um crescimento da IES *universitárias* de forma constante durante o período. No ano de 1995, as organizações *universitárias* públicas eram responsáveis por 53% do total. Nesta figura, é possível identificar com mais clareza os movimentos de aumento/perda de participação das IES públicas e privadas apresentadas na análise da tabela 3. No período de 1995 a 1998, as públicas oscilam entre 53% e 50% e, no período de 2005 a 2010, ficam entre 51% e 53%. Entretanto, as privadas, no período de 1999 a 2004, variam entre 54% e 51%. Chama a atenção o fato de que a distribuição da IES *universitárias* chega ao ano de 2010 igual como era em 1995. Quais foram as ações públicas e privadas que estão por trás desta realidade? Certo é que, depois de um avanço, as organizações privadas recuam. Será que as mesmas que abriram, fecharam? Ou ocorreu uma reorganização do setor e as mais antigas fecharam e as novas se estabeleceram? E o que muda na percepção do governo que depois de manter/reduzir, investe em novas IES? Questões que outros estudos poderão esclarecer. Na sequência, apresenta-se o próximo gráfico, que mostra a dinâmica dentro das IES privadas.

No gráfico 6, o interesse é observar o interior das IES *universitárias* privadas, para isso destaca-se a proporção, em percentual, das IES *universitárias* particular e filantrópica, desse modo acredita-se ser possível verificar o desempenho comparado

entre as duas categorias administrativas.

Gráfico 6 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 6 demonstra que o crescimento nas IES *universitárias* privadas é contínuo e discreto, nos anos de 1999 a 2009, evidenciando um crescimento em termos absolutos de 3 Instituições. O que se destaca ao visualizar a figura é que o segmento das organizações filantrópicas dominava este subsetor do ensino privado até o ano de 2008 com 66% do total. É no ano de 2009 com 44 IES ou 51% do total do ensino superior *universitário* particular que assume como dominante no segmento das IES *universitárias* privadas.

Uma análise final sobre as IES *universitárias*, mesmo que temporária, auxilia a sistematizar as informações aqui produzidas. Este recorte permite entrever as mudanças ocorridas neste tipo de organização acadêmica ao longo do período estudado. Observou-se que houve um crescimento nas IES *universitárias*, passando de 135 Instituições em 1995, para 190 Instituições no ano de 2010, um crescimento de 141 de acordo com o número-índice de base 100.

No mesmo período, as públicas passam de 72 IES para 101 IES, uma variação de 140, e as organizações privadas passam de 63 IES para 89 IES, resultando também em uma variação de 141 no parâmetro da base 100. Fenômeno

interessante ocorre no interior das IES *universitárias* privadas, onde as organizações filantrópicas apresentam uma redução de 26% na quantidade de IES, passando de 57 IES em 1999 para 42 IES em 2009. Já as organizações *universitárias* particulares que totalizavam 26 IES no ano de 1999, alcançam o ano de 2009 com 44 IES, uma variação de 169 calculada pelo indicador de base 100. Também foi possível constatar com clareza os movimentos de aumento/perda de participação das IES públicas e privadas ao longo do período estudado. Tal constatação é consolidada pelo fato de, pelo menos até o ano de 2010, as IES *universitária* serem públicas com 53% do total. No segmento das IES privadas, o destaque são as organizações filantrópicas que dominavam este subsetor do ensino privado até o ano de 2008 com 66% do total. É no ano de 2009 com 44 IES ou 51% do total que ensino superior *universitário* particular assume como dominante no segmento das IES *universitárias* privadas. Conclui-se que o ensino universitário é na maioria das suas IES público e quando é privado este é particular ou seja tem como objetivo a acumulação e distribuição de lucros.

A seguir, intenciona-se apresentar um panorama das Instituições de Ensino Superior *não universitário* no período de 1995 a 2010. A tabela 4 indica a quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) *não universitárias* no Brasil por categoria administrativa no período de 1995 a 2010, bem como evidencia a variação do ano de 1995 até o ano de 2010, a partir da construção do indicador de base 100. A tabela tem como objetivo auxiliar no estudo do IES *não universitárias* no período.

Ao examinar a tabela 4, pode-se reparar que nos 16 anos estudados os estabelecimentos de ensino *não universitários* saltam de 759 IES no ano de 1995, para 2.188 IES em 2010, um crescimento apurado de 288 no parâmetro da base 100. As Instituições *não universitárias* públicas no mesmo período passam de 138 IES para 177 IES, o que representa um avanço de 128 no índice calculado. Mas o que chama a atenção é a evolução das *não universitárias* privadas que representa a maioria das IES neste tipo de organização acadêmica. No ano de 1995, somavam 612 IES e, no ano de 2010, passam para 2.011 IES, um desempenho que alcança um número-índice de 324, muito acima do crescimento geral da organização acadêmica *não universitária* e mais ainda considerando-se as públicas. Agora, quando se observa a composição das IES *não universitárias* privadas, vê-se o desempenho dos estabelecimentos *não universitários* particulares, que passaram de 500 IES no ano de 1999 para 1.735 IES no ano de 2009, apresentando, por

consequência, um crescimento de 347 no índice da base 100. As organizações filantrópicas, ao contrário, apresentaram uma queda de 23%, passando de 322 IES para 248 IES no mesmo período. Os gráficos 7 e 8 apresentam gráficos que deixam estas informações mais claras.

Tabela 4 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior *não universitárias* no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	759	100	138	100	621	100
1996	786	104	139	101	647	104
1997	750	99	134	97	616	99
1998	820	108	132	96	688	111
1999	942	124	120	87	822	132	500	100	322	100
2000	1.024	135	105	76	919	148	671	134	248	77
2001	1.235	163	112	81	1.123	181	876	175	247	77
2002	1.475	194	117	85	1.358	219	1.097	219	261	81
2003	1.696	223	128	93	1.568	252	1.276	255	292	91
2004	1.844	243	141	102	1.703	274	1.375	275	328	102
2005	1.989	262	141	102	1.848	298	1.495	299	353	110
2006	2.092	276	156	113	1.936	312	1.559	312	377	117
2007	2.098	276	153	111	1.945	313	1.566	313	379	118
2008	2.069	273	139	101	1.930	311	1.550	310	380	118
2009	2.128	280	145	105	1.983	319	1.735	347	248	77
2010	2.188	288	177	128	2.011	324

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

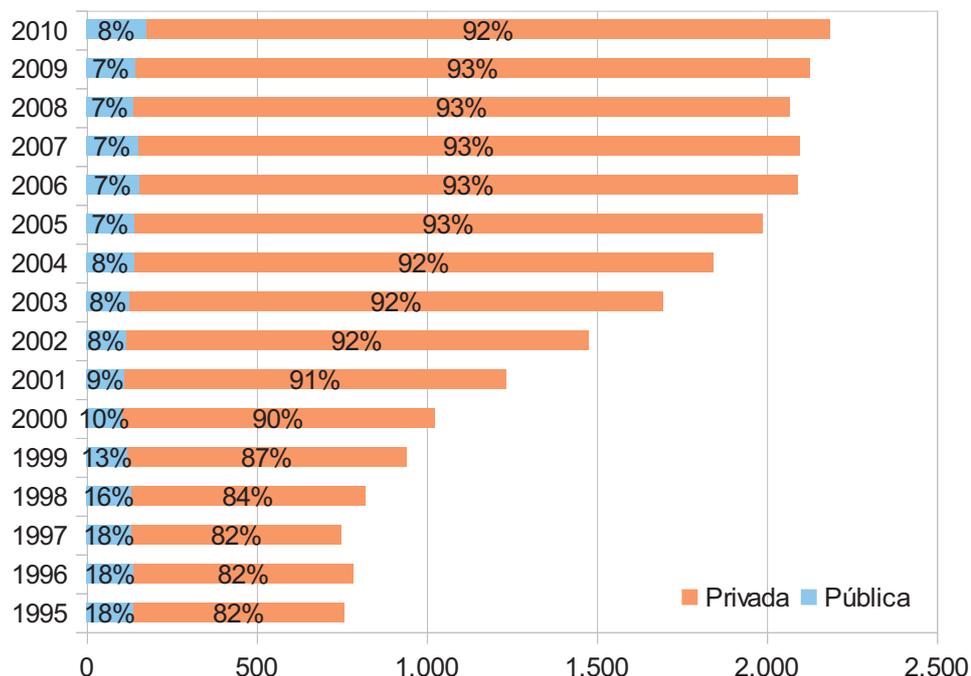
Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 1999.

O gráfico 7 ilustra as informações da tabela 4, fornecendo a proporção, em percentual, das Instituições de Ensino Superior (IES) *não universitárias* públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010, desta forma pode-se perceber melhor como as organizações estão divididas ao longo do tempo.

Gráfico 7 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior *não universitárias* privada e pública no Brasil nos anos de 1995 a 2010.

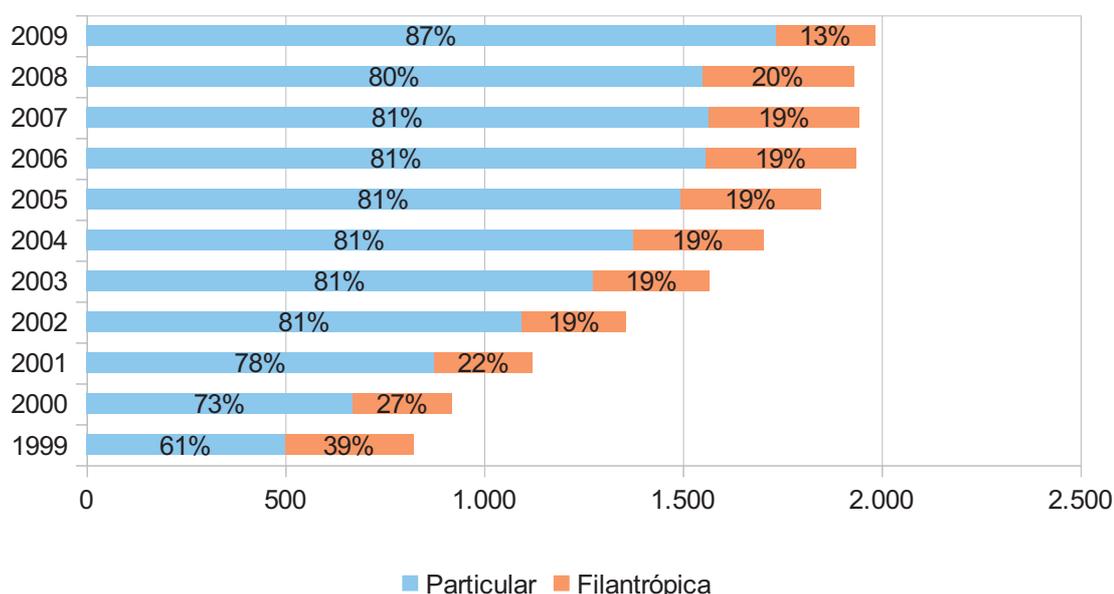


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Ao visualizar o gráfico 7, nota-se de forma contundente a concentração dos estabelecimentos privados na organização acadêmica *não universitária*. Destaca-se que durante o período de 16 anos a proporção entre as IES *não universitárias* públicas e privadas concentra-se ainda mais, passando de 82% em 1995 para 92% em 2010, sendo um crescimento de 10 pontos percentuais. O que ocorre com as organizações públicas é que passam de 18% no ano de 1995 para 8% em 2010. Uma queda de mais de 50%, que já era concentrada com 18% e 82% de participação respectivamente em 1995, concentram-se ainda mais, passando para 8% e 92% em 2010. É verdade que nos dois últimos anos do estudo as instituições públicas apresentaram um crescimento em termos absolutos. Qual o motivo e por que o Estado retoma os investimentos neste tipo de organização acadêmica? Onde estão localizados geograficamente estes investimentos?

O gráfico 8 relata os dados da tabela 4, fornecendo informações sobre a proporção, em percentual das Instituições de Ensino Superior (IES) *não universitárias* particulares e filantrópicas nos anos de 1999 a 2009. O objetivo é observar melhor o desempenho destas Instituições *não universitárias* privadas com o propósito de identificar melhor o segmento.

Gráfico 8 – Proporção, em percentual, de Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica no Brasil nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Ao se observar o gráfico 8, percebe-se que as IES *não universitárias* particulares no ano de 1999 representavam 61% do total e passam para 87% no ano de 2009, movimento este que se reflete e se explica pelo crescimento absoluto na quantidade de IES privadas. No mesmo período do estudo, as IES *não universitárias* filantrópicas tem a sua participação diminuída de 39% no ano de 1999 para 13% no ano de 2009, um recuo de 2/3 (26%) causado não somente pelo crescimento da categoria particular, mas também porque as filantrópicas diminuem em números absolutos.

Em uma tentativa de síntese preliminar deste ponto, pode-se perceber que durante o período analisado os estabelecimentos de ensino *não universitários* saltam de 759 para 2.188 IES representando um crescimento de 288 no parâmetro da base 100. As Instituições *não universitárias* públicas passam de 138 para 177 IES, um avanço de 128 no mesmo índice. O destaque cabe as *não universitárias* privadas que são a maioria das IES neste tipo de organização acadêmica, e apresentam uma evolução de 324 no número-índice, saindo de 612 para 2.011 IES, uma elevação de 1.399 IES, uma média de 87 IES por ano. Evidencia-se uma concentração dos estabelecimentos privados na organização acadêmica *não universitária* passando de 82% no ano de 1995 para 92% em 2010, um crescimento de 10 pontos percentuais, e as organizações públicas apresentam uma queda de 50% passando de 18% para 8% no mesmo período. Observando o interior dos estabelecimentos privados,

percebe-se que os estabelecimentos *não universitários* particulares passaram de 500 em 1999 para 1.735 IES no ano de 2009, apresentando um crescimento de 347 no índice da base 100, e as organizações filantrópicas apresentaram uma queda de 23%, passando de 322 para 248 IES no mesmo período. Neste subsetor são as organizações particulares que concentram a maioria dos estabelecimentos passando de 61% no ano de 1999 para 87% no ano de 2009, movimento este auxilia a explicar o crescimento absoluto na quantidade de IES privadas.

No mesmo período, os estabelecimentos filantrópicos têm a sua participação diminuída de 39% para 13% no ano de 2009, por consequência de dois movimentos: um pelo crescimento da categoria particular e o outro pelo recuo em números absolutos destas instituições.

Pode-se perceber que o conjunto de IES existentes no Brasil no período em análise é na sua maioria de estabelecimentos *não universitários*. No ano de 1995, estes representavam 85% e passaram em 2010 para 92% de todos os estabelecimentos de educação superior. As instituições *não universitárias*, em todos os anos do levantamento, estão concentradas na categoria administrativa privada passando de 91% em 1995 para 96% do total de estabelecimentos da educação superior em 2010, e no interior da categoria privada constata-se uma supremacia das organizações particulares com 98% do total de IES em 2009. As IES públicas também concentram as *não universitárias* sendo que, em 1995, estas representavam 66 do total de IES e passaram para 64 no ano de 2010. Entretanto, ao se observar as IES *universitárias* percebe-se que a categoria administrativa pública é responsável por grande parte destas IES.

Os estabelecimentos de educação superior são privados, pois é esta categoria administrativa que já possuía no ano de 1995, 77% do total das IES. No período estudado, verifica-se uma expansão no total das IES em 266 calculados pelo parâmetro da base 100, porém esta expansão não foi igual para todas as categorias administrativas. As IES privadas cresceram 307 neste indicador e assumiram 88% do total e os estabelecimentos públicos cresceram 32 pelo mesmo parâmetro com uma fatia de 12% do total de IES no ano de 2010. No comportamento das IES *universitárias*, observou-se um crescimento de 141 calculado pelo número-índice de base 100. No mesmo período, as públicas elevaram-se em 140 pelo mesmo índice e as privadas indicaram uma variação de 141 no parâmetro da base 100. Sobre o conjunto dos estabelecimentos de ensino

não universitários, nota-se um crescimento de 288 no parâmetro da base 100. As Instituições *não universitárias* públicas avançaram de 128 no mesmo índice, ao passo que os estabelecimentos *não universitárias* privados mostraram uma evolução de 324 no número-índice. Evidencia-se uma concentração dos estabelecimentos privados na organização acadêmica *não universitária*, passando de 82% no ano de 1995 para 92% em 2010, um crescimento de 10 pontos percentuais, e as organizações públicas apresentam uma queda de 50% passando de 18% para 8% no mesmo período.

Quando o olhar passa para o interior da categoria privada, percebe-se o movimento dos estabelecimentos particulares e filantrópicos. Olhando o conjunto da IES, verifica-se que, no período de 1999 a 2009, houve crescimento de 338 no índice de base 100 para as instituições particulares e redução de 23% para as filantrópicas. No ano de 2009, as instituições particulares concentraram 88% e as filantrópicas 14% do total respectivamente. Nas IES *universitárias* ocorre que as organizações filantrópicas apresentaram uma redução de 26% na quantidade de IES e as organizações *universitárias* particulares indicaram uma variação de 169 calculada pelo indicador de base 100. É possível verificar que a IES *universitária* são públicas com 53% do total. No segmento das IES privadas, o destaque são as organizações filantrópicas que dominavam este subsetor do ensino privado até o ano de 2008 com 66% do total. Já os estabelecimentos *não universitários* particulares apresentam no período de 1999 a 2009 um crescimento de 347 no índice da base 100, e as organizações filantrópicas apresentaram uma queda de 23%. Neste subsetor são as organizações particulares que concentram a maioria dos estabelecimentos passando de 61% no ano de 1999 para 87% no ano de 2009. No mesmo período, os estabelecimentos filantrópicos têm a sua participação diminuída de 39% em 1999 para 13% no ano de 2009.

A partir desta análise algumas questões surgem. Se o sistema de ensino superior constitui-se por ter uma categoria administrativa privada desde o período estudado, por que a recomendação do Estado em se afastar do setor no qual ele não era o maior responsável no que diz respeito à propriedade das IES? Por que então a recomendação de reforma do Estado? Isso tem a ver com a regulação no setor?

Conclui-se também que organização acadêmica não universitária representa a maioria da IES, por que então a recomendação de trocar a matriz universitária por não universitária? Por fim, o que se verifica é que as Instituições de Ensino Superior

são, na sua maioria, ligadas ao setor privado, e que este privado é particular, ou seja, tem como objetivo a acumulação e distribuição de lucros.

Na próxima etapa, analisa-se a variável “matrículas”. A partir da base de dados que se está utilizando, com este componente escolhido para integrar o conjunto das variáveis analisadas, pretende-se elucidar a problemática que se estuda.

4.2 Matrículas

A tabela 5 apresenta o conjunto da variável “matrículas”. Esta variável é definida como as matrículas em cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, ela é apresentada por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010, bem como a variação calculada pelo número-índice de base 100. A tabela 5 tem como objetivo analisar a evolução das matrículas no período de estudo.

Tabela 5 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	1.759.703	100	700.540	100	1.059.163	100
1996	1.868.529	106	735.427	105	1.133.102	107
1997	1.945.615	111	759.182	108	1.186.433	112
1998	2.125.958	121	804.729	115	1.321.229	125
1999	2.369.945	135	832.022	119	1.537.923	145	651.362	100	886.561	100
2000	2.694.245	153	887.026	127	1.807.219	171	880.555	135	926.664	105
2001	3.030.754	172	939.225	134	2.091.529	197	1.040.474	160	1.051.055	119
2002	3.479.913	198	1.051.655	150	2.428.258	229	1.261.901	194	1.166.357	132
2003	3.887.022	221	1.136.370	162	2.750.652	260	1.475.094	226	1.275.558	144
2004	4.163.733	237	1.178.328	168	2.985.405	282	1.596.894	245	1.388.511	157
2005	4.453.156	253	1.192.189	170	3.260.967	308	1.753.184	269	1.507.783	170
2006	4.676.646	266	1.209.304	173	3.467.342	327	1.924.166	295	1.543.176	174
2007	4.880.381	277	1.240.968	177	3.639.413	344	2.257.321	347	1.382.092	156
2008	5.080.056	289	1.273.965	182	3.806.091	359	2.448.801	376	1.357.290	153
2009	5.115.896	291	1.351.168	193	3.764.728	355	2.899.763	445	864.965	98
2010	5.449.120	310	1.461.696	209	3.987.424	376

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

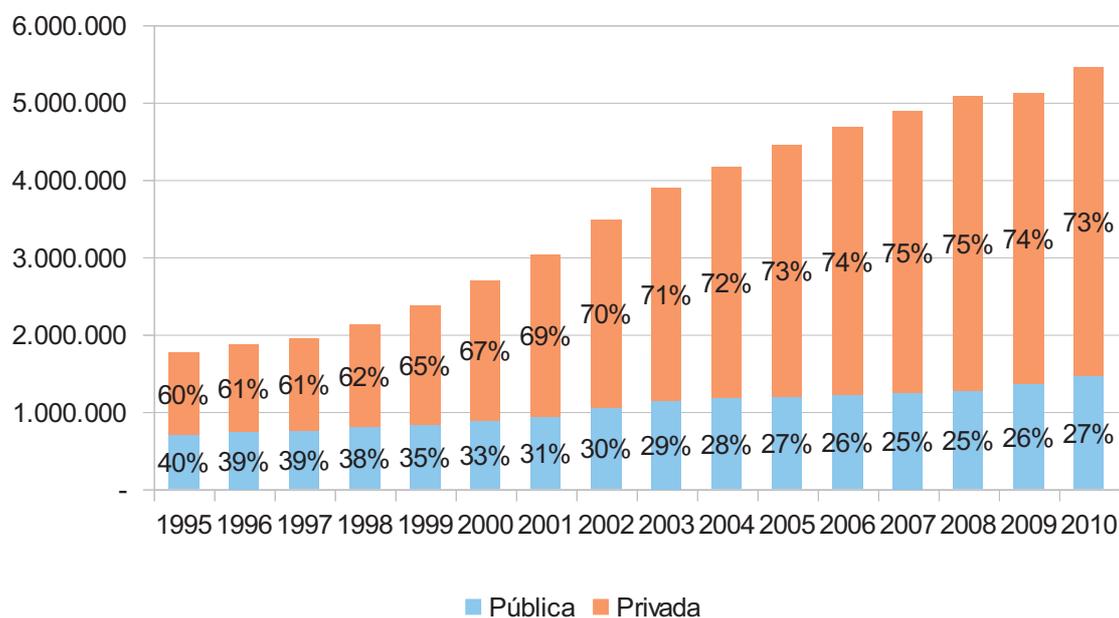
Notas: (a) Na categoria filantrópica estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.
 (b) Variação com base 100 em 1995.
 (c) Variação com base 100 em 1999.

Ao examinar a tabela, pode-se verificar o comportamento da variável “matrículas” no período selecionado para a pesquisa. As matrículas em todos os anos estudados apresentaram crescimento. No ano de 1995, somavam 1.759.703 matrículas e passaram para 5.449.120 no ano de 2010, uma elevação de 310 de acordo com o número-índice calculado. Observa-se também que as matrículas em todo o período estudado estiveram sempre concentradas nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com 1.059.163 matrículas no ano de 1995 e 3.987.424 em 2010, um aumento de 376 no parâmetro calculado. No mesmo período, as matrículas públicas somavam 700.540 e 1.461.696 respectivamente, o que representa uma variação de 209 no indicador. As matrículas públicas cresceram menos do que o total de matrículas e menos ainda do que as matrículas privadas. Quando se olha no interior desta última categoria administrativa, visualizam-se as matrículas nos estabelecimentos particulares e filantrópicos e aí se pode ver a real transformação no cenário dessa variável. As filantrópicas, no período de 1999 a 2001, tinham o maior número de matrículas, porém chegam ao ano de 2009 com menos matrículas do que em 1999, início da observação, evidenciando uma queda de 2%. As matrículas particulares passam 651.362 em 1999, para 2.899.763 em 2009, um crescimento acumulado pelo índice de 445. No gráfico 9 e 10 são mostradas a proporção, em percentual dos dados da tabela 5.

O gráfico 9 apresenta as informações da tabela 5. A intenção da figura é ilustrar o desempenho das matrículas por categoria administrativa, para isso apura-se a proporção, em percentual, das matrículas em cursos de graduação presenciais, em IES públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

Pela análise do gráfico 9, nota-se o movimento das matrículas no período estudado. No ano de 1995, 60% eram matrículas privadas e 40% matrículas públicas. Verifica-se, assim, que as matrículas já estavam concentradas nos estabelecimentos privados, o mesmo ocorre como já demonstrado com a quantidade de IES. Reforça-se que a realidade do ensino superior no Brasil evidencia que tinha caráter privado antes e durante as recomendações do Banco Mundial. Após 16 anos de crescimento de matrículas em ambas as categorias administrativas, como fica evidente na tabela 4, a participação nas matrículas do ensino público e privado se distanciam mais. No ano de 2010, as matrículas privadas passaram para 73%, tendo sido responsável por 75% das matrículas nos anos de 2007 e 2008.

Gráfico 9 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

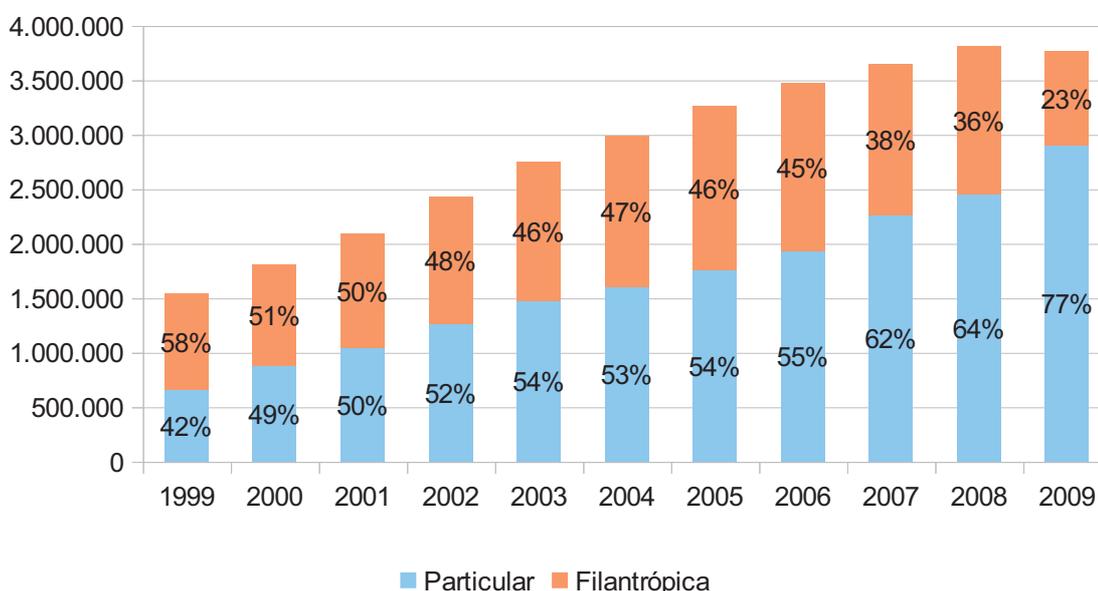


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

As matrículas públicas passaram de 40% em 1995, para 27% em 2010, denotando uma queda de 13 pontos percentuais, mesmo tendo neste período aumentado em quantidade absoluta o número de matrículas sob sua responsabilidade. Verifica-se desta forma um crescimento desigual nas matrículas por tipo de categoria administrativa.

O gráfico 10 apresenta a proporção, em percentual das matrículas, com as informações da tabela 4, por categoria administrativa particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009, o objetivo é poder observar melhor o desempenho das matrículas no âmago do setor privado.

Gráfico 10 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pela leitura do gráfico 10, percebe-se o movimento da proporção, em percentual das matrículas em cursos de graduação presenciais nos estabelecimentos particular e filantrópico. Vê-se que no ano de 1999 as matrículas estavam em sua maioria (58%) sob a responsabilidade do ensino filantrópico. O que ocorre no ano de 2009 é uma queda na participação que passa para 23%, uma queda de 35 pontos percentuais no período, refletida por uma perda absoluta de matrículas, como se depreende da tabela 5. O mesmo não acontece com as organizações particulares quando se observa o desempenho das matrículas sob sua responsabilidade, pois nota-se que este passa de 42% em 1999 para 77% no ano de 2009. Um crescimento de 25% para o setor é um belo crescimento visto que o PIB neste mesmo período tem um desempenho de 33%.

A síntese provisória acerca dessas análises permite dizer que o comportamento do conjunto das matrículas no período do estudo apresenta crescimento de 310, de acordo com o número-índice calculado, resultado do acréscimo de 3.689.417 matrículas. Também é possível registrar que as matrículas sempre estiveram concentradas nas instituições privadas. Esta categoria administrativa apresentou um crescimento de 376 no parâmetro

calculado. No mesmo período, as matrículas públicas evidenciaram uma variação de 209 no indicador. As matrículas públicas cresceram menos do que o total de matrículas e menos ainda do que as matrículas privadas. Ao olhar para o interior desta última categoria administrativa, percebe-se a dinâmica dos estabelecimentos particulares e filantrópicos. Estes últimos, no período de 1999 à 2001 detinham a maior número de matrículas, porém chegam no ano de 2009 com menos matrículas do que no início da observação, porém as matrículas particulares apresentam um crescimento calculado pelo índice de 445. Sobre a divisão proporcional das matrículas no período estudado, verifica-se que estas estão concentradas nos estabelecimentos privados, pois no ano de 1995, 60% delas eram privadas e 40% públicas, e estas se distanciam ainda mais, pois em 2010 as matrículas privadas passam para 73%, e as matrículas públicas passam para 27%. Desta forma, registra-se um crescimento desigual nas matrículas nestas categorias administrativa. Verificam-se no ano de 1999 as matrículas estavam em sua maioria (58%) sobre a responsabilidade do ensino filantrópico e que em, 2009, 77% do total esta sob a alçada das instituições particulares. Reforça-se que a realidade do ensino superior no Brasil já era privada, agora analisando a variável matrícula, antes e durante as recomendações do Banco Mundial.

A tabela 6 apresenta a quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias* por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010. Esta tabela, bem como a seguinte, têm como intenção verificar o comportamento das matrículas por tipo de organização acadêmica, começando pelo segmento universitário.

Tabela 6 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	1.127.932	100	598.579	100	529.353	100
1996	1.209.400	107	626.131	105	583.269	110
1997	1.326.459	118	666.421	111	660.038	125
1998	1.467.888	130	700.539	117	767.349	145
1999	1.619.734	144	725.182	121	894.552	169	267.267	100	627.285	100
2000	1.806.989	160	780.166	130	1.026.823	194	332.623	124	694.200	111
2001	1.956.542	173	816.913	136	1.139.629	215	360.129	135	779.500	124
2002	2.150.659	191	915.902	153	1.234.757	233	394.323	148	840.434	134
2003	2.276.281	202	985.465	165	1.290.816	244	400.791	150	890.025	142
2004	2.369.717	210	1.022.923	171	1.346.794	254	407.303	152	939.491	150
2005	2.469.778	219	1.042.816	174	1.426.962	270	413.044	155	1.013.918	162
2006	2.510.396	223	1.053.263	176	1.457.133	275	437.165	164	1.019.968	163
2007	2.644.187	234	1.082.684	181	1.561.503	295	693.313	259	868.190	138
2008	2.685.628	238	1.110.945	186	1.574.683	297	735.041	275	839.642	134
2009	2.715.720	241	1.190.596	199	1.525.124	288	958.000	358	567.124	90
2010	2.809.974	249	1.272.971	213	1.537.003	290

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 1999.

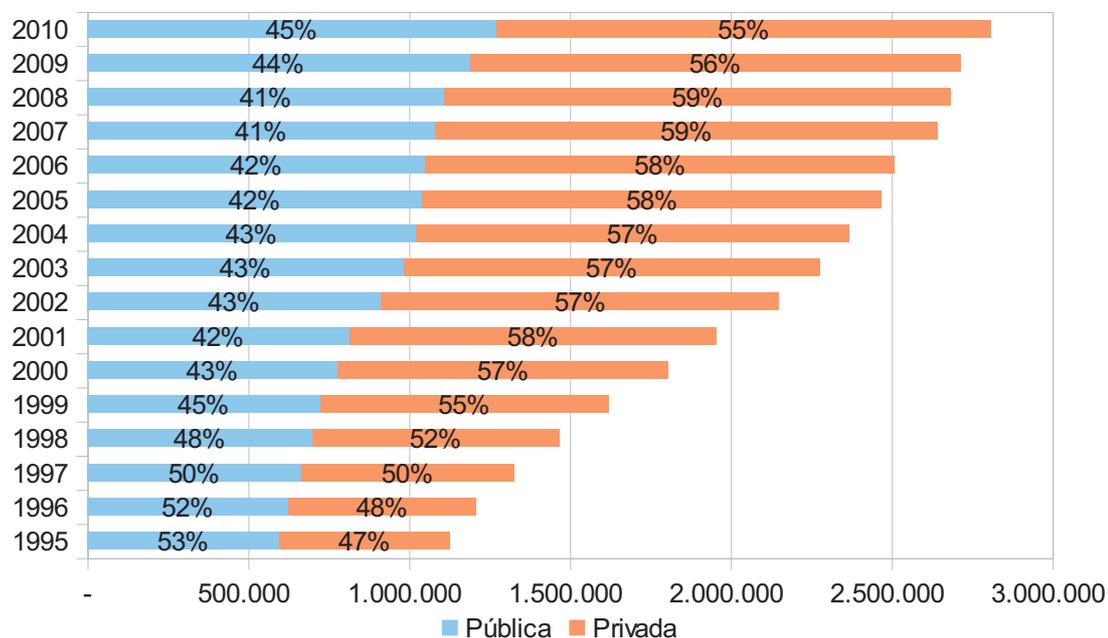
Observa-se que o movimento das matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias* nos anos estudados é bastante interessante. Uma primeira análise é de que em todo o intervalo existe crescimento na quantidade absoluta de matrículas. A segunda é que as matrículas *universitárias* estavam na sua maioria, em 1995, vinculadas ao ensino público. Este quadro se altera após dois anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/ 1996 e das demais leis para o ensino superior promulgadas na época, quando o ensino privado passou a ter a maior quantidade de matrículas.

Ao longo dos 16 anos do estudo, percebe-se que o total de matrículas *universitárias* que era de 1.127.932 em 1995, para 2.809.974 em 2010, um crescimento de 249, índice construído da base 100. As matrículas no ensino público

passaram de 598.579, para 1.272.971 no mesmo período, apresentando variação de 213 no parâmetro, e as matrículas no ensino privado passaram de 529.353 em 1995 para 1.537.003 no ano 2010, uma elevação de 290 no indicador, bem acima do crescimento total das matrículas *universitárias*. Quando se olha para dentro da categoria administrativa privada, observa-se o comportamento das matrículas na IES particulares e filantrópicas no período entre 1999 e 2009. Verifica-se que até o ano de 2008 as filantrópicas agrupavam a maior parte das matrículas, esta realidade alterou-se somente no ano de 2009, quando as instituições particulares assumem a maioria das matrículas. As matrículas *universitárias* nas IES filantrópicas passaram de 627.285 em 1999, para 567.124 no ano de 2009, uma diminuição em números absolutos de matrículas que se traduziu numa queda de 10% para o período. O mesmo não aconteceu com o desempenho das matrículas *universitárias* em organizações particulares, pois, no mesmo período da análise, passou de 267.267 em 1999, para 958.000 no ano de 2009, evidenciando crescimento de 358 no indicador, acima do crescimento total de matrículas que para este mesmo ano foi de 241.

No gráfico 11, mostram-se as informações da tabela 6 apresentando a proporção, em percentual, das matrículas presenciais na organização acadêmica *universitária*, pelas categorias administrativas públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010. Esta ilustração tem a intenção de clarear a alteração ocorrida na variável matrícula durante o período estudado.

Gráfico 11 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

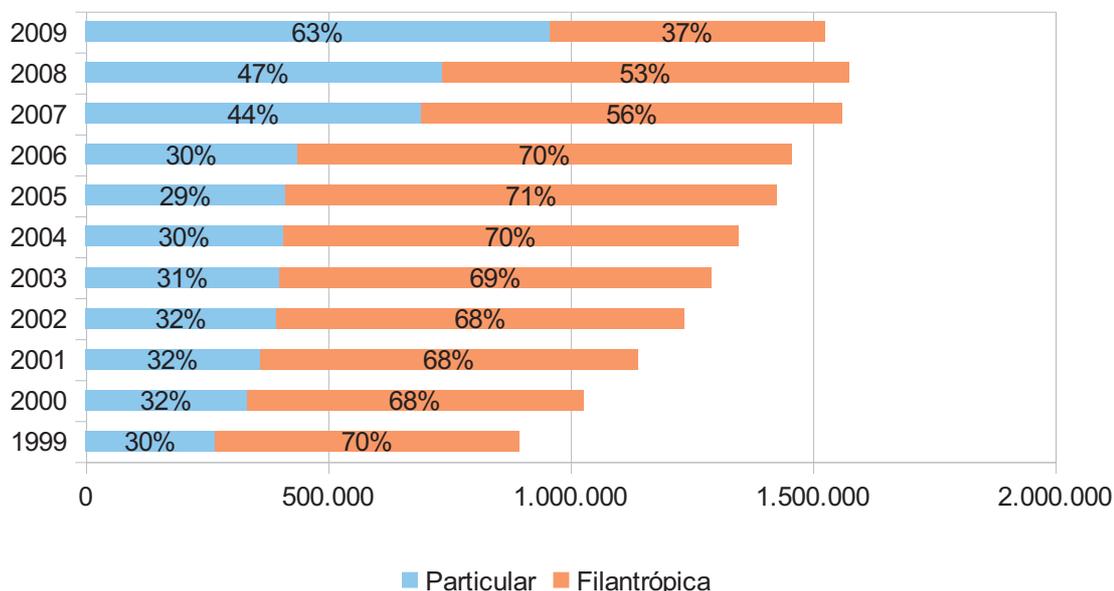


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

No gráfico 11, observa-se o percurso das proporções entre as matrículas *universitárias* no ensino superior em estabelecimentos públicos e privados. É possível perceber que, em 1995, as matrículas no ensino público universitário representavam 53% do total e que no ano de 2010 esta proporção caiu para 45%. Importa frisar que, em números absolutos, houve crescimento de matrículas, constatado ao retornar à tabela 6. Já as matrículas *universitárias* privadas apresentaram um crescimento visto, que eram 47% em 1995 e passaram a 55% no ano de 2010, fruto de um crescimento em termos absolutos de matrículas muito maior do que as matrículas públicas. Destaca-se também que a participação deste segmento chegou a 59% nos anos de 2007 e 2008. Na figura 10, é explícita essa realidade nos estabelecimentos particulares e filantrópicos.

O gráfico 12 mostra a proporção, em percentual, das matrículas presenciais na organização acadêmica *universitária*, pelas categorias administrativa particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009. O propósito é verificar ao longo do tempo o desempenho das matrículas *universitárias* no interior da organização privada. Neste sentido, o recorte apresenta os estabelecimentos particulares e filantrópicos.

Gráfico 12 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pela análise, vê-se como é a dinâmica dentro do ensino privado. No ano de 1999, as matrículas *universitárias* em Instituições de Ensino Superior (IES) particular representavam 30% do total e esta participação cresceu em 2009 para 63%, mais de 50 pontos percentuais. O movimento das matrículas nas IES filantrópicas passou de 70% no ano de 1999 para 37% em 2009, quase a metade da sua participação anterior. Fica evidente que quem ganha espaço é o ensino particular porque, conforme apresentado na tabela 6, no ano de 1995, quem possuía a maior parte das matrículas universitárias era as IES públicas, depois este dinamismo transferiu-se para as IES privadas. No interior destas organizações, o dinamismo que pertencia às filantrópicas, com a expansão das particulares, essas últimas assumira a liderança.

Uma síntese, ainda que provisória, sobre este ponto se faz necessária. Na observação das matrículas *universitárias*, pode-se perceber que, em todo o intervalo de tempo, cresceu a quantidade absoluta de matrículas que estavam concentradas inicialmente ao ensino público. Esta realidade se alterou em 1998, após o implemento de diversas políticas do governo voltadas ao ensino superior, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, quando então o ensino privado passou a ter a maior quantidade de matrículas. Ao longo dos 16 anos do estudo, percebe-se que o total de matrículas *universitárias* cresceu em 249, índice

construído da base 100 e as matrículas públicas apresentaram uma variação de 213 no parâmetro, e as do ensino privado ascenderam em 290 no indicador, bem acima do crescimento total das matrículas *universitárias*.

O comportamento dentro da categoria administrativa privada permite entrever que até o ano de 2008 as filantrópicas detinham a maior parte das matrículas. Em 2009, isso se alterou e as instituições particulares assumiram a maioria das matrículas. As matrículas *universitárias* nas IES filantrópicas tiveram uma queda de 10% no período. O mesmo não ocorreu nas organizações particulares que obtiveram crescimento de 358 no indicador, acima do crescimento total de matrículas que para este mesmo período (1999-2009) que foi de 241.

Analisando a proporção de matrículas *universitárias* entre estabelecimentos públicos e privados, nota-se que, em 1995, as matrículas no ensino público universitário representavam 53% do total e que no ano de 2010 esta proporção cai para 45%. As matrículas *universitárias* privadas tiveram aumento, passando de 47% em 1995 para 55% no ano de 2010. No ensino privado, observa-se que no ano de 1999 as matrículas *universitárias* particulares representavam 30% do total e que em 2009 passaram para o índice de 63%, um crescimento de mais de 50 pontos percentuais. As matrículas filantrópicas decaíram de 70% em 1999 para 37% em 2009, chegando a quase a metade da sua participação anterior. Mais uma vez, evidencia-se que quem ganha espaço é o ensino particular, as IES públicas possuíam a maior parte das matrículas, com o tempo, essa prerrogativa transferiu-se para as IES privadas, e dentro destas o dinamismo que pertencia as filantrópicas, passou para particulares.

A tabela 7 apresenta a quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES *não universitárias* pelo total e pelas categorias administrativas pública, privada e esta última subdividida em particular e filantrópica nos anos de 1995 a 2010. A variação é apresentada por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais tendo como base 100 o ano de 1995 para o total de IES, para as IES públicas e as IES privadas e o ano de 1999 para as IES particulares e filantrópicas.

Tabela 7 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	631.771	100	101.961	100	529.810	100
1996	659.129	104	109.296	107	549.833	104
1997	619.156	98	92.761	91	526.395	99
1998	658.070	104	104.190	102	553.880	105
1999	750.211	119	106.840	105	643.371	121	384.095	100	259.276	100
2000	887.256	140	106.860	105	780.396	147	547.932	143	232.464	90
2001	1.074.212	170	122.312	120	951.900	180	680.345	177	271.555	105
2002	1.329.254	210	135.753	133	1.193.501	225	867.578	226	325.923	126
2003	1.610.741	255	150.905	148	1.459.836	276	1.074.303	280	385.533	149
2004	1.794.016	284	155.405	152	1.638.611	309	1.189.591	310	449.020	173
2005	1.983.378	314	149.373	147	1.834.005	346	1.340.140	349	493.865	190
2006	2.166.250	343	156.041	153	2.010.209	379	1.487.001	387	523.208	202
2007	2.236.194	354	158.284	155	2.077.910	392	1.564.008	407	513.902	198
2008	2.394.428	379	163.020	160	2.231.408	421	1.713.760	446	517.648	200
2009	2.400.176	380	160.572	157	2.239.604	423	1.941.763	506	297.841	115
2010	2.639.146	418	188.725	185	2.450.421	463

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

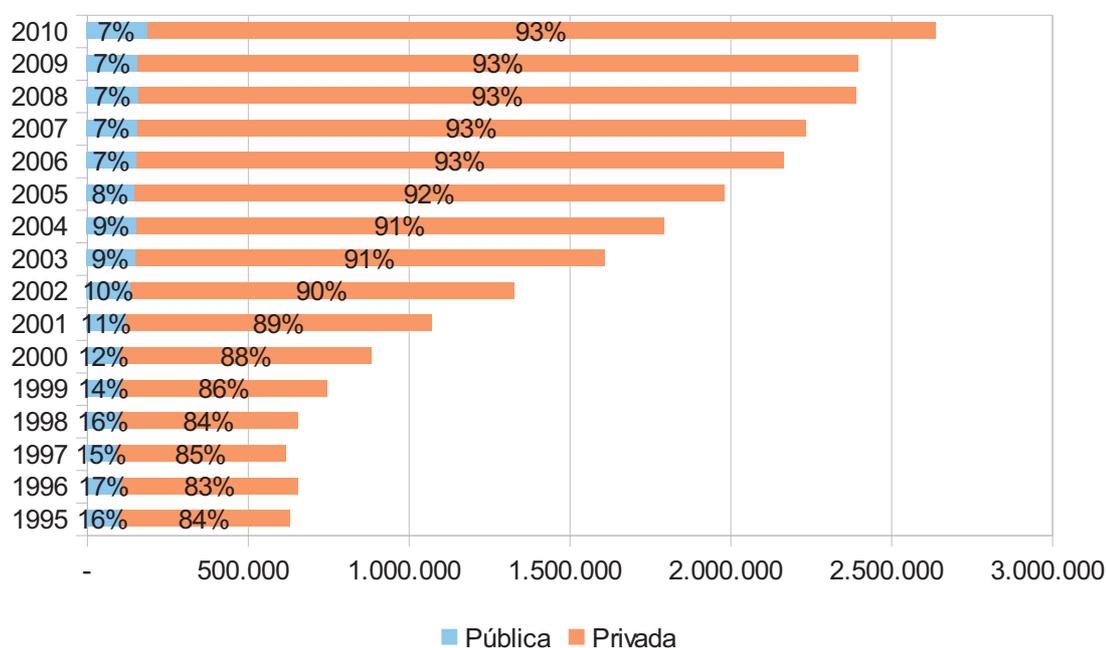
(c) Variação com base 100 em 1999.

Na tabela estão dispostos os dados sobre as matrículas *não universitárias* em Instituições de Ensino Superior (IES) *não universitárias*. As matrículas são crescentes em todo o período da análise, com exceção do ano de 1997, o mesmo ocorre com os estabelecimentos públicos e privados. O desempenho geral das matrículas *não universitárias*, passaram de 631.711 no ano de 1995, para 2.639.146 no ano de 2010, um crescimento de 418 calculado pelo número-índice de base 100. Ao buscar as matrículas públicas *não universitárias*, verifica-se também um aumento, elas eram 101.961 em 1995 e elevam-se para 188.725 no ano de 2010, um crescimento de 185 pelo indicador calculado. Ao observar o desempenho das matrículas *não universitárias* no ensino privado, percebe-se que no ano de 1995 as matrículas nesta categoria de organização acadêmica eram de 529.810 e no ano de

2010 ascenderam para 2.450.421, uma variação positiva de 463 no parâmetro apurado da base 100. Ao adentrar no mundo das matrículas *não universitárias* privadas, pode-se verificar o desempenho dos estabelecimentos particulares e públicos neste tipo de matrícula. As matrículas *não universitárias* particulares passam de 384.095 no ano de 1999 para 1.941.763 matrículas, o que representa uma variação de 506 no índice base 100. As filantrópicas, no mesmo período, tinham 259.276 e 297.841 matrículas *não universitárias* respectivamente, o que aponta para um crescimento de 115 no número-índice. Conclui-se que as IES particulares, em comparação às filantrópicas e às públicas, sempre tiveram mais matrículas *não universitárias* no período analisado.

O gráfico 13 apresenta os dados da tabela 7, sob a perspectiva da proporção, em percentual das matrículas em cursos de graduação presenciais nas IES de organização acadêmica *não universitária*, na categoria administrativa público e privada nos anos de 1995 à 2010.

Gráfico 13 – Proporção, em percentual, das matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



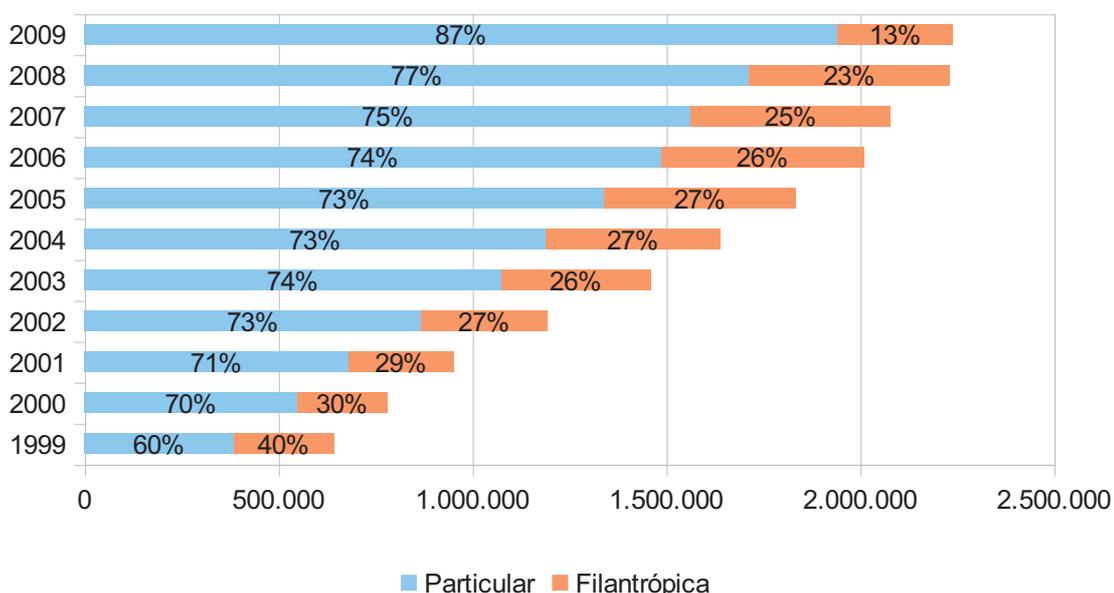
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Verifica-se pela ilustração que as matrículas *não universitárias* em todo o período estudado estão concentradas em estabelecimentos privados e que em 1995 estes aglutinavam 84% do total. Chama à atenção a participação do ensino público

cai de 16% em 1995 para 7% do total em 2010, uma queda de mais da metade na participação nas matrículas *não universitárias*. O comportamento deste tipo de matrículas nas organizações privadas foi no sentido de aumentar a concentração, pois passa de 84% em 1995 para 93% do total no ano de 2010. Arrisca-se a dizer que é quase exclusividade das IES privadas a oferta do ensino *não universitário*. Na próxima figura, observa-se a distribuição das matrículas *não universitárias* nos estabelecimentos particular e filantrópico.

O gráfico 14 apresenta uma visão da proporção, em percentual das matrículas *não universitárias*, a partir dos dados da tabela 7, na categoria administrativa particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009. O propósito é verificar o desempenho das matrículas por estas organizações acadêmicas.

Gráfico 14 – Proporção, em percentual, matrículas em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Se no gráfico 13 pode-se observar a concentração das matrículas *não universitárias* em organizações privadas, o interesse desta figura 14 é mostrar a distribuição desta concentração no interior do segmento privado. Neste sentido, percebe-se que durante o período de 1999 a 2009, as organizações particulares tinham sob sua responsabilidade a maioria deste tipo de matrículas, pois em 1999

já absorviam 60% de todas as matrículas *não universitárias*, esta proporção eleva-se para 87% em 2009, denotando um crescimento de 27 pontos percentuais. Quando se focalizam as matrículas *não universitárias* nas IES filantrópicas, nota-se que esta passa de 40% em 1999 para 13% no ano de 2009, uma queda acentuada de 27 pontos percentuais. Verifica-se então um domínio quase que absoluto das organizações particulares nas matrículas *não universitárias*.

Uma conclusão não definitiva sobre esta parte do estudo permite inferir que as matrículas *não universitárias* foram crescentes em quase todo o período da análise. As matrículas *não universitárias* cresceram em 418 no número-índice de base 100, e as matrículas públicas *não universitárias* expandiram-se em 185 pelo indicador calculado, ao passo que as matrículas no ensino privados ascenderam em 463 no parâmetro apurado da base 100. No âmbito das matrículas *não universitárias* particulares, constata-se uma variação de 506 no índice base 100, já as filantrópicas apontam um indicador de 115. Desta forma, fica claro que as IES particulares, em comparação às filantrópicas e às públicas, sempre tiveram mais matrículas *não universitárias* no período analisado. Sobre a proporção do total de matrículas *não universitárias*, verifica-se, em todo o período estudado, que estas estão concentradas em estabelecimentos privados, passando de 84% em 1995 para 93% do total no ano de 2010. O ensino público cai de 16% em 1995 para 7% do total em 2010, sendo assim, o que se vê é o aumento da concentração do ensino *não universitário* nos estabelecimentos privados. E no interior destas percebe-se que durante o período de 1999 a 2009, as organizações particulares tinham sob sua responsabilidade a maioria deste tipo de matrículas, pois em 1999 absorviam 60% de todas as matrículas *não universitárias*, esta proporção salta para 87% em 2009, e as matrículas nas filantrópicas caem de 40% em 1999 para 13% no ano de 2009, uma queda de 27 pontos percentuais. Desse modo, consolida-se um domínio quase que absoluto das organizações particulares nas matrículas *não universitárias*.

Fazendo um fechamento possível da análise da variável matrícula na sua totalidade e na organização acadêmica *universitária* e *não universitária*, é factível afirmar que cresceu a quantidade absoluta de matrículas e que estas em todo período do estudo estavam concentradas nas instituições privadas, pois ano de 1995, 60% das matrículas eram privadas e 40% públicas, e estas chegam no ano de 2010 com 73% de matrículas privadas e 27% as matrículas públicas. Tem-se,

então, um crescimento desigual nas matrículas nessas categorias administrativas. Observando a organização particular e filantrópica, nota-se que, em 1999, as matrículas estavam em sua maioria (58%) sobre a responsabilidade e que em 2009 esta maioria (77%) transferiu-se para instituições particulares. Esta cresce em 376 no parâmetro calculado. No mesmo período, as matrículas públicas apresentaram uma variação de 209 no indicador. Na categoria administrativa particular e filantrópica, esta última, nos anos de 1999 a 2001, detinha o maior número de matrículas, mas chegam no ano de 2009 menos matrículas do que no início da análise. As matrículas particulares apresentam um crescimento de 445 no índice base 100 no mesmo período. Com esta descrição, percebe-se que o ensino superior no Brasil já era privado, agora analisando a variável matrícula, antes e durante as recomendações do Banco Mundial.

Quando se debruça sobre as matrículas *universitárias*, verifica-se que o total aumentou em 249, as matrículas públicas em 213, e as do ensino privado em 290 pelo índice de base 100. O destaque é que no interior dos estabelecimentos privados as organizações filantrópicas, que até o ano de 2008 detinham a maior parte das matrículas, em 2009 perderam espaço para particulares. Neste espaço de tempo as matrículas *universitárias* filantrópicas sofreram uma queda de 10% no período, o mesmo não ocorrendo com as organizações particulares que obtiveram crescimento de 358 no parâmetro calculado. Sobre a proporção de matrículas *universitárias* entre o estabelecimento público e privado, percebe-se que em 1995 as matrículas no ensino público universitário representavam 53% do total e que no ano de 2010 esta proporção cai para 45%, e as matrículas *universitárias* privadas apresentaram um aumento, passando de 47% em 1995 para 55% no ano de 2010. Dentro do ensino privado observa-se que no ano de 1999 as matrículas *universitárias* particular que representavam 30% do total em 2009 passaram a 63%, sendo que no mesmo período as matrículas filantrópicas passam de 70% em 1999 para 37% em 2009, ficando evidente o espaço adquirido pelo ensino particular.

Olhando as matrículas *não universitárias*, nos anos de 1995 a 2010, nota-se que estas são crescentes em quase todo o período da análise. O total de matrículas *não universitárias* cresceu em 418, as matrículas públicas em 185 e as matrículas no ensino privados saltaram em 463 no indicador da base 100. No âmbito das matrículas *não universitárias* privadas, no período de 1999 a 2009, as

particulares variaram em 506 e as filantrópicas em 115, considerando o mesmo parâmetro. Sobre a proporção do total de matrículas *não universitárias*, verifica-se que estas estão concentradas em estabelecimentos privados, passando de 84% em 1995 para 93% do total no ano de 2010 e no ensino público caiu de 16% para 7% nos mesmos anos, desta forma o que se percebe é o aumento da concentração do ensino *não universitário* nos estabelecimentos privados. E no interior destas percebe-se que durante o período de 1999 a 2009, as organizações particulares tinham sob sua responsabilidade a maioria deste tipo de matrículas, pois em 1999 já absorviam 60% de todas as *não universitárias*, e esta proporção salta para 87% em 2009, e as matrículas nas filantrópicas caem de 40% em 1999 para 13% no ano de 2009. Esses dados sacramentam o domínio das organizações particulares nas matrículas *não universitárias*. Ampliando a análise, a seguir, é a vez da variável *concluintes*, que possibilita perceber outros elementos que integram a problemática que se investiga.

4.3 Concluintes

A tabela 8 apresenta a quantidade total e a variação calculada por meio de número-índice base 100, dos concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições Ensino Superior (IES) no seu total e pelas categorias administrativas pública, privada, nos anos de 1995 a 2010, e nas categorias particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009. A tabela tem como meta apresentar a evolução no tempo, do comportamento da variável *concluinte*.

Tabela 8 - Quantidade e variação de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	245.887	100	87.862	100	158.025	100
1996	254.401	103	94.951	108	159.450	101
1997	260.224	106	99.820	114	160.404	102
1998	274.384	112	106.082	121	168.302	107
1999	300.761	122	105.360	120	195.401	124	83.463	100	111.938	100
2000	352.305	143	116.641	133	235.664	149	120.003	144	115.661	103
2001	395.988	161	132.616	151	263.372	167	136.854	164	126.518	113
2002	466.260	190	151.101	172	315.159	199	171.241	205	143.918	129
2003	528.223	215	169.159	193	359.064	227	198.534	238	160.530	143
2004	626.617	255	202.262	230	424.355	269	233.582	280	190.773	170
2005	717.858	292	195.554	223	522.304	331	281.773	338	240.531	215
2006	736.829	300	183.085	208	553.744	350	304.578	365	249.166	223
2007	756.799	308	193.531	220	563.268	356	336.031	403	227.237	203
2008	800.318	325	187.758	214	612.560	388	375.001	449	237.559	212
2009	826.928	336	187.804	214	639.124	404	493.263	591	145.861	130
2010	829.286	337	178.407	203	650.879	412

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

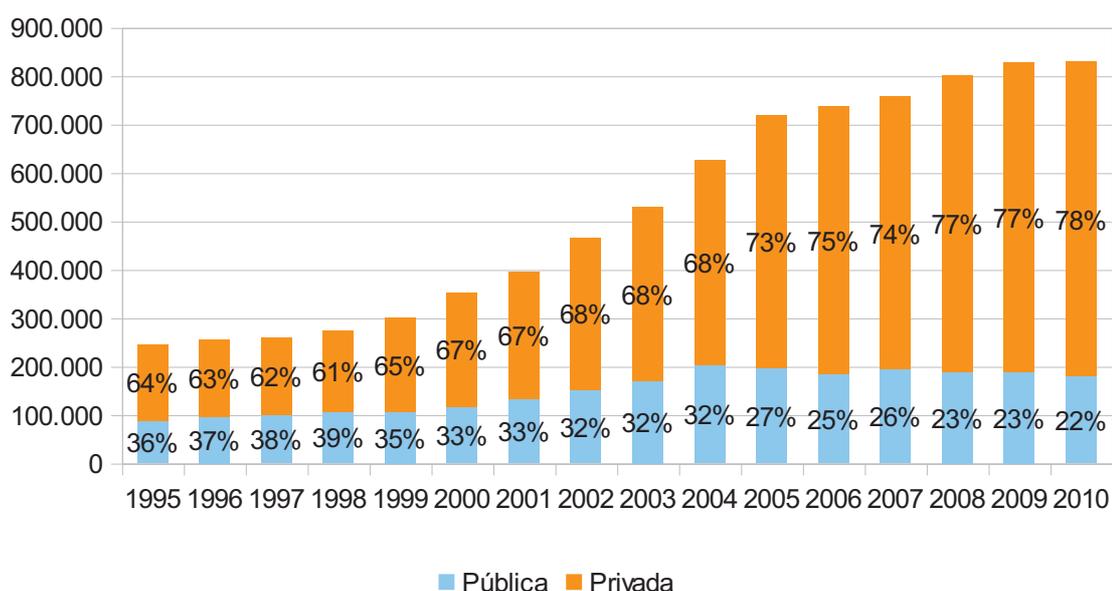
(c) Variação com base 100 em 1999.

Quando se fixa o olhar na análise dos dados informados pela tabela 8, a primeira observação que se faz é que, durante o período, a quantidade de concluintes não para de crescer. A segunda é que, desde o início do período estudado, as IES privadas são as que mais aprontam alunos concluintes, consequência direta, porém não única, que é nestas organizações onde as matrículas estão concentradas. Verifica-se que o total de concluintes aumentou de 245.887 no ano de 1995, para 829.286 em 2010, indicando uma variação de 337, apurada no índice de base 100. Os concluintes nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas passaram de 87.862 em 1995 para 178.407 em 2010, um crescimento de 203 no parâmetro calculado, com se vê a seguir. Os concluintes nas IES privadas passaram de 158.025 no ano de 1995 para 650.879 no ano de 2010, uma variação de 412 no indicador, acima do crescimento total de concluintes e mais que o dobro

de concluintes nas IES públicas. Quando se verificam as partes que constituem a categoria administrativa privada, percebem-se que no ano de 1999, início da análise para as privadas e as filantrópicas, que estas últimas apresentam a maior quantidade de concluintes, já no ano seguinte as IES particulares assumem a frente. Os concluintes particulares passaram de 83.463 no ano de 1999 para 493.263 no ano de 2009, evidenciando um crescimento de 591 no índice calculado. No mesmo período, os concluintes nas filantrópicas passaram de 111.938 no ano de 1999 para 145.861 no ano de 2009, sinalizando uma variação discreta de 130 no mesmo indicador. É importante ressaltar que no ano de 2006 os concluintes em estabelecimentos filantrópicos chegaram a ter mais de 249 mil concluintes. As figuras 15 e 16 mostram a proporção de concluintes nas instituições públicas e privadas e nas organizações particulares e filantrópicas.

O gráfico 15 apresenta os dados da tabela 8, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual, dos concluintes nos cursos de graduação presenciais nas IES públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010. Com este tipo de ilustração, o desejo é identificar o movimento da divisão na quantidade de concluintes por categoria administrativa ao longo do tempo.

Gráfico 15 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

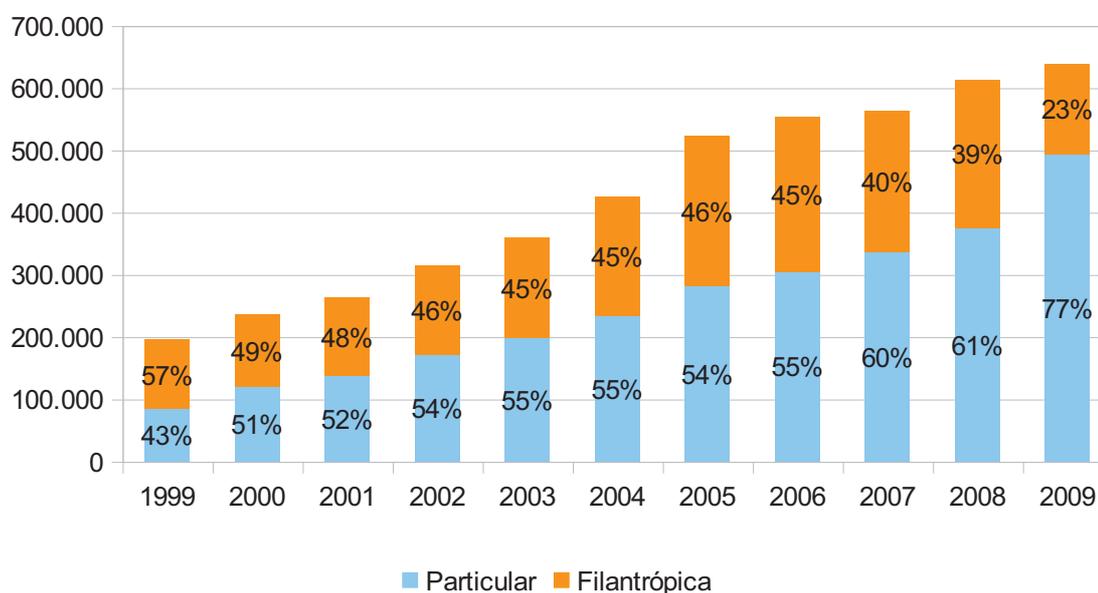


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Na figura 15, percebe-se que o estabelecimento privado concentra mais concluintes em todo o período da análise. No ano de 1995, já era responsável por 64% do total e esta proporção eleva-se para 78% no ano de 2010. Durante o mesmo período, a contribuição do ensino público na formação de concluintes reduz-se de 36% em 1995 para 22% em 2010, uma queda de mais de um terço na participação. A próxima ilustração mostra esta dinâmica dentro dos estabelecimentos privados.

Na figura 16, é possível ver os dados da tabela 8, agora com o propósito de verificar a desempenho da variável concluinte no interior da categoria administrativa privada. Para isso exibe-se a proporção, em percentuais, dos concluintes em cursos de graduação presenciais nas IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 16 - Proporção, em pontos percentuais, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos



anos de 1999 a 2009.

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Percebe-se na figura o movimento da participação dos concluintes em Instituições de Ensino Superior (IES) particular e filantrópica. No ano de 1999, esta última foi responsável por 57% dos concluintes, no ano de 2009 este valor reduziu-

se para 23%, uma queda de 34 pontos percentuais, mais da metade. As IES particulares que tinham uma fatia de 43% no ano de 1999 ampliaram este valor para 77% do total de concluintes do ensino privado, indicando um aumento 34 pontos percentuais. Um aumento de mais que um terço.

Elaborar uma reflexão provisória sobre o conjunto da variável concluinte permite observar que esta apresenta um desempenho crescente e que são as IES privadas as que mais formam os alunos com 78% do total no ano de 2010. Verifica-se que o crescimento do total da variável é de 337, apurada no índice de base 100, e que os concluintes nas instituições públicas variam em 203 e o das organizações privadas em 412, no mesmo indicador. No interior desta última, os concluintes apresentam um crescimento de 591 no índice calculado e, no mesmo período, os concluintes nas filantrópicas apresentam variação discreta de 130 no indicador. Sobre a divisão proporcional, nota-se que nos estabelecimentos públicos, os concluintes passaram de 36% em 1995 para 22% do total em 2010, uma queda de mais de um terço na participação e, como já foi dito, o estabelecimento privado apronta e concentra mais concluintes em todo o período da análise sendo que em 1995 já era de 64% do total. Dentro desta última categoria administrativa, é possível inferir que as instituições filantrópicas tiveram sua participação rebaixada de 57% em 1999 para 23% em 2009. Uma queda de mais da metade na participação, e que, neste mesmo período, os concluintes no estabelecimento particular saltaram de 43% para 34% do total de, indicando um aumento de mais de um terço. As próximas tabelas mostram os concluintes nas organizações *universitárias* e *não universitárias*.

A tabela 9 apresenta a quantidade total de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições Ensino Superior (IES) *universitárias*, bem como nas categorias administrativas, pública, privada nos anos de 1995 a 2010, e nos estabelecimentos particular e filantrópico nos anos de 1999 a 2009. A variação de concluintes é apresentada por meio da construção do número-índice de base 100.

Tabela 9 - Quantidade e variação de concluintes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	136.492	100	70.829	100	65.663	100
1996	146.238	107	77.802	110	68.436	104
1997	159.178	117	85.177	120	74.001	113
1998	176.530	129	90.945	128	85.585	130
1999	195.040	143	91.784	130	103.256	157	30.488	100	72.768	100
2000	233.563	171	100.571	142	132.992	203	48.089	158	84.903	117
2001	262.463	192	115.309	163	147.154	224	54.586	179	92.568	127
2002	304.281	223	130.868	185	173.413	264	69.563	228	103.850	143
2003	328.100	240	144.739	204	183.361	279	72.164	237	111.197	153
2004	379.516	278	178.422	252	201.094	306	72.543	238	128.551	177
2005	408.970	300	173.395	245	235.575	359	79.158	260	156.417	215
2006	396.054	290	158.539	224	237.515	362	75.178	247	162.337	223
2007	416.268	305	168.212	237	248.056	378	105.448	346	142.608	196
2008	430.654	316	162.091	229	268.563	409	120.057	394	148.506	204
2009	427.044	313	163.051	230	263.993	402	174.197	571	89.796	123
2010	412.510	302	155.100	219	257.410	392

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 1999.

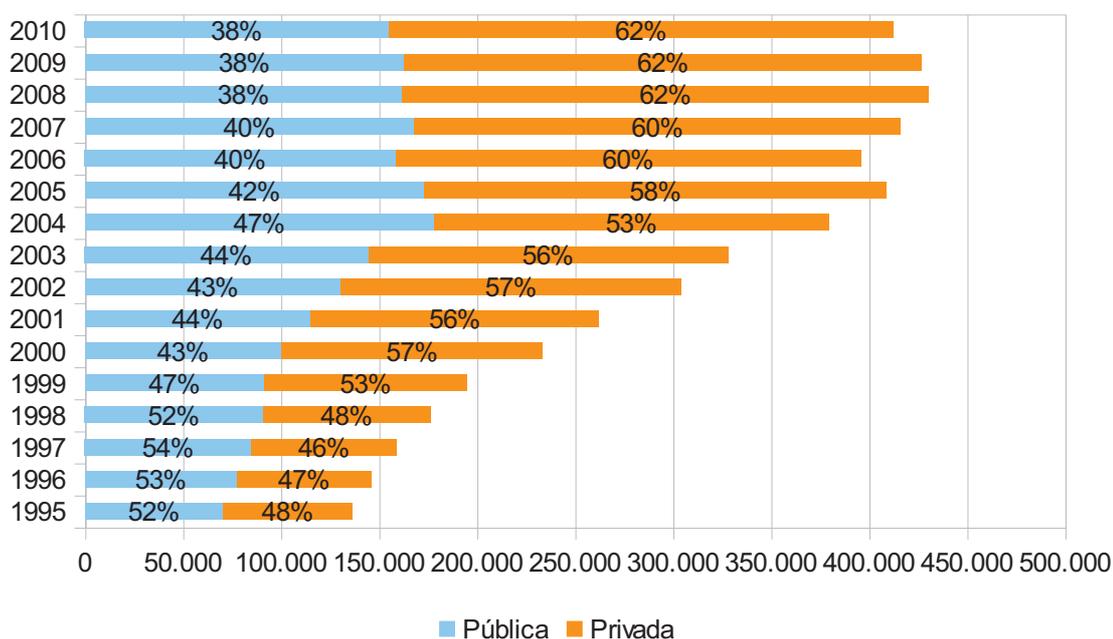
Analisando a tabela 9, observa-se que esta variável cresceu ao longo do período estudado, passando de 136.492 em 1995 para 412.510 no ano de 2010, uma variação no acumulado dos 16 anos de 302 no índice de base 100. Analisando os concluintes *universitários* nas categorias administrativas pública e privada, percebe-se que a primeira categoria até o ano de 1998 foi a responsável por formar a maior parte dos concluintes. Todo o período apresenta um crescimento de 219 no indicador calculado, abaixo do crescimento total, passando de 70.829 em 1995, para 155.100 concluintes *universitários* em estabelecimentos públicos no ano de 2010. O que ocorreu com as organizações privadas foi um crescimento de 392 no mesmo índice, ficando a sua variação acima do total de concluintes *universitários*, pois estes aumentam de 65.663 alunos no ano de 1995 para 257.410 concluintes no ano de

2010. Desta forma, consolida-se a contribuição do ensino privado na formação superior, agora com a variável concluintes na categoria *universitárias* aqui estudada. Neste sentido, é interessante ver como se comporta esta variável o interior desta categoria administrativa que é composta por instituições particulares e filantrópicas. Estas últimas organizações são as que mais aprontam concluintes *universitários* no período que vai de 1999 até 2008, já no ano de 2009 são as instituições particulares que oferecem mais concluintes *universitários* do que as filantrópicas. Esta última passou de 30.488 alunos no ano de 1999 para 174.197 concluintes no ano de 2009, um crescimento de 571 no parâmetro calculado se comparado com o ano de 1999. No mesmo período as organizações filantrópicas os concluintes *universitários* saltaram de 72.768 para 89.7996 no mesmo período, um desempenho acanhado de 123 no índice de base 100. Vale ressaltar que estas organizações já chegaram a formar mais de 160 mil alunos, o que se constata ao observar no ano de 2006. Na próxima ilustração é mostrada a proporção de concluintes *universitários* nos anos de 1995 a 2010.

O gráfico 17 apresenta as informações sobre a proporção, em percentual, dos concluintes *universitários* nas instituições públicas e privadas, a partir dos dados constantes na tabela 9. O intuito é verificar como se comporta ao longo do período analisado a repartição da quantidade de concluintes *universitários* entre estas instituições.

No gráfico 17, verifica-se que os concluintes *universitários* nas instituições públicas em 1995 representavam 52% do total, chegando a 54% em 1997, e teve sua participação reduzida para 38% do total no ano de 2010. Observa-se pelo gráfico que, mesmo a quantidade absoluta de concluintes tendo crescido, ocorreu a perda de espaço. O movimento que ocorreu com a variável concluintes na categoria *universitárias* nas organizações privadas é de aumento, visto que em 1995 elas eram responsáveis por 48% dos concluintes *universitários* e no ano de 2010 passaram para 62% do total. A próxima ilustração mostra o comportamento dos concluintes *universitários* nos estabelecimentos de ensinos particulares e filantrópicos no interior das organizações privadas.

Gráfico 17 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

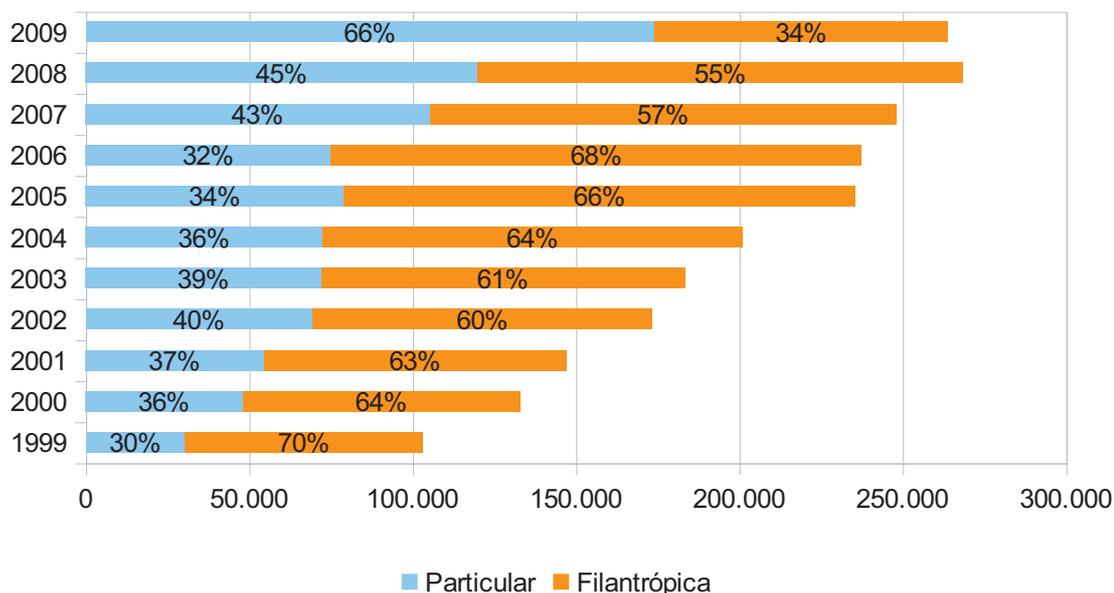


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 18 apresenta os dados da tabela 9, com o propósito de verificar a desempenho da variável concluinte *universitário* no interior da categoria administrativa privada. Para isso, exhibe-se a proporção, em pontos percentuais das matrículas em cursos de graduação presenciais nas instituições particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Percebe-se no gráfico 18 o movimento dos concluintes *universitários* no interior do ensino privado. O primeiro fato que chama a atenção é a inversão abrupta da proporção no período em análise. As organizações filantrópicas que detinham durante o período de 1999 com 70% até 2008 com 55% a maior concentração de concluintes caem para 34% no ano de 2009. Uma queda de 21 pontos percentuais em um ano! De forma inversa, as organizações particulares passam de 30% em 1999 para 66% do total de concluintes *universitários* em 2009. Um crescimento de mais que o dobro no período da análise.

Gráfico 18- Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Uma síntese sobre os concluintes *universitários* permite verificar que aumenta a quantidade total desta variável, nos 16 anos de análise, em 302 no parâmetro calculado. Nas instituições públicas, este valor é de 219, e nas organizações privadas é 392 no número-índice de base 100. Em 2010, existiam 412.510 alunos concluintes em organizações *universitárias*, sendo que destes 38% estavam em instituições públicas e 62% em organizações privadas. Na organização interna dos estabelecimentos privados, observa-se a dinâmica das organizações particulares e filantrópicas. As instituições particulares apresentam um crescimento de 571 calculado pelo parâmetro da base 100 e as organizações filantrópicas um desempenho de 123 no mesmo indicador. Quanto à participação proporcional dos concluintes *universitários*, chama a atenção a inversão abrupta da proporção no período em análise, pois as organizações filantrópicas que possuíam entre 1999 e 2008 (55%) a maior concentração de concluintes, caem para 34% no ano de 2009, e, de forma inversa, as organizações particulares passaram de 30% em 1999 para 66% do total de concluintes *universitários* em 2009. Um crescimento de mais que o dobro no período da análise. Desta forma, consolida-se a contribuição do ensino privado na formação superior, agora com a variável concluintes na categoria *universitários* aqui estudada.

A tabela 10 apresenta a quantidade total de concluintes *não universitários*, em

curso de graduação presenciais em Instituições Ensino Superior (IES), nas categorias administrativas, pública, privada nos anos de 1995 a 2010 e também no interior das instituições privadas com os estabelecimentos particulares e filantrópicas nos anos de 1999 a 2009. A variação acumulada nos anos de estudo é apresentada por meio da construção do número-índice de base 100. O objetivo desta tabela é verificar o desempenho da variável concludente relacionada ao contexto *não universitário*.

Tabela 10 - Quantidade e variação de concludentes em cursos de graduação presenciais em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	109.395	100	17.033	100	92.362	100
1996	108.163	99	17.149	101	91.014	99
1997	101.046	92	14.643	86	86.403	94
1998	97.854	89	15.137	89	82.717	90
1999	105.721	97	13.576	80	92.145	100	52.975	100	39.170	100
2000	118.742	109	16.070	94	102.672	111	71.914	136	30.758	79
2001	133.525	122	17.307	102	116.218	126	82.268	155	33.950	87
2002	161.979	148	20.233	119	141.746	153	101.678	192	40.068	102
2003	200.123	183	24.420	143	175.703	190	126.370	239	49.333	126
2004	247.101	226	23.840	140	223.261	242	161.039	304	62.222	159
2005	308.888	282	22.159	130	286.729	310	202.615	382	84.114	215
2006	340.775	312	24.546	144	316.229	342	229.400	433	86.829	222
2007	340.531	311	25.319	149	315.212	341	230.583	435	84.629	216
2008	369.664	338	25.667	151	343.997	372	254.944	481	89.053	227
2009	399.884	366	24.753	145	375.131	406	319.066	602	56.065	143
2010	416.776	381	23.307	137	393.469	426

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

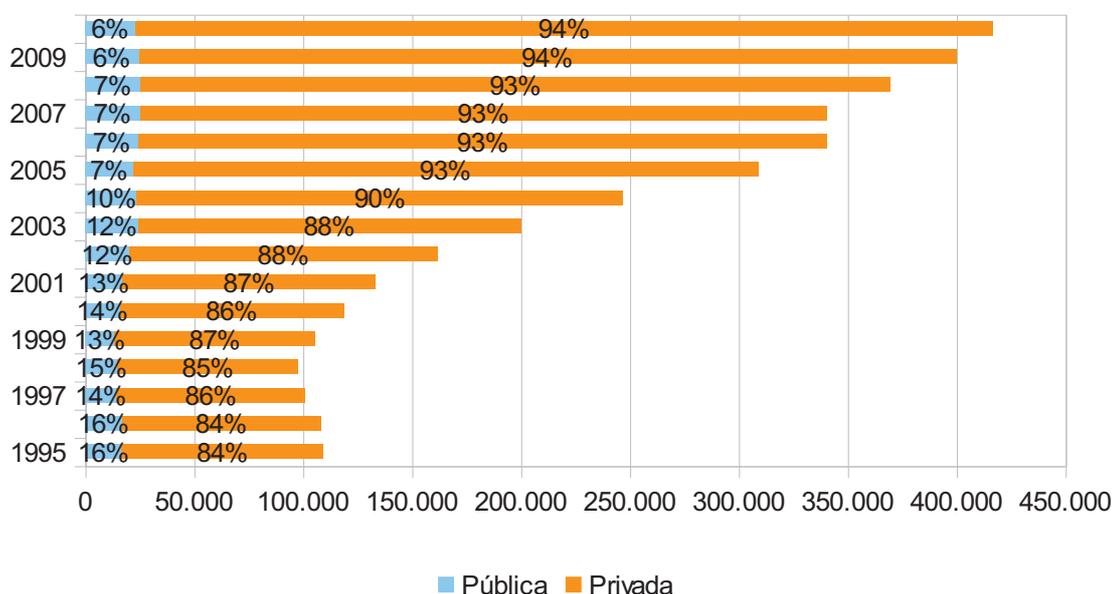
(c) Variação com base 100 em 1999.

Na tabela 10, é possível analisar o desempenho da variável concludente dentro do contexto não universitário. Em uma rápida passagem com os olhos na tabela 10, percebe-se o predomínio do ensino privado na formação de concludentes *não*

universitários, em todo o período analisado. O total de concluintes *não universitários* cresceu 381 de acordo com o indicador calculado de 1995 a 2010. Este crescimento refletiu o desempenho da quantidade de concluintes *não universitários* que eram em 109.395 no ano de 1995 e passou para 416.776 no ano de 2010. Os concluintes *não universitários* dos estabelecimentos públicos passaram de 17.033 em 1995 para 23.307 no ano de 2010. Uma variação de 137 segundo o índice de base 100, bem abaixo do crescimento total. Quem puxa o crescimento total de concluintes *não universitários* é o ensino privado, pois em 2010 era responsável por 393.469 concluintes, saindo de 92.362 concluintes *não universitários* em 1995, um crescimento de 426 no mesmo indicador, um crescimento maior do que os estabelecimentos públicos e muito mais que o total da variável. Quando se observa no interior do ensino privado, constata-se que são as Instituições de Ensino Superiores (IES) particulares, em todo o período da análise (1999 até 2009), as responsáveis pela maior parte dos concluintes *não universitários*. Partindo de 52.975 concluintes *não universitários* em 1999, para 319.066 no ano de 2009, um desempenho de 602 no indicador, muito acima do crescimento total. Os concluintes *não universitários* dos estabelecimentos filantrópicos cresceram em 143, calculados pelo número-índice, saltando de 39.170 em 1999, para 56.065 no ano de 2009. Pode-se perceber que quem concentra a formação de concluintes *não universitários* para além de ser o ensino privado é o particular. Isso deve ficar mais claro no gráfico 19.

O gráfico 19 apresenta os dados da tabela 10, a partir de uma mirada sobre a proporção, em percentual dos concluintes *não universitários* nos cursos de graduação presenciais nas IES públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010. Com este tipo de ilustração, deseja-se evidenciar a concentração desta variável nas IES privadas.

Gráfico 19 - Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

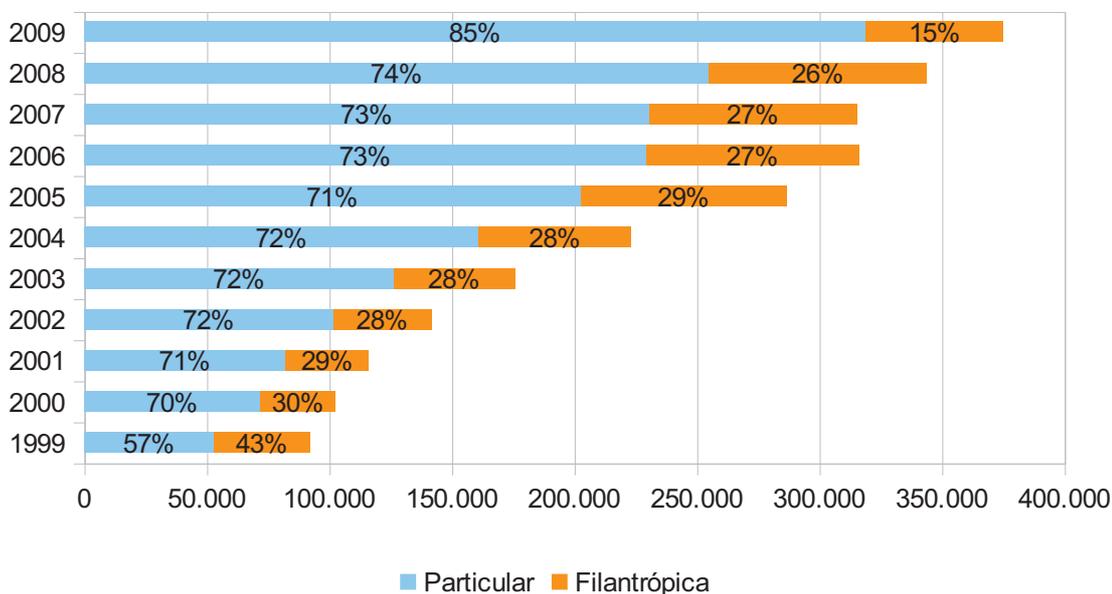


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Somente a visualização do gráfico 19 basta para que se possa constatar que o que já era concentrado, concentra-se muito mais. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que eram responsáveis por 84% dos concluintes *não universitários* em 1995 passam para 94% no ano de 2010. E a proporção de concluintes *não universitários* que estavam nas IES públicas caem de 16% em 1995 para 6% no ano de 2010. Uma queda de mais da metade. No gráfico 19, percebe-se como este movimento se dá no interior do ensino privado.

O gráfico 20, apresenta os dados da tabela 10, tendo o propósito de verificar a desempenho da variável concluinte no interior da categoria administrativa privada. Para isso, exibe-se a proporção, em percentuais dos concluintes *não universitários*, em cursos de graduação presenciais nas IES particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 20- Proporção, em percentual, concluintes em cursos de graduação presenciais, em Instituições de Ensino Superiores *não universitárias* particulares e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelo gráfico 20, é possível observar o movimento da proporção de alunos concluintes *não universitários* nas instituições particulares e filantrópicas. E o que se pode perceber é que as particulares que já eram responsáveis por 57% dos concluintes *não universitários* no ano de 1999 passam para 85% dos alunos em 2009, em direção oposta é o comportamento dos concluintes *não universitários* nas organizações filantrópicas que saem de 43% em 1999 para 15% no ano de 2009, uma queda de quase um terço.

Fazendo uma síntese do desempenho da variável concluintes dentro do contexto *não universitário*, verifica-se que o total de concluintes *não universitários* cresceu 381 de acordo com o indicador calculado de 1995 a 2010. Também é possível perceber o predomínio do ensino privado na formação de concluintes *não universitários*, em todo o período. As instituições privadas que eram responsáveis por 84% dos concluintes *não universitários* em 1995 chegaram em 2010 com 94% do total e a proporção de concluintes *não universitários* que estavam nos estabelecimentos públicos caíram de 16% para 6% no mesmo período, reflexo do desempenho no crescimento dos concluintes *não universitários* nos estabelecimentos públicos, que foi de 137, segundo o índice de base 100 e o do

ensino privado de 426 no mesmo indicador. No interior do ensino privado, constata-se que IES particulares chegaram em 2009, com 85% dos concluintes *não universitários* e as organizações filantrópicas com 15% no mesmo ano. O crescimento dos concluintes *não universitários* (1999 até 2009) foi de 602 e nos estabelecimentos filantrópicas o resultado foi de 143, calculados pelo número-índice. Pode-se perceber que a concentração de concluintes *não universitários* é no ensino particular.

Uma exposição geral sobre a variável concluinte permite observar que esta, no seu conjunto, bem como no contexto *universitário* e *não universitário* é privada, visto que é a categoria administrativa que mais apronta os alunos com 78% do total no ano de 2010. Sobre o percurso de crescimento, percebe-se que este também é a categoria que mais cresce, visto que o crescimento do total da variável é de 337 apurada no índice de base 100, e que os concluintes nas instituições públicas variam em 203 e o das organizações privadas em 412 no mesmo indicador. Os concluintes *universitários* aumentam em 302 no parâmetro calculado. Nas instituições públicas, este valor é de 219, e nas organizações privadas é 392 no número-índice de base 100. Em 2010 existiam 412.510 alunos concluintes em organizações *universitárias* sendo que destes 38% estavam em instituições públicas e 62% em organizações privadas. Já os concluintes *não universitários* crescem 381 de acordo com o indicador calculado de 1995 a 2010, e as instituições privadas, que eram responsáveis por 84% dos concluintes *não universitários* em 1995, chegam em 2010 com 94% do total. Desta forma a proporção de concluintes *não universitários* que estavam nos estabelecimentos públicos caem de 16% para 6% no mesmo período, reflexo do desempenho no crescimento dos concluintes *não universitários* nos estabelecimentos públicos, que foi de 137, segundo o índice de base 100 e o do ensino privado de 426 no mesmo indicador.

No interior dos estabelecimentos privados, a dinâmica entre as particulares e filantrópicas mostra o movimento de expansão favorecendo o primeiro segmento em detrimento do segundo. No estabelecimento particular, os concluintes representam 77% do total em 2009 e as organizações filantrópicas respondem por 23%. Sobre os concluinte *universitários*, nos anos de 1999 a 2009, verifica-se que as instituições particulares apresentam um crescimento de 571 calculado pelo parâmetro da base 100 e as organizações filantrópicas um desempenho de 123 no mesmo indicador. Quanto a participação proporcional dos concluintes *universitários* as organizações

filantrópicas chegam em 2009 com 34% do total, e de forma inversa as organizações particulares chegam com 66% do total de concluintes *universitários* em 2009. E por fim, sobre os concluintes *não universitários* no ensino privado, constata-se que IES chegam em 2009, com 85% do total e as organizações filantrópicas com 15% no mesmo ano. O crescimento dos concluintes *não universitários* (1999 até 2009) foi de 602 e nos estabelecimentos filantrópicas o resultado foi de 143, calculados pelo número-índice.

Até este momento apresentaram-se os resultados encontrados, a partir dos dados do Censo da Educação Superior, no que tange às variáveis: IES, matrículas e concluintes. A seguir, tratar-se-á da variável docentes, também significativa no contexto deste estudo.

4.4 Docentes

As tabelas que mostram o comportamento da variável docente (total de docentes, tempo integral, titulação de mestrado e doutorado), por Instituição de Ensino Superior, apresentam a quantidade total de docentes e a sua variação no tempo por meio da construção do índice de base 100, sendo esta o ano de 1995, para as categorias administrativas total, pública e privada. Nas categorias administrativas, particular e filantrópica, o índice tem como base 100 o ano de 2000. Os anos de 1997, 1998 e 1999 são apresentados na tabela, porém dizem respeito à quantidade de professores em exercício, desta forma ilustram a tabela mas não são levados em consideração para calcular o índice de variação. São utilizados somente quando da construção das ilustrações que mostram a divisão proporcional por categoria administrativa no mesmo ano.

A tabela 11 apresenta a quantidade total de docentes em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, nos anos de 1995 a 2010. A variação é apurada por meio da construção do número-índice de base 100. A intenção da tabela é verificar o percurso desta variável ao longo do período de análise.

Tabela 11 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	145.290	100	76.268	100	69.022	100
1996	148.320	102	74.666	98	73.654	107
1997 ^(d)	165.964	..	84.691	..	81.373
1998 ^(d)	165.122	..	83.738	..	81.384
1999 ^(d)	173.836	..	80.883	..	92.953	..	36.865	..	56.088	..
2000	197.712	136	88.154	116	109.558	159	51.380	100	58.178	100
2001	219.947	151	90.950	119	128.997	187	64.201	125	64.796	111
2002	242.475	167	92.215	121	150.260	218	79.497	155	70.763	122
2003	268.816	185	95.863	126	172.953	251	94.939	185	78.014	134
2004	293.242	202	100.424	132	192.818	279	107.971	210	84.847	146
2005	305.960	211	104.119	137	201.841	292	113.170	220	88.671	152
2006	316.882	218	106.999	140	209.883	304	118.739	231	91.144	157
2007	334.688	230	115.865	152	218.823	317	133.616	260	85.207	146
2008	338.890	233	119.368	157	219.522	318	137.097	267	82.425	142
2009	359.089	247	131.302	172	227.787	330	172.756	336	55.031	95
2010	366.882	253	140.742	185	226.140	328

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.
 (b) Variação com base 100 em 1995.
 (c) Variação com base 100 em 2000.
 (d) Quantidade de docentes em exercício.

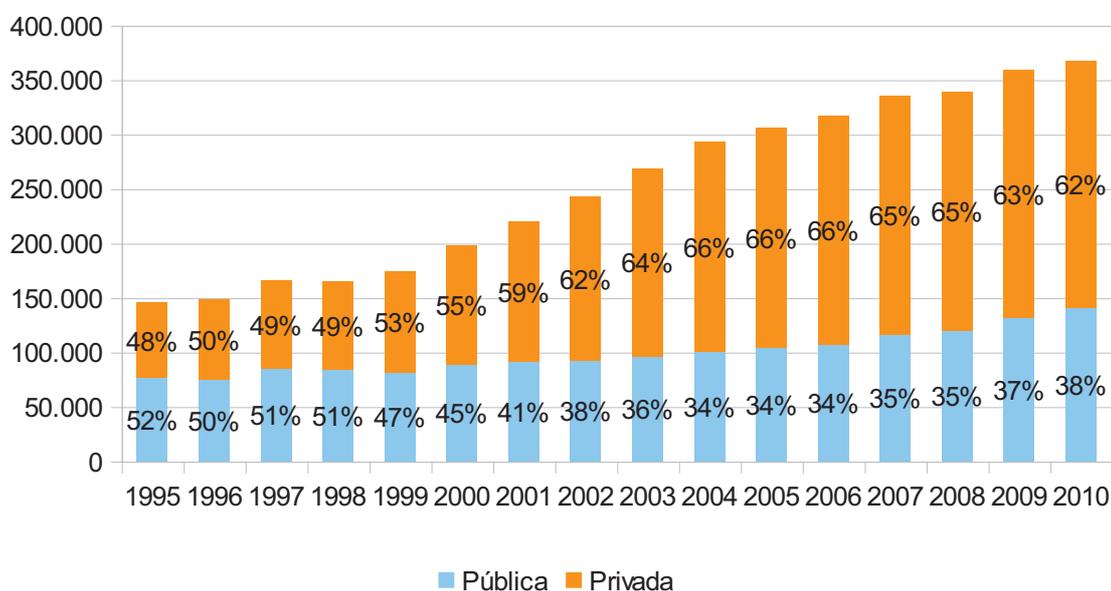
A tabela 11 permite visualizar claramente o crescimento de funções docentes no ensino superior nos anos estudados. Observa-se ainda que o ensino público, no início da série, abrigava a maior parte dos docentes no Brasil, fato este que se transformou ao longo do tempo, quando os estabelecimentos privados passam a ter mais professores do que as instituições públicas. Em 1995, o total de docentes eram de 145.290 e houve um aumento para 366.882 em 2010, um crescimento de 253 calculados pelo índice de base 100. Nos estabelecimentos públicos, ocorreu um incremento de 185 pelo mesmo indicador, refletindo o aumento de docentes no período, visto que, em 1995, existiam 76.268 professores em organizações públicas e que estas passaram para 140.742 em 2010.

Destaca-se ainda que no ano de 1996 houve uma queda de 2% na

quantidade total de docentes nessas organizações. Os docentes pertencentes às instituições privadas ascenderam de 69.022 em 1995 para 226.140 no ano de 2010. Uma variação positiva de 328 de acordo com o número-índice de base 100, acima do crescimento total de docentes. Verificar o comportamento interno ao setor privado sempre é interessante e também razão da pesquisa aqui realizada.

No início dessa série de dados, em 2000, sobre as organizações particulares e filantrópicas a maioria dos docentes pertencia a esta última organização, porém as instituições particulares passam a contar com mais professores já no ano de 2001. As funções docentes vinculadas as IES particulares que no ano 2000 eram de 51.380 passaram para 172.756 em 2009. Um crescimento de 336 no índice de base 100. No mesmo período, as filantrópicas perderam professores, pois havia 56.088 docentes no ano 2000 e este número baixou para 55.031 no ano 2009, uma queda absoluta de 5%. Nas duas ilustrações elaboradas na sequência, é possível verificar este fenômeno por meio da proporção das quantidades.

Gráfico 21 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior pública e privada, nos anos de 1995 a 2010.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

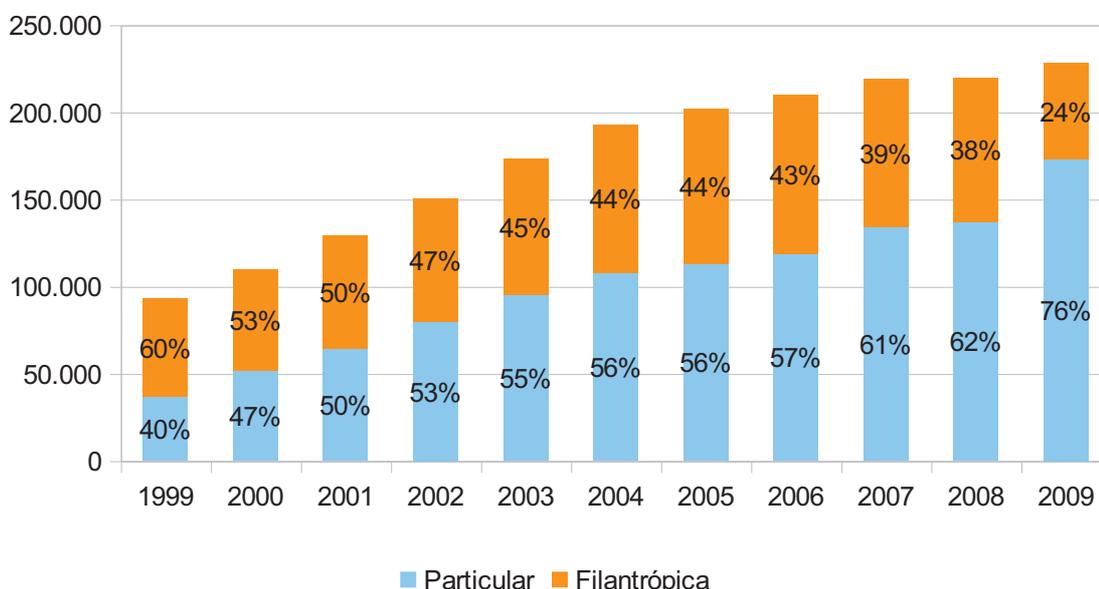
O gráfico 21 apresenta os dados da tabela 11, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual dos concluintes nos cursos de graduação presenciais nos estabelecimento superiores públicos e privados nos anos de 1995 a 2010. Com este

tipo de ilustração, deseja-se mostrar o movimento na quantidade de concluintes nesta categoria acadêmica.

Pelo gráfico, é possível visualizar os dados da tabela 11, sob a ótica da divisão proporcional, em porcentagem, dos docentes por categorias de Instituições de Ensino Superior (IES). Em uma rápida passagem pela ilustração, percebe-se que o ensino público que já deteve 52% dos docentes no ano de 1995, viu sua participação reduzida para 38% em 2010. Desta forma, uma dinâmica diferente se instalou na educação superior. As IES privadas que possuíam 48% da participação no total de docentes no ano de 1995, tiveram esta participação aumentada para 62% no ano de 2010.

O gráfico 22 apresenta os dados da tabela 11, com a intenção de identificar a variável docentes dentro dos estabelecimentos que compõem as IES privadas. Para isso, exibe-se a proporção, em pontos percentuais das matrículas em cursos de graduação presenciais nas IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 22 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 22 ilustra o movimento de troca que ocorre no que diz respeito à proporção de docentes dentro das instituições privadas. As filantrópicas perdem em proporção de docentes para as instituições particulares. Estas últimas, que no ano

de 1999 possuíam 40% do total, passaram para 76% no ano de 2009. Quase que dobraram a participação na quantidade de docentes nesta categoria administrativa E as filantrópicas viram sua participação reduzida de 60% no ano de 1999 para 24% no ano 2009. Uma queda de mais da metade. Percebe-se, desta forma, acompanhando a quantidade de IES e a quantidade de matrículas que tem o centro dinâmico nas privadas particulares, os docentes também como o maior empregador as organizações particulares.

Escrever um pequeno fechamento referente ao conjunto dos docentes apresentados até aqui, permite sistematizar as informações produzidas até então. Desta forma, é possível visualizar de forma objetiva o crescimento e as transformações das funções docentes no ensino superior nos anos estudados. Observa-se que o ensino público abrigava a maior parte dos docentes no Brasil e que esta realidade se modificou ao longo do tempo quando os estabelecimentos privados tiveram mais professores do que as instituições públicas, fenômeno que aconteceu por conta de um crescimento desigual nas categorias administrativas, visto que o total de docentes cresceu em 253 calculados pelo índice de base 100, nos estabelecimentos públicos 185 e nas instituições privadas uma variação positiva de 328 de acordo com o mesmo indicador. No interior do setor privado, o cenário é que as instituições particulares passaram a contar com mais professores, já no ano de 2002. As funções docentes vinculadas as IES particulares apresentaram um crescimento de 336 no índice de base 100, e as filantrópicas perderam 5% na quantidade absoluta de professores.

Quanto à proporção de docentes por categorias administrativas, percebe-se que o ensino público que já deteve 52% dos docentes no ano de 1995, viu sua participação reduzida para 38% em 2010. Uma nova relação se instalou na educação superior. As IES privadas chegaram em 2010 com 62% do total de docentes. Dentro destas organizações, as filantropias perderam em proporção de docentes para as particulares. Estas últimas alcançaram 2009 com 76% e as filantrópicas tiveram sua participação reduzida de 60% no ano de 1999 para 24% no ano 2009.

A tabela 12 apresenta a quantidade total e variação de docentes em Instituições Ensino Superior (IES) *universitárias* e também nas categorias administrativas, pública, privada nos anos de 1995 a 2010, e nas organizações particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009. A variação é apresentada por meio da construção do número-índice de base 100.

Tabela 12 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	101.134	100	67.407	100	33.727	100
1996	102.685	102	66.538	99	36.147	107
1997 ^(d)	118.578	..	75.354	..	43.324
1998 ^(d)	120.013	..	75.485	..	44.528
1999 ^(d)	124.780	..	73.122	..	51.658	..	14.087	..	37.571	..
2000	139.531	138	80.593	120	58.938	175	17.151	100	41.787	100
2001	148.219	147	82.461	122	65.758	195	19.837	116	45.921	110
2002	153.003	151	82.927	123	70.076	208	21.031	123	49.045	117
2003	158.702	157	85.659	127	73.043	217	20.336	119	52.707	126
2004	165.171	163	87.915	130	77.256	229	21.822	127	55.434	133
2005	167.969	166	92.226	137	75.743	225	19.261	112	56.482	135
2006	168.481	167	94.204	140	74.277	220	17.792	104	56.485	135
2007	178.128	176	102.241	152	75.887	225	25.421	148	50.466	121
2008	178.147	176	103.607	154	74.540	221	26.473	154	48.067	115
2009	191.981	190	115.960	172	76.021	225	42.380	247	33.641	81
2010	195.764	194	122.445	182	73.319	217

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

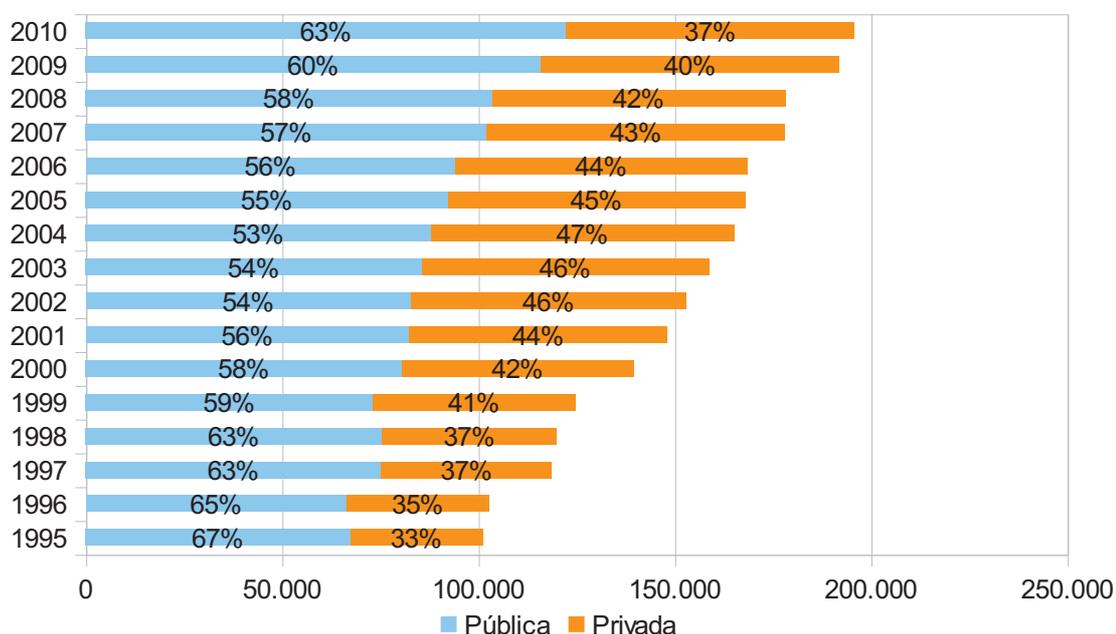
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Percebe-se na tabela 12, que a quantidade total de docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias* cresceu ao longo dos 16 anos analisados, de 101.134 docentes em 1995 elevou-se para 195.764 docentes em 2010, indicando um crescimento de 194 no índice calculado no período. No mesmo espaço de tempo, a quantidade de docentes em organizações *universitárias* públicas cresceu em 182, de 67.407 em 1995 para 122.445 no ano de 2010. Percurso interessante é o que ocorreu com a quantidade de docentes das instituições *universitárias* privadas, estas no ano de 1995 tinham 33.727, chegaram a ter 77.256 docentes em 2004, evidenciando um crescimento de 229, mas chegaram no ano de 2010 com uma quantidade de 73.319 docentes, uma variação de 217 no parâmetro calculado, menor que o crescimento apresentado em 2004. Percebe-se que os docentes em

organizações *universitárias* estão concentrados nas instituições públicas. Quando se observam os docentes nas IES particulares e filantrópicas, no período de 2000 a 2009, percebe-se que, em 2009, as particulares *universitárias* ultrapassam as filantrópicas em número de docentes. As filantrópicas apresentam uma redução absoluta na quantidade de docentes, passando de 41.787 no ano 2000 para 33.641 em 2009, uma redução de 19%. Já as particulares *universitárias* passam de 17.151 no ano 2000, para 42.380 no ano de 2009, um crescimento de 247 conforme o indicador calculado. No segmento privado, quem absorve os professores universitários são as organizações particulares. Nas duas próximas ilustrações, a distribuição proporcional das categorias administrativas fica mais clara.

O gráfico 23 mostra os dados da tabela 12, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual dos docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias* públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. Com este tipo de figura, deseja-se ilustrar o arranjo na quantidade de docentes nas categorias acadêmicas.

Gráfico 23 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



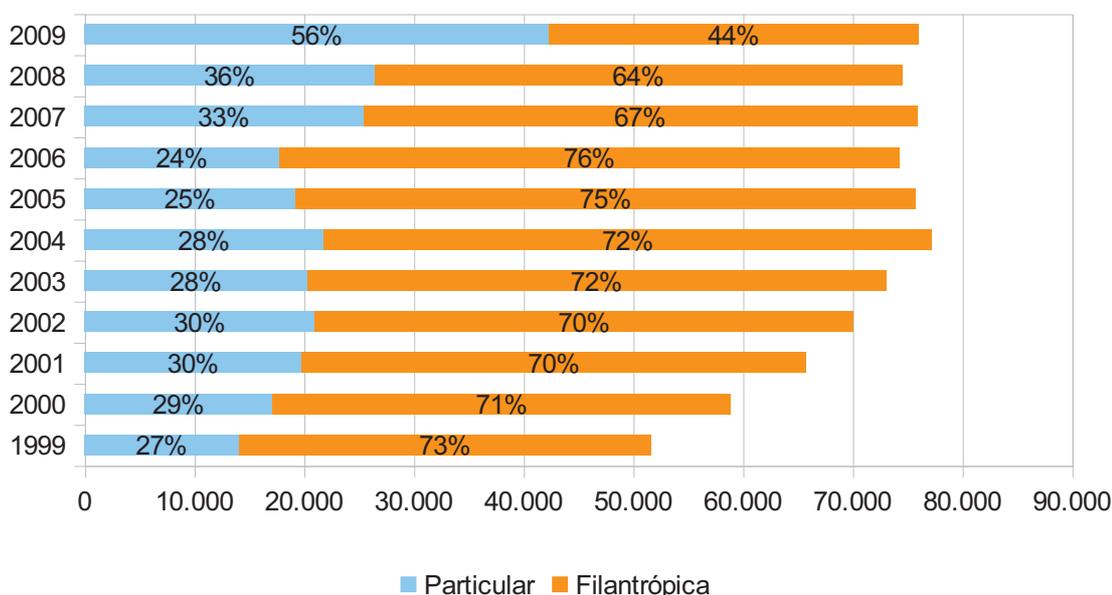
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Na visualização do gráfico 23, é possível perceber que são as IES *universitárias* públicas as maiores contratantes de docentes, como já foi apontado na leitura da tabela 12. O que ocorreu é uma perda de participação, esta que em 1995 era de 67%, passa para 63% em 2010, tendo o seu menor valor em 2004, com 53%.

As instituições *universitárias* privadas passaram de 33% em 1995, para 37% em 2010, aumentaram a sua participação, tendo no ano de 2004, a sua maior participação com 47%.

A próxima ilustração é o gráfico 24, que apresenta os dados da tabela 12, mostrando a proporção, em percentuais, dos professores em estabelecimentos *universitários* particulares e filantrópicas. A intenção é verificar o desempenho do arranjo da variável no interior da categoria administrativa privada, no período de 1999 a 2009.

Gráfico 24 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelos dados do gráfico 24, percebe-se o momento em que houve a mudança de protagonismo nas instituições filantrópicas *universitárias* na contratação de professores. Este momento ocorreu no ano de 2009, quando as IES particulares tinham 56% dos docentes, tendo partido de 27% em 1999. Caminho inverso é o das *universitárias* filantrópicas que em 1999 possuíam 73% dos docentes e chegaram ao ano de 2009 com uma participação de 44%.

Neste ponto, é importante uma breve sistematização da análise dos docentes em organizações *universitárias*. A quantidade total de docentes *universitários* cresceu em 194 no índice calculado no período, e os docentes em organizações

universitárias públicas cresceram em 182, enquanto os docentes das instituições *universitárias* privadas em 217 de acordo com o indicador utilizado.

Em 2010, proporcionalmente, as instituições *universitárias* públicas dispunham de 63% do total de docentes. Percebe-se desta forma que os docentes em organizações *universitárias* estavam concentrados em instituições públicas, reforçando a leitura da tabela 12. Um olhar no interior da organização privada permite observar o desempenho das instituições filantrópicas e particulares. As primeiras apresentaram uma redução absoluta na quantidade de docentes de 19%, enquanto que as particulares *universitárias* obtiveram um crescimento de 247, segundo o indicador calculado. Quando se observa a divisão proporcional dos docentes entre as particulares e filantrópicas, constata-se a mudança de protagonismo na contratação de professores. Este momento foi em 2009, quando as IES particulares abrigaram 56% dos docentes. Verifica-se de forma cristalina que no segmento privado quem absorve os professores universitários são as organizações particulares.

A tabela 13 apresenta a quantidade total e variação de docentes em Instituições Ensino Superior (IES) *não universitárias* pelas categorias administrativas, pública, privada nos anos de 1995 a 2010. E as IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009. A variação é apresentada por meio da construção do índice de base 100.

Tabela 13 - Quantidade e variação de docentes em Instituições de Ensino Superior não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	44.156	100	8.861	100	35.295	100
1996	45.635	103	8.128	92	37.507	106
1997 ^(d)	47.386	..	9.337	..	38.049
1998 ^(d)	45.109	..	8.253	..	36.856
1999 ^(d)	49.056	..	7.761	..	41.295	..	22.778	..	18.517	..
2000	58.181	132	7.561	85	50.620	143	34.229	100	16.391	100
2001	71.728	162	8.489	96	63.239	179	44.364	130	18.875	115
2002	89.472	203	9.288	105	80.184	227	58.466	171	21.718	132
2003	110.114	249	10.204	115	99.910	283	74.603	218	25.307	154
2004	128.071	290	12.509	141	115.562	327	86.149	252	29.413	179
2005	137.991	313	11.893	134	126.098	357	93.909	274	32.189	196
2006	148.401	336	12.795	144	135.606	384	100.947	295	34.659	211
2007	156.560	355	13.624	154	142.936	405	108.195	316	34.741	212
2008	160.743	364	15.761	178	144.982	411	110.624	323	34.358	210
2009	167.108	378	15.342	173	151.766	430	130.376	381	21.390	130
2010	171.118	388	18.297	206	152.821	433

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

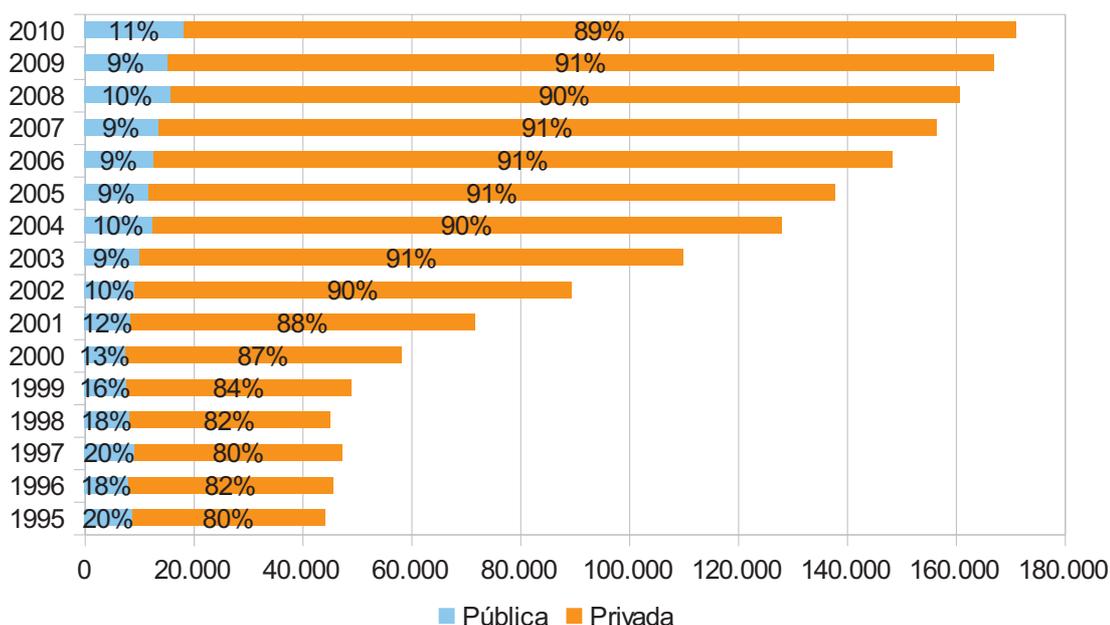
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Ao analisar a tabela 13, evidencia-se a quantidade de docentes em IES não universitárias. Verifica-se que a quantidade total aumenta em 388 no cálculo do número-índice base 100, refletindo o crescimento de 44.156 professores em 1995 para 171.118 no ano de 2010. Também é possível notar que são nas IES privadas onde está a maior quantidade de professores. No ano de 1995, estas tinham 35.295 professores e passaram para 152.821 no ano de 2010, havendo um crescimento de 433 no parâmetro calculado, enquanto que, no mesmo período, a quantidade de professores nas IES públicas não universitárias que eram 8.861 e aumentaram para 18.297 em 2010, uma variação de 206 no indicador, abaixo do crescimento do total de docentes que foi de 388 pontos percentuais. Verificando a movimentação na quantidade de docentes dentro do ensino privado não universitário, percebe-se a

dinâmica dos estabelecimentos particulares e os filantrópicos. Estes últimos possuem um menor número de professores neste subsetor, no ano 2000 tinham 16.391 docentes e em 2009 passam para 21.390, um crescimento de 130 no indicador, abaixo do crescimento total e bem abaixo do setor privado para o mesmo ano de 2009. A quantidade de docentes *não universitários* nas particulares passou de 34.229 no ano 2000 para 130.376 em 2009, um crescimento de 381 no mesmo indicador. A próxima ilustração apresenta a divisão proporcional nos estabelecimentos públicos e privados.

O gráfico 25 apresenta os dados da tabela 13, sob o ponto de vista da proporção, em percentual dos docentes nas organizações *não universitárias* públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. O objetivo é deixar visível a concentração de docentes nestas categorias administrativas.

Gráfico 25 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



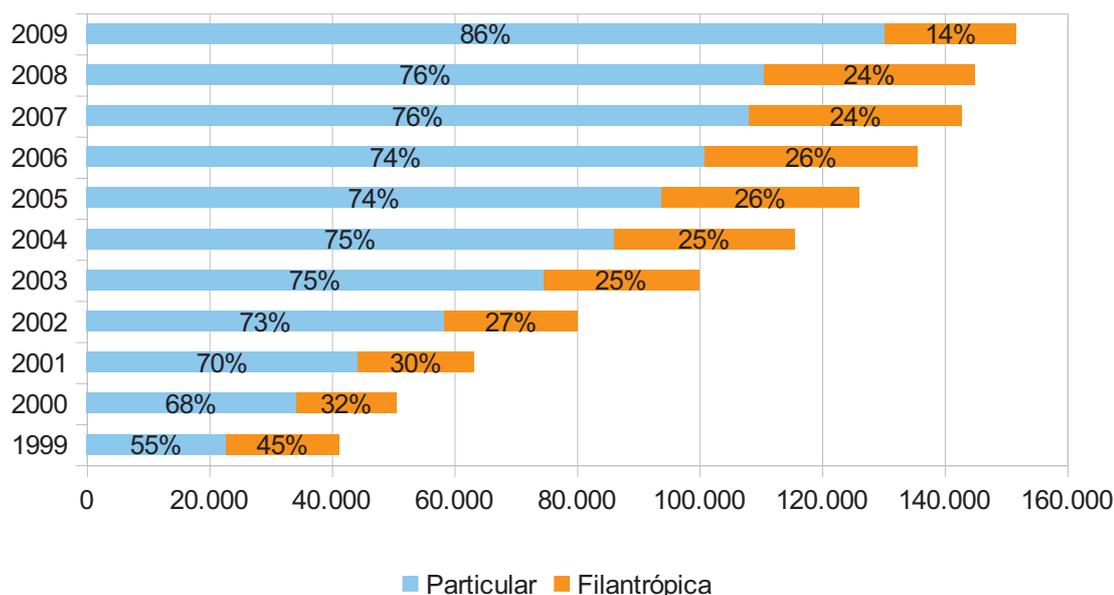
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Com o gráfico 25, pode-se perceber claramente a concentração de docentes nas instituições *não universitárias* privadas, já no ano de 1995 estes estabelecimentos detinham 80% dos professores e esta proporção subiu para 89% em 2010. Em contrapartida, as instituições públicas *não universitárias* tiveram a sua pequena participação de 20% em 1995 reduzida para 11% em 2010, quase que caindo pela metade. A próxima ilustração dá conta desta dinâmica dentro das

organizações privadas.

No gráfico 26, observam-se os dados da tabela 13, com o propósito de verificar a desempenho da variável docentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) *não universitárias* dentro da categoria administrativa privada.

Gráfico 26 - Proporção, em percentual de docentes, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelo gráfico 26, depreende-se que são as IES particulares *não universitárias* que concentram os profissionais da educação e esta situação se agudiza com o passar do tempo, pois esta proporção passa de 55% em 1999 para 86% em 2009, e as filantrópicas viram sua participação reduzida de 45% em 1999 para 14% em 2009, o que representa mais de dois terços de queda. Desta forma, percebe-se que os professores que exerciam suas atividades no ensino *não universitário* estavam concentrados nas organizações particulares.

Uma visão de conjunto sobre a análise dos docentes em organizações *não universitárias* permite inferir que a quantidade total aumentou em 388 no cálculo do número-índice base 100, nas instituições privadas era de 433 e nas públicas *não universitárias* é de 206 no indicador, abaixo do crescimento do total de docentes e bem abaixo do desempenho das privadas. Nota-se também que é nas IES privadas onde está a maior quantidade de professores, pois ainda no ano de 1995 estes

estabelecimentos detinham 80% dos professores e esta proporção elevou-se para 89% em 2010. Em contrapartida, as instituições públicas tiveram a sua participação reduzida para 11% em 2010.

Dentro do ensino privado *não universitário*, os profissionais nas filantrópicas cresceram em 130, enquanto no setor privado teve um crescimento de 381 no indicador. Neste subsetor, os professores estavam concentrados nas instituições particulares *não universitárias*. Estas tinham 55% do total em 1999 e passaram para 86% em 2009, e as filantrópicas chegaram com 14% em 2009. Desta forma, percebe-se que a concentração no ensino *não universitário* está nas organizações particulares.

Analisando o conjunto das informações sobre a variável dos docentes no ensino superior, é possível dizer que a maioria do conjunto dos docentes em 1995 estava concentrada nas escolas públicas e, ao longo do período, esta realidade foi se transformando e uma nova relação se instalou na educação superior. As organizações privadas passaram a concentrar os professores do ensino superior. O ensino público que já deteve 52% dos docentes no ano de 1995, reduziu sua participação para 38% em 2010 e as instituições privadas ascenderam a 62% do total de docentes. Este fato é reflexo do crescimento desigual das categorias administrativas, visto que o total de docentes cresceu em 253 calculados pelo índice de base 100, e nos estabelecimentos públicos em 185, e, por fim, nas instituições privadas uma variação positiva de 328 de acordo com o mesmo indicador. Esta realidade também se transformou no interior das organizações privadas, onde as instituições filantrópicas perderam em proporção de docentes para as particulares. Estas últimas alcançaram 2009 o índice de 76%, as filantrópicas viram sua participação ser reduzida de 60% no ano de 1999 para 24% no ano 2009. O crescimento das funções docentes vinculadas às IES particulares apresentaram um crescimento de 336 no índice de base 100, e as filantrópicas perderam 5% na quantidade absoluta de professores.

Quando o recorte é sobre as organizações *universitárias*, vê-se que a quantidade total de docentes *universitários* aumentou em 194 no índice calculado no período, enquanto os docentes em organizações *universitárias* públicas cresceram em 182, e os docentes das instituições *universitárias* privadas em 217 de acordo com o indicador utilizado. Também se verifica um crescimento desigual. Na proporcionalidade, em 2010 as instituições *universitárias* públicas dispunham de

63% do total de docentes. Percebe-se desta forma que os docentes em organizações *universitárias* estavam concentrados nas instituições públicas. O desempenho das instituições filantrópicas e particulares também é desigual, pois as primeiras apresentaram uma redução absoluta na quantidade de docentes de 19%, enquanto que as particulares *universitárias* obtiveram um crescimento de 247 segundo o indicador calculado. Desta forma a divisão proporcional dos docentes entre as particulares e filantrópicas apresenta a mudança de protagonismo em favor das particulares, em 2009, quando estas passam a ter 56% dos docentes. Verifica-se de forma cristalina que no segmento privado quem absorve os professores *universitários* são as organizações particulares.

Sobre as organizações *não universitárias* percebe-se que o total aumenta em 388 no cálculo do número-índice base 100, e nas instituições privadas em 433 e nas públicas *não universitárias* em 206 conforme o mesmo indicador. Este crescimento desigual se reflete na divisão proporcional, onde nas IES privadas está a maior quantidade de professores desde o início da análise em 1995, com 80% dos professores, fatia que sobe para 89% em 2010. Em contrapartida, as instituições públicas tiveram a sua participação reduzida para 11% em 2010. O movimento dos professores vinculados às organizações filantrópicas e privadas mostra que as filantrópicas cresceram em 130, enquanto o setor privado mostrou um crescimento de 381 no indicador, gerando um concentração nas particulares *não universitárias*, visto que estas tinham 55% do total em 1999 e passaram para 86% em 2009, e as filantrópicas chegaram com 14% em 2009. Desta forma, fica evidente que a concentração no ensino *não universitário* está nas organizações particulares.

Em termos gerais, nota-se que os professores estão concentrados nos estabelecimentos particulares. Quando a organização acadêmica é *universitária* é nas públicas a concentração e na organização *não universitária* estão muito concentrados nos estabelecimentos particulares.

4.5 Docentes com Tempo Integral

A tabela 14 apresenta a quantidade total de docentes com tempo integral em Instituições Ensino Superior (IES), bem como nas categorias administrativas pública e privada nos anos de 1995 a 2010, e nas particulares e filantrópicas nos anos 2000 2009. A variação é apresentada por meio da construção do número-índice de base 100.

Tabela 14 - Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	63.525	100	54.042	100	9.483	100
1996	65.425	103	55.368	102	10.057	106
1997 ^(d)	74.041	..	63.523	..	10.518
1998 ^(d)	73.263	..	61.195	..	12.068
1999 ^(d)	73.675	..	59.646	..	14.029	..	4.557	..	9.472	..
2000	84.845	134	66.724	123	18.121	191	7.609	100	10.512	100
2001	90.631	143	68.793	127	21.838	230	8.996	118	12.842	122
2002	94.464	149	70.004	130	24.460	258	11.645	153	12.815	122
2003	96.326	152	71.001	131	25.325	267	12.524	165	12.801	122
2004	102.261	161	74.629	138	27.632	291	13.515	178	14.117	134
2005	110.480	174	77.678	144	32.802	346	14.971	197	17.831	170
2006	113.848	179	80.094	148	33.754	356	16.214	213	17.540	167
2007	125.818	198	87.147	161	38.671	408	20.670	272	18.001	171
2008	132.382	208	91.608	170	40.774	430	23.388	307	17.386	165
2009	143.963	227	97.069	180	46.894	495	32.687	430	14.207	135
2010	156.370	246	104.957	194	51.413	542

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

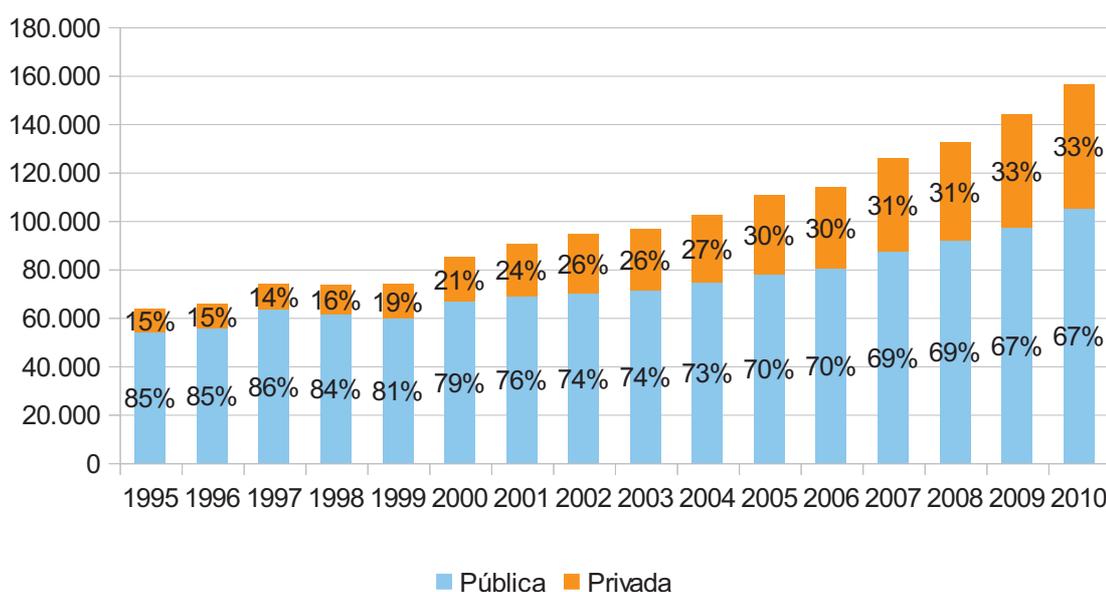
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Ao analisar a tabela, destacam-se duas realidades. Nas instituições públicas, a maior quantidade é de professores com tempo integral, e o maior crescimento de professores com tempo integral está nas organizações privadas. Ao longo dos anos estudados, a quantidade de docentes com tempo integral era de 63.525 em 1995, aumentando para 156.370 em 2010, um crescimento de 246 calculados por meio do número-índice base 100. Quando se olha esta questão nas instituições públicas verifica-se que houve um crescimento de 194 neste parâmetro, quando estas passaram de 54.042 docentes com tempo integral em 1995 para 104.957 em 2010. Nas IES privadas, a quantidade de professores com tempo integral era de 9.483 em 1995, passando para 51.413 em 2010, um incremento de 542 pontos percentuais medido pela base 100. Quando se observa a realidade no ambiente interno ao

ensino privado, vê-se que até o ano de 2006 os estabelecimentos filantrópicos possuíam mais professores com tempo integral do que os particulares. No ano 2000, estas últimas tinham 7.609 professores com tempo integral e chegaram ao ano de 2009 com 32.687 profissionais nessas condições, um crescimento de 430 no indicador. Nas IES filantrópicas, constata-se uma variação de 135 no parâmetro, bem inferior ao desempenho das particulares.

O gráfico 27 apresenta os dados da tabela 14, com uma abordagem a partir da visão da proporção, em percentual, dos docentes com tempo integral nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. Por meio desta ilustração, a intenção é observar o movimento dos docentes nessas categorias administrativas.

Gráfico 27 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

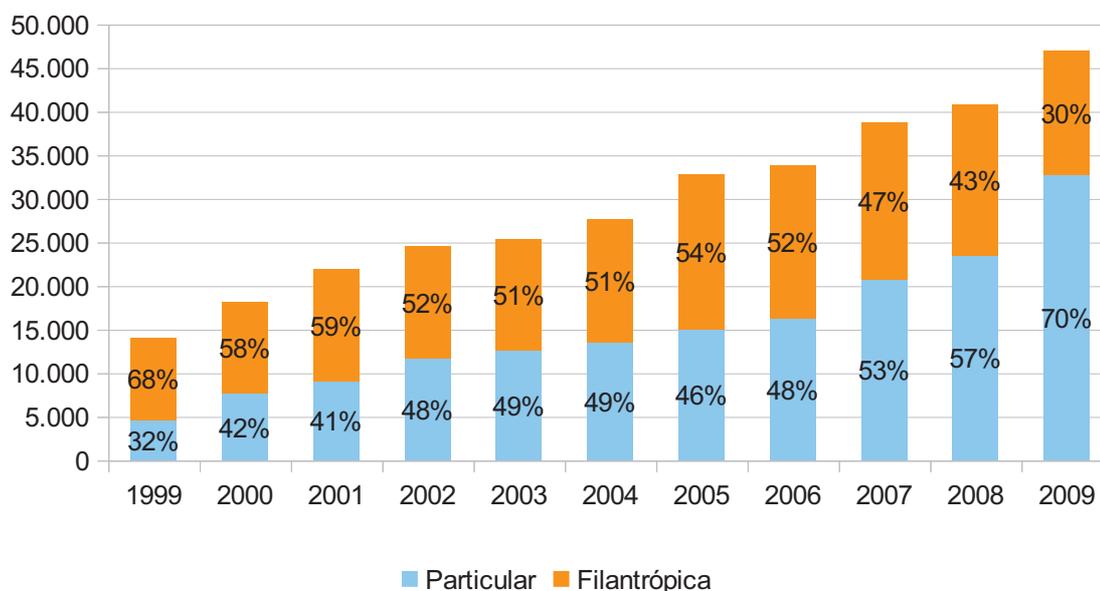


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Com o gráfico 27, é possível perceber que os docentes com tempo integral estão concentrados nas instituições públicas durante todo o período da análise. Também é verdade que esta participação decai ao longo do tempo, pois passa de 85% no ano de 1995 para 67% no ano de 2010. As organizações privadas, apesar de concentrarem uma parcela pequena de docentes nesta situação, denotam, ao longo do tempo, um crescimento na sua participação proporcional, pois em 1995 tinham 15% e chegaram em 2010 com 33%, ou seja, mais do que dobram a sua participação.

O gráfico 28 apresenta os dados da tabela 14, sob a perspectiva da proporção, em percentual, o central desta ilustração é verificar o desempenho da variável docente com tempo integral na parte interna do ensino privado.

Gráfico 28- Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 28 indica que, no ano de 1999, eram as IES filantrópicas que concentraram os docentes com tempo integral com 68% e, ao longo do tempo, perderam espaço, chegando em 2009 com apenas 30%, uma queda de metade da participação. As IES particulares que tinham 32% dos professores com tempo integral no ano de 1999, aumentaram para 70% no ano de 2009.

Analisando todas as variáveis até este momento, vai se construindo uma percepção de que o ensino superior aprofunda seus vínculos com as instituições privadas, entretanto, agora, de um modo distinto. O centro ágil dessas mudanças são as organizações particulares. Neste sentido, a educação superior transforma-se em uma espécie de negócio.

Observando o conjunto da variável docentes com tempo integral na totalidade das organizações acadêmicas, observa-se que estão nas instituições públicas a maior quantidade de professores com tempo integral, porém o maior crescimento de professores com tempo integral localiza-se nas organizações privadas. Os dados permitem ver que os docentes com tempo integral estão

concentrados nas instituições públicas durante todo o período da análise passando, porém, de 85% no ano de 1995 para 67% no ano de 2010. As organizações privadas em 1995 compunham um total de 15% e chegam em 2010 com 33%, um salto de mais de 50 pontos percentuais. Evidencia-se um crescimento assimétrico, pois o crescimento total de professores com tempo integral é de 246 calculados por meio do número-índice base 100, enquanto as instituições públicas variam em 194 e as privadas em 542 pelo mesmo parâmetro.

Quanto à movimentação interna do ensino privado, dá-se conta que até o ano de 2006 eram os estabelecimentos filantrópicos os que possuíam mais professores com tempo integral do que as particulares, todavia ao longo do tempo perderam espaço, chegando em 2009 com apenas 30%, uma queda de metade da participação. As particulares que tinham 32% dos professores com tempo integral no ano de 1999 passaram para 70% no ano de 2009, mais que dobraram a sua participação. Isso se deve ao desempenho de crescimento destes estabelecimentos.

As particulares apresentaram um crescimento de 430 no indicador da base 100, e as filantrópicas de 135 no mesmo parâmetro.

A tabela 15 apresenta, no período de análise, a quantidade total e também nas categorias administrativas pública e privada os docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior (IES) *universitárias*, bem como nas organizações particular e filantrópica. A variação é apresentada por meio da construção do número-índice de base 100, acumulando as variações percentuais ocorridas durante os anos analisados.

Tabela 15- Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	57.774	100	50.909	100	6.865	100
1996	59.876	104	52.680	103	7.196	105
1997 ^(d)	67.329	..	59.655	..	7.674
1998 ^(d)	66.788	..	58.025	..	8.763
1999 ^(d)	66.855	..	56.608	..	10.247	..	2.454	..	7.793	..
2000	75.585	131	63.336	124	12.249	178	3.498	100	8.751	100
2001	79.100	137	64.605	127	14.495	211	3.991	114	10.504	120
2002	80.353	139	65.808	129	14.545	212	4.412	126	10.133	116
2003	80.382	139	66.170	130	14.212	207	4.259	122	9.953	114
2004	83.944	145	68.420	134	15.524	226	4.880	140	10.644	122
2005	90.343	156	71.309	140	19.034	277	5.195	149	13.839	158
2006	91.992	159	73.498	144	18.494	269	5.358	153	13.136	150
2007	100.483	174	79.651	156	20.832	303	7.924	227	12.908	148
2008	103.130	179	82.227	162	20.903	304	8.743	250	12.160	139
2009	113.145	196	88.967	175	24.178	352	13.953	399	10.225	117
2010	120.432	208	94.636	186	25.796	376

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

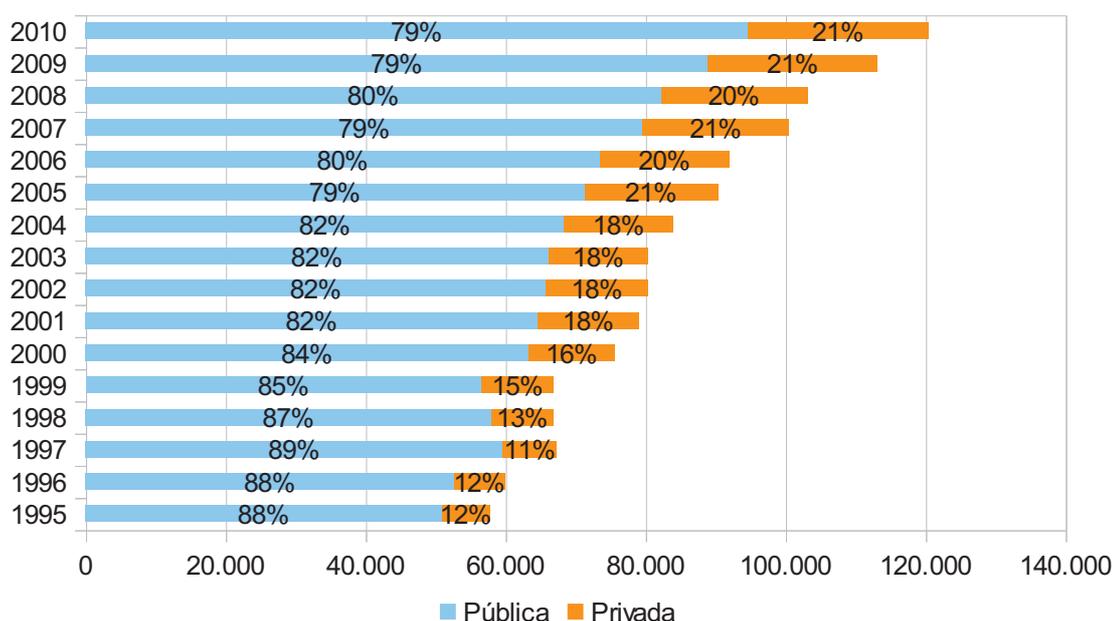
(d) Quantidade de docentes em exercício.

A tabela 15 sinaliza que cresce a quantidade de professores com tempo integral nas organizações *universitárias* e que são os estabelecimentos públicos *universitários* os que possuem a maior quantidade de professores com tempo integral, mas são as instituições privadas que apresentam um maior crescimento no período do estudo. A quantidade total desta variável apresenta um crescimento de 208 no índice calculado. As instituições públicas *universitárias* que em 1995 possuíam 50.909 professores com estas características chegaram em 2010 com 94.636 professores, apresentando um crescimento de 186 no parâmetro, inferior ao crescimento total. Nas organizações privadas *universitárias* os docentes com tempo integral passaram de 6.865 em 1995 para 25.796 em 2010 um crescimento de 376 no índice calculado, muito mais que o total, mas mesmo assim não alcança a

quantidade de professores nas organizações públicas *universitárias*. É interessante olhar o ensino privado na sua composição, neste sentido verifica-se que no ano de 2009 as IES particulares *universitárias* tiveram mais professores com tempo integral do que as filantrópicas. Estas últimas tinham no ano 2000, 8.751 professores com tempo integral e crescem em 117, no parâmetro calculado, quando alcançam 10.225 professores com estas características. As particulares *universitárias* cresceram em 399 no índice ao partirem de 2.454 professores no ano 2000 para 13.953 no ano de 2009. A próxima ilustração da conta da distribuição dos professores com tempo integral nas organizações públicas e privadas.

O gráfico 29 apresenta os dados da tabela 15, trazendo informações sobre a proporção, em percentual dos docentes com tempo integral nas instituições públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. A ilustração tem como objetivo evidenciar a movimentação da proporcional da variável ao longo do tempo.

Gráfico 29 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



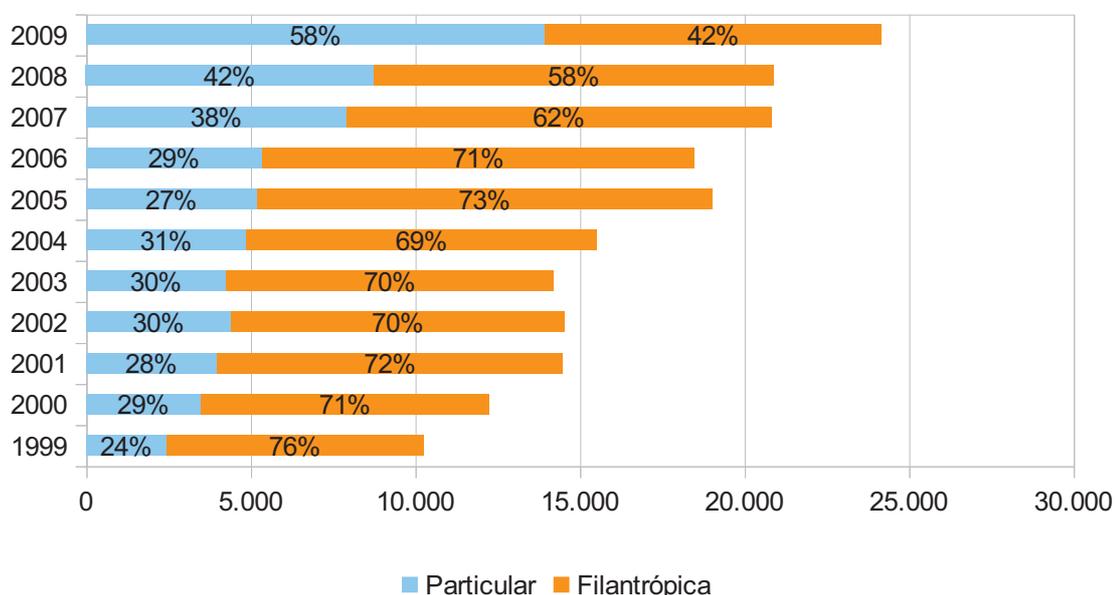
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Observa-se no gráfico 29 que são as instituições *universitárias* públicas que possuem em todo o período estudado a maior parte dos professores com tempo integral, porém é importante notar que estes caem de 88% em 1995 para 79% no ano de 2010, uma queda de 11 pontos percentuais, já a proporção de professores com tempo integral nos estabelecimentos *universitários* privados passaram de 12%

para 21% no mesmo período. O que chama a atenção nesta figura é o ganho em proporção que as IES privadas têm em todo o período, elas vêm crescendo a sua quantidade de professores com tempo integral. No período, absorveram 9 pontos percentuais.

O gráfico 30, apresenta os dados da tabela 15, tendo como foco a proporção em percentual de professores com tempo integral nas instituições particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009, a intenção da ilustração é mostrar as alterações proporcionais ocorridas no período em tela.

Gráfico 30 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 30 mostra como se comporta a distribuição proporcional de professores com tempo integral dentro do ensino privado *universitário*. Percebe-se que as IES filantrópicas *universitárias* mantiveram por muito tempo, dentro do período observado, a maioria dos professores nestas condições, visto que no ano de 1999 estas IES possuíam 76% dos docentes com tempo integral e que no ano de 2009 apresentaram um recuo para 42%. Sentido inverso é o que ocorre com as organizações particulares que passaram de 24% em 1999 para 58% no ano de 2009, mais do que dobrou a sua participação na contratação de professores com tempo integral.

A elaboração de uma breve síntese sobre os docentes com tempo integral nos estabelecimentos universitários permite observar que ao longo do tempo estudado cresceu a quantidade de professores com tempo integral nas organizações *universitárias* e que são os estabelecimentos públicos *universitários* os que possuem a maior quantidade de professores com tempo integral, mas são as instituições privadas que apresentam um maior crescimento no período estudado. A quantidade total desta variável no conjunto das organizações *universitárias* apresenta um crescimento de 208, calculado pelo índice de base 100, já as instituições públicas *universitárias* apresentando um crescimento de 186, e nas organizações privadas *universitárias* um crescimento de 376 no mesmo parâmetro. Sobre a estratificação proporcional, observa-se que as instituições *universitárias* públicas chegaram com 79% do total no ano de 2010, apresentado uma queda de 11 pontos percentuais comparado com os números de 1995. O desempenho de crescimento da variável professores com tempo integral nos estabelecimentos *universitários* privados faz com que esta possua 21% do total no mesmo período, porém em crescimento ascendente em 9 pontos percentuais.

A movimentação das organizações *universitárias* filantrópicas e particulares, contidas nos estabelecimentos privados, mostra que no ano de 2009 as IES particulares *universitárias* passaram a ter mais professores com tempo integral do que as filantrópicas. As instituições filantrópicas *universitárias* no ano de 1999 possuíam 76% dos docentes com tempo integral, proporção que não se manteve. No mesmo período, as organizações particulares que eram de 24% em 1999, elevaram-se para 58% no ano de 2009, desta forma mais do que dobrou a sua participação na contratação de professores com tempo integral, reflexo do crescimento desigual desta variável visto que as filantrópicas cresceram em 117, e as particulares *universitárias* cresceram em 399 no mesmo índice de base 100.

A tabela 16 apresenta a quantidade total e variação dos docentes com tempo integral em IES *não universitárias* pelas categorias administrativas pública, privada, particular e filantrópica. Apresenta-se também a variação por meio da construção do índice de base 100. O objetivo da ilustração é verificar o comportamento da variável e perceber os seus deslocamentos ao longo do tempo estudado.

Tabela 16 - Quantidade e variação de docentes com tempo integral em Instituições de Ensino Superior não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	5.751	100	3.133	100	2.618	100
1996	5.549	96	2.688	86	2.861	109
1997 ^(d)	6.712	..	3.868	..	2.844
1998 ^(d)	6.475	..	3.170	..	3.305
1999 ^(d)	6.820	..	3.038	..	3.782	..	2.103	..	1.679	..
2000	9.260	161	3.388	108	5.872	224	4.111	100	1.761	100
2001	11.531	201	4.188	134	7.343	280	5.005	122	2.338	133
2002	14.111	245	4.196	134	9.915	379	7.233	176	2.682	152
2003	15.944	277	4.831	154	11.113	424	8.265	201	2.848	162
2004	18.317	319	6.209	198	12.108	462	8.635	210	3.473	197
2005	20.137	350	6.369	203	13.768	526	9.776	238	3.992	227
2006	21.856	380	6.596	211	15.260	583	10.856	264	4.404	250
2007	25.335	441	7.496	239	17.839	681	12.746	310	5.093	289
2008	29.252	509	9.381	299	19.871	759	14.645	356	5.226	297
2009	30.818	536	8.102	259	22.716	868	18.734	456	3.982	226
2010	35.938	625	10.321	329	25.617	978

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

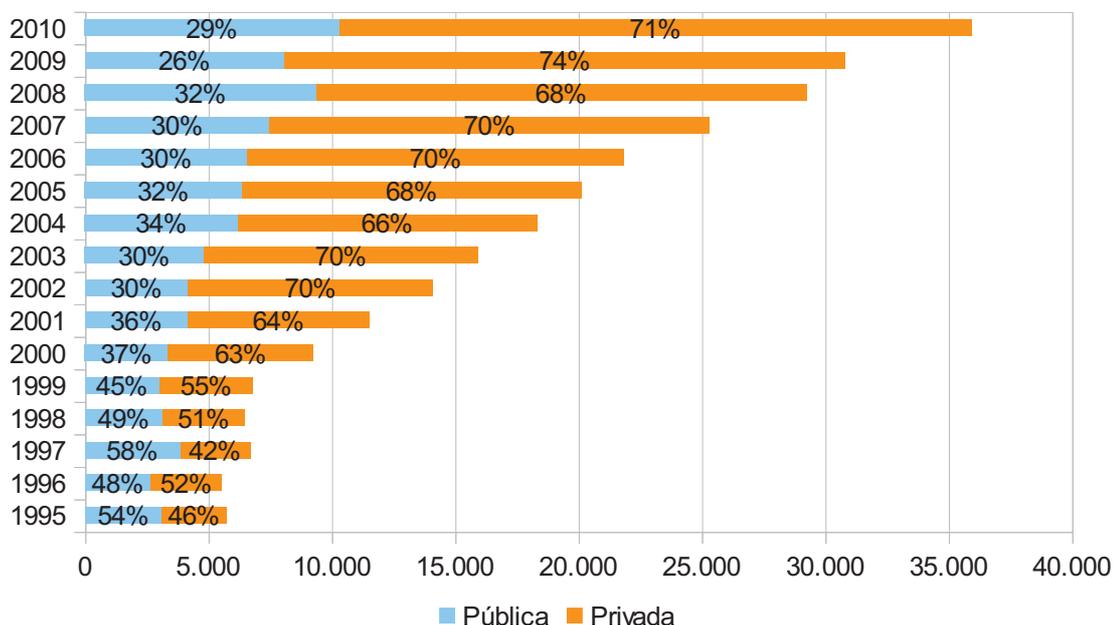
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Chama a atenção na tabela 16 o crescimento de 625 no indicador calculado na quantidade de docentes com tempo integral. Em organizações *não universitárias*, estes saltaram de 5.751 em 1995 para 35.938 no ano de 2010. O desempenho da variável nas instituições públicas *não universitárias* apresentou um aumento de 329 no parâmetro devido à passagem de 3.133 para 10.321 no mesmo período da análise. O que ocorreu com as organizações privadas é uma alteração de 2.618 docentes em 1995. Pode-se notar que neste ano tinham menos profissionais que as IES públicas *não universitárias*, para 25.617 professores no ano de 2010, perfazendo um crescimento de 978 no indicador, e transformando o cenário, visto que pois estas passam a ter mais professores com estas características do que os estabelecimentos públicos *não universitários*. Na observação no interior do ensino

privado, nota-se que as particulares sempre possuíam mais profissionais com estas características do que as filantrópicas. Os docentes com tempo integral nas particulares passaram de 4.111 no ano 2000 para 18.734 em 2009 um acréscimo de 456 no número-índice para o período, já as filantrópicas saíram no ano 2000 de 1.761 docentes, e em 2009 chegaram com 3.982 um crescimento de 226 no indicador, sendo que já chegou a ter 5.226 professores com tempo integral no ano de 2008. A próxima figura apresenta a distribuição proporcional dos professores com tempo integral nos estabelecimentos *não universitários* nas categorias administrativas público e privada.

O gráfico 31 apresenta os dados da tabela 16, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual, dos docentes com tempo integral em instituições *não universitárias* públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. Com este tipo de figura deseja-se verificar a movimentação da distribuição de docentes neste contexto.

Gráfico 31 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



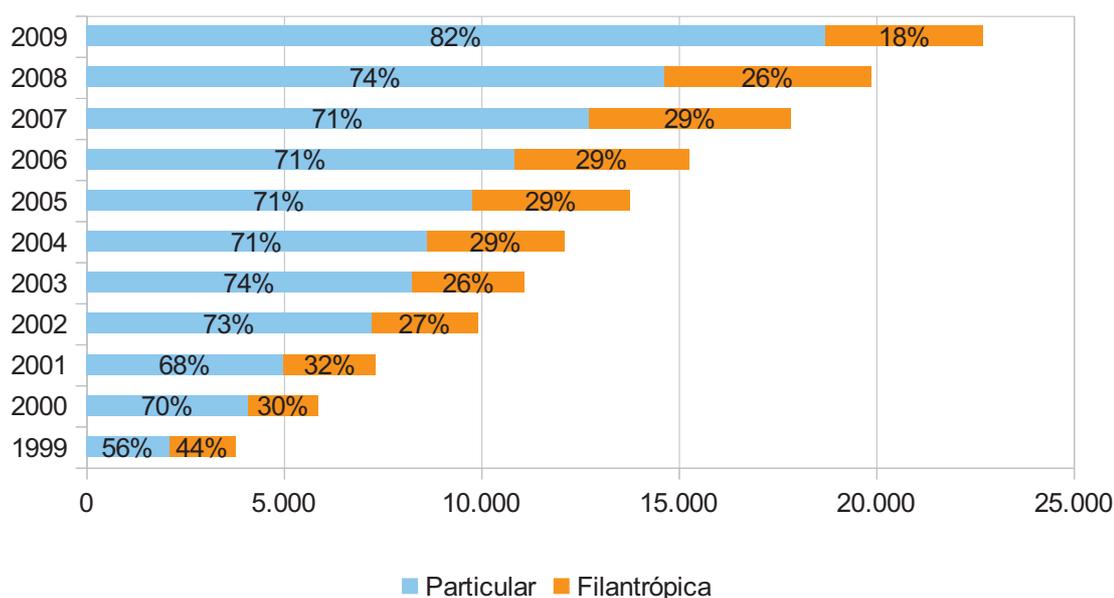
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Percebe-se, pelo gráfico 31, que à medida que aumentou o total de docentes com tempo integral em IES *não universitárias*, ocorreu uma nova distribuição nas proporções. As instituições públicas *não universitárias* que possuíam 54% dos docentes no ano de 1995 atingiram em 2010 apenas 29%, mesmo tendo já obtido 58% em 1997, o movimento nas privadas é diverso visto que tinham em 1995, 46%

e chegam em 2010 com 71% de participação, um salto de 25 pontos percentuais.

O gráfico 32, apresenta os dados da tabela 16, desta vez com o propósito de verificar a desempenho da variável docentes com tempo integral dentro nas fronteiras do ensino privado Para isso, exibe-se a proporção, em pontos percentuais da variável nas IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 32 - Proporção, em percentual de docentes com tempo integral, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Visualiza-se no gráfico 32, que desde o início do período estudado as IES particular *não universitárias* concentravam professores com tempo integral. No ano de 1999, estas tinham 56% de participação e alcançam o ano de 2009 com 82% de participação. As filantrópicas tiveram sua participação, já minoritária, reduzida de 44% no ano de 1999 para 18% no ano de 2009.

Em uma visão geral dos docentes com tempo integral nas instituições *não universitárias*, pode-se ver o crescimento de 625 enquanto as públicas *não universitárias* apresentaram um aumento de 329 e as organizações privadas um crescimento de 978 no indicador da base 100. Este crescimento desigual reorganiza a realidade, pois as instituições privadas passaram a ter mais professores com estas características do que os estabelecimentos públicos *não universitários*, como se observa na distribuição proporcional, à medida que aumenta o total de docentes com tempo integral em IES *não universitárias*. As instituições que possuíam 54% dos

docentes no ano de 1995, obtiveram em 2010 apenas 29%, e as organizações privadas que tinham em 1995, 46% chegam em 2010 com 71% de participação.

Analisando o interior do ensino privado, percebe-se a variação nos docentes com tempo integral nas particulares de 456 no número-índice para o período, enquanto as filantrópicas apresentam um crescimento de 226 no mesmo indicador. Com estes desempenhos, as instituições particulares *não universitárias* que já concentravam os professores com tempo integral, viram sua participação alcançar o ano de 2009 com 82%, no mesmo momento em que as filantrópicas tiveram sua participação reduzida para 18% no mesmo ano.

Uma visão do todo da variável “docentes com tempo integral” auxilia a compreender as alterações ocorridas ao longo do período estudado. No conjunto das organizações acadêmicas, observa-se que eles estão em maior quantidade nas instituições públicas, mas o crescimento se dá com mais intensidade nas organizações privadas, tanto é assim que as instituições públicas passaram de 85% no ano de 1995 para 67% no ano de 2010. As organizações privadas tinham em 1995 15% e chegaram em 2010 com 33%, consequência de um comportamento assimétrico no crescimento. O total de professores com tempo integral cresceu em 246 calculados por meio do número-índice base 100, enquanto as instituições públicas em 194 e as privadas em 542 pelo mesmo parâmetro.

O movimento ocorrido nas organizações filantrópicas e particulares permite dizer que até o ano de 2006 eram os estabelecimentos filantrópicos os que possuíam mais professores com tempo integral do que as particulares, todavia, ao longo do tempo, perderam espaço, chegando em 2009 com apenas 30%, as particulares. Neste período que tinham 32% dos professores com tempo integral em 1999, passaram para 70% no ano de 2009, reflexo do crescimento destes estabelecimentos, visto que as particulares manifestaram um crescimento de 430 no indicador da base 100, e as filantrópicas de 135 no mesmo parâmetro.

Quando se estuda a variável no contexto *universitário*, percebe-se que os docentes com tempo integral nestes estabelecimentos aumentaram e que são os estabelecimentos públicos *universitários* os que possuem a maior quantidade de professores com tempo integral, mas são as instituições privadas que apresentam um maior crescimento no período estudado, acompanhando a mesma dinâmica do conjunto da variável. Esta, no conjunto das categorias *universitárias*, apresenta um crescimento de 208, enquanto as públicas *universitárias* têm 186, e as privadas

universitárias um crescimento de 376 no indicador de base 100. Na estratificação, verifica-se que as instituições *universitárias* públicas chegaram com 79% do total no ano de 2010, indicando uma queda de 11 pontos percentuais comparado com os números de 1995. O desempenho da variável nos estabelecimentos *universitários* privados faz com que esta possua 21% do total no mesmo período, porém em ritmo de crescimento ascendente, em 9 pontos percentuais.

Na observação das organizações *universitárias* filantrópicas e particulares, foi possível ver que no ano de 2009 as instituições particulares *universitárias* passaram a ter mais professores com tempo integral do que as filantrópicas. Estas últimas que possuíam 76% dos docentes com tempo integral, assistiram as organizações particulares chegarem em 58% no ano de 2009, resultado direto do crescimento desigual desta variável, onde filantrópicas cresceram em 117, e as particulares *universitárias* crescem em 399, no mesmo índice de base 100.

Sobre os docentes com tempo integral nas instituições *não universitárias*, observou-se o crescimento de 625, enquanto as públicas *não universitárias* apresentaram aumento de 329 e as organizações privadas um crescimento de 978 no indicador da base 100. À medida que aumenta o total de docentes com tempo integral em organizações *não universitárias*, reorganiza-se a realidade pois as instituições privadas passam a ter mais professores com estas características do que os estabelecimentos públicos não universitários, as instituições públicas passam a ter em 2010 apenas 29%, e as organizações privadas 71% de participação.

No interior do ensino privado, a variação nos docentes com tempo integral nas particulares foi de 456 no número-índice para o período, e as filantrópicas apresentam um crescimento de 226 no mesmo indicador. Com estes resultados, as particulares *não universitárias* que já concentravam os professores com tempo integral, viram sua participação aumentar para 82% em 2009, no mesmo momento em que as filantrópicas tiveram sua participação reduzida para 18% no mesmo ano. Em continuidade à análise, apresenta-se a variável docentes com titulação de mestrado.

4.6 Docentes com Titulação de Mestrado

A tabela 17 apresenta a quantidade total de docentes com titulação de mestrado em Instituições Ensino Superior (IES) e nas categorias administrativas, pública, privada, particular e filantrópica. Também é apresentada a variação por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais durante o período do estudo.

Tabela 17 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	34.882	100	21.810	100	13.072	100
1996	36.954	106	21.974	101	14.980	115
1997 ^(d)	43.792	..	24.974	..	18.818
1998 ^(d)	45.482	..	25.073	..	20.409
1999 ^(d)	50.849	..	24.231	..	26.618	..	10.128	..	16.400	..
2000	62.123	178	26.945	124	35.178	269	16.119	100	19.859	100
2001	72.978	209	27.446	126	45.532	348	22.097	137	23.435	118
2002	84.919	243	27.988	128	56.931	436	29.714	184	27.217	137
2003	96.510	277	28.555	131	67.955	520	36.563	227	31.392	158
2004	104.976	301	29.187	134	75.789	580	40.375	250	35.414	178
2005	110.992	318	30.066	138	80.926	619	44.040	273	36.886	186
2006	115.136	330	31.400	144	83.736	641	46.228	287	37.508	189
2007	120.348	345	33.497	154	86.851	664	51.630	320	35.221	177
2008	121.548	348	34.159	157	87.389	669	52.805	328	34.584	174
2009	130.614	374	36.740	168	93.874	718	69.143	429	24.731	125
2010	138.526	397	41.749	191	96.777	740

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

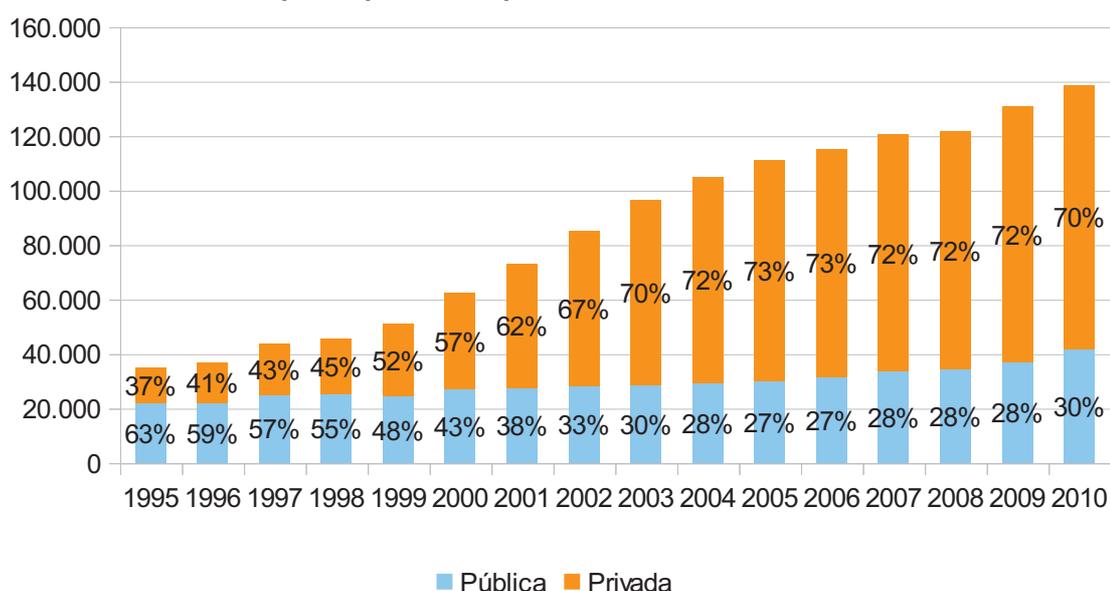
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Na tabela 17, identifica-se que, nos dois primeiros anos da série, os docentes com titulação de mestrado nas instituições públicas, eram em maior quantidade do que nas privadas. No tempo da análise, ocorreu um crescimento na quantidade total de docentes com a titulação de mestrado no geral das organizações, em 397 no

indicador de base 100, resultado do crescimento de 34.882 docentes em 1995 para 138.526 docentes em 2010. Percebe-se, entretanto, que o comportamento da quantidade total de docentes com titulação de mestrado nas organizações públicas cresceu de 21.810 em 1995 para 41.749 em 2010, uma variação de 191 pelo mesmo índice de base 100. A quantidade de docentes com essas características nos estabelecimentos privados em 1995 era de 13.072 e ascendeu para 96.777 em 2010, uma variação positiva observada de 740 no mesmo parâmetro. Quando observam-se as categorias administrativas particular e filantrópica, que compõem o ensino privado, identifica-se um movimento alto de crescimento de docentes com mestrado nas particulares, que eram de 16.119 no ano 2000 para 69.143 no ano de 2009, apontando uma variação de 429 no índice. Nas filantrópicas, também existe crescimento de docentes mestres, mas é mais modesto, em 125 no mesmo indicador, pois no ano 2000 existiam 19.859 docentes mestres, estes chegaram a ser mais de 37 mil no ano de 2006, porém chegaram ao ano de 2009 com 24.731 professores nestas condições.

O gráfico 33 apresenta os dados da tabela 17, sob a perspectiva da proporção, em percentual dos docentes com titulação de mestrado nas IES públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010. A intenção da ilustração é observar o comportamento da proporção da variável ao longo do tempo estudado.

Gráfico 33 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

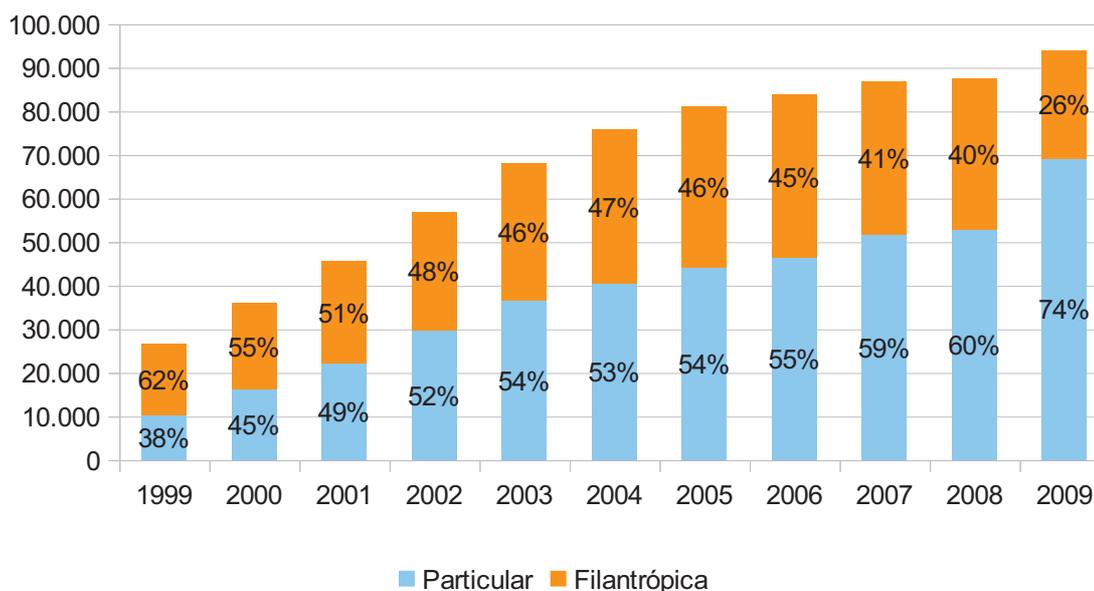


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Percebe-se que a quantidade total de docentes com titulação de mestrado ascendeu em todo o período em análise, ao mesmo tempo que se constata um crescimento desigual, pois as proporções vão se alterando. As organizações públicas, responsáveis por 63% dos docentes mestres em 1995, tiveram sua participação reduzida para 30%, metade da sua participação inicial, enquanto o movimento das instituições privadas é de aumento, pois ampliaram sua participação de 37% no ano de 1995, para 70% no ano de 2010, quase dobrando a proporção no período estudado.

O gráfico 34 traz os dados da tabela 17, no que diz respeito à proporção, em percentual, dos docentes mestres nas IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009, com o objetivo de verificar o comportamento da variável ao longo do tempo.

Gráfico 34 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

A proporção de docentes mestres ao longo do período estudado se altera passando do domínio das organizações filantrópicas para as particulares. As primeiras abrigavam, no ano de 1999, 62% de todos os docentes mestres e chegaram ao ano de 2009 com 26%, uma queda de 36 pontos percentuais, mais da metade da proporção. Caminho inverso é o trilhado pelas organizações particulares que passam de 38% da proporção dos docentes mestres para uma 74% do total, quase que dobrando a sua participação proporcional.

Diante das informações já apresentadas sobre os professores com titulação de mestrado, no conjunto das organizações acadêmicas, é possível notar que nos dois primeiros anos da série, eles eram em maior número nas instituições públicas, mas o maior crescimento ocorre nos estabelecimentos privados, alterando assim, ao longo do tempo, a participação proporcional de cada categoria administrativa. As organizações públicas tiveram sua participação reduzida pra 30%, metade da sua participação inicial, enquanto o movimento as instituições privadas é de crescimento chegando a 70% no ano de 2010, quase o dobro da proporção no período estudado. Ao longo do tempo, evidencia-se um crescimento na quantidade total de docentes com a titulação de mestrado no geral das organizações em 397 no cálculo do número-índice base 100, esta variação foi de 191, nas públicas e em pelo mesmo índice de base 100, e em 740 no mesmo parâmetro nas privadas.

Nas categorias administrativa particular e filantrópica, que compõem o ensino privado, percebe-se um movimento alto de crescimento de docentes com mestrado nas particulares, apontando uma variação de 429 no índice, e nas filantrópicas de 125 no mesmo indicador. Com este desempenho desigual percebe-se que também ocorreu uma mudança na distribuição dos professores com mestrado. As organizações filantrópicas chegaram no ano de 2009 com 26%, uma queda de mais da metade da proporção, e as particulares em 74% do total, quase que dobrando a sua participação proporcional.

A tabela 18, no período compreendido de 1995 a 2010, apresenta a quantidade total de docentes com titulação de mestrado em Instituições Ensino Superior (IES) *universitárias* nas categorias administrativas, pública, privada, particular e filantrópica. É apresentada também a variação por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais apresentadas no período.

Tabela 18 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	27.744	100	20.287	100	7.457	100
1996	28.914	104	20.378	100	8.536	114
1997 ^(d)	34.797	..	23.235	..	11.562
1998 ^(d)	35.695	..	23.254	..	12.441
1999 ^(d)	37.930	..	22.400	..	15.530	..	3.883	..	11.647	..
2000	44.590	161	24.941	123	19.649	263	5.432	100	14.217	100
2001	48.382	174	24.975	123	23.407	314	6.570	121	16.837	118
2002	51.849	187	25.207	124	26.642	357	7.814	144	18.828	132
2003	54.018	195	25.077	124	28.941	388	7.881	145	21.060	148
2004	55.683	201	24.855	123	30.828	413	7.846	144	22.982	162
2005	56.770	205	25.980	128	30.790	413	7.711	142	23.079	162
2006	56.843	205	26.564	131	30.279	406	7.366	136	22.913	161
2007	59.202	213	28.244	139	30.958	415	10.179	187	20.779	146
2008	58.591	211	28.127	139	30.464	409	10.657	196	19.807	139
2009	61.845	223	30.416	150	31.429	421	16.674	307	14.755	104
2010	65.583	236	33.925	167	31.658	425

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

(d) Quantidade de docentes em exercício.

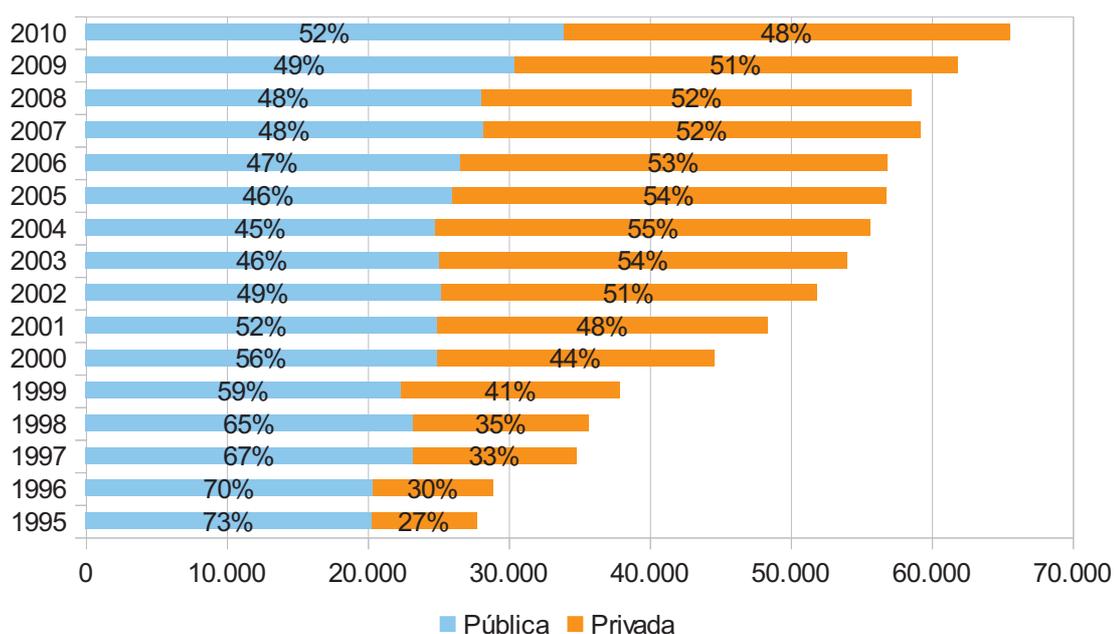
Na tabela 18, é possível observar a quantidade de docentes mestres na IES *universitárias*. O comportamento desta variável se assemelha ao mesmo desempenho quando foi analisado o conjunto das organizações acadêmicas, pois também eram as instituições públicas *universitárias* as que mais possuíam docentes mestres, mas são as instituições privadas que mais crescem no período estudado. Também nota-se que ocorreu ao longo do tempo uma alternância entre as categorias administrativa, no que diz respeito a possuir a maioria dos professores com as características estudadas. A quantidade de docentes mestres no total das IES *universitárias* cresceu em todos os anos da série, passando de 27.744 em 1995 para 65.583 no ano de 2010, uma variação de 236 apurado pelo no índice de base 100. As públicas *universitárias* passaram de 20.287 professores em 1995 para 33.925 no

ano de 2010, um crescimento de 167 no índice calculado, inferior ao crescimento total.

Quando se analisa a quantidade de docentes com titulação de mestrado vinculados as IES privadas *universitárias*, nota-se o crescimento de 425 no mesmo parâmetro, resultado do aumento de 7.457 mestres no ano de 1995 para 31.658 no ano de 2010. Para analisar o ambiente do ensino privado, é importante verificar o movimento nas instituições particulares e nas filantrópicas. Estas últimas, até o ano de 2008, detinham mais professores mestres, porém, no final, em 2009, tinham 14.755 mestres, sinalizando um discreto crescimento de 104 no indicador de base 100. No mesmo período, a quantidade de professores mestres nos estabelecimentos particular passou de 3.883 no ano 2000 para 16.674 no ano de 2009, um crescimento de 307 no índice calculado. O maior crescimento entre todas as categorias e o total para o ano de 2009

O gráfico 35 apresenta os dados da tabela 18, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual, dos docentes com titulação de mestrado em IES universitárias públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. O objetivo é visualizar a dinâmica da proporção da variável ao longo do tempo.

Gráfico 35 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

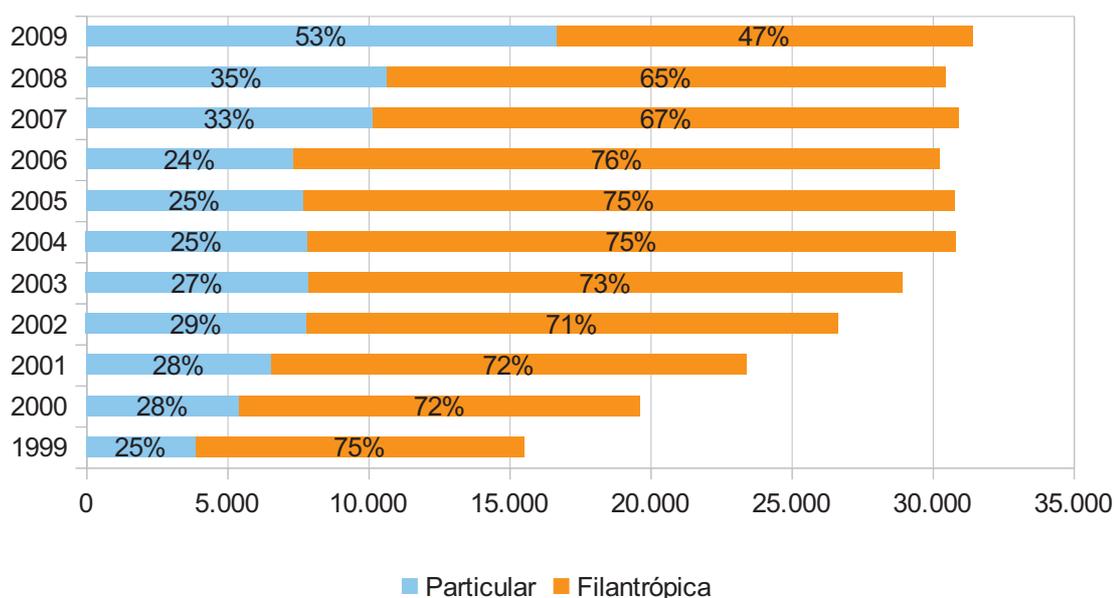


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Os dados do gráfico 35 indicam crescimento na quantidade de docentes com titulação de mestrado nas organizações *universitárias*, da mesma forma que são as instituições públicas *universitárias* as detentoras da maior proporção de docentes mestres, porém em tendência de recuo, pois esta proporção que era de 73% em 1995 cai para 52% no ano de 2010, assumindo um valor menor ao redor de dois terços do que era. Em contrapartida, a quantidade de professores mestres em estabelecimentos privados teve sua participação aumentada de 27% em 1995 para 48% em 2010. Chama-se a atenção que esta categoria administrativa já chegou a ter 55% dos professores mestres no ano de 2004. Uma explicação para este fato é o aumento da contratação do setor público e a manutenção do crescimento do setor privado, como se pode depreender da análise da figura em conjunto com a tabela 18.

O gráfico 36 apresenta os dados da tabela 18, no interior da categoria administrativa privada, com o objetivo de visualizar a distribuição proporcional da variável. Para isso exibe-se a proporção, em pontos percentuais da quantidade de docentes com a titulação de mestre nas organizações *universitárias* particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 36 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 36 mostra a proporção de docentes mestres das instituições *universitária* particular e filantrópica. Verifica-se na ilustração que esta última no ano de 1999 era responsável por de 75% do total de professores com essas características e teve sua participação reduzida para 47% no ano de 2009, uma queda de mais de 25 pontos percentuais. No sentido oposto, as particulares *universitária* saltaram de 25% no ano de 1999 para 53% no ano de 2009, um aumento de mais de 100 pontos percentuais.

Uma análise dessa variável “docentes mestres nas instituições *universitárias*” permite perceber que são as instituições públicas *universitárias* as que mais possuem docentes mestres, mas são as instituições privadas que mais cresceram no período estudado. A quantidade de docentes mestres no total das IES *universitárias* apresentou uma variação de 236, as públicas *universitárias* de 167 e as IES privadas de 425 apurado pelo no índice de base 100. Observa-se, sobre a proporção que são as instituições públicas *universitárias* as detentoras da maior proporção de docentes mestres com 52% no ano de 2010 em tendência de queda e que as privadas tem a sua participação aumentada de para 48% em 2010.

Sobre o ensino privado, verifica-se que as filantrópicas apresentam um discreto crescimento de 104 no indicador de base 100 e as de 307 no mesmo índice. Quanto á distribuição proporcional nota-se que as filantrópicas tiveram sua participação reduzida para 47% no ano de 2009, e as particulares *universitária* chegaram com 53% no ano de 2009.

A tabela 19 apresenta a quantidade total de docentes com titulação de mestrado em Instituições Ensino Superior (IES) *não universitárias* nas categorias administrativas pública, privada, particular e filantrópica. A variação é apresentada por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais ano a ano. A tabela tem como objetivo expor os dados para a sua análise.

Tabela 19 - Quantidade e variação de docentes com titulação de mestrado em Instituições de Ensino Superior não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	7.138	100	1.523	100	5.615	100
1996	8.040	113	1.596	105	6.444	115
1997 ^(d)	8.995	..	1.739	..	7.256
1998 ^(d)	9.787	..	1.819	..	7.968
1999 ^(d)	12.919	..	1.831	..	11.088	..	6.245	..	4.753	..
2000	17.533	246	2.004	132	15.529	277	10.687	100	5.642	100
2001	24.596	345	2.471	162	22.125	394	15.527	145	6.598	117
2002	33.070	463	2.781	183	30.289	539	21.900	205	8.389	149
2003	42.492	595	3.478	228	39.014	695	28.682	268	10.332	183
2004	49.293	691	4.332	284	44.961	801	32.529	304	12.432	220
2005	54.222	760	4.086	268	50.136	893	36.329	340	13.807	245
2006	58.293	817	4.836	318	53.457	952	38.862	364	14.595	259
2007	61.146	857	5.253	345	55.893	995	41.451	388	14.442	256
2008	62.957	882	6.032	396	56.925	1.014	42.148	394	14.777	262
2009	68.769	963	6.324	415	62.445	1.112	52.469	491	9.976	177
2010	72.943	1.022	7.824	514	65.119	1.160

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

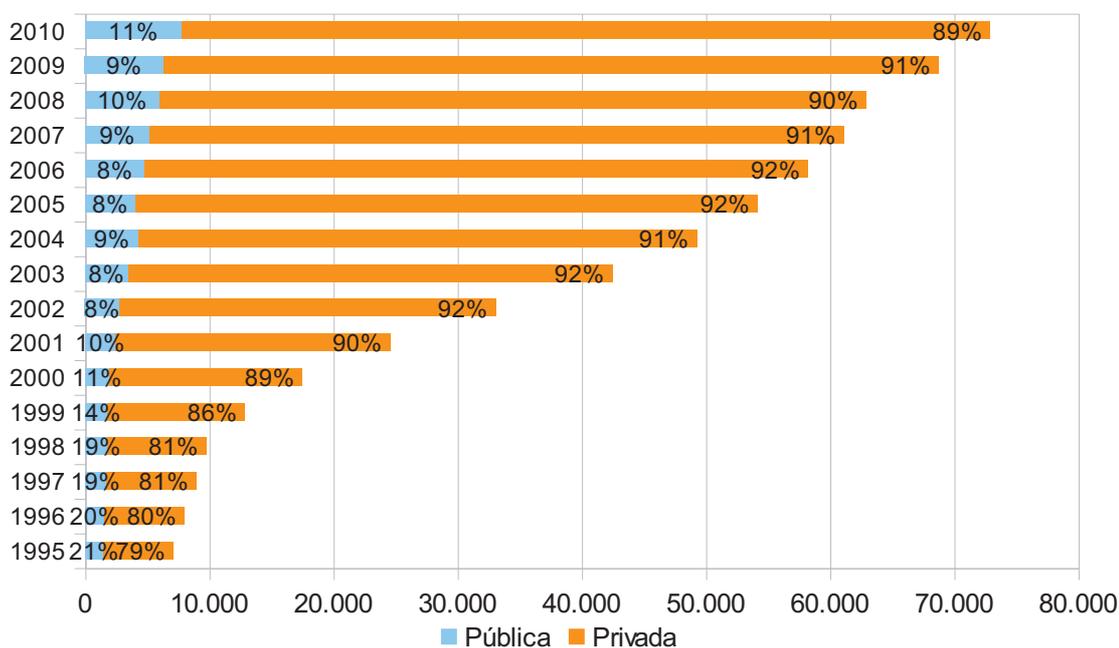
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Em uma rápida visualização da tabela 19, é possível perceber que as variações são superlativas, quando se trata de analisar os professores mestres nas organizações acadêmicas *não universitárias*. O total de docentes mestres passou de 7.138 no ano de 1995 para 72.943 em 2010, um crescimento de mais de 10 vezes! O mesmo acontecendo com as instituições públicas não universitárias que crescem “apenas” 514 no número-índice calculado pela base 100, passando de 1.523 no ano de 1995 para 7.824 no ano de 2010. As organizações privadas no mesmo período passaram de 5.615 para 65.119, mais de 11 vezes. Analisando a esfera das instituições privadas, percebe-se que as particulares *não universitária* apresentavam 10.684 docentes mestres no ano 2000 e chegaram em 52.469 mestres em 2009 uma variação de 491 no indicador calculado. Já a quantidade de

docentes mestres das filantrópicas *não universitárias* passaram de 5.642 no ano 2000 para 9.976 mestres em 2009, um incremento de 177 no indicador de base 100. Nota-se pela tabela que as filantrópicas já chegaram a ter mais de 14 mil professores mestres em 2006, e ao longo do tempo vem perdendo professores mestres. Sobre este ponto, é importante problematizar a queda de professores mestres, esta queda pode acontecer por alguns motivos. Um deles pode relacionar-se às demissões, ou o fato de concluírem seus doutorados, ou ainda serem substituídos por profissionais com titulação menor.

O gráfico 37 apresenta os dados da tabela 19, sob o ponto de vista da proporção, em percentual, dos docentes com titulação de mestrado nas categorias públicas e privadas *não universitárias* nos anos de 1995 à 2010. Com este tipo de gráfico, deseja-se investigar a distribuição destes professores nestes estabelecimentos acadêmicos.

Gráfico 37 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



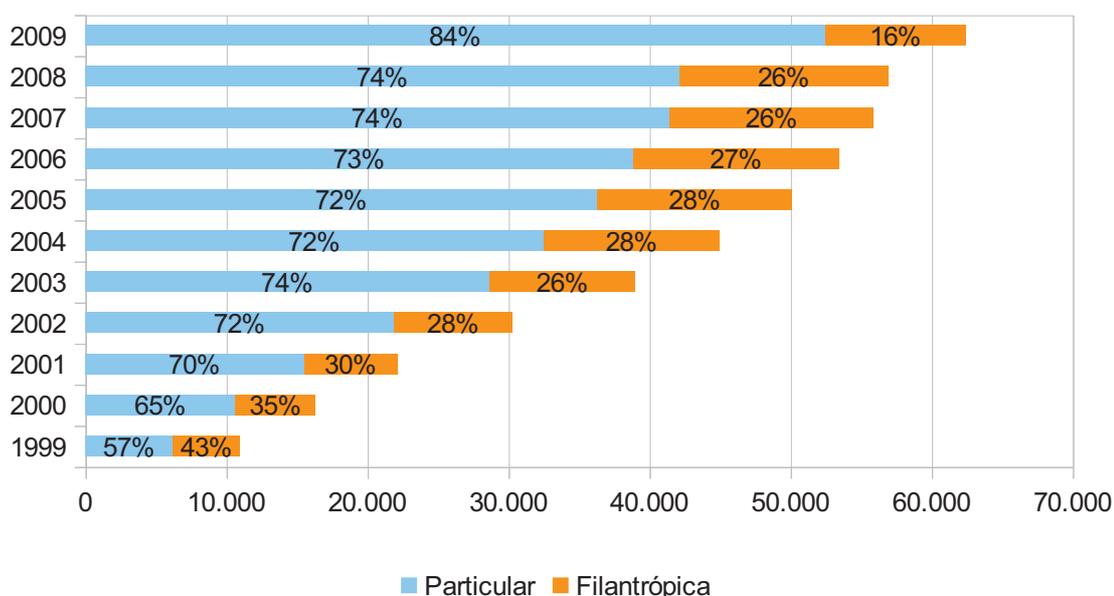
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 37 quase que se autodescreve, basta visualizar a ilustração para observar a concentração de docentes com titulação de mestrado nas IES privadas *não universitárias*. Estas reuniam 79% do total de professores com estas características em 1995 e passaram para 89% em 2010, crescendo assim 10 pontos

percentuais. A participação dos estabelecimentos públicos *não universitários* que eram de apenas de 21% em 1995 reduziu-se para 11% no ano de 2009, uma queda de metade na sua participação. A próxima ilustração mostra a divisão proporcional entre os estabelecimentos particulares e filantrópicos que juntos fazem parte das organizações privadas.

O gráfico 38 apresenta os dados da tabela 19 para a variável docentes com titulação de mestrado nas organizações *não universitárias* particular e filantrópica nos período que vai do ano 1999 até o ano 2009. Esta figura tem como intenção verificar o interior da categoria administrativa privada.

Gráfico 38 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de mestrado, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 38 aponta a divisão proporcional dos docentes mestres nas instituições particular e filantrópica *não universitária*. As particulares que já tinham 57% dos mestres em 1999 passaram a ter 84% no ano de 2009. Já as filantrópicas responsáveis por 43% sentiram sua participação reduzida para 16% no ano de 2009. No ensino *não universitário*, os professores mestres estão na sua grande maioria vinculados aos estabelecimentos privados particulares.

Um apanhado sobre os professores mestres nas organizações acadêmicas *não universitárias* permite verificar que os crescimentos acumulados são extraordinários. O total de profissionais com essas características no conjunto dos

estabelecimentos cresce mais de 10 vezes (1.022)! O mesmo acontece com as instituições públicas que variam “apenas” 514 no número-índice calculado pela base 100, e as organizações privadas crescem em mais de 11 vezes. O resultado deste crescimento desigual reflete-se na distribuição proporcional, pois as instituições privadas *não universitárias* chegam com 89% em 2010, concentrando ainda mais o volume destes profissionais e os estabelecimentos públicos *não universitários* reduzem-se para 11% no ano de 2009, uma queda de metade na sua participação anterior.

Quanto aos estabelecimentos particulares e filantrópicos que juntos fazem parte das organizações privadas, percebe-se que os professores nas particulares *não universitárias* cresceram em 491 no indicador calculado e a quantidade de docentes mestres das filantrópicas *não universitárias* em 177 no indicador de base 100. Sobre a divisão proporcional, passaram a ter 84% no ano de 2009 e as filantrópicas tiveram sua participação reduzida para 16% no ano de 2009. Desta forma, pode-se dizer que no ensino *não universitário* os professores mestres estavam em sua grande maioria vinculados aos estabelecimentos privados particulares.

4.7 Docentes com Titulação de Doutorado

A tabela 20 apresenta a quantidade total de docentes com titulação de doutorado em Instituições Ensino Superior (IES) públicas, privadas, particulares e filantrópicas. Também é apresentada a variação por meio da construção do número-índice de base 100, acumulando as variações percentuais anuais ao longo do período estudado. O objetivo da tabela é apresentar os dados sobre esta variável nas diversas categorias administrativa para que se possa realizar a análise da mesma.

Tabela 20 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	22.808	100	17.941	100	4.867	100
1996	24.006	105	18.526	103	5.480	113
1997 ^(d)	27.104	..	20.626	..	6.478
1998 ^(d)	31.073	..	23.544	..	7.529
1999 ^(d)	34.937	..	25.360	..	9.577	..	3.219	..	6.358	..
2000	40.707	178	28.306	158	12.401	255	5.063	100	7.338	100
2001	46.133	202	30.855	172	15.278	314	6.631	131	8.647	118
2002	50.776	223	33.210	185	17.566	361	7.580	150	9.986	136
2003	56.238	247	36.265	202	19.973	410	8.743	173	11.230	153
2004	61.279	269	38.638	215	22.641	465	9.838	194	12.803	174
2005	65.897	289	41.256	230	24.641	506	10.525	208	14.116	192
2006	70.616	310	44.765	250	25.851	531	11.133	220	14.718	201
2007	76.560	336	49.670	277	26.890	552	12.373	244	14.517	198
2008	80.814	354	52.350	292	28.464	585	13.437	265	15.027	205
2009	92.891	407	60.468	337	32.423	666	20.088	397	12.335	168
2010	101.912	447	67.667	377	34.245	704

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridos as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

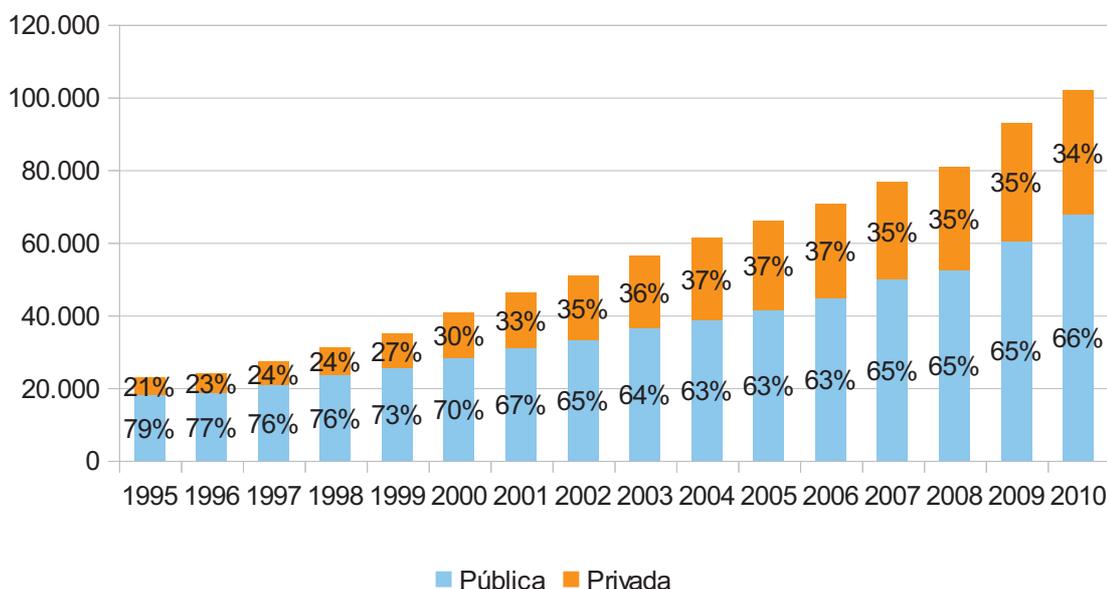
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Analisando a tabela 20, é possível verificar o crescimento na quantidade total de docentes doutores no período analisado. Percebe-se também que estão nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a maior quantidade de doutores. E como ocorre na quase totalidade das variáveis analisadas neste trabalho, é no ensino privado que acontece o maior crescimento. E este crescimento nem sempre está relacionado à base inicial ser pequena, como ocorre neste caso específico. Percebe-se que a quantidade total ascendeu de 22.808 doutores em 1995 para 101.912 em 2010, um crescimento de 447 no indicador da base 100 calculado para o período. Nos estabelecimentos públicos, a quantidade de professores doutores passa 17.941 em 1995 para 67.667 no ano de 2010, uma variação acumulada positiva de 377 no parâmetro calculado. Nas organizações privadas, a quantidade de

docentes portadores de titulação de doutorado era de 4.867 no ano de 1995 para 34.245 doutores em 2010, um incremento de 704 no mesmo indicador de base 100 calculado. Quando se analisa dentro do ensino privado, percebe-se que a quantidade de doutores nas particulares cresceu de 5.063 no ano 2000, para 20.088 em 2009, apresentando assim uma variação de 397 no número-índice apurado, e as filantrópicas que possuíam 7.338 doutores no ano 2000, na época mais que as particulares, chega no ano de 2009 com 12.335 professores doutores um crescimento de 168 no índice calculado.

O gráfico 39 apresenta os dados da tabela 20, a partir de um olhar sobre a proporção, em percentual, dos docentes portadores de titulação de doutorado nas instituições públicas e privadas nos anos de 1995 à 2010. O tema central da ilustração é visualizar a distribuição proporcional da variável no período estudado.

Gráfico 39 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



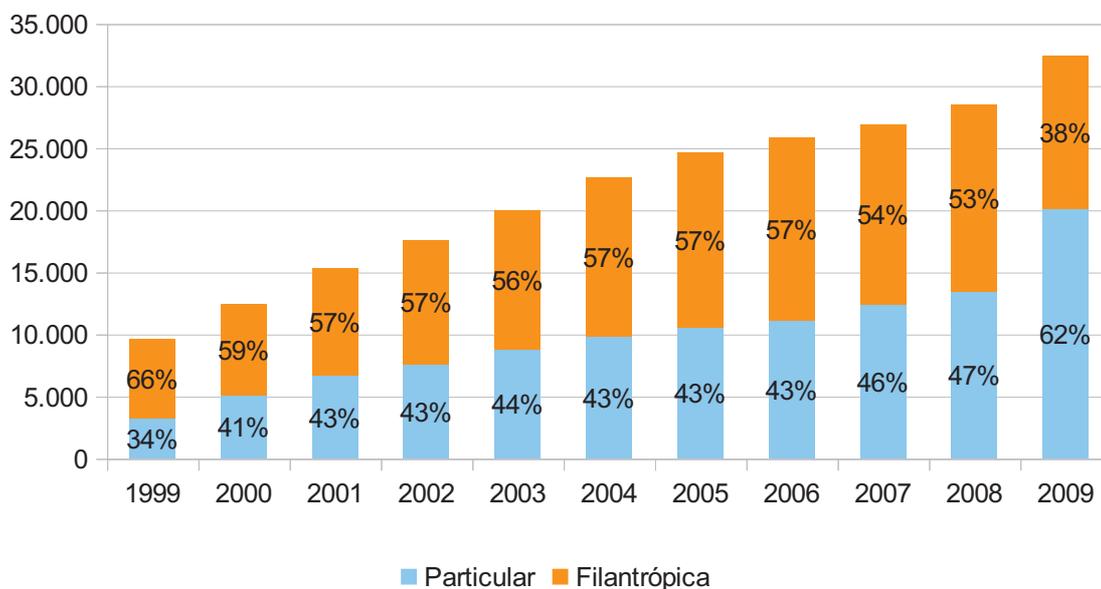
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Existe um crescimento na quantidade de professores doutores ao longo do período da pesquisa. Ao longo dos anos estudados, é o ensino público que mantém a maior proporção de doutores, a novidade é que, no percurso da variável, à medida que aumenta o número absoluto, a divisão proporcional vai se alterando em favor dos estabelecimentos privado. Na figura, evidencia-se este lento movimento, quando

a participação das instituições privadas no “profissionais docentes com doutorado” cresceu de 21% em 1995 para 34% no ano de 2010, e, em contrapartida, a participação dos estabelecimentos públicos, apesar de crescer em termos absolutos, caiu em proporção, passando de 79% no ano de 1995 para 66% no ano de 2010. Na próxima ilustração é mostrada a divisão proporcional das particulares e filantrópicas.

O gráfico 40 apresenta os mesmos dados da tabela 20, com o objetivo de evidenciar o desempenho da variável docente com titulação de doutorado, por meio do cálculo da proporção, em pontos percentuais nas instituições particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 40 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 40 permite visualizar a proporção de docentes com doutorado nos estabelecimentos particular e nas filantrópicas. Observa-se que estas últimas que possuíam 66% de doutores em 1999, e sempre a maior proporção até 2008, tendo sua participação reduzida para 38% do total no ano de 2009. No sentido oposto, o desempenho da variável professores doutores nas particulares evidencia que no ano de 1999 elas tinham 34% chegaram no final dos dez anos com 62% de participação no total.

Na elaboração de uma análise do conjunto da variável docente com titulação de doutorado, é possível dizer que ocorre crescimento na variável no

período analisado e também que está nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a maior quantidade de doutores. Os estabelecimentos públicos chegam em 2010 com 66% do total dos professores doutores, e as instituições privadas com 34%. Esta movimentação da divisão proporciona é resultado do crescimento desigual ao longo do tempo, como se observa quando a quantidade total de docentes com doutorado cresceu em 447, e esta variável nos estabelecimentos públicos em 377, e nas organizações privadas em 704 no mesmo indicador de base 100 calculado.

Quando a análise é feita dentro do ensino privado, a quantidade de doutores nas particulares em 397, e nas filantrópicas em 168 no índice da base 100 calculado. Crescimento este que repercute na distribuição proporcional, quando as filantrópicas possuem 38% do total de doutores em 2009 e as particulares ficam 62% de participação no total

A tabela 21 apresenta a quantidade total de docentes com titulação de doutorado em Instituições Ensino Superior (IES) universitárias públicas, privadas, particulares e filantrópicas, bem como é apresentada a variação por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais anuais.

Tabela 21 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	20.516	100	17.342	100	3.174	100
1996	21.534	105	17.852	103	3.682	116
1997 ^(d)	24.451	..	19.800	..	4.651
1998 ^(d)	28.070	..	22.721	..	5.349
1999 ^(d)	30.906	..	24.385	..	6.521	..	1.473		5.048	
2000	35422	173	27222	157	8200	258	2098	100	6.102	100
2001	39.211	191	29.54	170	9.668	305	2.658	127	7.010	115
2002	42.304	206	31.91	184	10.391	327	2.608	124	7.783	128
2003	45.910	224	34.68	200	11.224	354	2.581	123	8.643	142
2004	49.058	239	36.80	212	12.255	386	2.624	125	9.631	158
2005	52.761	257	39.57	228	13.185	415	2.662	127	10.523	172
2006	56.461	275	42.89	247	13.568	427	2.691	128	10.877	178
2007	61.564	300	47.55	274	14.014	442	3.635	173	10.379	170
2008	64.693	315	49.88	288	14.807	467	4.071	194	10.736	176
2009	73.816	360	57.614	332	16.202	510	6.886	328	9.316	153
2010	80.984	395	64.158	370	16.826	530

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

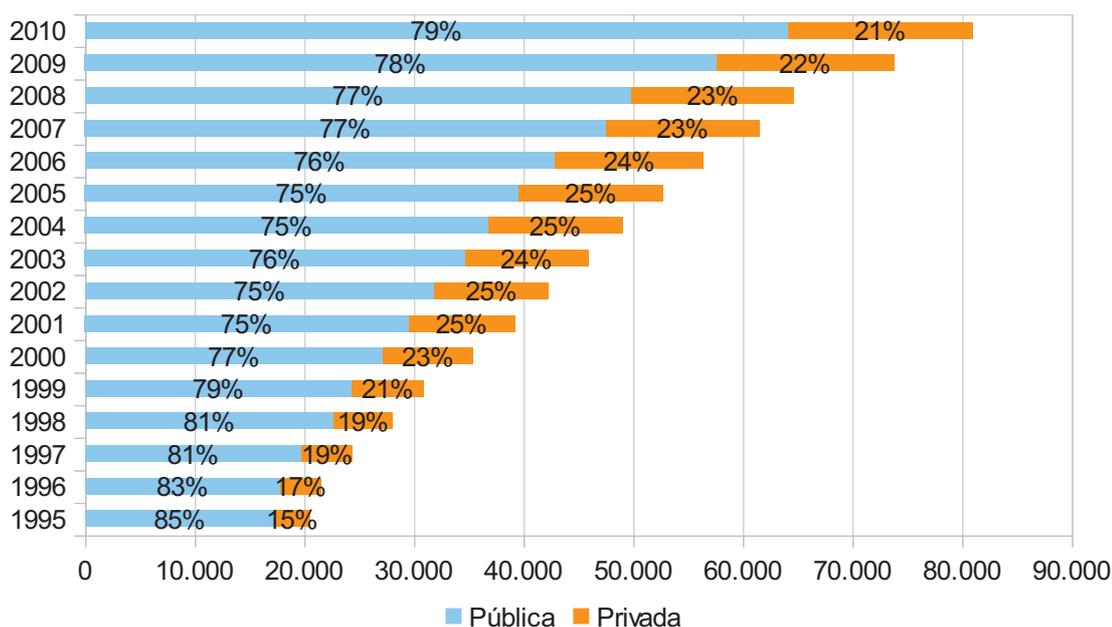
(d) Quantidade de docentes em exercício.

A visualização da tabela 21 permite verificar o crescimento de docentes com titulação de doutorado nas IES *universitárias*. Percebe-se que estão nas instituições públicas universitárias a grande parte dos docentes com estas características durante todo o período analisado. Nota-se, ainda, que as organizações privadas apresentam o maior crescimento acumulado. No total dos estabelecimentos *universitários*, manifesta-se uma variação positiva de 395 no indicador calculado pela base 100 no acumulado do período, decorrente do crescimento de 20.516 doutores no ano de 1995 para 80.984 no ano de 2010. Nas instituições públicas no ano de 1995, existiam 17.342 doutores, e este número chegou a 64.158 no ano de 2010, um incremento de 370 no mesmo parâmetro calculado. Nas instituições privadas, a quantidade de professores doutores que em 1995 era de 3.174 passou

para 16.826 no ano de 2010, um crescimento de 530 no indicador. Observando o ensino privado, percebe-se que as IES particulares *universitárias* no ano 2000 possuíam 2.658 professores doutores, chegando no ano de 2009 com 6.886 doutores, passando as IES filantrópicas na quantidade absoluta de doutores. Um crescimento de 328 no índice da base 100. As IES filantrópicas *universitárias* passaram de 6.102 professores doutores no ano 2000 para 9.316 no ano de 2009, uma variação de 153 no indicador. Cabe ressaltar que as IES filantrópicas já chegaram a ter nos seus quadros quase 11 mil professores doutores.

O gráfico 41 apresenta os dados da tabela 21, a partir do foco na proporção, em percentual, dos docentes com titulação de doutorado nas IES públicas e privadas *universitárias* nos anos de 1995 à 2010. O objetivo da ilustração é visualizar a distribuição proporcional ao longo do tempo.

Gráfico 41 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior universitárias públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.



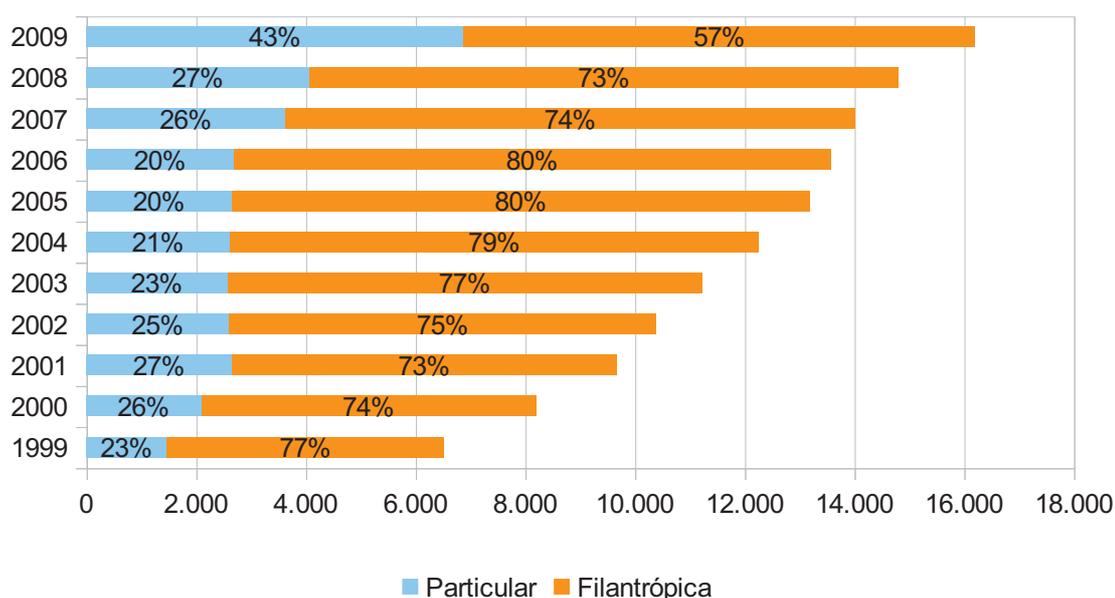
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Observa-se no gráfico 41, que são as instituições públicas *universitárias* que possuem em todo o período analisado a maior proporção de professores doutores, esta proporção sofreu um declínio ao longo dos 16 anos observados, por conta do crescimento assimétrico da variável visto na tabela 20, passando de 85% no ano de 1995 para 79% no ano 2010. De forma contrária, houve crescimento na proporção

na IES privada *universitárias*, esta passa de 15% no ano de 1995 para 21% no ano 2010.

O gráfico 42 apresenta os dados da tabela 21, com o objetivo de verificar a desempenho da variável docentes com titulação de doutorado dentro do ensino privado universitário, neste sentido exibe-se a proporção, em percentuais dos docentes com doutorado nas IES particular e filantrópica nos anos de 1999 a 2009.

Gráfico 42 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior universitárias particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Verifica-se no gráfico 42 que dentro do ensino privado são as instituições filantrópicas *universitárias* as de maior proporção de professores doutores, esta proporção passa de 77% no ano de 1999 para 57% no ano 2009, apresentando, desta forma, uma queda na participação, de forma contrária ao movimento que ocorre na particulares *universitárias*, estas passam de 23% no ano de 1999 para 43% no ano 2009, apresentando desta forma um crescimento na sua participação proporcional.

Num apanhado geral sobre os docentes com titulação de doutorado nos estabelecimentos *universitários*, observa-se que as instituições públicas universitárias possuem a grande parte dos docentes com estas características durante todo o período analisado, porém são as organizações privadas que apresentam o maior crescimento acumulado. O total dos estabelecimentos

universitários mantém uma variação de 395 no indicador calculado pela base 100 no acumulado do período, as instituições públicas um incremento de 370, e as instituições privadas um crescimento de 530 no indicador. No que diz respeito a distribuição dos professores doutores nos estabelecimentos *universitários*, verifica-se nas instituições públicas a maior proporção de professores doutores com 79% do total no ano 2010, e as instituições privadas com 21% no mesmo ano.

Sobre as instituições particulares *universitárias*, observa-se que estas crescem em 328 no índice da base 100, e as filantrópicas em 153 no mesmo indicador. Este crescimento desigual reflete-se na distribuição dos docentes, visto que as instituições filantrópicas *universitárias* decresceram a sua participação para 57% no ano 2009, e as particulares passaram para 43% no mesmo ano. A próxima tabela apresenta a variável docente com titulação de doutorado inseridos no ambiente não universitário, esta é a última variável relacionada às Instituições de Ensino Superior apresentada, após esta se apresenta variáveis auxiliares que serão úteis para responder as questões de pesquisa apresentadas.

A tabela 22 apresenta a quantidade total de docentes com titulação de doutorado em Instituições Ensino Superior (IES) *não universitárias* públicas, privadas, particulares e filantrópicas. Também é apresentada a variação por meio da construção do índice de base 100, acumulando as variações percentuais anuais.

Tabela 22 - Quantidade e variação de docentes com titulação de doutorado em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	$\Delta_{(b)}$	Pública	$\Delta_{(b)}$	Privada	$\Delta_{(b)}$	Particular	$\Delta_{(c)}$	Filantrópica	$\Delta_{(c)}$
1995	2.292	100	599	100	1.693	100
1996	2.472	108	674	113	1.798	106
1997 ^(d)	2.653	..	826	..	1.827
1998 ^(d)	3.003	..	823	..	2.180
1999 ^(d)	4.031	..	975	..	3.056	..	1.746	..	1.310	..
2000	5.285	231	1.084	181	4.201	248	2.965	100	1.236	100
2001	6.922	302	1.312	219	5.610	331	3.973	134	1.637	132
2002	8.472	370	1.297	217	7.175	424	4.972	168	2.203	178
2003	10.328	451	1.579	264	8.749	517	6.162	208	2.587	209
2004	12.221	533	1.835	306	10.386	613	7.214	243	3.172	257
2005	13.136	573	1.680	280	11.456	677	7.863	265	3.593	291
2006	14.155	618	1.872	313	12.283	726	8.442	285	3.841	311
2007	14.996	654	2.120	354	12.876	761	8.738	295	4.138	335
2008	16.121	703	2.464	411	13.657	807	9.366	316	4.291	347
2009	19.075	832	2.854	476	16.221	958	13.202	445	3.019	244
2010	20.928	913	3.509	586	17.419	1.029

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópicas estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 2000.

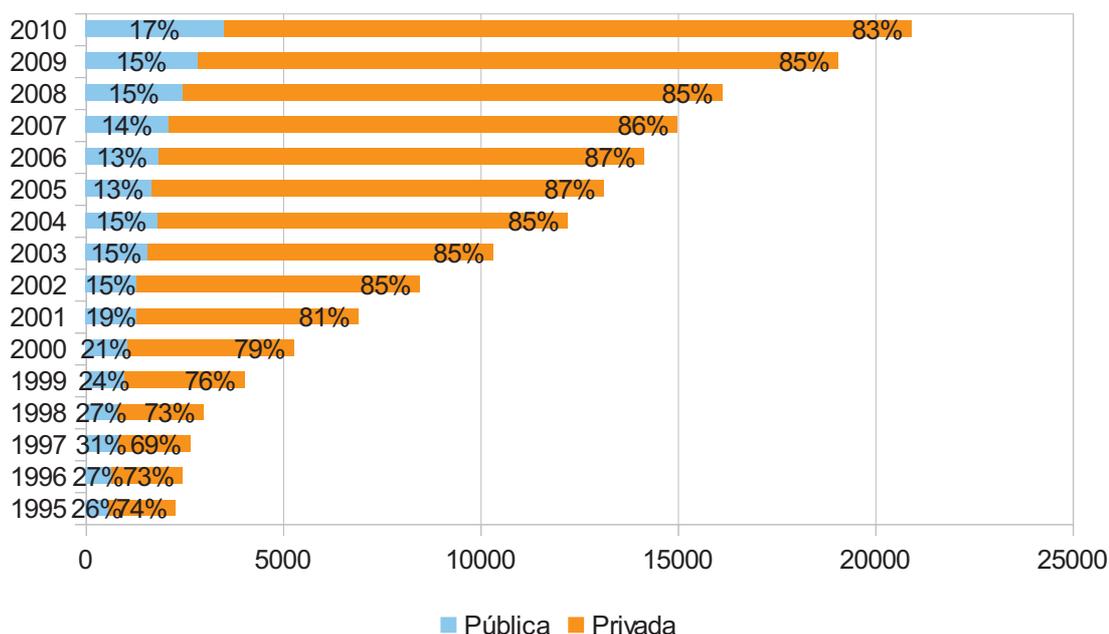
(d) Quantidade de docentes em exercício.

Ao olhar a tabela 22, nota-se claramente o crescimento na quantidade de docentes com titulação de doutorado em IES *não universitárias* nos anos estudados. Essas instituições no ano de 1995 possuíam 2.292 professores doutores e chegaram em 2010 com 20.928 doutores um crescimento de 913 no indicador da base 100 no acumulado do período. Nas instituições públicas *não universitárias* ocorreu um crescimento de 586 no indicador. Os estabelecimentos privados que tinham 1.693 professores com doutorado, e no ano de 1995 passaram a ter 2010 17.419 docentes com esta titulação, um incremento de mais de 10 vezes. Percebe-se sobre os professores doutores que as instituições particulares *não universitárias* possuem mais docentes nestas condições que as filantrópicas *não universitárias*. As primeiras tinham 2.935 professores doutores no ano 2000 e chegaram no ano de 2009

com 13.202, um crescimento de 445 no parâmetro calculado, já as filantrópicas crescem no período 244 no mesmo indicador.

O gráfico 43 apresenta os dados da tabela 22, a partir de um recorte sobre a proporção, em percentual, dos docentes com titulação do doutorado em IES públicas e privadas *não universitárias* nos anos de 1995 a 2010, a intenção com a ilustração é evidenciar o percurso da proporção da variável ao longo do tempo do estudo.

Gráfico 43 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* públicas e privadas, nos anos de 1995 a 2010.

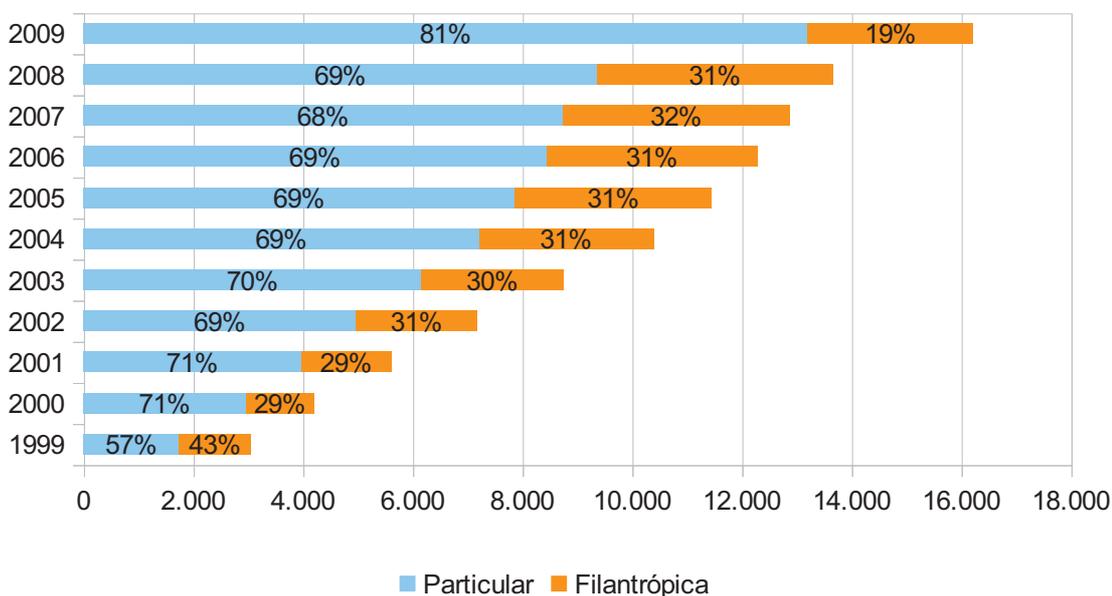


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

O gráfico 43 mostra que as organizações públicas *não universitárias* possuem em todo o período analisado a menor proporção de professores doutores, e mesmo assim esta proporção sofre um declínio nos anos observados, passando de 26% no ano de 1995 para 17% no ano 2010. Em sentido oposto é o que ocorre com as IES privadas *não universitárias*. Estas tiveram um crescimento na proporção passando de 74% no ano de 1995 para 83% no ano 2010.

O gráfico 44 apresenta os dados da tabela 22, agora com o propósito de verificar a desempenho da variável docente com titulação de doutorado dentro do ensino privado. Para isso, exhibe-se a proporção, em percentual da quantidade de docentes com doutorado nas instituições *não universitárias* particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009.

Gráfico 44 - Proporção, em percentual de docentes com titulação de doutorado, em Instituições de Ensino Superior *não universitárias* particular e filantrópica, nos anos de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Neste gráfico, destaca-se que são as organizações particulares *não universitárias* as responsáveis pela maior proporção de professores doutores, esta proporção passa de 57% no ano de 1999 para 81% no ano 2009, apresentando desta forma um aumento na participação. No sentido oposto, apresenta-se o desempenho das filantrópicas *não universitárias*, pois estas passaram de 43% no ano de 1999 para 19% no ano 2009, manifestando, assim, uma queda na sua participação proporcional.

Uma análise final sobre os docentes com titulação de doutorado em instituições *não universitárias* permite perceber que ocorre um crescimento de 913 no indicador da base 100 no acumulado do período, e as instituições públicas *não universitárias* variam em 586 no indicador, ao passo que os estabelecimentos apresentam um incremento de mais de 10 vezes. Este crescimento desigual influencia diretamente a divisão proporcional entre as organizações públicas e privadas, pois as organizações públicas *não universitárias* já possuem em todo o período analisado a menor proporção de professores doutores, e mesmo assim esta proporção sofre um declínio chegando em 17% no ano 2010, ao mesmo tempo em que as IES privadas *não universitárias* crescem a sua concentração para 83% no ano 2010.

Quanto aos professores doutores nas instituições particular *não universitárias*, estas possuem mais docentes nestas condições que as filantrópicas, com 81% no ano 2009 contra 19% das filantrópicas no mesmo período. Estas últimas crescem em 244 no indicador da base 100 enquanto as particulares apresentam um crescimento de 445 no parâmetro calculado.

Na elaboração de uma análise do conjunto da variável docentes com titulação de doutorado, conclui-se que houve crescimento na variável no período analisado e também nota-se que estão nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a maior quantidade de doutores, e nas instituições privadas o maior indicador de crescimento. Quanto à distribuição proporcional, verifica-se que no final do período (2010) estudado os estabelecimentos públicos tem 66%, e as instituições privadas com 34% o total dos professores doutores. Esta proporção é resultado do crescimento desigual ao longo do tempo, como pode ser observado pelos indicadores da base 100 apurados de 447, para o conjunto, 377 para os estabelecimentos públicos e 704 nas organizações privadas.

Sobre o desempenho da variável, os docentes com titulação de doutorado nos estabelecimentos *universitários*, observa-se que, nas instituições públicas *universitárias*, a grande parte dos docentes durante todo o período analisado e, como já visto, é nas organizações privadas o maior crescimento acumulado. O total dos estabelecimentos *universitários* apresenta uma variação de 395 no indicador calculado pela base 100 no acumulado do período, as instituições públicas um incremento de 370, e as instituições privadas um crescimento de 530 no indicador. A respeito da divisão proporcional, em 2010, nota-se que estão nas instituições públicas a maior proporção de professores doutores com 79% do total.

Acerca dos docentes com titulação de doutorado em instituições *não universitárias*, verifica-se um crescimento de 913 no indicador da base 100 no acumulado do período, e nas instituições públicas este valor assume 586 e nos estabelecimentos privados o incremento é de mais de 10 vezes. Este crescimento desigual impacta diretamente a divisão proporcional entre as organizações públicas e privadas. As primeiras que já possuíam a menor proporção de professores doutores, assiste um declínio chegando em 17% no ano 2010, ao mesmo tempo em que as instituições privadas *não universitárias* concentram ainda mais, chegando em 83% no mesmo ano.

Analisando o âmagô do ensino privado, verifica-se que a dinâmica as

instituições privadas e filantrópicas se assemelham as públicas e privadas. No conjunto dos estabelecimentos de ensino superior, os doutores crescem nas particulares em 397, e nas filantrópicas em 168 no índice da base 100 calculado, e em 2009 se dividem proporcionalmente entre 38% nas filantrópicas 62% nas particulares. Nas instituições particulares *universitárias*, o crescimento foi de 328 no índice da base 100, para as particulares e de 153 no mesmo parâmetro para as filantrópicas, a distribuição foi de 57% dos docentes, e nas particulares de 43% no mesmo ano. Olhando o desempenho da variável docente com titulação de doutorado inseridos no ambiente *não universitário*, verifica-se nas instituições particulares uma proporção de 81% no ano 2009 contra 19% das filantrópicas no mesmo período. Estas últimas crescem em 244 no indicador da base 100 enquanto as instituições particulares apresentam um crescimento de 445 no parâmetro calculado. Na próxima parte as questões formuladas a partir da construção do problema de pesquisa são resgatadas e problematizadas.

5 PROBLEMATIZANDO AS QUESTÕES DE PESQUISA

Nesta parte do trabalho, retomam-se as questões de pesquisa, elaboradas a partir da construção do problema proposto para este estudo. Para poder problematizar essas questões, são ainda necessárias quatro variáveis auxiliares. Neste sentido, começa-se este capítulo apresentando as variáveis, para depois analisar questão por questão.

As quatro variáveis necessárias são o Produto Interno Bruto – PIB, a remuneração média dos docentes do ensino superior, os vínculos no mercado formal de trabalho com ensino superior e, por fim, a remuneração média dos vínculos no mercado formal de trabalho com ensino superior.

Os valores do PIB foram retirados no sistema de contas nacionais do IBGE e atualizados, assim como todos os valores monetários deste trabalho pelo IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A remuneração média dos docentes do ensino superior, bem como os vínculos no mercado formal de trabalho com ensino superior, a remuneração média dos vínculos no mercado formal de trabalho com ensino superior, foram consultados na base de dados da Relação Anual de Informações Social (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

A tabela 23 apresenta as variáveis, para o Brasil, no período de 1995 a 2010. A intenção da ilustração é trazer para o texto estas informações que serão utilizadas quando necessárias para auxiliar na elaboração das questões de pesquisa.

Numa rápida visualização dos números apresentados na tabela 23, é possível verificar a tendência de cada uma das variáveis. O PIB cresce em 149 no indicador de base 100, quando se comparam os anos de 2010 e 1995, tendo em vista que os vínculos com ensino superior apresentam no mesmo período aumento 382 no indicador. Observa-se que as duas variáveis mantêm uma disposição de ampliação com o passar dos anos. As variáveis que dizem respeito à remuneração, e, vale lembrar, remuneração do trabalho é salário, apresentam uma inclinação a diminuir à medida que o tempo passa, pois a remuneração média dos docentes em 2010 é 24% menor em termos reais do que a remuneração em 1995. E a remuneração média dos vínculos com ensino superior também sinaliza uma queda no mesmo período, caindo em 37% em termos reais do valor de 1995.

Tabela 23 – Valores do PIB, da remuneração média dos docentes, dos vínculos com ensino superior e da remuneração média dos vínculos com ensino superior nos anos de 1995 a 2010.

	Remuneração média dos docentes a		Vínculos com ensino superior (em milhares) a		Remuneração média dos vínculos com ensino superior a		PIB (em milhões) b	
	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação
1995	5.578,55	100	1.845	100	7.127,01	100	2.873.775	100
1996	5.529,17	99	2.394	130	5.610,94	79	3.162.512	110
1997	5.931,07	106	2.725	148	5.439,61	76	3.268.178	114
1998	6.244,69	112	2.945	160	5.779,38	81	3.360.368	117
1999	5.545,50	99	3.072	167	4.927,67	69	3.053.569	106
2000	5.423,65	97	3.154	171	4.850,64	68	3.065.417	107
2001	5.042,02	90	3.388	184	4.967,03	70	3.047.752	106
2002	4.446,09	80	3.671	199	4.200,09	59	2.805.121	98
2003	4.243,42	76	4.353	236	4.007,30	56	2.935.636	102
2004	3.960,12	71	4.587	249	3.768,36	53	2.987.433	104
2005	4.067,47	73	5.028	273	4.000,86	56	3.249.340	113
2006	4.304,53	77	5.166	280	4.135,28	58	3.461.449	120
2007	4.049,79	73	5.718	310	3.908,87	55	3.646.971	127
2008	3.711,30	67	6.110	331	3.839,58	54	3.736.748	130
2009	4.132,35	74	6.558	355	4.141,84	58	4.063.408	141
2010	4.221,61	76	7.059	383	4.482,22	63	4.269.859	149

Fonte: (a) Brasil ([2012b]), (b) IBGE ([2011]) adaptado pelo autor

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

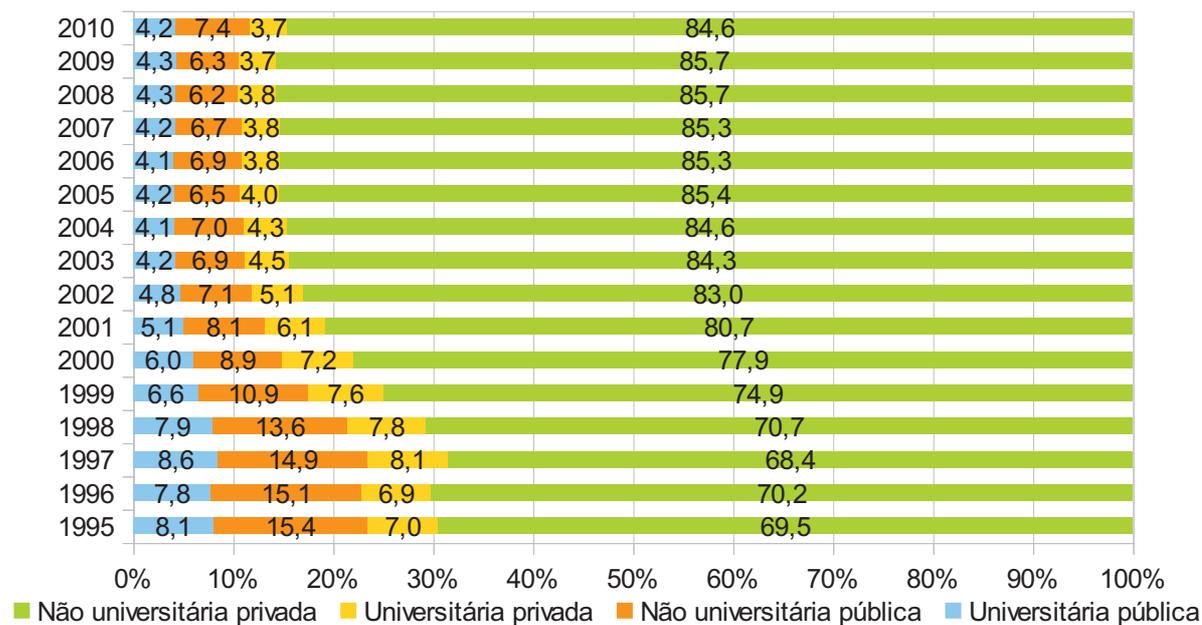
Apresentadas as variáveis auxiliares, inicia-se o processo de problematizar as questões de pesquisa formuladas.

5.1 Primeira Questão: a Proporção das Instituições de Ensino Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa

A primeira questão de pesquisa questiona: qual a quantidade e proporção, ao longo do período estudado, do total de Instituições de Ensino Superior (IES), das IES privadas e as IES públicas? Para discutir esta questão, destacam-se dois gráficos. O gráfico 45 apresenta a proporção de IES pública e privada nas organizações universitárias e *não universitárias* sobre o total de IES, nos anos de 1995 e 2010, e o gráfico 46 mostra as IES particulares e filantrópicas.

No gráfico 45, está evidente o predomínio do setor privado na quantidade de IES no Brasil, considerando o período estudado. E fica mais evidente ainda que, ao longo do tempo, o setor privado venha aumentando a sua participação no total das IES *não universitárias*, que passa de 69,5% em 1995 para 84,6% em 2010.

Gráfico 45 – Proporção de Instituições de Ensino Superior pública e privadas nas organizações universitárias e não universitárias sobre o conjunto das IES, nos anos de 1995 e 2010.

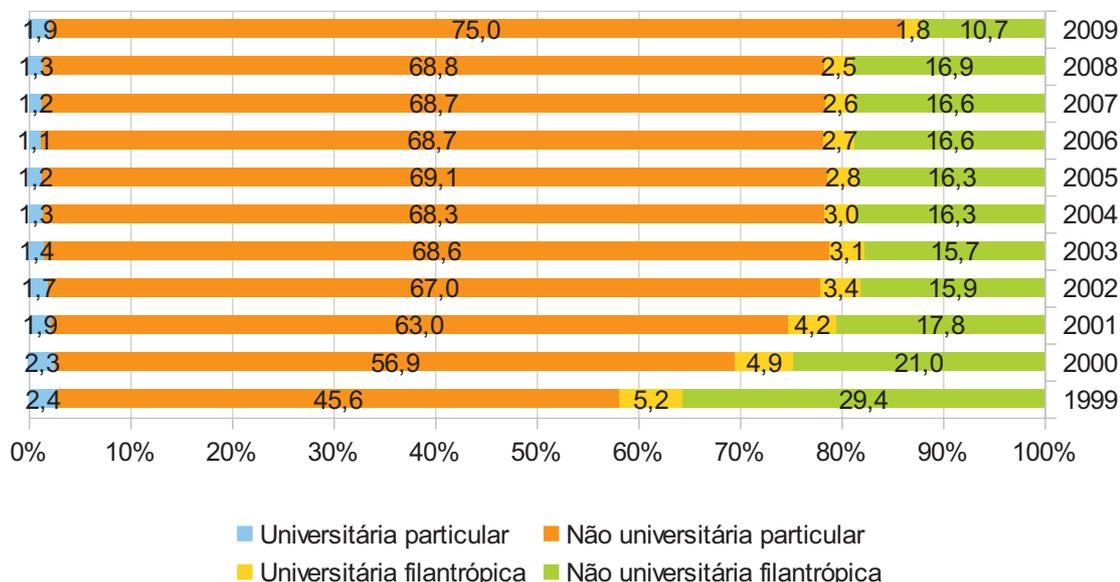


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

As instituições universitárias estão sob a responsabilidade maior do setor público em todo o período estudado, porém assistiram sua participação recuar de 8,1% para 4,2%, um pouco menos que a metade.

Quando se observa o comportamento das filantrópicas e particulares, percebe-se perda de espaço das filantrópicas que tinham 29% das instituições *não universitárias* em 1999 e chegaram em 1999 com 10,7%, menos que a metade. E nas universidades que tinham 5,2%, passaram em 1999 com 1,8%. Ocorre que as universidades particulares não assumiram o espaço deixado, pois elas saíram de 2,4% em 1999 para menos de 2% em 2009. Desta forma, reestrutura-se o ensino superior, passando do ensino *universitário* para o ensino *não universitário* privado e particular, exatamente como sugeria o Banco Mundial no documento analisado para elaboração deste trabalho. Diante desta realidade, novas indagações surgem.

Gráfico 46 - Proporção de Instituições de Ensino Superior filantrópicas e particulares nas organizações universitárias e não universitárias sobre o conjunto das IES, nos anos de 1999 e 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Qual é o novo papel do setor privado na educação superior? Será que o foco é somente o ensino não universitário? E a pesquisa? E a extensão? Estamos transformando a nossa educação superior privada somente em ensino? Quem formará os quadros científicos e acadêmicos necessários para a construção da elite intelectual nacional? Será que estamos vivendo uma reestruturação global do mercado do ensino superior, onde as organizações nacionais perdem a sua função original? Qual seria outra a função do ensino superior? A de adaptação de novas tecnologias, costumes e cultura?

No próximo item, é apresentada a segunda questão de pesquisa, que versa sobre conhecer a relação que se pode estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de instituições por tipo e natureza da IES.

5.2 Segunda Questão: a Relação das Instituições de Ensino Superior e as Matrículas

A segunda questão formulada por ocasião da escrita do projeto de tese foi saber qual a relação que se pode estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de IES, por categoria administrativa e organização acadêmica.

Para discutir a questão, foram resgatadas, do capítulo 3, as informações das variáveis Instituições de Ensino Superior (IES) e das Matrículas. A partir deste procedimento, estas duas variáveis foram confrontadas por meio da construção de tabelas com os números absolutos e com gráficos para evidenciar a variação apurada pela construção do número-índice de base 100. O primeiro nível de análise foi pelo geral das categorias administrativas e também de forma individual pelas categorias públicas, privadas, particulares e filantrópicas, e num segundo nível pela natureza organizacional *universitária* e *não universitária*. Na sequência, são apresentadas as informações.

A tabela 24 mostra a quantidade de IES e de matrículas do conjunto de todas as categorias administrativas no período de 1995 a 2010. Esta tabela tem como objetivo a visualização destas duas variáveis lado a lado, para que se possa avaliar o seu desempenho conjunto.

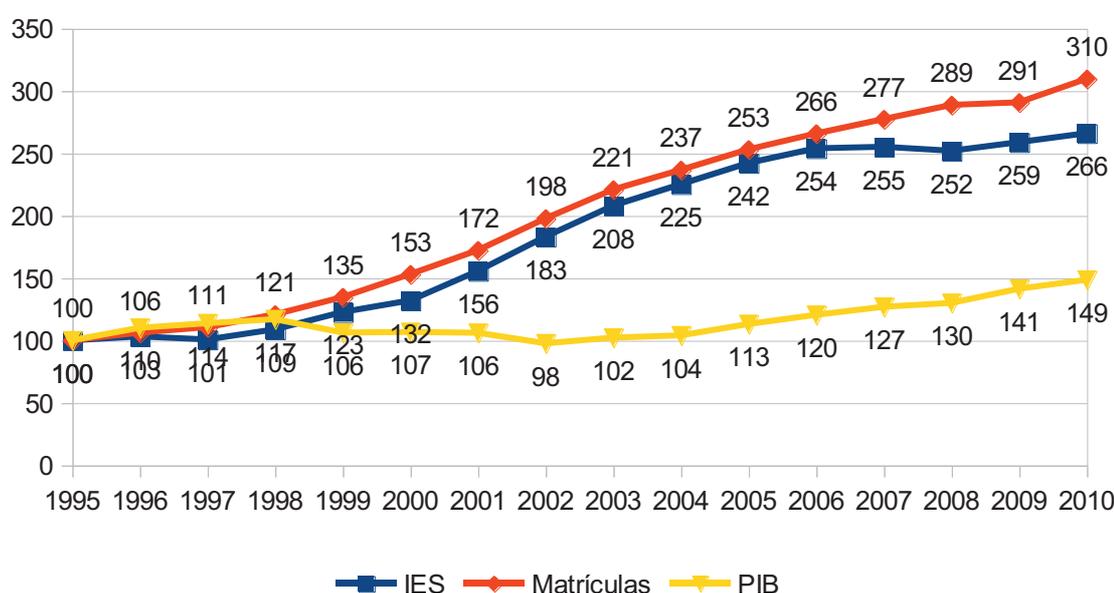
Tabela 24 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas no Brasil nos anos de 1995 a 2010.

Ano	IES	Matrículas
1995	894	1.759.703
1996	922	1.868.529
1997	900	1.945.615
1998	973	2.125.958
1999	1.097	2.369.945
2000	1.180	2.694.245
2001	1.391	3.030.754
2002	1.637	3.479.913
2003	1.859	3.887.022
2004	2.013	4.163.733
2005	2.165	4.453.156
2006	2.270	4.676.646
2007	2.281	4.880.381
2008	2.252	5.080.056
2009	2.314	5.115.896
2010	2.378	5.449.120

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Ao analisar a tabela 24, fica claro que a quantidade de IES, apesar da queda no ano de 2008, manifesta uma tendência de crescimento, entretanto as matrículas crescem ano a ano de forma sustentada. A análise conjunta com o gráfico 47, que mostra a variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior, nas matrículas e no PIB no Brasil no mesmo período de tempo amplia a possibilidade de interpretação.

Gráfico 47 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior, de matrículas e do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Ao observar o gráfico 47, vê-se a estrutura do crescimento acumulado de cada uma das variáveis. O PIB, que mede em termos monetários todos os bens e serviços produzidos no país, cresce em 149 de acordo com o índice de base 100. As IES e as matrículas pelo mesmo indicador têm um desempenho de 266 e 310, muito acima do crescimento do país. E as matrículas crescem ainda mais do que as IES. Nota-se que no acumulado da variação, em momentos de baixo crescimento nacional, tanto as IES como as matrículas crescem e crescem bastante, e em alguns momentos mais do que 100 pontos percentuais (o dobro). Para ilustrar, é isso que acontece no acumulado de 2010. Verifica-se, desta forma, que este mercado, o mercado do ensino superior, é um mercado que está em expansão. Como se observará ao longo da problematização desta questão, não é uma expansão igual para todas as categorias administrativas e nem para todas as naturezas. As IES estão, cada vez mais, sujeitas às atribuições do

mercado. Vale lembrar o que ocorreu no ano de 2008, quando 29 Instituições de Ensino Superior encerraram suas atividades, causando prejuízos para alunos e trabalhadores dessas organizações.

Na tabela 25, aparece a quantidade de Instituições de Ensino Superior, de matrículas e também a variação por organizações *universitárias* e *não universitárias*, na categoria administrativa pública no Brasil, no período de 1995 a 2010. A intenção da tabela é observar como estas duas variáveis se relacionam no âmbito público e qual é a trajetória das suas variações ao longo do tempo. Estas trajetórias no tempo estão ilustradas no gráfico 48. A tabela e o gráfico serão analisados conjuntamente.

Tabela 25 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa pública no Brasil no período de 1995 a 2010

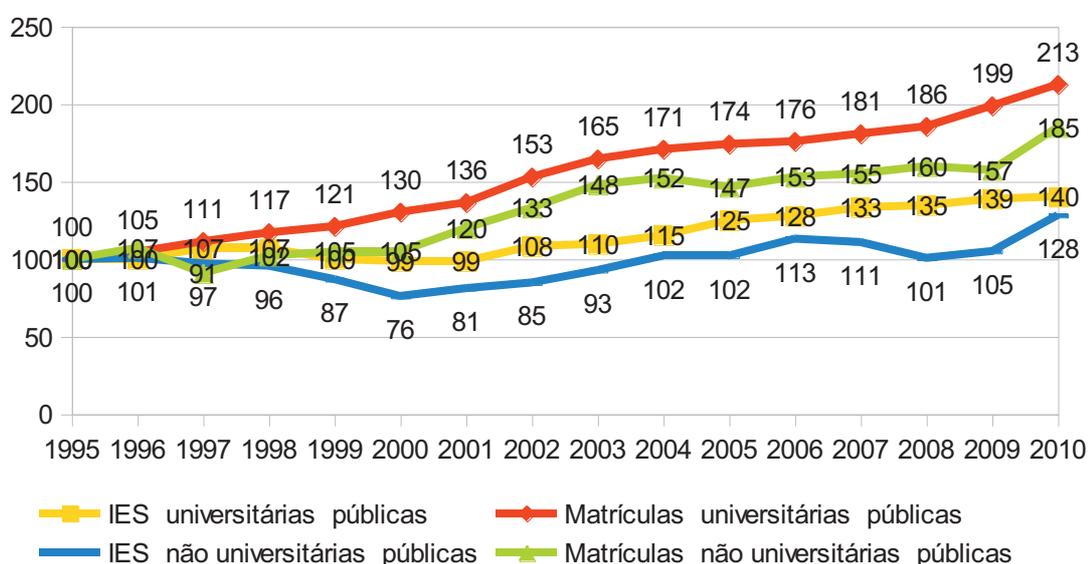
Ano	Universitárias				Não universitárias			
	IES		Matrículas		IES		Matrículas	
	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação
1995	72	100	598.579	100	138	100	101.961	100
1996	72	100	626.131	105	139	101	109.296	107
1997	77	107	666.421	111	134	97	92.761	91
1998	77	107	700.539	117	132	96	104.190	102
1999	72	100	725.182	121	120	87	106.840	105
2000	71	99	780.166	130	105	76	106.860	105
2001	71	99	816.913	136	112	81	122.312	120
2002	78	108	915.902	153	117	85	135.753	133
2003	79	110	985.465	165	128	93	150.905	148
2004	83	115	1.022.923	171	141	102	155.405	152
2005	90	125	1.042.816	174	141	102	149.373	147
2006	92	128	1.053.263	176	156	113	156.041	153
2007	96	133	1.082.684	181	153	111	158.284	155
2008	97	135	1.110.945	186	139	101	163.020	160
2009	100	139	1.190.596	199	145	105	160.572	157
2010	101	140	1.272.971	213	177	128	188.725	185

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pela tabela, os estabelecimentos de ensino público, o comportamento das variáveis IES e matrículas são diferentes nas organizações universitárias e *não universitárias*. Nas IES universitárias, ocorre nos anos 2000 e 2001 o fechamento de uma instituição e nas IES *não universitárias* encerram suas atividades 33 IES desde 1996 até o ano 2000. É a partir deste último ano que surgem outras instituições, sendo que somente no ano de 2004, ou seja, dez anos depois, é que se ultrapassa a quantidade de estabelecimentos de ensino não universitários. Quando o olhar passa para as matrículas, observa-se que as universitárias crescem em todo o período analisado e as *não universitárias* apresentam queda somente no ano de 1997.

O gráfico 48 apresenta a variação acumulada apurada por meio do número no período estudado. Na ilustração, observa-se que as IES *universitárias* públicas, que em nenhum momento do período estudado são a maioria no conjunto das organizações acadêmicas, apresentam um crescimento acumulado de 140 no indicador da base 100.

Gráfico 48 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e *não universitárias* na categoria administrativa pública no Brasil no período de 1995 a 2010



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Nota-se que as IES *não universitárias* públicas crescem em 128 no mesmo índice, como se observa na tabela 25. Cabe lembrar que é neste tipo de organização onde está a maioria dos estabelecimentos de ensino. As matrículas universitárias

públicas são a maioria das matrículas nas organizações públicas e também as que mais crescem no período, com 213 de acordo com o parâmetro calculado, e as matrículas *não universitárias* públicas sobem em 185 no mesmo indicador.

Para estabelecer a relação entre as IES e as matrículas no contexto privado, apresenta-se a tabela 26, em que se destaca a quantidade e a variação de IES e de matrículas por organizações *universitárias* e *não universitárias*, no período de 1995 a 2010. A variação também está no gráfico 49 e tem o objetivo ilustrar a variação apresentada na tabela 26. O objetivo das duas ilustrações é auxiliar na observação da relação das duas variáveis ao longo do tempo, para isso tanto a tabela como o gráfico são analisados conjuntamente.

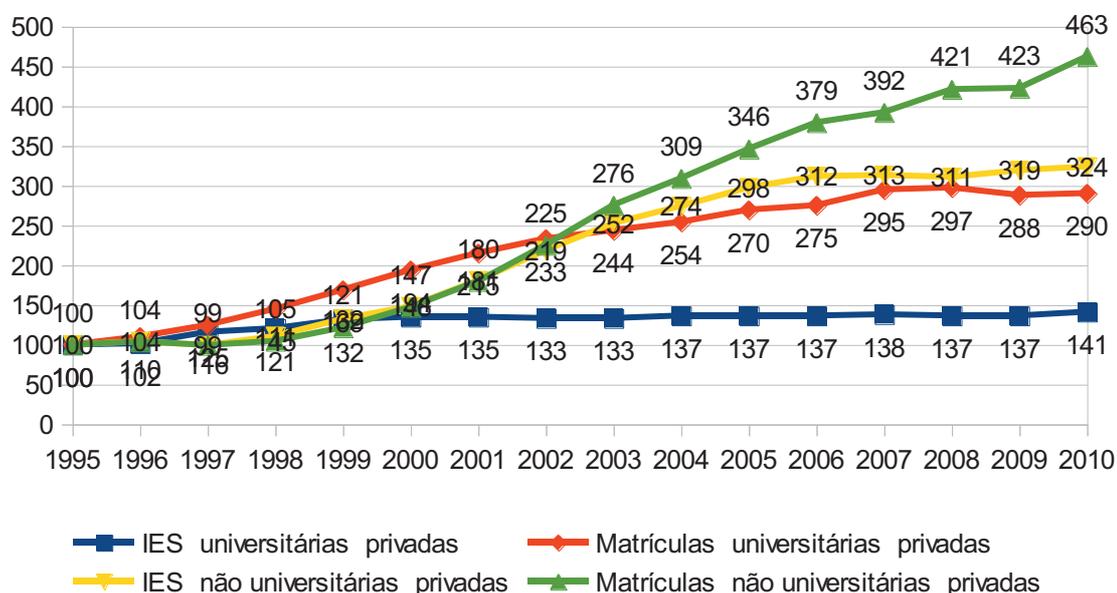
No contexto do setor privado da educação superior, as IES *universitárias* são em todo período analisado a menor proporção do total de organizações acadêmicas, como se depreende na observação da tabela 26, e apresentam um crescimento no acumulado do período calculado pelo número-índice de base 100 de 290. As IES *não universitárias* que possuem a maioria quase absoluta do total das organizações crescem em 324 no mesmo indicador, aumentando a concentração de estabelecimentos *não universitários* no setor privado. Começa-se então a ficar evidente que as IES que fazem parte do setor privado do ensino superior caracterizam-se por ser *não universitárias*. A análise das matrículas auxilia na definição deste cenário, pois as matrículas *universitárias* no período de 1995 a 2003 eram a maioria do total de matrículas, mesmo que a maior parte das organizações fossem *não universitárias*, como se vê recorrendo a tabela 26, e a partir de 2004 este protagonismo passa a ser assumido pelas matrículas *não universitárias*.

Tabela 26 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa privada no Brasil no período de 1995 a 2010.

Ano	Universitárias				Não universitárias			
	IES		Matrículas		IES		Matrículas	
	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação
1995	63	100	529.353	100	621	100	529.810	100
1996	64	102	583.269	110	647	104	549.833	104
1997	73	116	660.038	125	616	99	526.395	99
1998	76	121	767.349	145	688	111	553.880	105
1999	83	132	894.552	169	822	132	643.371	121
2000	85	135	1.026.823	194	919	148	780.396	147
2001	85	135	1.139.629	215	1.123	181	951.900	180
2002	84	133	1.234.757	233	1.358	219	1.193.501	225
2003	84	133	1.290.816	244	1.568	252	1.459.836	276
2004	86	137	1.346.794	254	1.703	274	1.638.611	309
2005	86	137	1.426.962	270	1.848	298	1.834.005	346
2006	86	137	1.457.133	275	1.936	312	2.010.209	379
2007	87	138	1.561.503	295	1.945	313	2.077.910	392
2008	86	137	1.574.683	297	1.930	311	2.231.408	421
2009	86	137	1.525.124	288	1.983	319	2.239.604	423
2010	89	141	1.537.003	290	2.011	324	2.450.421	463

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Gráfico 49 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa privada no Brasil no período de 1995 a 2010



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Recorrendo ao gráfico 49, percebe-se claramente o crescimento acumulado das matrículas *não universitárias* no período que foi de 463 calculado pelo indicador, enquanto a variação das matrículas *universitárias* foi de 324 pelo mesmo indicador, uma diferença de 139 pontos percentuais. Desta forma, fica agora evidente a transformação ocorrida no ambiente privado. As matrículas que na sua maioria eram *universitárias* passam a ser *não universitárias*. As orientações do Banco Mundial, contidas no documento analisado neste estudo, foram de alguma forma incorporadas à realidade do sistema de ensino superior no Brasil. Vale lembrar que uma das orientações era ampliar o ensino superior não universitário, a fim de incorporar outros tipos de clientela. Conclui-se, então, que o setor privado que antes tinha um corte universitário, com todas as potencialidades e dificuldades legais, administrativas e gerenciais que isso acarreta, assume a característica de ser *não universitário*, com todas as facilidades e dificuldades que esta decisão acarreta para o conjunto do país, na formação de quadros superiores para a reposição da inteligência nacional. Na sequência, verifica-se a dinâmica no interior do setor privado, abordando o subsistema particular e filantrópico.

Para compreender a relação que se estabelece entre as IES e as

matrículas no contexto particular, é importante observar o que diz a tabela 27 por mostrar a quantidade e a variação de IES e de matrículas nas organizações *universitárias* e *não universitárias*. No período de 1995 a 2010, a variação também apresentada no gráfico 50, tem o objetivo de ilustrar a o percurso da variação ao longo do tempo, conforme a tabela 26. As duas ilustrações auxiliam na observação da relação das duas variáveis ao longo do tempo, neste sentido tanto a tabela como o gráfico são analisados paralelamente.

Analisando o subsetor particular de ensino superior, é possível verificar que a concentração, tanto de IES como nas matrículas, está nas organizações acadêmicas *não universitárias* em todo o período analisado, que vai de 1999 até 2009. E o crescimento desigual das variáveis só concentrou ainda mais. Observando a tabela 27 e o gráfico 50 percebe-se que as IES universitárias crescem em 169 no parâmetro calculado pela base 100, as IES *não universitárias* acumulam um desempenho de 347 no mesmo indicador, uma diferença de 178 pontos percentuais! As matrículas universitárias aumentaram em 347 calculado pelo índice e as matrículas *não universitárias* em 506 no mesmo indicador. Aqui, a diferença no crescimento é de 159 pontos percentuais. Observa-se que tanto a quantidade de IES como as matrículas *não universitárias* cresceram muito mais que o incremento destas variáveis no contexto universitário. Sem mencionar que este crescimento é superior que o crescimento do próprio sistema privado, como se depreende da leitura da tabela 26 e do gráfico 49 já apresentados. Fica evidente, mesmo antes de analisar-se o desempenho do subsistema filantrópico, a transformação que ocorre no sistema ensino superior nacional, ela vai aprofundando o seu perfil particular e não universitário.

Tabela 27 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa particular no Brasil no período de 1999 a 2009.

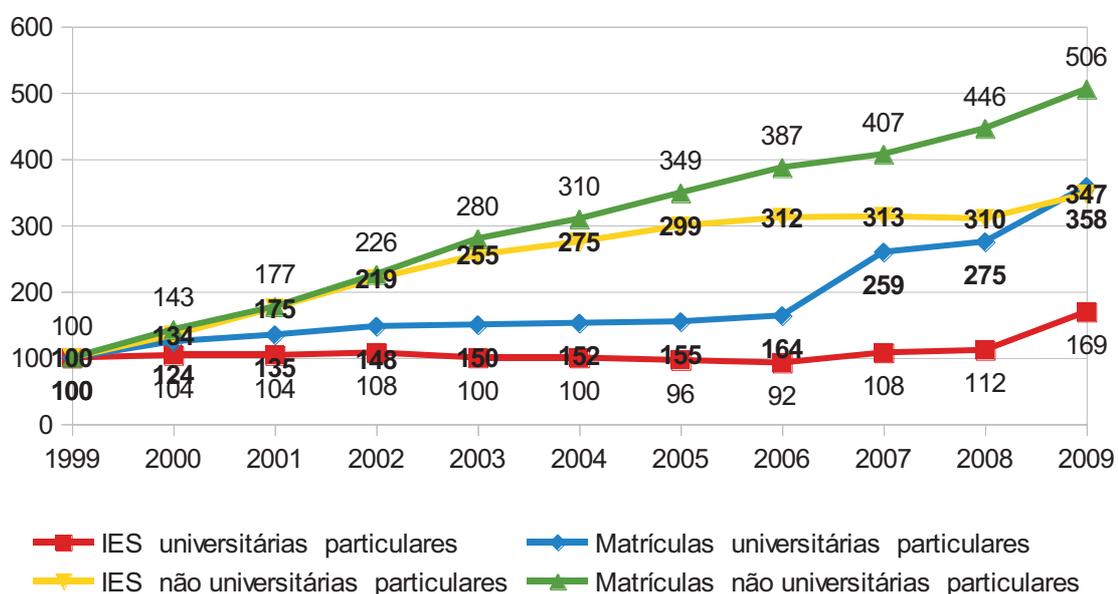
Ano	Universitárias				Não universitárias			
	IES		Matrículas		IES		Matrículas	
	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação
1999	26	100	267.267	100	500	100	384.095	100
2000	27	104	332.623	124	671	134	547.932	143
2001	27	104	360.129	135	876	175	680.345	177
2002	28	108	394.323	148	1.097	219	867.578	226
2003	26	100	400.791	150	1.276	255	1.074.303	280
2004	26	100	407.303	152	1.375	275	1.189.591	310
2005	25	96	413.044	155	1.495	299	1.340.140	349
2006	24	92	437.165	164	1.559	312	1.487.001	387
2007	28	108	693.313	259	1.566	313	1.564.008	407
2008	29	112	735.041	275	1.550	310	1.713.760	446
2009	44	169	958.000	358	1.735	347	1.941.763	506

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Vale resgatar que os estabelecimentos classificados como particulares, são empresas/firmas que, como a própria nomenclatura informa, são propriedades exclusivas de alguém ou de um grupo de investidores, ora como o processo de formar pessoas com capacidade superior, como a própria LDB/1996 informa, pode ser propriedade particular?

Não bastasse esta questão, essas organizações, pelo seu próprio tipo de funcionamento, estão focadas na obtenção e distribuição de lucro. Cabe aqui uma distinção entre lucro e resultado positivo, este último é necessário para a sustentabilidade das organizações por meio do reinvestimento no processo de formação e produção de conhecimento, já o conceito de lucro aponta para a divisão deste resultado entre o proprietário(s) ou acionista(s).

Gráfico 50 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa particular no Brasil no período de 1995 a 2010



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Na sequência, examina-se a relação das IES e das matrículas no setor privado, mais especificamente o subsistema filantrópico. Para compreender a relação entre as IES e as matrículas na realidade filantrópica, apresenta-se tabela 28 e o gráfico 51. A tabela mostra a quantidade e a variação de IES e também das matrículas nas organizações *universitárias* e *não universitárias*, no período de 1995 a 2010, a variação também é apresentada gráfico 51. As ilustrações têm como objetivo verificar o comportamento das variáveis ao longo do tempo. Como nas análises realizadas nesta questão de pesquisa, as duas ilustrações são analisadas conjuntamente.

Observando a tabela 28 e as linhas do gráfico 51 onde são apresentados os dados de matrículas e IES no ambiente do ensino superior filantrópico, não se observam semelhanças com os outros contextos apresentados até aqui. Isso porque a trajetória dos valores absolutos, e por consequência, dos valores relativos são completamente diferentes, os dados apontam uma perda de espaço do setor universitário filantrópico, visto que a organização *universitária* sente que as quantidades de IES encolhem em 26% no período estudado (1999-2009), ao mesmo tempo em que as matrículas caem 10%.

Tabela 28 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior e de matrículas e variação por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa filantrópica no Brasil no período de 1999 a 2009

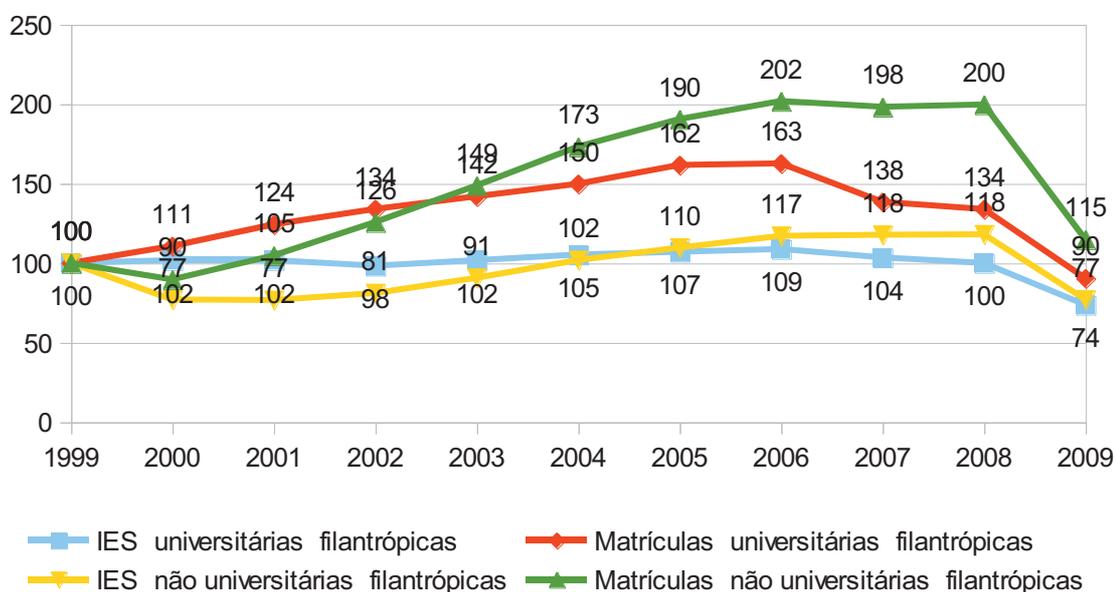
Ano	Universitárias				Não universitárias			
	IES		Matrículas		IES		Matrículas	
	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação	Absoluto	Variação
1999	57	100	627.285	100	322	100	259.276	100
2000	58	102	694.200	111	248	77	232.464	90
2001	58	102	779.500	124	247	77	271.555	105
2002	56	98	840.434	134	261	81	325.923	126
2003	58	102	890.025	142	292	91	385.533	149
2004	60	105	939.491	150	328	102	449.020	173
2005	61	107	1.013.918	162	353	110	493.865	190
2006	62	109	1.019.968	163	377	117	523.208	202
2007	59	104	868.190	138	379	118	513.902	198
2008	57	100	839.642	134	380	118	517.648	200
2009	42	74	567.124	90	248	77	297.841	115

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

No segmento das *não universitárias*, a situação é um pouco diversa, visto que se apresentam dois movimentos em andamento. Um movimento é de redução, quando as IES *não universitárias* têm o seu tamanho rebaixado a 77% do valor inicial de 1999. O outro é um acréscimo de 15% nas matrículas *não universitárias*.

Enquanto na organização acadêmica *universitária* observa-se uma redução absoluta, nas *não universitárias* ocorre um movimento de reestruturação com a intensificação do uso nas IES que estão em funcionamento, visto que agora possuem mais alunos. Estaria acontecendo uma reformulação no segmento filantrópico? De que tipo? Valorizando o ensino *não universitário*? Essas são questões que se abrem para futuros estudos e debates.

Gráfico 51 – Variação na quantidade de Instituições de Ensino Superior e nas matrículas por organizações universitárias e não universitárias na categoria administrativa filantrópica no Brasil no período de 1995 a 2010



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Responde-se, portanto, a pergunta sobre a relação que se pode estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de IES? E por tipo de IES e natureza? Declarando que, no que concerne a visão da totalidade das matrículas e das IES, a relação que se estabelece é de que as IES e as matrículas apresentam desempenho positivo de 266 e 310 no indicador de base 100 respectivamente, quando comparado com o PIB, que apresentou um crescimento de 149 no mesmo índice acumulado. Verifica-se, pois, que o mercado da educação superior cresce e cresce muito mais do que o patamar geral da economia brasileira.

Quando a mesma análise é feita para a categoria administrativa pública, olhando as organizações universitárias e não universitárias, nota-se que estes movimentos não são homogêneos. Nas IES universitárias ocorre nos anos 2000 e 2001 o fechamento de uma instituição e nas IES não universitárias deixam de existir 33 IES desde 1996 até o ano 2000. E a partir deste último ano é que vão surgindo outras instituições, sendo que somente mais de dez anos depois é que se ultrapassa a quantidade de estabelecimentos de ensino não universitários. Constata-se, portanto, uma redução da atividade pública no ensino superior, sendo retomada

somente a partir de 2004. Quando o olhar se desloca para as matrículas, observa-se que as universitárias crescem em todo o período analisado e as *não universitárias* apresentam queda somente no ano de 1997. Percebe-se uma intensificação no uso dos equipamentos públicos instalados com o aumento de matrículas.

Quando o recorte é a categoria administrativa privada, as IES *universitárias* possuem em todo período analisado a menor proporção do total de organizações e apresentam um crescimento no acumulado do período calculado pelo número-índice de base 100 de 290. As IES *não universitárias*, que possuem a maioria quase absoluta do total das organizações, crescem em 324 no mesmo indicador, aumentando a concentração de estabelecimentos *não universitários* no setor privado.

Nos estabelecimentos particulares, a relação que se estabelece entre as IES e as matrículas no contexto particular é de que existe concentração, tanto das IES como nas matrículas nas organizações acadêmicas *não universitárias*, em todo o período analisado que vai de 1999 até 2009. E o crescimento desigual das variáveis só concentrou ainda mais. Com isso, acredita-se ter problematizado a segunda questão de pesquisa. A seguir, inicia-se a discussão da terceira questão de pesquisa que trata da relação entre as variáveis matrículas e docentes.

5.3 Terceira Questão: a Relação entre as Matrículas e os Docentes

A terceira questão formulada por ocasião da escrita do projeto de tese foi indagar como se comporta a quantidade de matrículas e a quantidade total de docentes? E qual a trajetória da proporção entre estas variáveis?

Para auxiliar nesta discussão, foram resgatadas do capítulo anterior as variáveis matrículas e docentes. Estes dados foram cotejados, utilizando-se tabelas com os números absolutos e os gráficos com a variação apurada por meio da construção do número-índice de base 100. Após, construiu-se a relação matrículas/função docente que expressa a proporção de matrículas para cada docente. No seguimento, foi apurada a sua variação da relação matrícula/função docente por meio do indicador de base 100.

Na tabela 29, estão dispostos os valores da quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010. A tabela auxilia na compreensão da trajetória destas duas variáveis e

serve como informação básica para a construção dos gráficos 52 e 53. A tabela e os gráficos são analisados de forma conjunta.

Tabela 29 - Quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

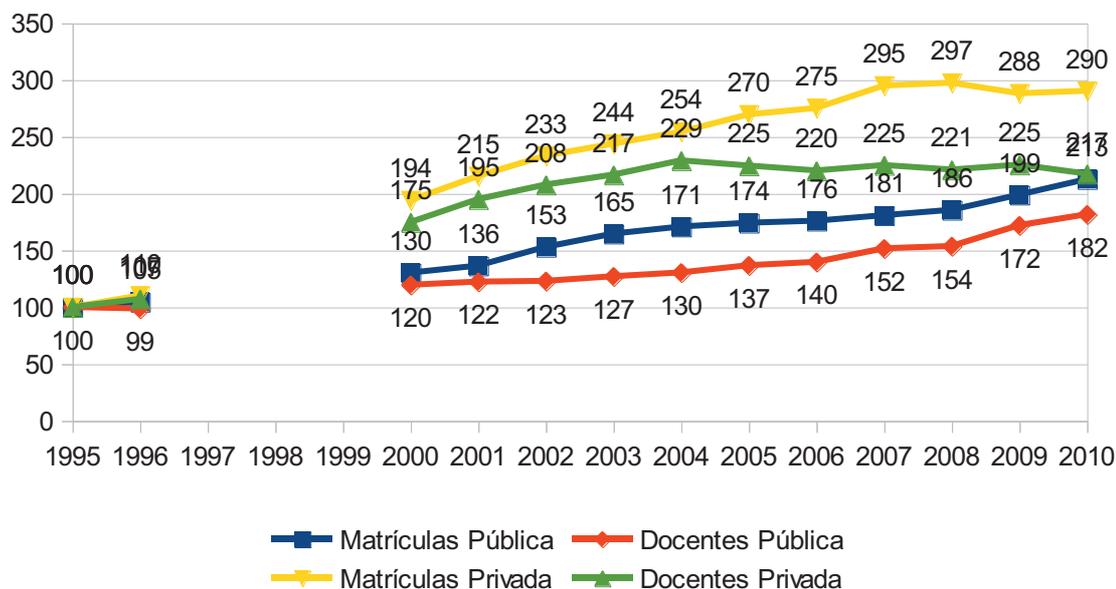
Ano	Pública		Privada		Particular		Filantrópica	
	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes
1995	598.579	67.407	529.353	33.727
1996	626.131	66.538	583.269	36.147
1997	666.421	...	660.038
1998	700.539	...	767.349
1999	725.182	...	894.552	...	267.267	...	627.285	37.571
2000	780.166	80.593	1.026.823	58.938	332.623	17.151	694.200	41.787
2001	816.913	82.461	1.139.629	65.758	360.129	19.837	779.500	45.921
2002	915.902	82.927	1.234.757	70.076	394.323	21.031	840.434	49.045
2003	985.465	85.659	1.290.816	73.043	400.791	20.336	890.025	52.707
2004	1.022.923	87.915	1.346.794	77.256	407.303	21.822	939.491	55.434
2005	1.042.816	92.226	1.426.962	75.743	413.044	19.261	1.013.918	56.482
2006	1.053.263	94.204	1.457.133	74.277	437.165	17.792	1.019.968	56.485
2007	1.082.684	102.241	1.561.503	75.887	693.313	25.421	868.190	50.466
2008	1.110.945	103.607	1.574.683	74.540	735.041	26.473	839.642	48.067
2009	1.190.596	115.960	1.525.124	76.021	958.000	42.380	567.124	33.641
2010	1.272.971	122.445	1.537.003	73.319

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Analisando a tabela 29, percebe-se que nas organizações universitárias públicas e privadas houve um acréscimo de matrículas e docentes em todos os períodos apresentados na tabela. Quando se estuda o movimento das particulares e as filantrópicas, subsistemas do setor privado de ensino, nota-se que as instituições particulares acompanham o movimento geral de aumento de matrículas e professores. O mesmo não acontece com as filantrópicas, com a queda das matrículas e das funções docentes. A informação que se depreende destes movimentos é que a quantidade de funções docentes está relacionada com a quantidade de matrículas. Elas apontam para o mesmo sentido. Cabe então verificar qual a variação deste movimento, neste sentido é apresentado o gráfico 52 que

apresenta a variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias nas categorias administrativas estudadas.

Gráfico 52- Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias na categoria administrativa pública e privada nos anos de 1995 a 2010.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

A partir do gráfico 52 abre-se a possibilidade para a elaboração de duas análises, uma aponta para o desempenho desigual nas variações dos docentes e nas matrículas entre as categorias públicas e privadas e a outra é o diferente percurso da variação das matrículas e dos docentes no interior da própria categoria administrativa.

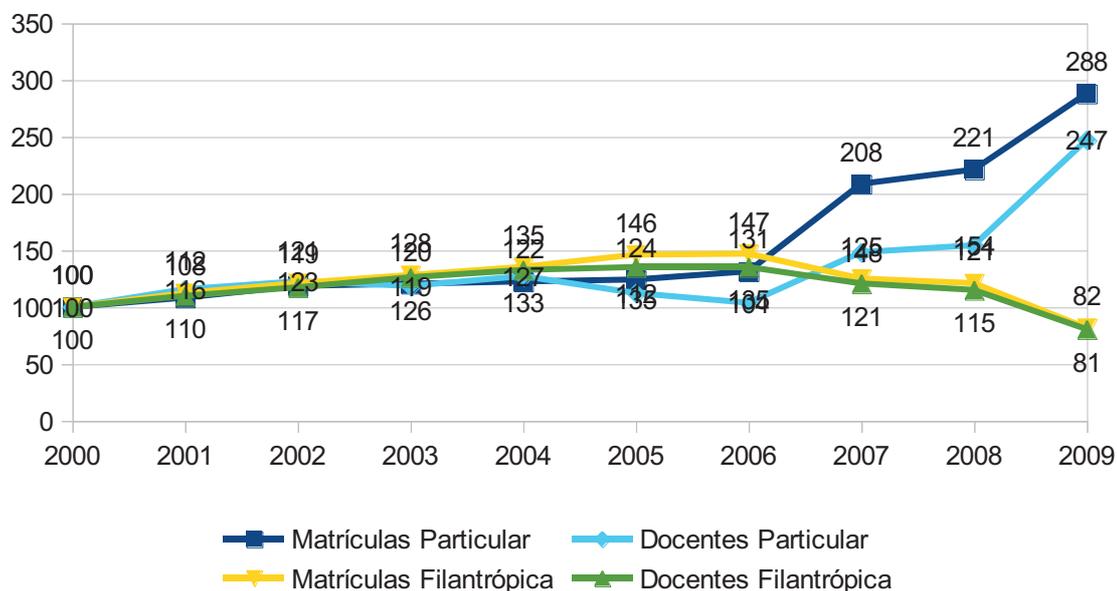
Observa-se que a matrícula privada apresenta um crescimento acumulado para o período estudado de 290 no indicador de base 100, e a matrícula pública aumenta em 213 no mesmo índice. Verifica-se que as matrículas privadas crescem 77 pontos percentuais acima das matrículas públicas. Quando a observação recai sobre a variável docente, percebe-se que os vinculados às organizações públicas aumentam em 182 pelo índice apurado e os que desempenham suas funções em estabelecimentos privados crescem em 217 no mesmo parâmetro, uma diferença de 35 pontos percentuais. Conclui-se, portanto, que o setor privado, tanto nas matrículas quanto nas funções docentes, cresce mais que o setor público, bem como se verifica também que as matrículas privadas crescem mais do que as funções docentes indicando uma intensificação do trabalho docente.

Quando a análise é no interior de cada uma das categorias administrativas, verifica-se também o crescimento desigual das matrículas e dos docentes. Na categoria administrativa pública, as matrículas universitárias crescem 213 de acordo com o índice da base 100 calculado, enquanto os docentes destas mesmas instituições apresentam um aumento de 182 no mesmo indicador, uma diferença de 31 pontos percentuais. Já nos estabelecimentos privados as matrículas universitárias crescem em 290, conforme o apurado pelo número-índice de base 100 e os docentes em 217 pelo mesmo indicador calculado, uma diferença de 73 pontos percentuais. Verifica-se assim que a intensificação do trabalho ocorre tanto nos estabelecimentos públicos como nos privados, sendo um pouco mais acentuada nestes últimos. A partir destas evidências produzidas, poder-se-ia questionar se esta aparente intensificação das atividades docentes está relacionada ao tipo de gestão implantada nas instituições públicas e privadas? Onde são diferentes e/ou onde convergem? Tais questões poderiam se justificam por conta das orientações gerencialistas elaboradas pelo Banco Mundial? No próximo item, analisa-se o comportamento das variáveis docentes e matrículas nos estabelecimentos particulares e filantrópico.

O gráfico 53 apresenta a variação na quantidade de matrículas e de docentes das organizações universitárias na categoria particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009. Da mesma forma da análise anterior, também aqui se tem a possibilidade para dois tipos de análises, uma aponta para o desempenho desigual nas variações dos docentes e das matrículas entre as categorias filantrópica e particular e a outra é o diferente percurso da variação das matrículas e dos docentes no interior da própria categoria administrativa.

A matrícula universitária particular apresenta um crescimento acumulado para o período estudado (2000 a 2009) de 288 no parâmetro da base 100, e a matrícula filantrópica recua em 18%. Verifica-se, dessa forma, que é somente as matrículas particulares que crescem, enquanto no estudo dos professores vinculados às organizações particulares percebe-se que estes aumentam em 247 pelo índice apurado e os que desempenham suas funções em estabelecimentos filantrópicos observam uma diminuição de 19% se comparado a mesma quantidade de docentes no ano 2000, nota-se desta forma que no subsetor particular as matrículas e os professores apresentam uma trajetória ascendente e que no subsetor filantrópico as duas variáveis apresentam um percurso de queda.

Gráfico 53 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações universitárias na categoria administrativa particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Quando a análise é no âmago da categoria administrativa privada, pode-se dizer que também há um desempenho diferente das matrículas e dos docentes. Na categoria administrativa filantrópica, as matrículas universitárias caem em 18% enquanto os docentes, destas mesmas instituições apresentam uma queda de 19%, estes percentuais refletem uma tendência das filantrópicas em fazer o ajuste da receita e despesa em cima dos docentes. Pode-se inferir aqui que, mesmo diante do encolhimento destes estabelecimentos de ensino, existe uma intensificação do trabalho docente que resta.

Nos estabelecimentos particulares, as matrículas universitárias crescem em 288, conforme o apurado pelo número-índice de base 100, e os docentes em 247 pelo mesmo indicador calculado, uma diferença de 41 pontos percentuais. Verifica-se aqui também a intensificação do trabalho. Com este quadro descrito, surgem outras indagações: Por que em realidades diferentes as instituições particulares (em expansão) e as filantrópicas (em retração) apostam na intensificação do trabalho docente? De que forma uma única visão gerencialista interfere nas políticas organizacionais? Não seria o momento de formar gestores com habilidades e competência específica para as instituições escolares, visto que tanto se fala no

papel da educação como redenção para todos os males da sociedade? Na sequência, realiza-se esta análise para as organizações acadêmicas *não universitárias*.

Tabela 30 – Quantidade de matrículas e de docentes nas organizações *não universitárias* por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

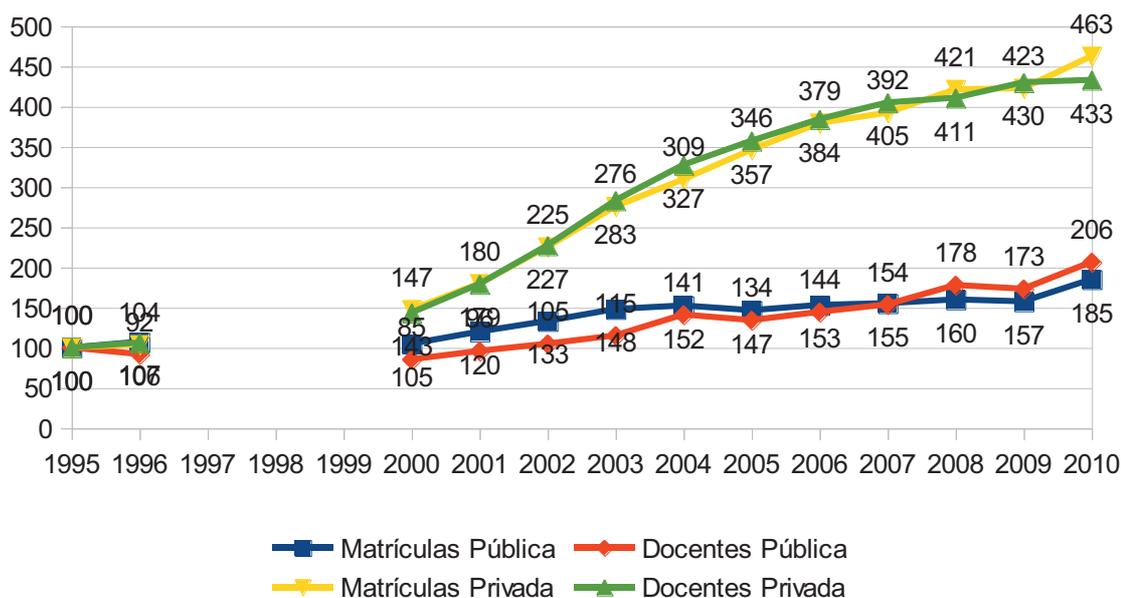
Ano	Pública		Privada		Particular		Filantrópica	
	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes
1995	101.961	8.861	529.810	35.295
1996	109.296	8.128	549.833	37.507
1997	92.761	...	526.395
1998	104.190	...	553.880
1999	106.840	...	643.371	...	384.095	...	259.276	...
2000	106.860	7.561	780.396	50.620	547.932	34.229	232.464	16.391
2001	122.312	8.489	951.900	63.239	680.345	44.364	271.555	18.875
2002	135.753	9.288	1.193.501	80.184	867.578	58.466	325.923	21.718
2003	150.905	10.204	1.459.836	99.910	1.074.303	74.603	385.533	25.307
2004	155.405	12.509	1.638.611	115.562	1.189.591	86.149	449.020	29.413
2005	149.373	11.893	1.834.005	126.098	1.340.140	93.909	493.865	32.189
2006	156.041	12.795	2.010.209	135.606	1.487.001	100.947	523.208	34.659
2007	158.284	13.624	2.077.910	142.936	1.564.008	108.195	513.902	34.741
2008	163.020	15.761	2.231.408	144.982	1.713.760	110.624	517.648	34.358
2009	160.572	15.342	2.239.604	151.766	1.941.763	130.376	297.841	21.390
2010	188.725	18.297	2.450.421	152.821

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Na tabela 30, é apresentada a realidade nos anos estudados, da distribuição das variáveis matrículas e docentes nas organizações acadêmicas *não universitárias*. Também é possível observar a mesma realidade vista quando se descreveu as organizações *universitárias*, ou seja, as categorias pública e privada apresentam aumento tanto na matrícula quanto nos docentes. Quando se observa os subsistemas particular e filantrópico, verifica-se neste último uma queda nas duas variáveis. Outro aspecto que aqui se depreende ao observar esses movimentos é a existência de uma relação entre as variáveis matrículas e pessoal docente, se uma cresce/decresce, a outra cresce/decresce. Permanece a curiosidade de como se

comporta esta variação entre as variáveis, questão esta que começa a ser respondida com o gráfico 54 que apresenta a variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações *não universitárias* nas categorias administrativas públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010

Gráfico 54 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações *não universitárias* nas categorias administrativas públicas e privadas nos anos de 1995 a 2010



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Tendo o gráfico 54 como base, é possível elaborar o mesmo tipo de análise realizado até aqui nesta questão de pesquisa. Uma análise permite discutir o desempenho desigual na organização não universitária nas variações dos docentes e nas matrículas entre as categorias públicas e privadas e a outra permite problematizar o diferente percurso na variação das matrículas e dos docentes no interior das categorias administrativas.

Neste sentido, a matrícula privada apresenta um crescimento de 463 no indicador de base 100, e a matrícula pública aumenta em 185 no mesmo índice, uma diferença de 298 pontos percentuais acima das matrículas públicas. Agora, observando os docentes, nota-se que aqueles que desempenham suas atividades em organizações públicas aumentaram em 206 pelo mesmo parâmetro, e aqueles vinculados aos estabelecimentos privados crescem em 433 no mesmo parâmetro, uma diferença de 227 pontos percentuais. Como consequência, dinamiza-se o setor privado também nas organizações *não universitárias*, visto que, nas duas variáveis

estudadas (matrículas e docentes), é nestas organizações que está o maior crescimento acumulado. Este crescimento desigual concentrou ainda mais o mercado não universitário que já estava concentrado, outra observação é que também se nota a intensificação do trabalho docente.

Quando a análise é dentro da própria categoria administrativa, verificam-se outros achados. Nos estabelecimentos públicos, na variação acumulada no período estudado, as matrículas *não universitárias* crescem em 185, de acordo com o índice da base 100 calculado, enquanto os docentes destas mesmas instituições apresentam um aumento em 206 no mesmo indicador. Um crescimento maior do que as matrículas, uma diferença de 21 pontos percentuais a favor dos docentes. Aqui surgem mais questões de pesquisa. Por que o aumento na quantidade de professores não se reflete na mesma proporção no aumento de matrículas? Quais outros investimentos devem ser feitos para aproveitar este potencial docente instalado?

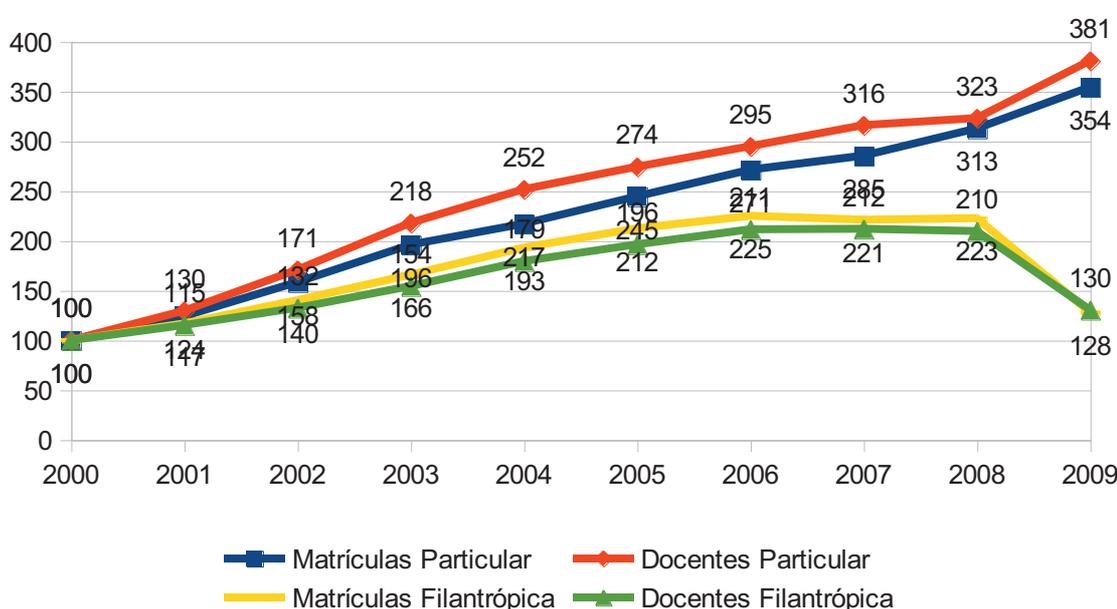
Nos estabelecimentos privados, o que se percebe é que as matrículas universitárias crescem em 463, conforme o apurado pelo número-índice de base 100, e os docentes em 433 pelo mesmo indicador calculado, uma diferença de 73 pontos percentuais. Verifica-se, assim, que a intensificação do trabalho nas organizações acadêmicas *não universitárias* ocorre nos estabelecimentos privados. A partir destas informações, suscitam-se outras problematizações, no sentido de relacionar a expansão com a qualidade do ensino superior, verificando qual o reflexo desta intensificação do trabalho docente na qualidade do ensino.

O gráfico 55 apresenta a variação na quantidade de matrículas e de docentes das organizações *não universitárias* na categoria particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009. Também aqui se abre a possibilidade para os dois tipos de análises, uma que aponta para o desempenho desigual nas variações dos docentes e das matrículas entre as categorias filantrópica e particular e a outra que sugere investigar a trajetória da variação das matrículas e dos docentes dentro da própria categoria administrativa.

A matrícula não universitária particular apresenta um crescimento acumulado para o período estudado (2000 a 2009) de 354 no parâmetro da base 100, e no contexto das filantrópicas apresenta um aumento de 130, no mesmo indicador, o que produz uma diferença de 224 pontos percentuais a favor das particulares. A variável docente apresenta o seguinte desempenho quando vinculados às organizações

particulares. Percebe-se que estes aumentam em 381 pelo índice apurado e os que desempenham suas funções em estabelecimentos filantrópicos observam um crescimento de 128 no mesmo parâmetro, uma diferença de 253 pontos percentuais novamente em favor das particulares. Até esse momento se vê que as instituições particulares têm um crescimento maior que as filantrópicas, e a questão da intensificação do trabalho docente aparece de forma ainda confusa. No próximo parágrafo, a análise é feita cotejando as variáveis matrículas e docentes no interior de cada categoria.

Gráfico 55 – Variação na quantidade de matrículas e de docentes nas organizações não universitárias na categoria particular e filantrópica nos anos de 2000 a 2009



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Nos estabelecimentos particulares, as matrículas *não universitárias* crescem em 354 conforme o apurado pelo número-índice de base 100 e os docentes em 381 pelo mesmo indicador calculado. Verifica-se, então, que os docentes têm um crescimento acumulado maior do que as matrículas, uma diferença de 27 pontos percentuais. Nas filantrópicas *não universitárias*, as matrículas crescem em 130 no índice de base 100 e os docentes em 128 no mesmo parâmetro calculado. Nos estabelecimentos não universitários filantrópicos, observa-se o mesmo desempenho do que nos estabelecimentos universitários, ou seja, cai a variação acumulada da quantidade de matrículas e cai ainda mais a variação na quantidade de docentes. Este procedimento leva a uma intensificação do trabalho nas organizações filantrópicas *não universitárias*. Desta forma, à medida que as relações vão sendo

estabelecidas, outras questões são formuladas e ficam temporariamente em aberto.

Onde estão estes professores nos estabelecimentos privados? Estão em atividades de sala de aula ou na gestão? Se na gestão, que formação têm para executar as tarefas? Na continuação do texto é apresentado o indicador de matrículas/docentes, bem como a sua variação acumulada nas organizações universitárias e *não universitárias*, começando a exposição pela primeira.

A tabela 31 apresenta o indicador de matrículas/docentes e sua variação no total das organizações universitárias e por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010, a função da ilustração é auxiliar na análise deste indicador ao longo do tempo.

Tabela 31 – Indicador de matrículas/docentes e sua variação nas organizações universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

Ano	Total	Δ	Pública	Δ	Privada	Δ	Particular	Δ	Filantrópica	Δ
1995	11,2	100	8,9	100	15,7	100
1996	11,8	106	9,4	106	16,1	103
1997
1998
1999
2000	13,0	116	9,7	109	17,4	111	19,4	100	16,6	100
2001	13,2	118	9,9	112	17,3	110	18,2	94	17,0	102
2002	14,1	126	11,0	124	17,6	112	18,7	97	17,1	103
2003	14,3	129	11,5	130	17,7	113	19,7	102	16,9	102
2004	14,3	129	11,6	131	17,4	111	18,7	96	16,9	102
2005	14,7	132	11,3	127	18,8	120	21,4	111	18,0	108
2006	14,9	134	11,2	126	19,6	125	24,6	127	18,1	109
2007	14,8	133	10,6	119	20,6	131	27,3	141	17,2	104
2008	15,1	135	10,7	121	21,1	135	27,8	143	17,5	105
2009	14,1	127	10,3	116	20,1	128	22,6	117	16,9	101
2010	14,4	129	10,4	117	21,0	134

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Analisando a tabela 31, percebe-se que, no conjunto das instituições de ensino superior universitário, existe um aumento sustentado no indicador matrículas/docentes. Este indicador evidencia quantos alunos cada professor em

média tem sob sua responsabilidade por ano. É importante lembrar que este cálculo lava em consideração o total de docentes nos estabelecimentos. Desta forma, a quantidade de alunos por professor no conjunto das instituições, que no ano de 1995 era de 11,2, passa para 14,4 no ano de 2010 um crescimento de 29%. Quando se observam as organizações universitárias públicas, este aumento é de 17%. Nos estabelecimentos privados, o aumento é de 34%. Percebe-se, desta forma, que no geral o ensino superior universitário intensifica o trabalho docente, e os estabelecimentos privado esta intensificação é o dobro do que no geral.

O movimento do indicador matrículas/docentes nas organizações universitárias particulares e filantrópica nos anos de 2000 a 2009 é bastante diverso, pois alternam movimentos de intensificação com momentos de mais equilíbrio, resultado da variação tanto das matrículas quanto da quantidade de docentes. Ambas chegam ao ano de 2009 com uma relação maior, as instituições particulares com 22,6 alunos por docentes e as filantrópicas com 16,9 alunos por docentes.

A tabela 32 apresenta o indicador de matrículas/docentes e sua variação no conjunto das organizações *não universitárias* e por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010. Com a tabela, é possível acompanhar a trajetória do indicador e fazer algumas análises.

Observa-se na tabela que no conjunto das organizações *não universitárias* ocorreu um movimento heterogêneo visto que em alguns momentos a relação matrículas/professores aumentava em relação ao ano de 1995, a base da comparação, porém diminuía em relação ao ano anterior. O fato é que, no período estudado, o indicador passa de 14,3 no ano de 1995, para 15,4 em 2010, um aumento de 108 no indicador calculado da base 100. Trajetória diferente ocorreu com os estabelecimentos públicos, onde o indicador apresenta o valor de 11,5 em 1995 aumenta até o ano de 2003 para 14,8 (127) e chega ao final da série em 2010 com um valor de 10,3, o que representa um valor 10% menor do que o mesmo valor em 1995. Nas instituições privadas *não universitárias*, em 1995, o indicador apresentava um valor de 15,0 e passa para 16,0 em 2010, uma variação de 107 no indicador da base 100. Quando se adentra no interior do sistema privado, percebe-se que tanto nos estabelecimentos particulares quanto nos filantrópicos o indicador apresenta tendência de queda. Nas primeiras, o dado passa de 16,00 no ano 2000 para 14,9 em 2009, uma redução de 7%, já nas filantrópicas passa de 14,2 para 13,9 nos mesmos anos, perfazendo uma queda de 2%.

Tabela 32 - Indicador de matrículas/docentes e sua variação no conjunto das organizações não universitárias por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010

Ano	Total	Δ	Pública	Δ	Privada	Δ	Particular	Δ	Filantrópica	Δ
1995	14,3	100	11,5	100	15,0	100
1996	14,4	101	13,4	117	14,7	98
1997
1998
1999
2000	15,2	107	14,1	123	15,4	103	16,0	100	14,2	100
2001	15,0	105	14,4	125	15,1	100	15,3	96	14,4	101
2002	14,9	104	14,6	127	14,9	99	14,8	93	15,0	106
2003	14,6	102	14,8	129	14,6	97	14,4	90	15,2	107
2004	14,0	98	12,4	108	14,2	94	13,8	86	15,3	108
2005	14,4	100	12,6	109	14,5	97	14,3	89	15,3	108
2006	14,6	102	12,2	106	14,8	99	14,7	92	15,1	106
2007	14,3	100	11,6	101	14,5	97	14,5	90	14,8	104
2008	14,9	104	10,3	90	15,4	103	15,5	97	15,1	106
2009	14,4	100	10,5	91	14,8	98	14,9	93	13,9	98
2010	15,4	108	10,3	90	16,0	107

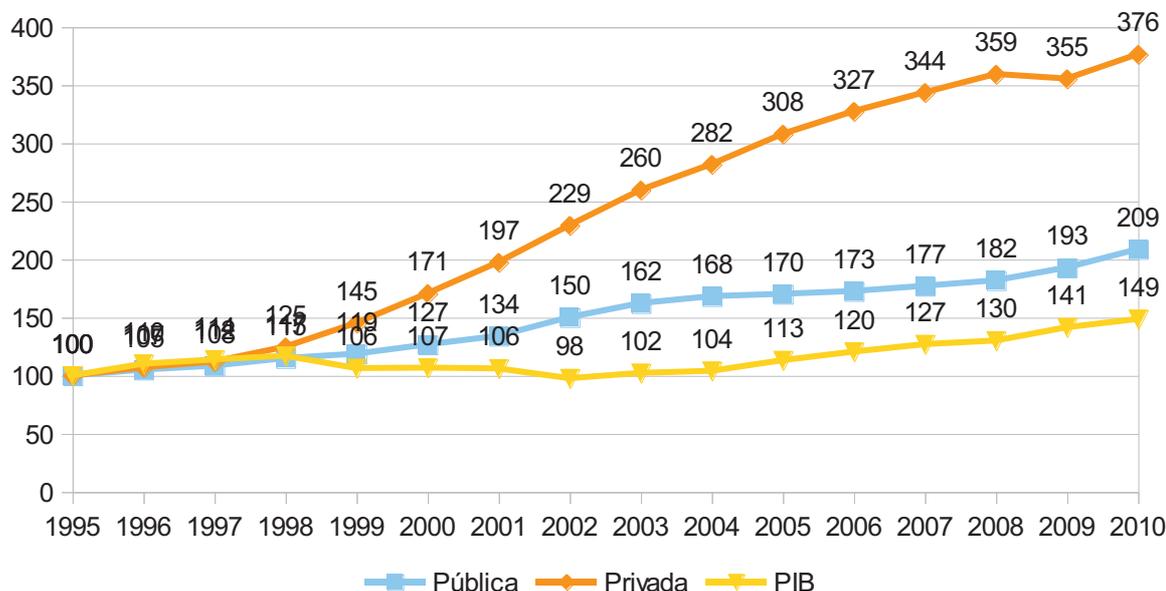
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Na próxima parte debate-se a ligação que se pode estabelecer entre a quantidade de matrículas e o PIB.

5.4 Quarta Questão: a Relação das Matrículas e o PIB

A quarta questão formulada tem como foco perceber qual a ligação que se estabelece entre a quantidade de matrículas e o PIB. Para discutir esta questão, continua-se utilizando a variável matrícula e agora se junta na análise a variável PIB. Para verificar a relação dos dados, utilizam-se dois gráficos que mostram a variação acumulada por meio da construção do número-índice de base 100. O gráfico 56 evidencia a relação do PIB com o conjunto de matrículas nos estabelecimento público e privado e o gráfico 57 mostra esta mesma relação só que com as instituições filantrópicas e particulares.

Gráfico 56 – Variação das matrículas públicas e privadas vis a vis o PIB, no período de 1995 a 2010.

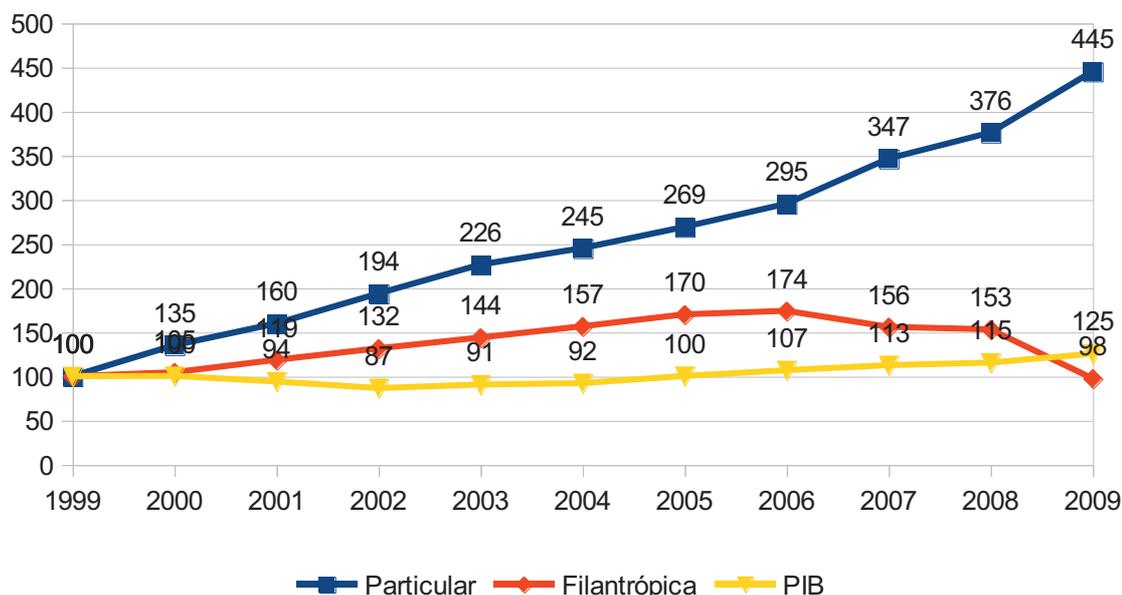


Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Uma análise visual do gráfico 56 permite perceber que as matrículas crescem mais do que o PIB, sendo que as matrículas privadas são as que mais crescem. O PIB apresenta um crescimento acumulado nos 16 anos de 149 no índice de base 100. As matrículas públicas sobem em 209 pelo mesmo parâmetro, aqui já se percebe uma diferença de 60 pontos percentuais. Quando o foco passa para as matrículas privadas, nota-se que esta variável apresenta uma variação acumulada de 376 no indicador de base 100 e, esta diferença passa para 227 pontos percentuais.

A relação das matrículas com o PIB é de mão dupla. De um lado, mais matrículas significa um contingente de potenciais trabalhadores, sendo preparados, com uma formação superior que poderão contribuir para o melhor desempenho do setor produtivo e assim aumentar o PIB. Do outro lado, com o crescimento do PIB, a nação tem mais riqueza e com mais riqueza mais matrículas. Seja por qual caminho escolhe-se por iniciar o percurso, este será virtuoso.

Gráfico 57 - Variação das matrículas filantrópica e particular vis a vis o PIB, no período de 1999 a 2009.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Fazendo a mesma análise visual do gráfico 57, percebe-se outro movimento. Enquanto o conjunto do setor privado cresce (gráfico 56), quando se observa o interior deste, percebe-se que esta realidade não é para todos os subsistemas, visto que as matrículas particulares aumentam em 445 no índice de base 100 e as matrículas filantrópicas caem 2%, tudo isso no momento em que o PIB acumula no período de 1999 a 2009 um aumento de 125 no indicador da base 100. Isso mostra que as matrículas privadas crescem acima do PIB o equivalente a 320 pontos percentuais.

Em cada análise que se faz, fica evidente a diminuição do tamanho do subsetor filantrópico nos anos estudados, quando se leva em consideração que o conjunto do ensino superior cresce e que o setor privado é quem lidera e se destaca. Será que as instituições filantrópicas nesta nova organização do mercado educacional não terão mais espaço? E se tiverem, qual será a sua contribuição? Qual a sua especialidade? É bom sempre lembrar que, entre outros motivos, a construção de organizações filantrópicas surge no espaço deixado a descoberto pelo setor público e as iniciativas particulares, que, ou por falta de recurso (setor público) ou por falta de perspectiva de lucro (setor privado particular), não ofereceram educação superior para a sociedade. A seguir, discute-se a quinta questão, que trata de identificar qual a trajetória da quantidade total de docentes,

bem como nas dos docentes mestres e doutores e com tempo integral por tipo e natureza de IES.

5.5 Quinta Questão: sobre a Trajetória dos Docentes

A quinta questão de pesquisa pergunta: Qual a trajetória da quantidade total de docentes? E dos docentes mestres? E dos doutores? E dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES? Para organizar a discussão desta questão, é apresentada a tabela 33 que ilustra a quantidade de total de docentes, os docentes com tempo integral, os docentes mestres, os docentes doutores, o somatório de docentes mestre e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010, após apresenta-se o gráfico 58 que evidencia a variação acumulada dos dados da tabela.

Tabela 33 – Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres, dos docentes doutores, dos docentes mestre e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.

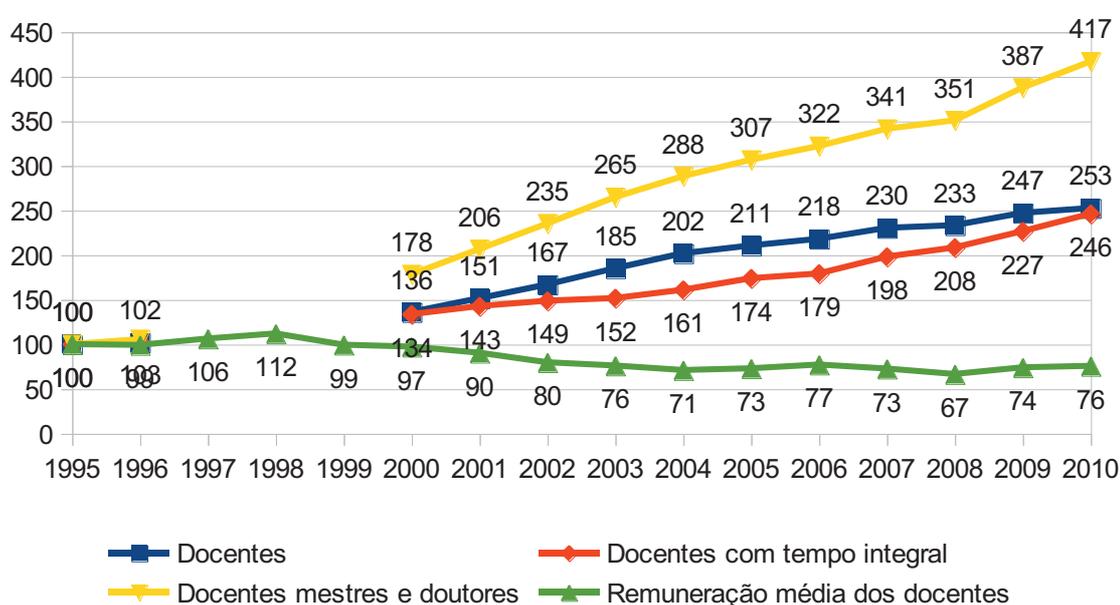
ANO	Docentes	Docentes com tempo integral	Docentes mestres	Docentes doutores	Docentes mestres e doutores	Remuneração média dos docentes (R\$)
1995	145.290	63.525	34.882	22.808	57.690	5.578,55
1996	148.320	65.425	36.954	24.006	60.960	5.529,17
1997	5.931,07
1998	6.244,69
1999	5.545,50
2000	197.712	84.845	62.123	40.707	102.830	5.423,65
2001	219.947	90.631	72.978	46.133	119.111	5.042,02
2002	242.475	94.464	84.919	50.776	135.695	4.446,09
2003	268.816	96.326	96.510	56.238	152.748	4.243,42
2004	293.242	102.261	104.976	61.279	166.255	3.960,12
2005	305.960	110.480	110.992	65.897	176.889	4.067,47
2006	316.882	113.848	115.136	70.616	185.752	4.304,53
2007	334.688	125.818	120.348	76.560	196.908	4.049,79
2008	338.890	132.382	121.548	80.814	202.362	3.711,30
2009	359.089	143.963	130.614	92.891	223.505	4.132,35
2010	366.882	156.370	138.526	101.912	240.438	4.221,61

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelos dados dispostos na tabela 33, chama a atenção em todas as variáveis que dizem respeito à quantidade de docentes estas aumentam e no mesmo período de tempo a remuneração média dos docentes cai. O gráfico 58 mostra esta trajetória

de uma forma mais evidente. A quantidade de docentes passa de 145.290 em 1995 para 366.882 em 2010, um crescimento acumulado de 253 no período calculado pelo índice de base 100. Os professores que possuem tempo integral cresceram em 246, pelo mesmo indicador, resultado da trajetória de 63.525 em 1995 para 156.370 em 2010, e o total de professores com pós-graduação “stricto sensu” cresce em 417 no mesmo parâmetro.

Gráfico 58 – Variação na Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.



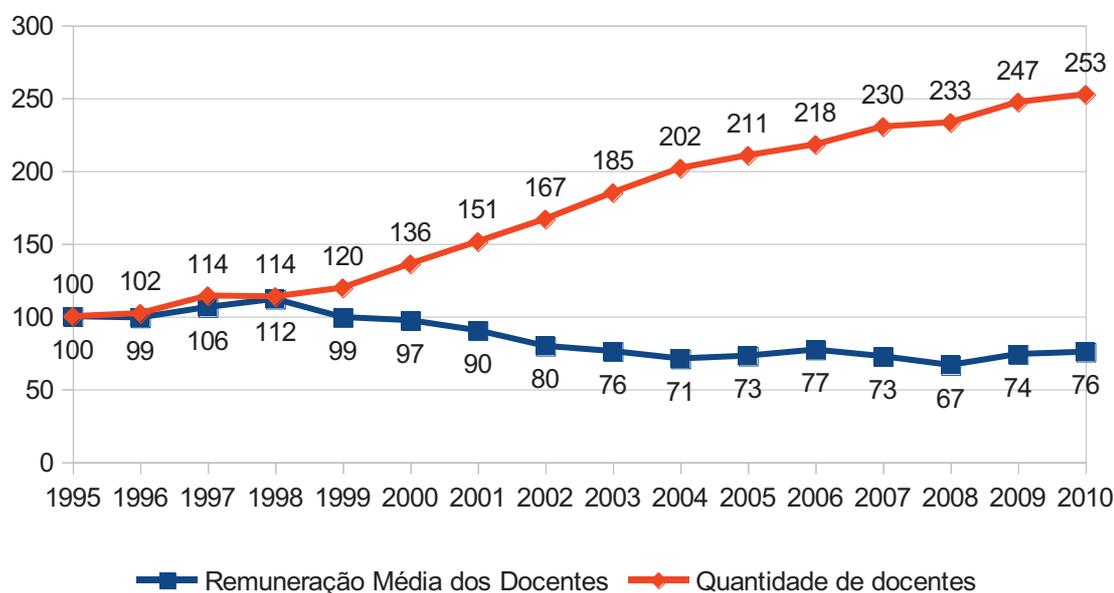
Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

No gráfico 59, é feito um destaque para a relação entre a quantidade de docentes e remuneração média. Optou-se por repetir as informações do gráfico 58 em outro gráfico para poder destacar esta relação perversa que ocorre com a função docente. Tanto se debate sobre o papel da educação, em especial da educação superior para a organização e o progresso da humanidade. Para o autor desta pesquisa, parece que existe uma relação muito forte entre a qualidade da educação superior (tema deste estudo) e a qualificação dos trabalhadores que produzem e organizam o ambiente acadêmico, os professores. Como está evidenciado pela tabela 33, as organizações do ensino superior também compartilham desta visão, porque se assim não fosse, não teria aumentado a contratação de mestres e doutores em 317%. Mesma preocupação não se tem com a pesquisa acadêmica,

como se depreende da tabela 33, quando se verifica o crescimento dos professores com tempo integral com uma variação acumulada de 246 no indicador da base 100, abaixo do crescimento geral dos docentes. Vale lembrar que são estes professores que dentro das instituições de ensino superior fazem pesquisa e/ou gestão quando não as duas.

No gráfico 59, é apresentada a variação acumulada na remuneração média dos docentes e na quantidade de docentes nos anos de 1995 a 2010. Basta olhar para a ilustração para observar os movimentos diversos da variação acumulada.

Gráfico 59 – Variação acumulada na remuneração média dos docentes e na quantidade de docentes nos anos de 1995 a 2010



Fonte: Brasil ([2012b]) e INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

A remuneração média dos docentes cai em 24% no acumulado dos 16 anos observados, passa em valores corrigidos para 01 de outubro de 2012 de R\$ 5.578,55 em 1995 para R\$ 4.221,61 em 2010, também em valores corrigidos. Uma diferença de R\$ 1.356,94, o que equivale a mais de dois salários mínimos regionais do Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo espaço temporal, a quantidade de professores acumula uma variação de 153%. De um lado, o mercado do ensino superior aumenta as suas matrículas, contrata mais professores, como já demonstrado, contrata menos do que o crescimento das matrículas, ou seja, intensifica o trabalho docente e remunera a força de trabalho (os docentes) com quase um quarto a menos de salário.

Poder-se-ia dizer que falta qualificação para estes profissionais? A tabela 34 auxilia a responder esta questão. A proporção de docentes com mestrado e doutorado sobre o total de docentes que era de 39,71% em 1995 passa para 65,54% em 2010. Desta forma, percebe-se que falta menos de 35% dos professores do ensino superior que ainda não possuem alguma titulação de “stricto sensu”. Percebe-se desta forma que a realidade do ensino superior no período estudado comportava profissionais mais qualificados, trabalhando mais, e ganhando menos.

Tabela 34 – Proporção do total de docentes de docentes com tempo integral, de docentes mestres, de docentes doutores e de docentes mestres e doutores nos anos de 1995 a 2010.

ANO	Docentes com tempo integral	Docentes mestres	Docentes doutores	Docentes mestres e doutores
1995	43,72%	24,01%	15,70%	39,71%
1996	44,11%	24,92%	16,19%	41,10%
1997
1998
1999
2000	42,91%	31,42%	20,59%	52,01%
2001	41,21%	33,18%	20,97%	54,15%
2002	38,96%	35,02%	20,94%	55,96%
2003	35,83%	35,90%	20,92%	56,82%
2004	34,87%	35,80%	20,90%	56,70%
2005	36,11%	36,28%	21,54%	57,81%
2006	35,93%	36,33%	22,28%	58,62%
2007	37,59%	35,96%	22,88%	58,83%
2008	39,06%	35,87%	23,85%	59,71%
2009	40,09%	36,37%	25,87%	62,24%
2010	42,62%	37,76%	27,78%	65,54%

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Neste sentido, questiona-se: qual o futuro das instituições de ensino superior quando todos os docentes tiverem mestrado e/ou doutorado? E os programas de pós-graduação hoje instalados diminuiriam o seu tamanho agora só para repor docentes titulados? Qual é o novo papel da pesquisa científica/acadêmica, visto a quantidade de profissionais capacitados para a pesquisa nos estabelecimentos de ensino superior? E os recursos para pesquisa? Será que teremos pessoas interessadas na carreira docente superior com esta remuneração? Questões que ficam em aberto, mas depois que criadas tomam vida, e um dia serão respondidas. Na próxima parte, é abordada a sexta questão, que discute a relação que se

estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior.

5.6 Sexta Questão: a Relação dos Concluintes, com a Quantidade e a Remuneração dos Trabalhadores com Escolaridade Superior

Esta parte da pesquisa apresenta um debate sobre a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade de trabalhadores com escolaridade superior e a sua remuneração no período que abarca esta pesquisa que é de 1995 a 2010, dezesseis anos, uma nova Lei de Diretrizes e Bases, dois presidentes da república, dois mandatos de oito anos.

Na tabela 35, são apresentados os dados do PIB, dos vínculos com ensino superior no mercado de trabalho formal e sua remuneração média. Verifica-se que tanto o PIB como os vínculos apresentam crescimento, depreende-se deste fato uma relação bem próxima entre estas duas variáveis, podendo ser compreendido de quanto mais escolarizado for o trabalhador mais ele pode contribuir para o crescimento da riqueza nacional, esta medida pelo PIB. É exatamente este um dos apontamentos da Teoria do Capital Humano (TCH), o outro diz que quanto maior for a contribuição da força de trabalho, esta se dando por meio da escolarização, tanto maior será a sua remuneração, ou seja o seu salário. Quando se volta para a tabela 35 e se observa a relação do PIB com o a remuneração média dos vínculos com ensino superior, esta última ideia força da TCH não tem na empiria, pelo menos no período estudado, a sua confirmação, pois se percebe que a remuneração encolhe passando de R\$ 7.127,01 em 1995 para R\$ 4.482,22 em 2010, uma queda em termos brutos de R\$ 2.644,79, quase quatro salários mínimos do Estado do Rio Grande do Sul. Também se observa que à medida em que os vínculos aumentam a remuneração baixa. Desta forma, existem mais trabalhadores portadores de diploma de ensino superior, porém ganhando menos e com a economia crescendo.

Tabela 35 – Valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010.

Brasil	PIB (em milhões)	Vínculos com ensino superior (em milhares)	Remuneração Média dos Vínculos com ensino superior
1995	2.873.775	1.845	7.127,01
1996	3.162.512	2.394	5.610,94
1997	3.268.178	2.725	5.439,61
1998	3.360.368	2.945	5.779,38
1999	3.053.569	3.072	4.927,67
2000	3.065.417	3.154	4.850,64
2001	3.047.752	3.388	4.967,03
2002	2.805.121	3.671	4.200,09
2003	2.935.636	4.353	4.007,30
2004	2.987.433	4.587	3.768,36
2005	3.249.340	5.028	4.000,86
2006	3.461.449	5.166	4.135,28
2007	3.646.971	5.718	3.908,87
2008	3.736.748	6.110	3.839,58
2009	4.063.408	6.558	4.141,84
2010	¹ 4.269.859	7.059	4.482,22

Fonte: (b) Brasil ([2012b]), (a) IBGE ([2011]) adaptado pelo autor

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

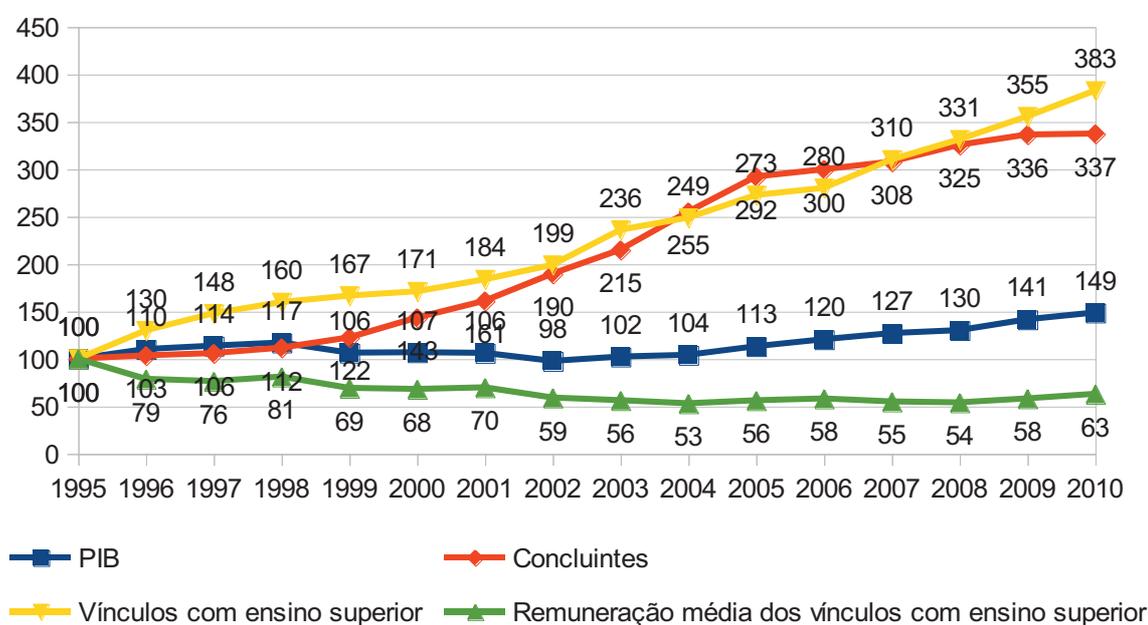
No gráfico 60, é possível ver a trajetória da variação acumulada, calculada pelo número-índice de base 100, das variáveis PIB, vínculos, concluintes e remuneração. A variável concluinte foi agregada no gráfico para auxiliar na análise. Verifica-se que os vínculos com ensino superior eram em 1.845 em 1995 passam para 7.049 em 2010, um salto de 383 calculado pelo índice da base 100, e os concluintes crescem em 337 pelo mesmo indicador, e o PIB em 179 pelo mesmo parâmetro, enquanto a remuneração cai em 27% nos 16 anos da análise.

Percebe-se que, no acumulado, o mercado de trabalho cresce mais (383 base 100) que a capacidade das IES oferecerem diplomados (337 base 100), disso resulta uma diferença de 46 pontos percentuais, significa que existe mais demanda

de diplomados do que oferta de diplomados. Se o raciocínio está correto, por que a remuneração cai em mais do que um quarto (27%) no período analisado? Ela deveria é aumentar em termos reais e não cair.

De outra forma, verifica-se que o PIB cresce e o salário cai, estes movimentos combinados podem diminuir o tamanho da remuneração relativa média da força de trabalho na constituição do PIB. Se a linha de pensamento está no caminho certo, então qual é setor produtivo, (a indústria, o comércio ou os serviços) tem a sua participação aumentada?

Gráfico 60 – Variação acumulada no valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a2010.



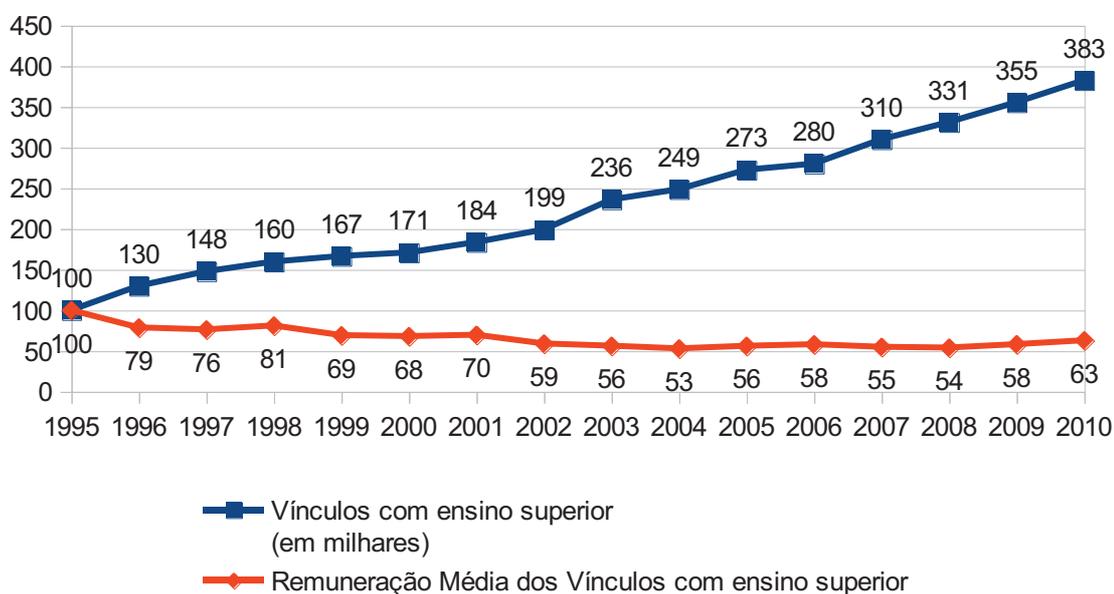
Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) e INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

O gráfico 61 apresenta a variação acumulada na quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010. Esta mesma informação já consta no gráfico 60, porém optou-se por repetir a informação, agora somente com as duas variáveis, para que fique mais claro o abismo formado, no período analisado, entre variação acumulada da remuneração e da quantidade vínculos. Uma faz um movimento de crescimento e outra um movimento de retração, o que resulta em uma diferença de 320 pontos percentuais. Mais trabalhadores com instrução superior ganhando menos.

Gráfico 61 - Variação acumulada na quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010

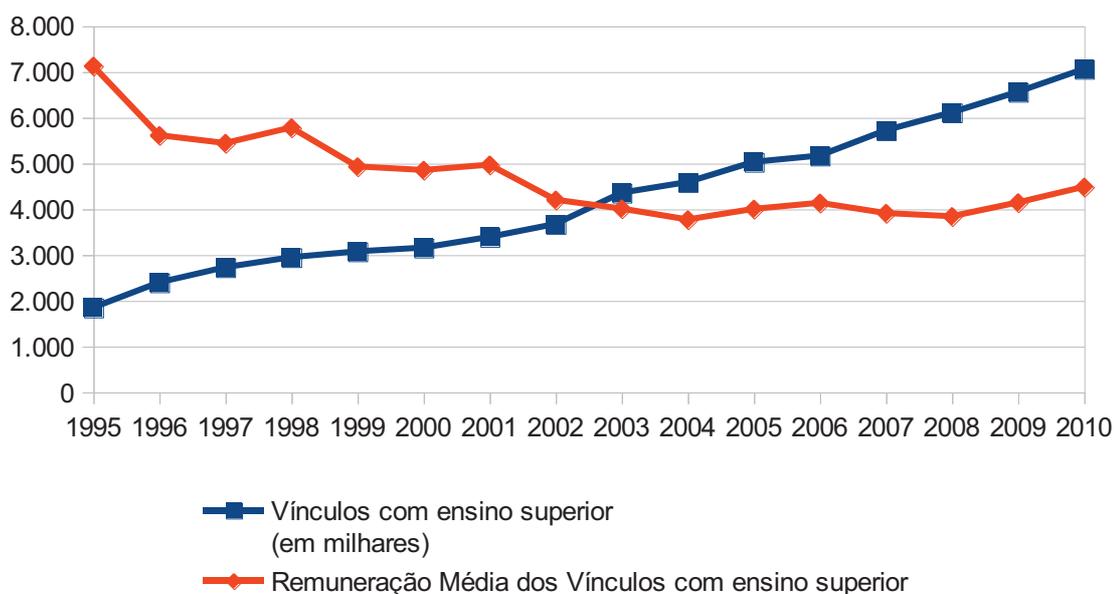


Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

Gráfico 62 - Quantidade de quantidade de vínculos com ensino superior e a a remuneração média dos vínculos com ensino superior nos anos de 1995 a 2010



Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

O gráfico 62 apresenta a trajetória da quantidade de vínculos com ensino superior e a remuneração, os dados estão na tabela 35. É possível ver que o percurso das variáveis é inverso, na medida em que sobe a quantidade de vínculos, cai a remuneração, ou quando cai a remuneração aumenta a quantidade de vínculos. Seguindo por qualquer um dos caminhos, o resultado é desanimador para toda a sociedade, que não utiliza toda a capacidade de trabalho instalada. No gráfico 62, é possível perceber que as curvas se cruzam entre 2002 e 2003. Será esta uma das contribuições da ampliação do sistema de educação superior no país, simplesmente a derrubada dos salários?

Longe de encerrar a questão da remuneração, vínculos, conluite e PIB esta discussão abre outros questionamentos. Um é que parece que o ensino superior não garante melhores remunerações, garante sim remuneração. De um lado é trágico, visto que todo investimento (público, privado e individual) colocado à disposição da formação de quadros de nível superior não resulta em melhor remuneração. De outro, parece libertar o ensino superior de algumas amarras, como a de formar a pessoa para o mercado, proporcionando assim a possibilidade de discutir quem se esta formando e para que. O debate realizado aqui indica que a atual formação acadêmica, no geral, não contribui para o aumento de produtividade do setor produtivo, pois se levanta a hipótese de que o estágio atual do setor produtivo dinâmico na sociedade brasileira seja intensivo em trabalho, e desta forma não utiliza todo o potencial da força de trabalho com diploma superior. É necessário repensar a tarefa da formação de quadros de nível superior com o conjunto da sociedade, visto que uma sociedade sem inteligência estará desfavorecida na disputa pelo protagonismo com o conjunto das outras sociedades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as considerações finais, é o início da minha despedida deste texto, é um processo ambíguo de volta ao texto para o seu derradeiro distanciamento, pois somente desta forma posso avançar.

Realizar a volta aos meus escritos promovendo um olhar atento e minucioso é uma tarefa que não sei se tenho competência para fazer, tal é a relação que estabeleci com esses escritos, é bem verdade que não sei se eles estabeleceram algum comigo.

Organizar a última reflexão do que me propus a estudar e perceber o que realmente fiz, é um processo de auto avaliação que encaro com mais coragem do que capacidade de fazê-lo.

Neste estudo, desenvolvi o tema das políticas públicas para o ensino superior. Tal escolha teve como objetivo conhecer melhor a forma como são pensadas e formuladas as políticas públicas, em especial as políticas educacionais para este nível de ensino, bem como analisar a repercussão dessas políticas. A investigação aqui proposta traz uma perspectiva de contribuição a partir da utilização do Censo da Educação Superior, como fonte.

O propósito da investigação consistiu em observar o resultado da ascendência do Banco Mundial no que diz respeito às transformações (ou não) do mercado de ensino superior. Foi possível uma reflexão crítica sobre o tema do estudo, cotejando as orientações do Banco Mundial e observando os dados, percebeu-se que as orientações tiveram eco na vida real.

O estudo caracterizou-se por ser uma pesquisa documental que se utilizou dos documentos do Banco Mundial, mais especificamente o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995), e o Censo da Educação Superior.

Esta pesquisa, de perspectiva crítica, pretendeu traçar o movimento de articulação do ensino superior com a ordem econômica neoliberal. O estudo está contextualizado nas transformações ocorridas no final dos anos 70 no mundo, e no início da década de 1990 no Brasil, onde ocorreu uma modificação na organização social, provocada pela reorganização do processo de acumulação capitalista.

O Banco Mundial como um agente orgânico do processo de acumulação neoliberal sugeria, no momento histórico da formulação da LDB, a

desregulamentação do mercado, conjuntamente com a privatização de empresas estatais, bem como a redução das políticas sociais. Tinha como objetivo central o equilíbrio orçamentário com o controle do déficit público.

A partir desta conjuntura, emergiu o problema de pesquisa que questiona: Por que e como ocorreu o processo de predomínio do Banco Mundial na formulação da política pública para o ensino superior? Quais foram os resultados desta influência nos indicadores da educação superior? Que alterações ocorrem no mercado da educação superior?

Para responder provisoriamente ao problema de pesquisa, foram concebidas duas hipóteses. A primeira apontava a necessidade do capital se reorganizar, e, assim, a educação superior assumiria uma visibilidade que antes não possuía. Por um lado, constituindo-se em uma formação rápida, qualificando a mão de obra necessária ao setor produtivo como meio deste último ingressar e/ou manter-se no mercado mundial. Por outro lado, o sistema educacional, ao assumir esta demanda, passava a ser atrativo do ponto de vista da acumulação capitalista, constituindo-se como um negócio, podendo dispensar os gastos governamentais para a sua ampliação. Este processo só foi possível a partir da aderência da elite nacional ao projeto de desenvolvimento hegemônico conduzido pelos organismos internacionais.

A segunda hipótese construída indicava para o aumento do número de ingressos, sendo este desigual entre as Instituições públicas e privadas de ensino superior. Esperava-se, também, um aumento na certificação de professores com mestrado e doutorado, bem como uma redução ou manutenção da renda dos profissionais com ensino superior.

Observou-se que as hipóteses, ao longo do estudo, foram tornando-se realidade, sob o aumento desigual da IES pública e privadas, verificou-se que de fato ocorre como já foi demonstrado e será resgatado ainda nesta conclusão. O que não havia sido pensado era a alteração no interior do segmento privado, onde a reorganização foi entre as instituições particulares e as filantrópicas, com avanços em todas as variáveis para as primeiras. Assim se evidencia que a primeira hipótese fazia sentido, pois o ensino superior agora é um espaço importante para o processo de acumulação capitalista.

Para poder analisar os dados, foi elaborada a parte conceitual do estudo, dividido em três partes. Na primeira, apresentou-se a relação das políticas públicas educacionais e o processo de acumulação neoliberal. Para tanto, recorreu-se a

Freitag (1987), Offe (1984), Offe (1991) e Poulantzas (2000) quando abordam as questões relacionando sistema econômico, Estado e políticas públicas.

Na sequência, com o auxílio de Anderson (1995) Frigotto (1995), Fiori (1995) Gentili (1995) Oliveira (2000), Silva Junior (2002) e Souza (2002) relacionou-se o sistema econômico aos debates referentes à educação, ao sistema econômico e aos sentidos do trabalho e este com as discussões sobre a educação.

Para dar conta desta tarefa, caracterizou-se o neoliberalismo no sentido de identificar as interfaces com a educação e com o trabalho. Após, debateu-se as demandas do pensamento neoliberal para o setor produtivo (privado e público), e em especial para os trabalhadores, e por fim problematizaram-se as demandas que o processo neoliberal acarreta para o campo da educação, diretamente a partir da abertura de novos mercados, ou como resultado das reivindicações do setor produtivo, com o objetivo de inserir-se no mercado global.

Por fim, para encaminhar a parte conceitual da pesquisa, apresentou-se a visão do Banco Mundial e suas recomendações para a educação superior a partir de quatro orientações chaves: (a) incentivar a maior diferenciação nas Instituições, encorajando o estabelecimento de instituições privadas; (b) proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, entre elas, a participação dos estudantes nos gastos públicos, e a estreita vinculação entre o financiamento público e os resultados; (c) redefinir a função do governo no ensino superior, por meio da formulação de marcos jurídicos que orientem as políticas públicas; (d) adotar políticas que estejam destinadas concretamente a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

Com esta parte estruturada e os dados organizados, partiu-se para a análise dos dados. Este procedimento foi realizado em duas etapas. Na primeira, analisaram-se as variáveis quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES), de matrículas, de concluintes, de docentes, de docentes com tempo integral, de docentes mestres e de docentes doutores, inseridas contexto do total das organizações acadêmicas bem como subdivididas em universitárias e não universitárias. E em cada uma destas pelo total das categorias administrativas e em cada uma delas (pública, privada, particular e filantrópica).

Com esta análise, foi possível verificar, entre muitos achados, que o conjunto de IES existentes no Brasil, no período em análise, era em sua maioria de estabelecimentos não universitários e que estes estavam sob a alçada do setor

privado e que no interior do setor privado percebeu-se a supremacia dos estabelecimentos particulares.

Sobre as matrículas, foi possível afirmar que cresce a quantidade absoluta de matrículas e que estas em todo período do estudo estavam concentradas nas instituições privadas, o que acontece também com os concluintes.

A respeito dos docentes, foi possível perceber que a maioria do conjunto dos docentes em 1995 estava concentrada nas escolas públicas. Ao longo do período, esta realidade foi se transformando e uma nova relação se instalou na educação superior, onde as organizações privadas passaram a concentrar os professores. Em referência aos docentes com tempo integral, no conjunto das organizações acadêmicas, estão em maior quantidade nas instituições públicas, mas o crescimento se dá com mais intensidade nas organizações privadas. Este mesmo movimento ocorre com os docentes com mestrado e com doutorado, significando que no futuro próximo o setor privado será o maior empregador da força de trabalho docente. Neste sentido, parece necessário elaborar questões que possam verificar e acompanhar tanto o trabalho docente, como as condições de trabalho ofertadas para que este trabalho possa ser desenvolvido.

Para concluir a pesquisa, problematizaram-se as seis questões derivadas do problema central. A primeira abordou relação da quantidade e a proporção, ao longo do período estudado do total IES, das IES privadas e as IES públicas. Na elaboração desta questão, ficou evidente o predomínio do setor privado nas IES no período estudado. Também foi possível perceber que, ao longo do tempo, o setor privado aumentou a sua participação no total das IES não universitárias, passando de 69,5% em 1995 para 84,6% em 2010. Já as instituições universitárias viram sua participação recuar de 8,1% para 4,2%, um pouco menos que a metade. No comportamento das filantrópicas e das particulares, foi observada a perda de espaço das filantrópicas que tinham 29% das instituições não universitárias em 1999 e chegam em 2009 com 10,7%, menos que a metade, e nas universidades que tinham 5,2%, passados 11 anos ficam somente com 1,8%. Desta forma, ocorreu uma reestruturação do ensino universitário para o ensino não universitário no interior do setor privado, exatamente como sugeria o Banco Mundial no documento analisado no capítulo 2.

Na segunda questão, se queria saber qual a relação que se poderia estabelecer entre a quantidade total de matrículas e a quantidade de IES, bem como

por categoria administrativa e por organização acadêmica da IES. Aqui observou-se que no total das matrículas e das IES a relação que se estabelece é positiva, porém desigual, visto que as matrículas crescem mais do que as IES, e estas mais do que o PIB indicando que o mercado da educação superior ainda está em expansão.

Na categoria administrativa pública, não ocorreu um movimento homogêneo entre as organizações universitárias e não universitárias, ainda ocorreu uma redução da atividade pública no ensino superior, sendo retomada somente a partir de 2004. Quando o olhar passa para as matrículas, observa-se crescimento, percebe-se uma intensificação no uso dos equipamentos públicos instalados com o aumento de matrículas.

Quando o recorte é a categoria administrativa privada, percebe-se que as IES universitárias possuem, em todo período analisado, a menor proporção do total de organizações e apresentam o maior crescimento no acumulado do período. E nos estabelecimentos particulares a relação estabelecida entre as IES e as matrículas no contexto particular foi de concentração, tanto das IES como nas matrículas nas organizações acadêmicas não universitárias em todo o período analisado que vai de 1999 até 2009.

A terceira questão formulada indagou o comportamento da quantidade de matrículas e a quantidade total de docentes, para poder verificar qual a trajetória da proporção entre estas variáveis. Percebeu-se que nas organizações universitárias públicas e privadas ocorreu um acréscimo de matrículas e docentes em todos os períodos. Quando se estudou o movimento das particulares e as filantrópicas, percebeu-se que as instituições particulares acompanham o movimento geral de aumento de matrículas e professores. O mesmo não ocorre com as filantrópicas, com a queda das matrículas e das funções docentes. A informação que se depreende destes movimentos é que a quantidade de funções docentes está relacionada com a com a quantidade de matrículas. Elas apontam para o mesmo sentido.

Na análise elaborada, concluiu-se que o setor privado tanto nas matrículas quanto nas funções docentes cresce mais que o setor público, bem como foi possível verificar que as matrículas privadas crescem mais do que as funções docentes indicando uma intensificação do trabalho docente.

Percebeu-se que no conjunto das instituições de ensino superior universitário existe um aumento sustentado no indicador matrículas/docentes. Este indicador

evidenciou quantos alunos cada professor em média tem sob sua responsabilidade por ano. Desta forma, a quantidade de alunos por professor no conjunto das instituições, que no ano de 1995 era de 11,2, passou para 14,4 no ano de 2010, um crescimento de 29%. Quando se observa as organizações universitárias públicas, este aumento é de 17%. Nos estabelecimentos privados, o aumento é de 34%. Percebe-se que, no geral, o ensino superior universitário intensifica o trabalho docente, e os estabelecimentos privados esta intensificação é o dobro do que no geral.

A quarta questão verificou a relação das matrículas e o PIB. Foi possível observar que as matrículas e o PIB crescem na mesma direção, porém as matrículas (públicas e privadas) crescem mais no acumulado do que o PIB.

No penúltimo ponto trabalhado, buscou-se verificar qual a trajetória da quantidade total de docentes, dos docentes mestres, dos doutores bem como dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES. Nos dados disponíveis chamou a atenção que em todas as variáveis que dizem respeito à quantidade de docentes, esta aumentou e, no mesmo período de tempo, a remuneração média dos docentes declinava. O debate e a importância da contribuição da educação, em especial a educação superior, para o progresso da humanidade é infinita e inesgotável. Neste debate, existe um acordo sobre o papel do professor inserido em um ensino de qualidade, que depende, e muito, da formação acadêmica deste profissional. Sobre este ponto de vista, também concordam os empregadores dos docentes, porque se assim não fosse a quantidade de professores mestres ou doutores não teria crescido em 317% no período estudado. Esta mesma atenção não é dispensada à pesquisa acadêmica, pois, como foi verificado, o crescimento dos professores com tempo integral cresceu em 124%, bem abaixo do crescimento total de docentes que foi de 153%. De um lado, o mercado do ensino superior aumenta as suas matrículas, contrata mais professores, porém menos que o crescimento das matrículas, ou seja, intensifica o trabalho docente e remunera a força de trabalho (os docentes) com quase um quarto a menos de salário. Pode-se então perceber que a realidade do ensino superior no período estudado comportava profissionais mais qualificados, trabalhando mais, e ganhando menos.

A sexta e última questão debateu sobre a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade de trabalhadores com escolaridade superior e a sua remuneração no período que abarca esta pesquisa que é de 1995 a

2010. Foi possível verificar que tanto o PIB como os vínculos apresentam crescimento, depreende-se deste fato uma relação bem próxima entre estas duas variáveis, podendo ser compreendido que quanto mais escolarizado for o trabalhador mais ele pode contribuir para o crescimento da riqueza nacional, medida pelo PIB. É exatamente este um dos apontamentos da Teoria do Capital Humano (TCH), o outro diz que quanto maior for a escolarização da força de trabalho, tanto maior será a sua remuneração. Esta última assertiva da TCH não teve nos dados apresentados a sua confirmação, pois se pode perceber é que a remuneração encolhe em R\$ 2.644,79 (27%), quase quatro salários mínimos do Estado do Rio Grande do Sul. Também foi observado que na medida em que os vínculos aumentam, a remuneração baixa. Desta forma, existem mais trabalhadores portadores de diploma de ensino superior, porém ganhando menos e com a economia crescendo.

Foi possível observar ao longo do estudo que a educação superior pós LDB/1996 tem sobre sua responsabilidade duas frentes e esta desempenhando bem o seu papel. Uma é proporcionar força de trabalho escolarizada e certificadas suficientes para o mercado de trabalho, de modo a não só não aumentar os salários, mas como, é de pasmar, em período de crescimento econômico, diminuir salários reais. Ao mesmo tempo constitui-se em um novo espaço de acumulação e reprodução do capital. Visto que aumenta a demanda por titulação, os trabalhadores agora precisam do curso superior, não para ganhar mais, mas para terem acesso ao mercado de trabalho, desta forma aumentam as matrículas. Quando aumentam as matrículas, aumenta a contratação de professores, e estes, como já foi demonstrado, estão mais certificados, mais titulados, porém ganhando menos. Desta forma, o mercado da educação superior parece ser bastante rentável, visto que tem demanda e os custos de produção (salário do docente) estão em queda. Pode-se concluir que as orientações do Banco Mundial transformaram o ensino superior em um mercado do ensino superior agora regido, perigosamente pelas leis da oferta e a demanda, o ensino passa a ser então uma mercadoria.

Ao longo do processo de elaboração do trabalho foram levantadas outras tantas perguntas e questões aos dados produzidos pelo estudo. Isso foi possível de ser feito pois os dados aqui apresentados transbordam o foco do trabalho sendo então impossível dar conta de todas as possibilidades de análise no presente estudo. Estas questões apontam para a possibilidade de outras análises e chamam

outros aportes conceituais, tornando-se então férteis para que eu possa continuar a tarefa de pesquisar.

Após revisar o que foi feito, percebi que algumas tarefas que me propus a fazer não foram feitas, como, por exemplo, relacionar as recomendações do Banco Mundial para educação superior e a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9694/1996); fica então apontado uma outra possibilidade de estudo.

Os dados aqui apresentados são fruto de dezesseis anos de dinâmica da sociedade brasileira, atravessada por uma Lei de Diretrizes e Bases, dois Presidentes da República, cada um com dois mandatos de quatro anos. Fica aqui outra possibilidade: fazer um estudo comparado entre o período do FHC e do Lula, bem como estudar como esta realidade ocorre em outras regiões ou estados do Brasil. As informações aqui dispostas podem auxiliar na elaboração de cenários futuros para os diversos interessados no assunto, como alunos, professores, IES, governos e o setor privado. Existem tantas outras possibilidades de estudo, que você agora mesmo está pensando em uma.

Escrever as considerações finais não se constituiu numa atividade trivial, por meses o autor e o texto se relacionaram e tenho certeza que agora não se pode mais perceber quem é um e quem é o outro, desta forma como ter o distanciamento para as considerações finais? Não se tem, mas este processo continua...

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 34-78
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BISQUERRA, Rafael; CASTELLÁ SARRIERA, Jorge; MARTÍNEZ, Francesc. **Introdução à estatística:** enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Brasília, DF, [2012a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=230&catid=127:educacao-superior&id=116:qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades&option=com_content&view=article>. Acesso em: 14 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP; PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – PADCT. **Estudo da competitividade da indústria brasileira:** relatório final. Campinas: Editora da Unicamp. IE, 1993. Disponível em: <<http://www.econeit.org/wp-content/uploads/2012/09/Relat%C3%B3rio-final-vol1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET**. Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet>>. Acesso em: 03 mar. 2012.
- CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, Out. 2004. Ed. Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a08v2588.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- ECONOMIA. In: DICIONÁRIO Aulete. [S.l., 2012]. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/economia>>. Acesso em: 24 out. 2012.

ESTADO. In: DICIONÁRIO Aulete. [S.l., 2012]. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/estado>>. Acesso em: 24 out. 2012.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface**: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 635-646, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a14.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rosa. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1993

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GANBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002. v. 1.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIECO, Leon; ELLWANGER, Raul. **Eu só peço a Deus**. [S.l., 2012]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/mercedes-sosa/1409304/>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZAGA JÚNIOR, Luiz. **Guerreiro menino**. [S.l., 2012]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/luiz-gonzaga/688875/>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

GRENIER, Jean-yves. A história quantitativa ainda é necessária. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1998. p. 183-192.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>>. Acesso em 30 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Contas Nacionais**: contas regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro, [2011]. (Série: SCN52). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em 30 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Microdados do censo da educação superior**: manual do usuário: 1995-2010. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar1995.zip>. Acesso em: 15 set. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1995. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1995.xls>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1996. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1996.xls>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1997 parte 1. Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior1-97.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses estatísticas da educação superior**: graduação: 1997 parte 2. Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior2-97.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1998 parte 1. Brasília, DF, 1999a. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1998 parte 2. Brasília, DF, 1999b. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior2-98.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: 1999 parte 1. Brasília, DF, 2000a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior: graduação: 1999** parte 2. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo2_Sinopse_Superior99.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2000**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2001**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2001/Superior/Sinopse_Superior_2001.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2002**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2002/sinopse/Sinopse_2002_censosuperior.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses estatística da educação superior 2003**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/SES2003.zip>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses estatística da educação superior 2004**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/Sinopse_2004_010206.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses estatística da educação superior 2005**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2005/Sinopse_2005a.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2006**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2006/Sinopse_EducacaoSuperior_2006.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2007**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Sinopse2007.zip>>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2008**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/sinop_sup_2008_versao_preliminar.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2009**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/sinopse_da_educacao_superior_2009.xls>. Acesso em: 23 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2010**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/2010/sinopses_estatisticas_ed_superior/sinopse_educacao_superior_2010_2.zip>. Acesso em: 23 set. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARRE, Jaques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre: UFRGS. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural, 1991. mimeografado.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão de literatura” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília, DF: Plano, 2002.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho'**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da Educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2009.

PERONI, Vera. **Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAIMUNDO, Helder F. **Como fazer análise documental**. [S.l.], 24 out. 2006. Disponível em: <<http://educaaic.blogspot.com/2006/10/como-fazer-anlise-documental.html>>. Acesso em: 22 fev. 2012. Blog: ...Socializar por aí...

REA, Louis M; PARKER, Richard. **Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

RIBEIRO, Sérgio da Costa. A escola brasileira do professor Raimundo. In Soares, Magda; Kramer, Sônia; Lüdque, Menga et al. **Escola Básica**. Campinas, Papirus, 1993.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: FAPESP, 2002.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.